Romilda Oliveira Alves

Fronteira em expansão

População, terra e família na Zona da Mata mineira 1808-1850

Belo Horizonte, Abril de 2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Romilda Oliveira Alves

Fronteira em expansão.

População, terra e família na Zona da Mata mineira. 1808-1850.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: **Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses**

Belo Horizonte, Abril de 2009

ROMILDA OLIVEIRA ALVES

Fronteira em expansão.

População, terra e família na Zona da Mata mineira. 1808-1850.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do grau de mestre em História.

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses –FAFICH -UFMG

_____

Prof. Dr. Douglas Cole Libby – FAFICH/UFMG

_____

Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara – ICH/UFJF

Dedico este trabalho aos meus pais,

José Luiz e Terezinha

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos funcionários dos arquivos em que estive presente, pela ajuda e gentileza a mim dispensada. Especialmente aos tabeliães Carlos Augusto e Valéria, porque, além de terem autorizado a pesquisa no arquivo do cartório do 1º ofício de notas de Ubá, foram solícitos e atenciosos.

Na Universidade Federal de Ouro Preto, onde conclui minha graduação, sou grata ao Prof. Dr. Marcus Vinícius de Carvalho pela confiança e indispensável ajuda no meu primeiro projeto de pesquisa. À Profª. Drª. Andréia Lisly pela competência com que pautou a orientação do meu bacharelado, contribuindo com a aquisição de conhecimentos indispensáveis para o ingresso no mestrado. Quero agradecer de forma toda especial ao Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio que, com suas preciosas críticas, sugestões e incentivos, ajudou-me enormemente, engrandecendo e fortalecendo a realização destes meus estudos.

Ao Prof. Dr. Marcelo Godoy, pelas sugestões enriquecedoras sobre a delimitação do meu recorte espacial. Aos docentes do programa de Pós-Graduação em História da FAFICH/UFMG, pela competência acadêmica e ensinamentos transmitidos, que tanto contribuíram para as minhas reflexões. Aos funcionários, especialmente à secretária, Norma, sempre prestativa e atenciosa, e que, juntamente com Alessandro orientou-me nos trâmites legais que envolvem a vida acadêmica.

À FAPEMIG, pela concessão da bolsa de mestrado que possibilitou o financiamento da pesquisa por um ano.

Martha Rebellato – amiga merece destaque – por ter me auxiliado em diferentes momentos da dissertação, inclusive na elaboração de quadros, sugestões e leituras críticas do texto. Leonam Maxney que, com seu companheirismo e tranqüilidade irradiou paz ao meu espírito em momentos confusos e incertos. Agradeço também ao Adriano Paiva pelas interlocuções e opiniões. Ao Alexandre Juno, Carlos Malaquias e Cleonice pela ajuda no banco de dados. Ao Pedro e ao Leandro Andrade agradeço pelo fornecimento de materiais importantes.

Quando me refiro a amizade e seu valor, não posso deixar de citar os nomes de Rosilda e Geraldinho, companheiros desde a mais tenra idade. Eles estiveram presente em vários momentos tristes e felizes de minha vida, e durante o mestrado foram amigos de todas as horas. A eles com honras, meu muito obrigado. Outras grandes amigas Karla, Maíra,

Alexandra, Rosângela, Patrícia, Márcia e Karine, pois seus estímulos foram bálsamos nos momentos de desalento e desânimo. Fabrício e Marina, amigos que também merecem destaque, a vocês devo eterna gratidão pela correção dos meus textos.

Outras pessoas também estiveram presentes no meu caminhar acadêmico e na realização deste trabalho. Entre elas a família Paschoalini que me acolheu em sua casa em Ubá nos períodos turbulentos que por lá passei. Muito mais do que seu lar, essa família ofereceu-me amizade e carinho. A Carol, Yandra e Vanessa pela hospedagem em sua república em Mariana.

Dentre os familiares, agradeço aos meus pais pela vida, amor incondicional e teto. O suor de seus esforços ajudou a manter-me no período de graduação. Agradeço pela guarida de minha irmã Marilene, e às minhas sobrinhas Brenda e Ludmilla. Suas presenças infantis e despretensiosas banharam de sol e esperança meu caminhar; o carinho das duas fortaleceu minha vontade de vencer. Aos meus sogros, agradeço a solicitude e apoio. Aos meus irmãos e também aos demais familiares que acreditaram e me desejaram felicidades neste trabalho.

Aos meus ex-alunos da Escola Estadual Pedro Evangelista Diniz, pela oportunidade de adquirir experiências importantes no campo educacional.

Aos membros da minha banca de qualificação, Prof. Dr. Douglas Libby e Prof.ª Drª. Regina Duarte, pela leitura perspicaz e pelas importantes sugestões e críticas feitas ao nosso trabalho.

Ao Prof. Dr. Ângelo Carrara, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que de modo desprendido e solícito, cedeu-nos os processos de Inventários.

Ao Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses, pela habilidade com que orientou nosso trabalho. Obrigada por entender minhas dificuldades. Seu conhecimento e perspicácia foram fundamentais para ampliar meus horizontes e tornar realidade esta dissertação.

Ao Fábio, presença carinhosa, estímulo reconfortante e forte nos instantes de desalento, pelo incentivo a perseverar nos meus objetivos. Muito obrigada pela paciência.

Não é à toa que entendo os que buscam caminho. Como busquei arduamente o meu! E como hoje busco com sofreguidão e aspereza o meu melhor modo de ser, o meu atalho, já que não ouso mais falar em caminho. Eu que tinha querido O Caminho, com letra maiúscula, hoje me agarro ferozmente à procura de um modo de andar, de um passo certo. Mas o atalho com sombras refrescantes e reflexo de luz entre as árvores, o atalho onde eu seja finalmente eu, isso não encontrei. Mas sei de uma coisa: meu caminho não sou eu, é o outro, é os outros. Quando eu puder sentir plenamente o outro estarei salva e pensarei: eis o meu ponto de chegada.

Clarice Lispector

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar as estratégias de formação de patrimônio de famílias que povoaram a área central da zona da Mata Mineira, durante a primeira metade do século XIX. Para essa investigação foram utilizados, entre outras fontes, inventários *Post-mortem*, listas nominativas, processos matrimoniais e livros de notas. A análise permite interpretar a estrutura e composição das unidades domésticas e suas relações de produção, atentando-se para suas formas de organização no espaço e, de uso e exploração da terra. Com isso, foi possível reafirmar que essa área funcionou como um espaço privilegiado para as investidas portuguesas e controle da população, bem como um local destinado à produção de alimentos voltada para um dinâmico mercado interno. Além disso, aborda a importância das relações familiares para sobreviver nessa fronteira agrícola, marcada por conflitos fundiários e mercado de terras.

Palavras-chave: fronteira; terra; conflitos; patrimônio; família

ABSTRACT

The purpose of this paper is to study the strategies of patrimony formation of families that populated the central area of the "Zona da Mata" region in Minas Gerais, during the first half of the 19th century. This investigation is based on *Post-mortem* inventories, nominative lists, matrimonial processes and note books, among other sources. The analysis of these sources allows one to interpret the structure and composition of the domestic units and their relations of production, focusing on the ways of organizing space and exploring the land. As a result, it is possible to affirm that this area functioned as a privileged place for Portuguese investments and population control as well as a place destined to food production for a dynamic internal market. Moreover, it discusses the importance of family relations to survive in this agricultural border, characterized by agrarian conflicts and land market.

Key-words: border; land; conflicts; patrimony; family.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Relação dos novos colonos que entraram na 1ªDivisão do Vale do Rio Doce , 1810 e 1811 54

QUADRO 2 – Distribuição da população da capitania de Minas Gerais por comarcas, 1821 55

QUADRO 3 – Distribuição da população e número de fogos da província de Minas Gerais, 1826 58

QUADRO 4 – Distribuição por condição social, 1819/1822 62

QUADRO 5 – Distribuição por condição social, 1831 64

QUADRO 6 – Distribuição da população por condição e cor, 1819/1822 66

QUADRO 7 – Razão de masculinidade por condição, 1819/1822 68

QUADRO 8 – Razão de masculinidade de livres por grupos etários, 1819/1822 71

QUADRO 9 – Ocupação dos chefes de domicílio segundo o sexo, 1819/1822 75

QUADRO 10 – Produtos da lavoura ou tipo de Criação, 81

QUADRO 11 – Instrumentos de trabalho dentro das unidades domésticas, 85

QUADRO 12 – Formas de apropriação do solo. 1839-1851 115

QUADRO 13 – Valores envolvidos nas transações imobiliárias. 1839-1851 118

QUADRO 14 – Distribuição dos chefes de família, segundo o estado conjugal, 1819/1822 139

QUADRO 15 – Distribuição dos domicílios, segundo a composição dos residentes, 1–19/1822 147

QUADRO 16 – Distribuição do Monte-mor total entre os inventariados 154

QUADRO 17 – Distribuição da riqueza de todos os proprietários inventariados, em mil réis 156

QUADRO 18 – Fortuna e investimento dos 10 inventariados mais ricos da amostra 159

QUADRO 19 – Composição do patrimônio (em réis) 163

QUADRO 20 – Participação dos bens de produção no patrimônio produtivo (%) 165

QUADRO 21 – Percentual de inventários com presença de dívidas ativas e passivas 168

QUADRO 22 – Distribuição dos escravos entre os fogos, segundo o tamanho do plantel, 1819/1822. 171

QUADRO 23 – Distribuição do plantel de escravos, por domicílio, 1831 174

QUADRO 24 – Posse de escravos segundo os inventários 176

QUADRO 25 – Percentual de inventários com terras e escravos 180

QUADRO 26 – Valores de moradas de casas 187

QUADRO 27 – Distribuição da população por sexo e cor, 1819/1822 212

QUADRO 28 - Estado conjugal e Sexo dos Inventariados. 1823-1850 213

QUADRO 29 - Total de chefes de domicílios com filhos por localidade, 1819/1822 213

QUADRO 30 - Origem dos noivos. São João Batista do Presídio: 1832 – 1850 214

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição da população por localidade, 1819/1822 57

GRÁFICO 2 – Distribuição da população por localidade, 1831 59

GRÁFICO 3 – Distribuição da população por condição social, 1819/1822 63

GRÁFICO 4 – Distribuição da população por condição social, 1831 64

GRÁFICO 5 – Produção Pecuária. 1823-1850 82

GRÁFICO 6 – Total de sesmarias concedidas em Minas Gerais, 1797-1832 93

GRÁFICO 7 – Distribuição da posse de escravos, 1819 174

GRÁFICO 8 – Proprietários com terra e escravos 180

GRÁFICO 9 – Naturalidade dos inventariados para os quais temos informações 192

LISTA DE ABREVIATURAS

Arquivos

AHCSM – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana
AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
APM – Arquivo Público Mineiro
CC – Casa dos Contos
CNU – Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá

Instituições

CEDEPLAR/UFMG – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais
IHG- MG – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

Gerais

CD – Cd room
CGP – Conselho Geral da Província
Cx. – Caixa
Cód - Códice
Doc. – Documento
Fl – folha
PP – Presidência da Província
RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro
SC – Seção Colonial
SG – Secretaria de Governo
SP – Seção Provincial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO 1 - A CONQUISTA E EXPANSÃO DA FRONTEIRA 28
1.1 Uma discussão sobre a noção de fronteira 29
1.2 A organização do espaço: ocupação e povoamento 46
1.3 A composição da população 52

CAPÍTULO 2 - TERRA E TRABALHO: ESTRUTURA ECONÔMICA E PRODUTIVA 73
2.1 Organização econômica das unidades domésticas 74
2.2 Ocupação do solo e acesso à terra: Sesmarias e Lei de Terras 89
2.3 Conflito fundiário 101
2.4 Mercado de terras 111
2.5 Fronteira móvel: a abertura de novos caminhos e circulação de mercadorias 120

CAPÍTULO 3 - FAMÍLIAS E FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA NA FRONTEIRA 130
3.1 Família e domicílio 132
3.2 Composição e estrutura das unidades domésticas e produtivas 138
3.3 Distribuição da riqueza 151
3.4 Formas de viver: Escravidão, terra, créditos e artefatos do cotidiano 170
3.5 Espaço de morar e de viver 183
3.6 Perfil das unidades domésticas: trajetórias de vida, destinos e estratégias de sobrevivência 191

CONSIDERAÇÕES FINAIS 209
ANEXOS 211
FONTES 215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 217

INTRODUÇÃO

Tendo as relações materiais e domésticas como objeto de pesquisa, analisamos nesse trabalho o processo de desbravamento, ocupação e povoamento da área central da zona da Mata mineira, na primeira metade do século XIX. Nosso principal propósito é, então, demonstrar as estratégias de formação do patrimônio das famílias em uma área de fronteira aberta.

Desse modo, o título da dissertação – *Fronteira em expansão:* População, terra e família na Zona da Mata mineira. 1808-1850 - decorre da verificação de que a partir de 1808, com a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, homens livres e empreendedores, muitas vezes acompanhados de suas famílias desbravaram e se apossaram das terras da região fronteiriça da Mata mineira, enfrentado alguns obstáculos imprevisíveis postos pela natureza e resistência indígena, foram fixando residência na localidade, ocupando-se com as atividades de agricultura, criação de animais, comércio e transporte.

O diálogo com os trabalhos já feitos sobre o universo econômico e demográfico da localidade em estudo é fundamental para captar a cultura material (terras, casas, escravos, mobília e ferramentas de trabalho) e o papel que os homens e mulheres de outrora desempenharam dentro de suas unidades domésticas, na economia e sociedade. Assim sendo, interessa-nos estudar a materialidade cotidiana através dos bens que compunham os espaços de produção e sociabilidades, que determinavam o cotidiano no interior dos domicílios dando ênfase particular à sua atividade econômica e distribuição espacial. Para tanto, as leituras que abordam a economia mineira nos séculos XVIII foram necessárias e úteis, principalmente aquelas que problematizam a questão do mercado interno colonial.

A base da pesquisa foi a problemática da dimensão material e organização social das unidades domésticas, movida por problemas norteadores: qual a interferência do espaço e das relações de produção na formação e/ou ampliação do patrimônio material dos grupos familiares desses espaços fronteiriços? Até que ponto a conformação de patrimônio e a formação de famílias legítimas serviram como argumento para os que desejavam acesso à terra? Em que medida a abertura de estradas e construção de quartéis/presídios na área central da Mata contribuiu para a consolidação da sedentarização de famílias nesta região e período enfocados? Qual o valor da terra para as famílias que habitavam as áreas fronteiriças? De que

forma as pessoas tiveram acesso a terra para que pudessem construir suas unidades domésticas e produtivas?

Como a materialidade e sociabilidade estão interligadas, faz-se necessário buscar informações sobre as realidades econômicas e demográficas desse espaço, tentando perceber como elas interferem na forma de vida e nas estratégias de sobrevivência das famílias. Deste modo, tentamos compreender como os elementos materiais se traduziam no cotidiano e como o espaço natural/demográfico interferia nesta materialidade. Privilegiamos neste estudo, a relação entre espaço, fronteira e materialidade familiar. Portanto, buscamos informações sobre as condições de vida e produção das famílias residentes nesse espaço fronteiriço.

Nossa análise privilegiou a propriedade e os bens possuídos pelos grupos domésticos analisados. Desse modo, um dos nossos objetivos foi estudar todas as formas de família dos grupos livres tanto da elite quanto das camadas mais populares. Para tanto, a perspectiva adotada neste trabalho – inspirada em Sheila de Castro Faria e Alida Metcalf – procurou considerar que os indivíduos buscavam formar laços familiares em regiões de fronteiras como a melhor forma de sobreviver e de obter recursos materiais. Neste sentido, com base na documentação cartorária e judicial e dialogando com a historiografia, enfatizamos a importância da formação de famílias legítimas para o enraizamento e a obtenção de recursos para sobreviver em áreas de fronteira.

A fronteira foi interpretada ao longo deste trabalho como um espaço de movimento e mobilidade, marcado por uma intensa circulação e estabelecimento de homens e mercadorias, voltadas para a demanda alimentar do mercado interno. Ela foi entendida também como um local de conquista e extinção dos povos indígenas, onde a ambição e rebeldia dos brancos impulsionaram os conflitos fundiários e abriram espaços para a construção de caminhos, estradas e navegabilidade dos rios, que deram origem a algumas cidades atuais da zona da Mata mineira. A fronteira é vista aqui como uma área em expansão, que necessariamente conduz à estabilidade como a "ordenação de um cristal"[1].

Para tentar compreender de forma mais segura o universo material das unidades domésticas da área central da zona da Mata mineira, no século XIX, utilizamos no decorrer deste trabalho análises quantitativas e qualitativas. As listas nominativas e os Inventários *post-mortem* constituem as fontes principais deste trabalho. Com elas é possível conhecer a estrutura e composição das unidades domésticas e suas relações de produção. Baseamos nossa investigação, fundamentalmente, nas listas nominativas de habitantes organizadas pelo

[1] MENESES, 2000.

CEDEPLAR sob orientação de Clotilde Andrade Paiva, dos respectivos anos 1819-1822 e 1831-1832[2].

As Listas são documentos manuscritos, elaborados por distritos de paz, que contêm a relação nominal dos habitantes com algumas características pessoais e domiciliares. A maioria delas privilegia informações sobre dados do chefe de domicílio e sua família (nome, sexo, idade, estado conjugal, profissão e número de filhos), seus agregados e os escravos possuídos. A análise destas fontes nos permite identificar a população, suas características, sexo, condição étnico-social e atividades econômicas, principalmente aquelas desenvolvidas pelo chefe do fogo. Elas permitem também caracterizar a estrutura e composição dos domicílios, isto é, o número de moradores, filhos, presença/ausência de escravos e agregados, verificando quais as principais formas de sobrevivência das famílias que povoaram determinada região.

Os inventários utilizados neste estudo encontram-se sob a custódia do Fórum da cidade de Ubá, num total de 107 processos[3] que vão do ano de 1823 até o ano de 1850. Através desta fonte, pretendemos identificar o perfil socioeconômico, avaliar o patrimônio produtivo, como terras, benfeitorias, escravos, rebanhos, instrumentos e equipamentos de trabalho dos homens e mulheres que povoaram a zona central da Mata mineira, e apreender o movimento da sociedade em questão. Apesar do Inventário sobre-representar as camadas mais afortunadas da população, ele mostra-se como uma das fontes mais apropriadas para se observar em detalhes o que acontecia no interior das unidades domésticas e produtivas. Eles constituem fontes importantíssimas para tentar entender e avaliar os objetos que constituíam o patrimônio das famílias, pois neles encontram-se arrolados os bens imóveis, bens móveis, bens semoventes e o valor dos mesmos, o que nos permite avaliar a dimensão material e analisar a concentração da riqueza. Estes documentos permitem acompanhar a vida material das pessoas, observando seus bens pessoais, suas propriedades e seus comportamentos econômicos, por um determinado período de tempo, uma vez que alguns deles levam anos para serem concluídos. Portanto, a leitura dos inventários *post-mortem* nos possibilitaram apreender o universo material de um grupo social específico e os recursos que este grupo possuía no final de sua vida.

Apesar da exclusão de grande parte da população, os Inventários oferecem uma descrição detalhada da vida material dos proprietários da antiga sociedade – como argumenta Maria Lúcia Viveiros de Araújo –, seja das casas grandes, seja das pequenas[4]. Entretanto, para

---

[2] Agradecemos ao Leandro Braga de Andrade, o acesso a este banco de dados.
[3] Agradecemos ao professor Dr. Ângelo Carrara por ter-nos cedido gentilmente essas fontes documentais.
[4] ARAÚJO, M., 2004, p. 130.

adentrar no interior das unidades domésticas do passado é preciso ter sensibilidade e criatividade para observar o modo de comer, a devoção, a dieta alimentar, o vestuário, as formas de morar, as louças, os remédios e os instrumentos de trabalho de seus moradores.

> Os inventários post mortem são uma fonte que permite a observação de um momento da vida material de determinadas pessoas, como uma fotografia. Dificilmente pode-se perceber a dinâmica de processo de mudança, em termos, individuais. A análise de um conjunto de indivíduos, entretanto, permite captar o(s) movimento(s). Pode-se, por exemplo, agregar inventários em grupos específicos e perceber trajetórias de vida que se assemelham, estabelecendo-se padrões de conduta e de produção[5].

Ainda neste trabalho, tivemos a chance de trabalhar com dois livros de notas do tabelionato de Ubá, os quais nos forneceram registros sobre escrituras de compra e venda de terras, cartas de liberdade, dentre outros. Estes documentos foram importantes para que pudéssemos melhor entender a sociedade em estudo. Tais fontes nos permitem compreender o modo como o solo foi apropriado e a relação jurídica – terras próprias, terras comuns, sesmarias, posse direta e herança – identificando a forma de apropriação da terra (sítio, fazenda, porção de terras, etc.). No Arquivo Público Mineiro (APM) consultamos uma diversidade de documentos avulsos da Seção Colonial e Provincial. A natureza desta documentação nos possibilita estudar o processo de ocupação e o povoamento da zona central da Mata mineira, principalmente as formas de apropriação do solo. Os pedidos de sesmarias constituem uma importante indicação da posse da terra, ao lado dos registros de compra e venda. Eles apresentavam, em geral, o local, os limites e a região em que ficava a propriedade, entre outras informações. Esses documentos nos permitem entender o processo de ocupação e povoamento da região em estudo.

Desse modo, a partir da análise das listas nominativas e dos inventários *post-mortem*, associando-os a outros documentos de natureza variada (Livros de Nota, processos matrimoniais, requerimentos, petições, documentos oficiais), relatos de viajantes[6] e de memorialistas, pudemos interpretar possibilidades modelares de vida familiar e os processos de posse e propriedade da terra em uma economia voltada para a produção mercantil de alimentos.

O recorte temporal proposto 1808 – 1850 compreende o período em que as atividades mercantis e agrícolas encontravam-se consolidadas em Minas Gerais. O espaço

---

[5] FARIA, 1998, p. 227.

[6] ESCHWEGE, 2002; FREIREYSS, 1982; SAINT HILAIRE, 1975; SPIX & MARTIUS, 1981; LANGSDORFF…1997.

temporal justifica-se, ainda, em função dos acontecimentos sociais e políticos que marcaram o século XIX. Consideramos o ano de 1808 de suma importância para a história da capitania de Minas Gerais, devido ao impulso dado à produção de alimentos na Zona da Mata em função da vinda da família Real para o Rio de Janeiro. Nesse período, Dom João, o Príncipe Regente criou uma Lei Régia declarando uma guerra ofensiva contra os Índios genericamente chamados Botocudos[7] que tradicionalmente habitavam as margens do rio Doce[8] e seus afluentes. Na verdade tratava-se de um conjunto de medidas destinadas a fazer da Zona da Mata e do Vale do Rio Doce uma linha estratégica que possibilitasse a ocupação mais efetiva do Leste mineiro e, ao mesmo tempo, impulsionasse a produção de alimentos e a exploração dos recursos minerais[9].

Com esta Carta criava-se a Junta de Conquista e Civilização dos Índios, do Comércio e Navegação do Rio Doce dividindo as áreas cortadas pelos vales do rio Doce e Pomba em seis divisões militares, ou seja, dividia as áreas cortadas pelos vales dos rios Doce e Pomba em seis distritos e nomeava seus respectivos comandantes[10]. Com a atuação dessa Junta Militar, o gentio foi expulso de suas terras, as matas derrubadas e caminhos foram abertos para fixar famílias com origens de antigos núcleos mineradores. Famílias inteiras com a promessa de acesso fácil à terra arriscam-se a desbravar e ocupar a mata. Com o tempo a agricultura ocupa mais e mais terras para atender a demanda alimentar do mercado interno.

---

[7] Botocudos vem do termo português *botoque* ou *bodoque* e se refere a uma taboa que estes índios adaptam às orelhas e ao beiço inferior, a qual lhes serve de ornato e de reserva de "carne quando estão comendo". Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM), v.11, 1907, p.6

[8] O rio Doce nasce na Serra da Mantiqueira e corta toda a floresta tropical no leste de Minas Gerais. Tendo sua nascente na Serra da Mantiqueira, nas imediações de Ouro Preto e Mariana, ele recebe as águas de muitos rios e ribeirões: Manhuaçu, Piranga, Gualaxo, Casca, Piracicaba, Santo Antônio, Guanhães, Cuieté, Correntes, Saçui Pequeno e Grande. SILVA, J. R., 1997, p. 51. Na primeira metade do século XIX, o sertão do rio Doce era conhecido como o espaço coberto pela Mata Atlântica, que se estendia entre as áreas da região mineradora central de Minas Gerais e o litoral do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia. Essa região, conhecida atualmente como Zona da Mata, Mucuri e Jequitinhonha, foi denominada genericamente como "Sertões do Leste". Sobre o assunto ver, dentre outros, ESPINDOLA, 2005. Segundo o memorialista Demerval José Pimenta, o Leste mineiro inicia-se na confluência do Rio Paraibuna com o Rio Paraíba, delimitado a Leste e divisando pela parte com os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia até alcançar a cidade de Bertópolis. Já a oeste, ele parte a esquerda seguindo a linha divisória dos limites de Minas com os Estado do Rio de Janeiro até o alto da Serra da Mantiqueira. Por esta Serra, chega-se a Barbacena de onde prossegue pela Cordilheira Geral, local em que se encontram os divisores das águas dos Rios Grande, São Francisco e Jequitinhonha, estes os quais confluem com os Rios Doce, São Mateus e Mucuri até encontrarem-se novamente com o divisor Bertópolis. PIMENTA, 1970, p. 370-371

[9] O rio Pomba, um dos afluentes do rio Doce, teve sua nascente na Serra da Mantiqueira, no lugar conhecido como Serra do Sapateiro. Circunscrito entre as regiões de Barbacena e Rio Pomba, ele recebia as águas de vários ribeirões dentre os quais: Tigúrio, Mercês, Bonfim, São Manoel, Formoso, Passa-Cinco, Pardo, Rio Novo, Feijão Cru, Capivara e outros, e deságua no rio Paraíba. SILVA, J., 1997.

[10] A Carta Régia de 13 de Maio nomeou os seguintes comandantes: Antônio Rodrigues Taborda (1ª Divisão); João do Monte da Fonseca (2ª Divisão); José Caetano da Fonseca (3ª Divisão); Lizardo José da Fonseca (4ª Divisão); Januário Vieira Braga (5ª Divisão) e José Arruda [Leão] (6ª Divisão). Arquivo Público Mineiro (APM), Seção Colonial (SC) 334, 1808; 2 v – 3. Em 1811, foi criada a 7ª Divisão Militar. APM, SC 334, 1811: 39 v.

Desse modo, a emissão da Carta Régia de 1808 inaugurava uma nova etapa de estímulo à conquista de novos territórios, quando foi criado um projeto de ocupação e povoamento fundado em migrações internas em que parcela importante da população de áreas antigas de mineração voltava-se para a sobrevivência e às possibilidades da posse da terra em regiões cada vez mais próximas do litoral. Uma das ordens expressas nesta Carta era expulsar os índios botocudos que se encontravam na margem dos rios Doce e Pomba, e que, segundo o discurso dominante colocavam barreiras para o desenvolvimento da agricultura, nestas áreas de solos tão férteis e propícios para essa atividade. Na verdade, a Carta Régia de 1808 possibilitou a formação de uma rede povoamento composta por homens e mulheres determinados a encontrar em áreas de fronteira aberta formas de sobrevivência e riqueza, mesmo que o efeito desta determinação tivesse que recair sobre os indígenas que ora deveriam ser dizimados caso fossem "hostis" à dominação e usurpação de suas terras, ora aprisionado e/ou aldeados.

Já o marco final do nosso estudo refere-se ao ano em que se criou a Lei de Terras, quando se determinou a compra como única forma de ter acesso à terra. Além disso, é o momento no qual se criou a Comarca da Pomba, dando-lhe os municípios de Rio Pomba, Piranga e São João Nepumoceno[11].

A Zona da Mata apresentava área coberta de mata fechada, cortada por muitos rios e riachos, entremeada por colinas e morros, sendo quase toda sua extensão composta por relevo e vegetação apropriados para a principal atividade de seus habitantes, a produção agropecuária. Seu nome originou-se pelo fato de grande parte do seu território na virada dos setecentos ter sido coberto pela Mata Atlântica. O topônimo Zona da Mata foi oficializado no início da República quando o Serviço de Estatística Geral da Secretaria da Agricultura de Minas dividiu o estado em Zonas fisiográficas[12]. Além de ser uma região propícia a este tipo de produção, a Zona da Mata era também o espaço sobre o qual famílias oriundas de antigas áreas de povoamento lutavam pela sua sobrevivência. Com a diminuição dos veios auríferos em Mariana e Ouro Preto, levas e mais levas de aventureiros, deixando para trás suas terras e casas, começaram a buscar trilhas e rios que os levassem aos terrenos potencialmente férteis. Foi assim que uma enorme corrente migratória chegou à Zona da Mata, área até então escassamente povoada. Este movimento de indivíduos das regiões mineradoras em direção a zona central da Mata Mineira situa-se no contexto da ampliação da fronteira e agricultura voltada para o mercado interno. Foi ele que em grande parte modificou a paisagem das matas

[11] RAPM, v. 7, fascículos I e II, 1897, p. 372.
[12] COSTA, J.R.,1997, p. 25 *apud* REZENDE, 2008, p. 40.

fechadas e capoeiras, dando lugar posteriormente às freguesias, vilas e cidades. De um modo geral, pode-se dizer que o processo histórico do povoamento e ocupação da Zona da Mata mineira deveu-se em grande parte às condições naturais da região e à sua maior proximidade ao Rio de Janeiro, local para o qual se dirigia a maior parte da sua produção de cana-de-açúcar, milho, café, feijão, arroz, madeira e outros produtos agrícolas.

É difícil definir os limites espaciais da Zona da Mata tomando como parâmetro apenas as divisões político-administrativas, geográficas, econômicas e demográficas. As fontes não nos permitiram afirmar com exatidão onde têm início e onde terminam as linhas divisórias da Zona da Mata. Apesar disso, exercemos um esforço de delimitação do nosso recorte espacial com base nas informações presentes em relatos de viajantes, cronistas e memorialistas e de estudos já realizados.

Essa dificuldade se deve às alterações administrativas resultantes da criação, reagrupamento, supressão e extinção de paróquias, freguesias, distritos e comarcas, tão comuns na capitania/província de Minas Gerais, o que torna ainda mais complexo o nosso recorte espacial. Deste modo**,** a imprecisão dos limites geográficos no século XIX pode nos levar a interpretações nem sempre condizentes com a realidade das regiões**.**

As próprias autoridades não tinham certeza quanto ao número de distritos existentes. Assim, as linhas que demarcavam as fronteiras de Minas eram tênues e imprecisas. Segundo Maria do Carmo Salazar Martins:

> A verdade é que Minas conheceu, durante a primeira metade do século XIX, uma política administrativa dinâmica (para não dizer confusa), em que as divisões políticas, administrativa, eclesiástica e judiciária se sobrepunham, fazendo com que distritos, vilas e comarcas fossem constantemente desmembrados, reagrupados, suprimidos e reinstalados[13].

No ano de 1837, o presidente Antônio da Costa Pinto também reconhecia os problemas resultantes das confusões na divisão Civil e Eclesiástica da província. Conforme estipulado pelo decreto de 8 de novembro de 1831, as freguesias que estavam em território sujeito a diferentes municípios deveriam pertencer ao município onde estivesse estabelecida a Igreja Matriz. Com isso, muitas foram as freguesias incorporadas a municípios estranhos, ou seja, foram transferidas para outras povoações diametralmente distantes.

Em 1832, Manoel Ignácio de Mello e Souza chegou a apresentar ao Conselho Geral da Província um relatório contendo sérias críticas sobre a desorganização na Divisão Civil e

[13]MARTINS, 1990, p. 16.

Eclesiástica da Província de Minas Gerais, onde paróquias recém-criadas foram anexadas a outras por causa de sua pequena população[14].

> Criaram-se novas paróquias, anexando-se algumas poucas à outras pela sua população diminuta. (...) os povos prejudicados na união das freguesias têm reclamado (...) Lembrai-vos, Srs. que este inconveniente é comum a quase todas as nossas povoações; a descoberta do ouro, ou qualquer outro incidente atraiu o povo; a reunião fez a população, e esta dirigindo a cultura, ou suas especulações para um lado das matas, estendeu o seu território deixando os outros por descortinar; enquanto os moradores da Povoação vizinha faziam outro tanto; por isso acham-se Distritos, e Termos entranhados em outros, e lugares muito distantes da Vila a que pertencem, e mais próximos das que poderiam socorrê-los e contudo não entretêm com eles relações.[15]

Os limites territoriais do espaço mineiro sempre foram confusos em se tratando das divisões administrativas[16], particularmente em locais em que a população era rarefeita e esparsa. Isto é evidenciado pelos próprios pedidos de sesmarias. Em alguns deles, Rio Pomba aparece como pertencente ao Termo de Barbacena e em outros como ao Termo de Mariana. O requerimento de Manuel da Costa Neves denunciando a ausência de guardamoria no distrito da Pomba, nos fornece um belo exemplo de imprecisão de limites e conflitos administrativos.

> É pouco conhecido, e povoado o sertão da Pomba, muitos se tem atrevido a requerer guardamorias de lugares incógnitos, ou cujos limites se ignoram, resultando daqui pleitos, e contendas entre os guardamores, alguns dos quais até ignoram o seu distrito, que nunca pisaram[17].

Segundo Irene Rezende Nogueira, estudar a Zona da Mata de forma homogênea é uma tarefa impossível devido a sua grande extensão territorial e diversidade cultural, produtiva e até mesmo climática[18]. A autora tece críticas a João Fragoso por ele ter considerado a Zona da Mata de forma homogênea não levando em conta as suas especificidades internas e, além disso, por ter colocado o seu crescimento com o café, como se ele "se espalhasse por toda a sua extensão simultaneamente"[19]. De acordo com a autora, "Esses percalços em estabelecer e delimitar espaços é um fato presente em muitas reflexões de historiadores que se propõem trabalhar no âmbito de uma história regional"[20].

---

[14] CARVALHO, 1922, p. 103.
[15] *Ibidem,* p. 101.
[16]REZENDE, 2004, p. 63.
[17]APM, Secretaria de Governo (SG), Caixa (Cx) 56, Documento (Doc) 32.
[18]REZENDE, 2008, p. 40.
[19]I*bidem*, p. 21.
[20]REZENDE, 2004, *op. cit*., p. 41

Trabalhar com a delimitação dos espaços envolve alguns riscos. Um deles é a preocupação em adotar modelos de análise e interpretação, que acaba criando uma visão deturpada do espaço em estudo. Antes de construir regionalizações, o pesquisador deve procurar compreender que, além dos laços exclusivamente materiais, representados pelas trocas comerciais e sistemas produtivos, as relações sociais e culturais também são relevantes no processo de regionalização do espaço.

Ilmar Mattos, em um estudo sobre o Estado Brasileiro no século XIX, que atribui ao grupo saquarema[21] o sucesso pela centralização política no Império considerou que a região não deve ser reduzida a determinados limites administrativos, demográficos e naturais, pois seu espaço-temporal está intimamente articulado com a vida social dos homens e desenvolvimento de sua identidade. Para Mattos, é no jogo das identidades e oposições, na rede de relações sociais que se deve buscar a materialização dos limites dos espaços da região[22]. O autor considerou que:

> (...) a região não dever ser reduzida a determinados limites administrativos, como os das capitanias. Ela não deve ser também como referência apenas a distribuição de seus habitantes em um determinado território, definido como uma área ecológica, pois não é o fato de um grupo de pessoas habitar um mesmo território que determina o estabelecimento de uma rede de relações sociais e o desenvolvimento de uma consciência comum de pertencer a um mesmo mundo, embora seja certo que uma região não prescinde de uma base territorial [23].

Baseando-se na proposta elaborada por Marcelo Godoy, que dividia Minas Gerais em 16 unidades espaciais a partir da confrontação das informações fornecidas pelos relatos dos viajantes estrangeiros, Clotilde Andrade Paiva procurou apreender os diferentes níveis de dinamismo da economia mineira oitocentista. Analisando os relatos que apontam para a percepção que os viajantes tinham do espaço e as informações presentes nas listas nominativas de 1831/1832 pertencentes à província mineira, a autora dividiu essas unidades espaciais em três níveis de desenvolvimento de acordo com fatores físicos, demográficos, administrativos e econômicos de cada região: Alta, Média e Baixa[24].

---

[21]De Saquarema, área de produção de café do Rio de Janeiro, saiu o grupo de políticos que estaria no centro das principais decisões no Império no final dos anos de 1840, dentre eles, Eusébio de Queiroz, Joaquim Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) e Paulo José Soares de Souza (Visconde de Uruguai). MATTOS, I., 1987.
[22]*Ibidem*, p. 25.
[23] *Ibidem,* p. 24.
[24] O primeiro nível de desenvolvimento integra as regiões de caráter urbano mais expressivo, com maior densidade populacional e, que cumpriram função de entrepostos comerciais com o Rio de Janeiro: Sudeste, Mineradora Central Oeste, Diamantina e Intermediária de Pitangui-Tamanduá (Dentre as quais compreende as seguintes regiões: São João Del Rei, Barbacena, Ouro Preto, Caeté, Mariana, Sabará, Diamantina, Pitangui).

Para Alexandre Mendes Cunha:

> (...) pensar uma regionalização é necessariamente arbitrar sobre o que se deseja entender, ou seja, é dar mais destaque a algumas características em detrimento de outras, combinando recortes espaciais de aspectos econômicos, populacionais, e também do relevo, clima, hidrografia, etc [25].

Apesar dos perigos de se incorrer em erros ao traçar os limites e contornos da Zona da Mata, para fins de análise, utilizamos a divisão espacial adotada por Ângelo Carrara, o qual divide a Zona da Mata em três sub-regiões, quais sejam, a zona onte Nova, Barra Longa, Arripiados[26], Barra do Bacada Mata sul (Juiz de Fora, Leopoldina e Mar de Espanha), a zona da Mata Norte (Viçosa, Plhau[27] e Pedra do Anta), que permaneceu com o mesmo nome até os dias atuais, e a zona da Mata Central, onde se situam as cidades de Ubá[28], Rio Pomba[29], Visconde do Rio Branco[30], Viçosa[31] e outros. A porção central da zona da Mata, compreendida pelo vale do rio Pomba, como bem explica Ângelo Carrara é:

> Constituída pelos municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba até o alto do vale do rio Doce, e daí para leste até o limite com o Espírito Santo, situava-se na isaritma de 60 hectares, isto é, a área média de propriedade era menor que esse valor. Os municípios que dela participavam (Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino, Ubá, a parte setentrional de Rio Pomba, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras), tinham

---

Araxá, Sul Central, Vale do Alto Médio São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Mineradora Central Leste, Mata e Sudoeste conformam o grupo das regiões com grau de desenvolvimento médio. Já no terceiro nível encontram-se as regiões que apresentavam menor índice de desenvolvimento: Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Triângulo, Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce. Cf: PAIVA, 1996, p. 89-122

[25]CUNHA, A., 2002.

[26] Atual cidade de Araponga.

[27] Atual cidade de Guaraciaba.

[28] Em 1815, os moradores do rio Ubá receberam a autorização para a ereção de uma capela em homenagem a São Januário. O capitão-mor, Antônio Januário Carneiro, e sua mulher, Francisca Januário de Paula Carneiro, com origens em Guarapiranga, doaram o terreno para a construção da capela, que só foi concluída em 1818. São Januário do Ubá, situada entre as freguesias do Pomba e de São João Batista do Presídio, foi elevada a filial da Matriz do Pomba no ano de 1817. Mais tarde, foi subordinada à paróquia do Presídio e elevada a paróquia em 1841. Em 1853, foi elevada à vila com a criação do município, que transferiu a sede da vila do Presídio para o arraial de São Januário do Ubá. Sobre o assunto ver, dentre outros, MATA, 2002. p. 186; BARBOSA, 1995, p. 359; JOSÉ, 1965. p. 166. Sobre a participação desse capitão na abertura e melhoria das estradas de Guarapiranga ver o seguinte documento: APM, SG, Cx. 87, Doc. 09.

[29] Em 1831, a Assembléia Legislativa elevou a povoação de São Manoel do Pomba a vila, que foi elevada à categoria de cidade no ano de 1858, quando passou a ser chamada de Pomba.

[30] A freguesia de São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco), cujas terras são banhadas pelo vale do rio Xopotó e circundadas pelas Serras da Onça e São Geraldo, com limites pelo Norte e Sudoeste de Rio Pomba, foi reconhecido como capela em 1787 e como freguesia em 1810. No ano de 1834 foi elevada à condição de vila e município. Em 1853, a sede de sua vila foi transferida para o arraial de São Januário do Ubá. Sobre o assunto ver, dentre outros, BARBOSA, 1995, p. 370; RAPM, v 02, fascículo 4, 1897, p. 691.

[31]A antiga freguesia de Santa Rita do Turvo, que pertenceu até o ano de 1832 à freguesia de São Manoel dos Sertões dos Rios da Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroatos, quando foi incorporada à Vila do Presídio, foi elevada a vila em 1871, e a categoria de cidade no ano de 1874. Sobre o assunto ver, dentre outros, MACHADO, J. M., 2007. p 36; SILVA, J. J., 1997, p. 157.

> mais de 40% da superfície aproveitável ocupados por lavouras, com média de 34 habitantes por km², a mais alta de toda a região. Nesta sub-região a área média de propriedade era geralmente inferior a 35 hectares[32].

A escolha da sub-região, zona central da Mata mineira, originou-se da preocupação em focalizar uma sociedade que na primeira metade do século XIX ainda representava uma área de fronteira "aberta" em processo de expansão das atividades agropecuárias. Levamos em conta o fato de que havia um número considerável de famílias estabelecidas nesse local e também o fato de que a redistribuição das sesmarias nesta localidade ainda constituía uma realidade. A construção do seu espaço foi o resultado da interação de dois fatores. De um lado, a criação de quartéis/ presídios[33] e a montagem de expedições voltadas para a política de "civilização" e "pacificação" dos índios. De outro, a doação de sesmarias e abertura de caminhos para fixar famílias com origem de antigos núcleos mineradores. Assim, a escolha espacial justifica-se pelo fato da Junta de Conquista e Civilização dos Índios ter atuado nesta área, que foi importante para a produção mercantil de alimentos. Na porção central da zona da Mata mineira atuava a 2ª Divisão Militar do rio Doce, particularmente em São João Batista do Presídio, São Manoel do Rio Pomba, Santa Rita do Turvo e São Januário do Ubá[34].

Portanto, optamos neste trabalho, pelo eixo interpretativo que valoriza as relações entre família e economia, tentando evidenciar a importância das relações familiares para sobreviver em áreas marcadas por conflitos pela posse da terra. Para tanto, faz-se necessário descrever as características da população em relação às suas atividades econômicas e vínculos que se estabeleceram com o mercado interno. Outros elementos tiveram que ser levados em conta, por isso privilegiamos inicialmente uma abordagem sobre o processo de ocupação e

---

[32]CARRARA, 1999b, p. 13.

[33] Presídio era a unidade militar composta por uma guarnição de soldados *pedestre*s, um lugar de degredo e ao mesmo tempo um ponto de apoio na luta contra os grupos indígenas. Segundo Harulf Espíndola, pedestre era um tipo de policial que não possuía vínculos com o regimento regular, e faziam patrulhamento nas vilas ou nos matos, quase sempre sob o comando de um militar. Em 1807, no Sertão do Rio Doce funcionavam os presídios de Cuieté, Abre Campo, Ponte Nova, Santa Rita do Turvo, Pomba e São João Batista do Presídio. ESPINDOLA, 2005. p. 51. Para Eschwege, presídios são lugares onde "se estabelecem às forças militares destinadas à defesa do território ou civilização dos índios, bem como à prevenção do contrabando". Cf: ESCHWEGE, 1818, p. 62 *apud* MATA, 2002, p. 182; Freireyss, naturalista alemão que, em 26 de dezembro de 1814, chegou a São João Batista do Presídio para estudar a vida local, os costumes indígenas e a fauna e flora da região, assim explica a origem do termo "Presídio": "O Presídio de São João Batista, como todos os presídios, teve sua origem no estabelecimento de vários criminosos fugidos da justiça, que solicitaram do governo proteção contra os selvagens. Dessa proteção, por mais fraca que seja, pois, raras vezes consta de mais de dois soldados, não teriam precisado, se eles, desde o começo, não tivessem violado os mais comesinhos dos direitos humanos". FREIREYSS, 1982. p. 82.

[34] Paiva e Godoy classificaram as localidades de São João Batista do Presídio, Rio Pomba e São Januário do Ubá como situadas na Zona da Mata, já Santa Rita do Turvo na área Mineradora Central Leste. Tanto a Zona da Mata como a Mineradora Central Leste foram classificadas com o nível de desenvolvimento médio. Ver: GODOY, 1996; PAIVA, 1996.

povoamento da Zona da Mata mineira, bem como os conflitos e acordos entre índios e colonos.

Dividimos a dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo**,** procuramos estabelecer uma correlação entre a noção de espaço e região, e com ela fundamentar um conceito de fronteira. Enfocamos alguns trabalhos que buscaram demonstrar que os conceitos de espaço, de fronteira e de região estão intimamente ligados às interações sociais, culturais, políticas e econômicas, e não apenas pela conformação da natureza por si só[35]. A intenção é debater alguns estudos que problematizaram a fronteira enquanto um novo horizonte de possibilidades para a sociedade do passado. Essa discussão nos permite enfatizar que a fixação do homem na terra e a formação de famílias em áreas de fronteira foram estratégias de sobrevivência num ambiente marcado pela crescente importância da propriedade da terra como condição de *status* e como estratégia de adaptação a uma área inóspita e conflituosa. Para tanto, analisamos o processo de povoamento da sub-região central da zona da Mata mineira de Minas Gerais, que compreende aos atuais municípios de Rio Pomba, Ubá, Viçosa (Santa Rita do Turvo) e Visconde do Rio Branco (São João Batista do Presídio) e às demais localidades circunvizinhas, na primeira metade do século XIX. Uma análise pormenorizada do processo de ocupação desse espaço é importante por ele estar intimamente ligado ao movimento de expansão das atividades agropecuárias em Minas Gerais. Essa análise nos permite caracterizar a população, segundo o sexo, condição (livre, escravos), idade, cor (qualidade) e ainda mapear a expansão da fronteira agrícola.

No capítulo seguinte, e com base nas Listas Nominativas de Minas Gerais elaboradas para os anos de 1819, 1822, 1831 e 1832, e inventários *post-mortem,* é apresentado o perfil sócio-econômico da porção central da Zona da Mata mineira. Pretendeu-se observar como os primeiros colonos que se estabeleceram nesta fronteira, que de imediato encontraram a resistência por parte daqueles que já se achavam de posse do território/espaço – os índios –, contribuíram para a produção de alimentos e para o revigoramento do mercado mineiro colonial/provincial.

Para a efetivação desse capítulo, nos debruçamos particularmente sobre a renovação historiográfica que se tem produzido sobre a economia mineira nos séculos XVIII e XIX no que diz respeito principalmente sobre à importância das atividades agropecuárias no cenário regional. Estabelecemos um diálogo metodológico com essa historiografia que tem revelado a

[35]CARBONARI, 2001. p. 58.

existência de uma economia dinâmica e complexa voltada para o mercado interno, principalmente para a produção de produtos agropecuários nas Minas oitocentistas.

No capítulo três, mostramos que o crescimento econômico da região central da Mata cada vez mais atraiu indivíduos solteiros e/ou famílias inteiras com a finalidade de estabelecer-se na região e construir seus patrimônios. Mais especificamente, procuramos problematizar a questão do patrimônio familiar levando em consideração a estrutura e composição das unidades domésticas, buscando apresentar uma visão mais dinâmica e flexível em relação às formas de aquisição e transmissão dos bens materiais de algumas famílias que povoaram a porção central da Mata. Baseando-nos em fontes cartoriais e paroquiais, bem como nos estudos recentemente produzidos no Brasil sobre a história da família, procuramos contribuir com os estudos que sugerem novas perspectivas de investigação acerca da família no Brasil. Nossa análise se pauta sobre a família, especificamente nas estratégias de moradia, produção, empobrecimento e enriquecimento. Assim sendo, o domicílio enquanto conjunto de pessoas que dividem o mesmo espaço alcança importância para a compreensão do cotidiano material e das relações sociais da população dessa fronteira, na primeira metade do século XIX.

CAPÍTULO 1

A CONQUISTA E EXPANSÃO DA FRONTEIRA

> *A cultura permite ao homem não somente adaptar-se ao seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem, a suas necessidades e seus projetos*[36].

Um dos objetivos deste capítulo é estabelecer uma correlação entre a noção de espaço e região, e com ela fundamentar um conceito de fronteira. Pretendemos enfocar alguns trabalhos que buscaram demonstrar que o conceito de espaço, de fronteira e de região está intimamente ligado às interações sociais, culturais, políticas e econômicas e não apenas pela conformação da natureza por si só[37]. A intenção é debater alguns estudos que problematizaram a fronteira enquanto um novo horizonte de possibilidades para a sociedade do passado. Essa discussão nos permite enfatizar que a fixação do homem à terra e a formação de famílias em áreas de fronteira foram estratégias de sobrevivência num ambiente marcado pela crescente importância da propriedade da terra como condição de *status* e como estratégia de adaptação a uma área inóspita e conflituosa.

O objetivo principal é analisar o processo de ocupação e povoamento da área central da zona da Mata de Minas Gerais, que corresponde aos atuais municípios de Rio Pomba, Ubá, Viçosa (Santa Rita do Turvo) e de Visconde do Rio Branco (São João Batista do Presídio) e às demais localidades circunvizinhas, na primeira metade do século XIX. Para tanto, é necessário compreender como se deu o processo de apropriação do seu solo, principalmente a partir da conjuntura administrativa produzida pela Lei Régia de 1808, momento este em que os vales dos rios Pomba e Doce adquirem maior importância relativa no contexto colonial. Mostramos que a partir deste ano intensificou-se neste território o trânsito das expedições militares contra os grupos indígenas – vistos como "bravos" pelos colonizadores – como estratégia para expandir novas unidades produtivas e manter a regularidade da produção de alimentos. O discurso colonizador que colocava os Índios Botocudos como inimigos, que deveriam ser exterminados caso resistissem à civilização e à ocupação de suas terras, serviu, enfim, para

---

[36] CUCHE, 1999, p. 10.
[37] CARBONARI, 2001. p. 58.

incrementar o cultivo agrícola nos espaços fronteiriços com o objetivo de fornecer gêneros para a sustentação da população e favorecer o dinâmico mercado interno. Neste período, a Zona da Mata sofreu uma expansão notável, consolidando o processo de desbravamento e povoação do seu território e aumentando os recursos humanos e materiais.

Uma análise pormenorizada do processo de ocupação e povoamento da Zona da Mata é importante por estar intimamente ligado ao movimento de expansão das atividades agropecuárias em Minas Gerais. Assim, procuramos compreender, à luz dos debates historiográficos atuais, como essa área teria funcionado como um espaço privilegiado para as investidas portuguesas e controle da população, bem como um local destinado à produção de alimentos voltada para um dinâmico mercado interno.

Utilizando como fontes as listas nominativas, requerimentos e petições, analisamos as características gerais da população segundo o sexo, condição (livre, escravos), idade e cor (qualidade), e, ainda mapeamos a expansão da fronteira agrícola. A pesquisa aos processos, petições e requerimentos enviados pelos habitantes à Junta Militar de Conquista e Civilização dos Índios e ao governador permite-nos observar como os diretores e comandantes militares dessa Junta participaram do processo de expansão da fronteira e organização dos espaços da área central da Mata mineira.

1.1. Uma discussão sobre a noção de fronteira

O diálogo mais fluido entre História e Antropologia resultou numa nova prática historiográfica, a micro-história, cuja abordagem metodológica da pequena escala consegue reconstruir a densa rede de relações que formam determinada comunidade. Com a substituição dos critérios de análises mais gerais pela redução das escalas de observação, cada comunidade torna-se uma realidade complexa, fornecendo múltiplas formas de espaços e regiões, que um olhar mais estrutural impediria de visualizar[38]. Neste sentido, se procuramos conceituar espaço e região, devemos nos situar no plano das representações sociais, ou melhor, nas relações de forças motivadas por determinações econômicas e, sobretudo, pelos interesses dos grupos dominantes. Há sempre uma tendência dos grupos dominantes em ampliar sua área de dominação através dos recursos da natureza no sentido de intensificar seus interesses

[38] CARBONARI, 2001, p. 30.

particulares ou tentar reestruturar sua economia. Como afirmou Carl O. Sauer, o homem seleciona as qualidades físicas das paisagens que lhes são ou possam servir de *habitat* e que ofereçam potencial suficiente para modificá-las[39].

Marcelo Magalhães Godoy e Alexandre Mendes Cunha, em seus estudos sobre o processo de diferenciação econômico-espacial e regionalização de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, afirmaram que as marcas da paisagem natural (hidrografia, relevo, vegetação, etc.) só constituem categorias de percepção do espaço quando ocorre o movimento de ocupação efetiva das áreas. Em outros termos, o avanço da população sobre áreas abertas e sua apropriação econômica é que marcariam as transformações e as categorias de percepção do espaço[40]. Sobre essa interação homem – meio, vejamos os argumentos de Jean-Marc Besse:

> De que a paisagem é produzida? Tradicionalmente a resposta seria: a paisagem é o produto das interações, das combinações entre um conjunto de condições e de contrições naturais (geológicas, morfológicas, botânicas etc.) e um conjunto de realidades humanas, econômicas, sociais e culturais. São estas interações que, no tempo e no espaço, respondem pelas mutações percebidas nas paisagens visíveis. A paisagem é o efeito e a expressão evolutiva de um sistema de causas também evolutivas: uma modificação da cobertura vegetal ou uma mudança nos mecanismos da produção agrícola se traduzem nas aparências visíveis.[41]

Apesar da influência cada vez mais evidente das condições físicas sobre a vida material do homem, um só caráter não é suficiente para conceituar o termo "região". Seu significado pode variar de disciplina para disciplina, bem como de uma classificação para outra[42]. As explicações para se entender as divisões territoriais, por exemplo, não podem ser somente buscadas nas condições impostas pela natureza à atividade humana. A importância dos debates nos trabalhos publicados na Enciclopédia Einaudi, consiste justamente em chamar a atenção para os procedimentos de pesquisas e para as questões teóricas das análises sobre o termo região e fronteira. As discussões sobre esses trabalhos demonstraram que, por exemplo, de acordo com a perspectiva de análise a noção de região pode sofrer variações. Existem, por exemplo, regiões administrativas, regiões naturais, regiões econômicas, etc[43]. Na ciência política, a palavra região tanto pode "ser aplicada a uma fração dum Estado ou duma nação,

---

[39] SAUER, 2004.
[40] CUNHA, A., 2002, p. 10.
[41] BESSE, 2006, p. 66.
[42] GIL, 1986, p. 161
[43] *Ibidem*, p. 162-164.

como um agrupamento de Estados ou de nações, próximos pelas suas características econômicas, políticas ou culturais e, geralmente, pela sua situação geográfica"[44].

Se nos voltarmos para o plano político seja de qualquer sociedade, veremos que foi o poder que condicionou e organizou os seus espaços. Neste sentido, as linhas divisórias dos Estados ou regiões são os resultados da história criada pelo homem, que se expressa em suas relações sociais e atividades econômicas. São estas interações sociais e econômicas que modificam o espaço e que fornecem o princípio de organização regional, e não apenas as montanhas, o relevo, o clima e a vegetação. O livro de Ilmar Mattos *O Tempo Saquarema* tornou-se um referencial importante para a compreensão das relações sociais no processo de regionalização dos espaços:

> (...) a região possui uma localização espacial, este espaço já não se distingue tanto por suas características naturais, e sim por ser um espaço socialmente construído, da mesma forma que, se ela possui uma localização meramente temporal, este tempo não se distingue por sua localização meramente cronológica, e sim como um determinado tempo histórico. Deste modo, a delimitação espácio-temporal de uma região existe enquanto materialização de limites dados a partir das relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais[45].

Pode-se dizer que essas relações de poder aproveitam-se da conformação dos ambientes naturais para delimitar seus limites territoriais. Márcia Motta, considera o território como elemento revelador de uma dinâmica de luta social pelo direito à terra e não apenas como expressão de apropriação geofísica.[46]

Neste sentido, o território é constituído por lugares com uma ampla diversidade de relações econômicas, sociais, naturais e políticas. Como exemplo disso vejamos parte da Resolução do ano de 1848 que fixava os limites das freguesias de Arripiados, Ponte Nova e São Paulo do Muriaé:

> Ficam pertencendo ao Distrito da Glória do município do Presídio todas as vertentes do Rio Preto até a barra do Ribeirão Vermelho, servindo de divisa este mesmo Ribeirão até as suas cabeceiras, e da sua barra atravessando o Rio Preto em rumo direito até a cachoeira encoberta no Rio da Glória, e daí a fazenda de Bento Rodrigues, e desta Serra do Gavião [47].

---

[44] GIL, 1986, p. 161.
[45] MATTOS, I., 1987. p. 24.
[46] MOTTA, 1998. p. 81.
[47] APM – R (SC). Leis mineiras. 1848. Coleção das Leis da Província.

Francisco Eduardo Andrade afirmou que o diálogo entre a história e a geografia contribui para um maior aprofundamento da análise das relações sociais que em determinado espaço foram construídas, bem como possibilita compreender os elementos conformadores dos limites de determinada região[48]. Assim sendo, podemos dizer que o espaço físico pode interferir na distribuição e aglomeração da população, os habitantes da área central da Mata, por exemplo, buscavam residir nas proximidades das margens dos rios[49] e ribeirões, locais em que o clima era mais ameno e o solo mais fértil[50].

Conforme demonstrou Jean - Marc Besse, a geografia física não é capaz de explicar inteiramente a história, mas a história também jamais poderia se desenvolver sem que os homens, seus atores, pisassem no solo da terra e como estratégia de sobrevivência usufruíssem seus recursos naturais, como defendeu o geógrafo Friedrich Ratzel.[51] A apropriação da paisagem física é de importância fundamental para o homem se expressar culturalmente, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem é formada. Neste sentido, o *habitat* humano e a paisagem apropriada não são impostos pela natureza, mas sim pela própria mente humana. Deste modo, a força que modela e organiza os espaços está na própria cultura.

Nessa mesma perspectiva de análise, Ângelo Carrara argumenta que em história "uma região é bem mais do que o solo: é antes de tudo a história que sobre ele se desenrolou: o vocabulário, a culinária, as festas, os santos de devoção, a música. Tudo o que hoje é considerado herança imaterial de uma sociedade"[52]. Segundo ele, os estudiosos interessados em estabelecer regionalizações em Minas devem analisar o processo histórico de ocupação e de uso do solo, e procurar fazer com que esta divisão regional ultrapasse as fronteiras de Minas. Ele destacou também que um "processo de ocupação e uso do solo é feito por grupos de pessoas que, portadoras de uma herança imaterial – comum ou não, terão inevitavelmente que estabelecer relações entre si. É a partir delas que será construída a identidade regional"[53].

Em seus estudos sobre a noção de espaço e região, o geógrafo Vidal de la Blache demonstra que a "idéia", "o gênero de vida", "as necessidades do grupo" interpõem-se entre o ambiente natural e os homens[54]. "A noção de gênero de vida permite lançar um olhar sintético sobre as técnicas, os utensílios ou as maneiras de habitar das diferentes civilizações: ela os

---

[48] ANDRADE, F., 2008.
[49] A zona da Mata central está situada nas áreas banhadas pelos rios Pomba, Xopotó, Muriaé e Bagres.
[50] Para se ter uma idéia da riqueza e fertilidade da zona da Mata central, basta mencionar que Rio Pomba contava com 57 cachoeiras, 14 ilhas, 23 ribeirões e 5626 córregos**.** RAPM, v. 2, fascículo 4, 1897, p. 692.
[51] BESSE, 2006, p. 67.
[52] CARRARA, 2006.
[53] *Ibidem*
[54] GIL, 1986, p. 167.

organiza na sucessão dos trabalhos e dos dias e assinala como se relacionam hábitos, maneiras de fazer e paisagens"[55].

O que o autor pretende demonstrar com tais argumentos é que as técnicas e os utensílios que os homens fabricam são produzidos por eles de acordo com as suas necessidades, e são os elementos fornecidos pela natureza que os possibilitam criar essas formas materiais para melhor se adaptar ao contexto em que vive. Esse geógrafo tentou mostrar a importância das análises das coleções de artefatos para melhor compreender as relações entre os homens e seus ambientes[56]. Vidal de la Blache procurou valorizar a relação homem-natureza adotando uma postura crítica contra o determinismo geográfico. Para ele, o homem não seria determinado pelas condições naturais, pelo contrário, ele é um agente transformador do meio em que vive. Em outros termos, "a posição do homem e suas realizações constituem explicitamente o último e mais importante fator e formas na paisagem"[57].

A fronteira sempre foi vista como um lugar de "encontro de povos" que assumiram para si a responsabilidade de conquista, defesa e expansão do território. Um ambiente de encontro de diferentes culturas e ao mesmo tempo de construção de uma nacionalidade. Essa noção sofreu variações teóricas ao longo do tempo: de uma dimensão político-militar fundamentada num processo de ocupação e defesa do território, passou a um enfoque sócio-econômico, onde foi entendida como uma área de terras livres que "acabou por converter-se em símbolo de unidade nacional"[58]. Em alguns estudos a fronteira foi analisada enquanto um espaço de moradia de "feras", como os índios bravos ou quilombolas; e uma alternativa de vida para os vadios e pobres que não encontravam trabalho nas vilas. Já para os mais bem situados na sociedade, principalmente para os donos de escravos, a fronteira significava obter terras para adquirir ou aumentar seu patrimônio[59].

O conceito de fronteira criado por F. J. Turner em 1893 fundamentou a interpretação de que a formação do caráter nacional americano e de suas instituições forjou-se no movimento de expansão das populações para o Oeste[60]. A expansão territorial estadunidense "possibilitou que cada grupo de colonos se deparasse com condições adversas: a natureza em seu 'estado selvagem' e os 'povos primitivos'"[61]. Para Turner, a fronteira era o lugar de

---

[55] PAUL, 2001. p. 33.
[56] *Ibidem*
[57] SAUER, 2004. p. 16.
[58] SARA ORTELLI, 2006, p. 22.
[59] Ver: AMANTINO, 2008; SILVA, C. N., 2007; VENÂNCIO, 2000.
[60] SARA ORTELLI, *op. cit*., p.14.
[61] *Ibidem*

encontro entre a barbárie e a civilização, onde a abundância de terras livres oferecia a todos os homens do Leste americano e da Europa a oportunidade de adquirir um pedaço de terra e se tornar um membro independente da sociedade. A fronteira enquanto "válvula de escape" dos problemas sócio-econômico e espaço de luta dos pioneiros americanos para nela se fixarem, foi o grande motor da democracia nos Estados Unidos. Turner aponta também que, a abundância de terras livres na fronteira Oeste, na medida em que conformou a democratização e fortaleceu a iniciativa individual, consistiu no principal fator de americanização do colonizador. Ao observar a importância do caráter móvel da fronteira na formação da sociedade americana, ele salienta que as condições naturais e sociais sempre novas encontradas pelos colonos europeus na América os obrigaram a renunciar às suas tradições e se adaptar ao novo ambiente em que viviam. Assim a fronteira significa movimento. E é este movimento que ajuda a explicar a formação da nacionalidade americana, ou seja, a singularidade americana era fruto da fronteira[62].

O conceito de "fronteira" proposto por Turner, deve ser entendido como um "espaço", onde o homem se defrontou com um outro "homem" que ele não conhecia e que era estranho ao contexto em que ele vivia, e que acabou por gerar conflitos e adaptações originários de comportamentos e mentalidade novos. A fronteira, na perspectiva de Turner, segundo Célia Nonata da Silva, é vista como um lugar de oportunidades, de novos comportamentos sociais e valores morais, decorrentes da experiência histórica da conquista e colonização norte-americana[63] .

A partir da tese Turneriana estabeleceu-se um conceito de fronteira geográfico-político e outro ligado a um processo ocupacional de terras para conquistar e/ou colonizar. "A fronteira é compreendida, então, como uma franja extrema de uma região de baixo povoamento ou colonização que avança para áreas mais despovoadas, sob a tutela e o incentivo do Estado"[64] .

Essa idéia do movimento é recorrente na historiografia paulista. Nos anos 50 do século XX, o pesquisador Sérgio Buarque de Holanda, preocupado em apresentar a história dos antigos habitantes de Piratininga em seu livro *Caminhos e fronteiras*, divulgou a idéia do paulista desbravador de uma "fronteira em expansão", a partir do conceito de fronteira de Turner. Ao buscar recuperar a ocupação e transformação do Sertão Oeste brasileiro, ele chamou a atenção para a resultante da interação entre duas culturas: a adventícia, identificada

---

[62] Ver dentre outros, SARA ORTELLI, 2006; SILVA, C., 2007; METCALF, 1992.
[63]SILVA, C., 2007. p. 70.
[64] CARBONARI, 2001. p. 47.

pelos bandeirantes e seus descendentes, e os antigos naturais da terra, associada aos indígenas. Em contraponto à interpretação de Turner sobre a formação do caráter nacional americano, ao utilizar vestígios da cultura material, tais como caminhos, objetos, alimentação e medicação, Sérgio Buarque de Holanda buscou recuperar a imagem do indígena destacando suas contribuições no processo de expansão e ocupação paulista, negando que a dicotomia barbárie/civilização, assim como natureza/cultura fossem válidos para interpretar a formação do Brasil.

Através da análise da cultura material, Sérgio Buarque de Holanda reconstitui diversos aspectos do cotidiano na fronteira. No capítulo intitulado *Veredas de Pé Posto*, o autor procurou demonstrar que as entradas dos bandeirantes a pé no sertão, seguindo os rudimentares caminhos e técnicas indígenas lhes garantiram a sobrevivência nas densas florestas tropicais, serras íngremes e em rios caudalosos e encachoeirados.[65] Neste trabalho, o autor descreve com maestria a forma como os adventícios distanciam-se dos seus hábitos e costumes europeus para adotar os das populações indígenas. Ele afirma que ao seguir as primitivas vias de comunicação e herdar dos índios a capacidade de orientação nas brenhas selvagens, marcadas por matas espessas ou montanhas íngremes, os colonizadores em seus "movimentos" que se expandiam rumo ao sertão e à costa, expandiram "fronteiras", ocuparam e povoaram territórios.

O índio abriu e explorou caminhos que mais tarde foram pisados pelas bandeiras, tendo aquele contribuído de modo definitivo para marcar a fisionomia da terra[66]. Essas vias de comunicação por serem geralmente estreitas exigiam que os viandantes seguissem em fila simples[67]. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, os bandeirantes em suas aventuras desbravadoras nos locais de difícil acesso, "não levavam calçados, esparramando como os índios, toda a planta dos pés pelo chão ao andar, e virando os artelhos um pouco para dentro, o que diminuía o cansaço e facilitava em muito a marcha"[68].

Na concepção de Holanda, o caminho funciona como uma fronteira "entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos"[69], um sentido simbólico de trânsito cultural, onde os indivíduos não apenas seguem os passos de quem os antecedeu, como também pisam exatamente sobre as marcas já deixadas no solo. Neste

---

[65] HOLANDA, 1994.
[66] *Ibidem*, p. 33.
[67]Wegner considera que a proximidade entre a tese de Turner e de Sérgio Buarque de Holanda diz respeito exatamente à essa dinâmica de adaptação do europeu ao nativo, proporcionada pela fronteira. WEGNER, 2000, p. 145
[68] HOLANDA, *op. cit.*, p. 19-35.
[69] *Ibidem*, p.11.

sentido, o aproveitamento das estreitas trilhas indígenas e de suas técnicas foi primordial para os primeiros colonos e seus descendentes, com o objetivo de incorporar novas terras para o domínio português, e, conseqüentemente, para o início do processo de sua americanização[70]. Sérgio Buarque de Holanda ao analisar as marcas deixadas no solo pelo indígena e seu caminhar em pé posto, afirmou que:

> Assim como o branco e o mameluco se aproveitaram não raro das veredas dos índios, há motivo para pensar que estes, por sua vez, em muitos casos, simples sucessores dos animais selvagens, do tapir especialmente, cujos carreiros ao longo dos rios e riachos, ou em direção a nascentes de águas, se adaptavam perfeitamente às necessidades e hábitos daquelas populações. Hábitos a que o europeu e seu descendente tiveram de acomodar-se com freqüência nas viagens terrestres e que muitos sertanejos ainda conservam[71].

Neste sentido, não há dúvida de que o índio é o verdadeiro povoador, desbravador e explorador, pois foi ele quem primeiro abriu os caminhos e trilhas que posteriormente seriam percorridos pelos bandeirantes, cabendo a estes identificar essas vias de passagem para ocupar e povoá-las efetivamente pelo seu grupo étnico. Laura de Mello e Souza afirmou que a fronteira móvel constituiu a "nossa civilização", ou seja, foi “nos espaços abertos e nas zonas distantes que se passou boa parte da história da colonização lusitana na América”[72].

Um exemplo da influência indígena no processo de desbravamento e ocupação de áreas abertas pode ser observado no diário do Alferes João do Monte da Fonseca, um dos comandantes responsáveis pelo patrulhamento e abertura de clareiras no interior da área central da Mata mineira no oitocentos. Ele relatou as suas experiências e a de seus soldados na abertura e construção do caminho que ligava Minas aos portos da Capitania do Espírito Santo. Segundo as informações presentes em seu diário, ele partiu de sua fazenda em Ponte Nova, aos 11 de junho de 1815 e, depois de marchar durante o dia inteiro sem nenhuma novidade pela frente, à noite foram surpreendidos pela presença de uma onça, mas logo mataram-na sem nenhuma dificuldade. Dois dias depois se estabeleceram temporariamente nas margens do Ribeirão de Santana e presenciaram assustadoramente o efeito devastador do temporal da noite anterior, “raras foram as árvores que escaparam aos seus estragos; e obstruindo o

[70] WEGNER, 2000, p. 146.
[71] HOLANDA, 1994, p. 34.
[72] SOUZA, L.1997, p.42.

caminho pelos paus, [eles] dificultosamente chegaram finalmente ao [Descoberto[73]] de Arripiados"[74].

Depois dessa pousada, João do Monte marchou em direção ao Quartel da Glória nas proximidades de São João Batista do Presídio com mais dez soldados e também dez índios, "carregando cada um deles, além de espingarda e mochila, meio alqueires de farinha", que possivelmente lhes serviriam de alimentação durante suas entradas pelas matas fechadas. No dia 27, nas bordas do rio Carangola, João do Monte acabou se perdendo da tropa que o seguia e levavam suas bagagens e alimentos. Segundo seu relato: "forçoso foi aquatelar-me no Rancho da Paina e valer-me dos anzóis, para ter peixe, o qual se comeu assado sem sal, mas com bom apetite"[75].

Seguindo os passos dos índios, ele e os seus soldados saíam em busca de novas áreas a fim de explorar seus rios e afluentes, abrir novos caminhos, incentivando a fixação de populações atraídas pelo acesso fácil à terra e pelas vias de comunicação que faziam ligação com o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Embora as intempéries naturais e as represálias indígenas os tornassem fatigados, os expedicionários seguiam em frente em sua tarefa de conquista e ocupação territorial. Tratava-se de uma prática militarista de completa dizimação das populações indígenas e usurpação de suas terras para o estabelecimento de cultivos agrícolas destinados a fornecer os gêneros suficientes para sustentar a população local e abastecer os mercados mais próximos[76]. Utilizando a tradição oral e os mapas, os entrantes guiavam-se pelas matas fechadas acompanhados de índios domesticados. "A experiência de uns facilitava o caminho de outros"[77].

No entanto, para empreender amplas incursões em todas as direções necessitava-se que fizessem parte das expedições militares homens imbuídos de coragem para seguir avante pelas matas virgens e enfrentarem a resistência dos índios botocudos. A falta de soldados interessados e perseverantes para atravessarem regiões inóspitas foi um problema muito comum enfrentado pela Junta Militar. As adversidades que os soldados encaravam no patrulhamento das estradas e povoados, tais como a falta de remédios para as "moléstias" que

---

[73] É um termo utilizado para se referir ao local onde se encontra ouro em quantidades suficientes para sustentar sua exploração.
[74] Para facilitar a leitura, optamos por modernizar a grafia dos documentos.
[75] APM, SG, Cx. 95, Doc.69.
[76] Encontramos documentos envolvendo os soldados da 2ª Divisão Militar na dizimação de mulheres e crianças indígenas, entre eles: APM, SG, Cx. 121, Doc. 18.
[77] SILVA, M. B, *op. cit.*, p. 149.

os acometiam nos matos, o medo constante que eles sofriam da represália dos botocudos fez das deserções aspecto cotidiano durante as expedições militares[78].

Como podemos observar, João do Monte incorporou a presença indígena em sua expedição militar seja para servir de guia pelas matas fechadas e caminhos tortuosos ou para lhes proteger dos ataques dos animais ou da represália de índios hostis à expansão da fronteira. O papel indígena foi fundamental tanto no que diz respeito à transmissão de seus conhecimentos e técnicas, quanto para a viabilidade dos interesses econômicos metropolitanos na América portuguesa. Desse modo, estes povos tiveram papel relevante no processo de organização do espaço e legitimação do poder metropolitano na área central da Zona da Mata mineira.

Regina Horta Duarte em seu trabalho sobre a atuação de Teófilo Otoni na região do Mucuri afirma que: "Índios, matas e rios apareciam como forças naturais a serem domadas, assim como a barbaridade artificialmente criada pela política imperial e a ser dominada pelos esforços civilizadores contidos nos ideais da Companhia de Navegação do Vale do Mucuri"[79].

O que importa aqui acentuar é que além dos obstáculos oferecidos pelas matas espessas e despenhadeiros, existiam outros perigos que a expansão da fronteira ocasionava aos entrantes. Os mantimentos, por exemplo, se perdiam e a pólvora se molhava quando fortes chuvas caiam inesperadamente. Quando isso acontecia, os entrantes ficavam sem recurso caso não houvesse alguma roça de mantimentos nas margens das estradas onde pudessem adquirir feijão, arroz, farinha de mandioca, milho, aguardente etc., Além dessa dependência dos sertanistas em relação aos mantimentos que consigo carregavam ou que poderiam adquirir em roças mais próximas, como disse Maria Beatriz Nizza da Silva, "eles temiam as onças e as cobras", por isso evitavam adormecer "sem terem junto de si espingarda ou pistola com que pudessem defender-se destes perigosos animais".[80] Ao percorrerem uma região com baixa densidade populacional eram obrigados a pernoitar ao relento, e quando viam-se atacados por alguma enfermidade podiam contar apenas com as ervas medicinais locais ou com alguma droga de botica que consigo carregavam.[81]

Ao tecer críticas sobre a noção de "vazio demográfico", Renato Pinto Venâncio nos alerta para o fato de que a expansão da fronteira realizou-se em regiões que já eram ocupadas por povos indígenas e quilombolas, por isso, não se pode dizer que o processo de conquista de novos espaços pelo poder metropolitano tenha sido feito em áreas despovoadas. Segundo o

---

[78] APM, SG, Cx. 104, Doc. 08
[79] DUARTE, 2002, p. 34.
[80]SILVA, M. B., 1999, p. 151-152
[81] *Ibidem*, p. 152.

autor, as cartas de sesmarias outorgadas aos entrantes, desde o início dos setecentos, em que mencionavam sistematicamente as expressões "com risco e gentio" ou "livre do gentio"; "ao gentio que todos os anos experimentava mortes e estragos", "afugentou negros fugidos" ou que havia na região "quilombo de calhambola", desafia a noção de vazio demográfico[82] .

O termo "fronteira", para Célia Nonata da Silva, remete-se a um espaço geográfico que é visto como um local de atuação grupos criminosos e vadios e criminosos, de acordo com a justiça oficial da época. Para Silva, a tradição sertaneja é uma forma de cultura nova que se originou a partir da mistura de outras formas culturais que se encontram na fronteira[83]. Para Carlos Leandro Esteves: "a fronteira é um espaço privilegiado da produção de antagonismos e laços de solidariedade, da afirmação e negação de identidades, da (re) elaboração de representações, da (re)invenção de lendas e tradições, do (des) encontro dos homens, dos conflitos e das conquistas materiais"[84].

A análise do processo de povoamento, as formas de ocupação, as redes de sociabilidades, produção e riqueza em zonas de expansão é fundamental para se entender o significado de fronteira. Trabalhos recentes sobre a família no Brasil evidenciaram o quanto as condições materiais e a forma de herança no período colonial influenciaram o povoamento e ocupação das áreas de fronteira. Um exemplo contemporâneo de uso das teses "turnerianas" no Brasil é o trabalho de Alida Metcalf *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580 – 1822.* Ao analisar as estratégias de sobrevivência das famílias de Santana de Parnaíba no período colonial brasileiro, a autora argumenta que uma pequena elite, utilizando os recursos "típicos de fronteira" converteu – se num grupo rico e poderoso. A diferença que aqui nem todos se beneficiaram destes recursos[85].

Ao traçar a herança das atitudes culturais e dos recursos econômicos, de geração a geração, das famílias de Santana do Parnaíba, entre 1500 e 1822, a autora ao mesmo tempo em que delineou a expansão da fronteira agrícola, buscou mostrar que as análises das estratégias de sobrevivência das famílias nas fronteiras são fundamentais para se compreender a colonização desta região do Brasil e as origens da estratificação social brasileira. Os recursos da fronteira, tais como a possibilidade da posse da terra, de acordo com a autora, foram se transformando em propriedade privada e concentrando-se nas mãos de poucas famílias. Em outras palavras, os homens de Santana do Parnaíba, muito raramente as mulheres, ao dirigirem-se para o Oeste de São Paulo em busca de riqueza e poder, geraram a apropriação

---

[82] VENÂNCIO, 2000, p. 184.
[83] SILVA, C. N., 2007, p. 81.
[84] ESTEVES, 2005, p. 228.
[85] METCALF, 1992.

desigual dos recursos desse espaço fronteiriço. Estaria aí uma das explicações das origens das desigualdades da sociedade brasileira[86]. Algumas famílias aí residentes concentraram recursos em suas próprias mãos e influenciaram instituições locais, com o que obtiveram vantagens sociais e ajudaram a criar e reforçar as classes sociais. Na perspectiva de Turner, Metcalf reconheceu que a fronteira desempenhou um papel importante no desenvolvimento do Brasil, o qual dependeu em grande parte da acessibilidade às terras e recursos das fronteiras, bem como da usurpação das terras dos índios. Desde jovens, os homens entravam no sertão, enquanto as mulheres permaneciam nas vilas. Muitos destes que migravam chegavam em alguns momentos, a ultrapassar a posição social que seus pais desfrutavam no local de origem. Deste modo, explorar o sertão era uma estratégia utilizada pela elite para abocanhar fortunas e ampliar seu patrimônio.

Seguindo o modelo proposto por Alida Metcalf, Costa Paiva observou em seus estudos sobre Campinas na primeira metade do século XIX, que a ocupação de novas terras estabilizou as populações através da agricultura comercial da cana-de-açúcar. Nesta sociedade, de acordo com a autora, diferentemente do que percebeu Alida Metcalf[87] para a sociedade de Parnaíba, a herança das terras se dava em linhagem masculina (patrilinear), onde o filho varão se tornava o líder da família. As alianças familiares favoreciam os genros somente em situações especiais tais como, quando não tinha recursos suficientes para expandir o fundo patrimonial através do envio de seus filhos varões à ocupação de áreas de fronteira, ou quando o genro se apresentava com algum potencial extraordinário para liderar novas gerações em relação aos filhos varões existentes[88]. Neste estudo a autora trabalhou com a hipótese de que, alguns filhos das famílias de elite de Campinas se dirigiram para a ocupação de novas terras, com a missão de criar fazendas e aumentar a fortuna do grupo familiar, tornando-os, assim, líderes em potencial de suas famílias de origem[89]. Estes filhos de elite quando contraíam matrimônio nestas áreas de povoação recente, promoviam a circulação de mulheres e os dotes de seu respectivo estamento social. Com isso, criava-se uma duplicidade de práticas: a matrilinear figurando concomitantemente com a patrilinear[90]. A diferença entre os resultados das análises de Costa e Metcalf, é que no estudo daquela historiadora o genro se tornava líder da família somente na ausência da prole masculina, que detinha o papel fundamental de desbravar o sertão à oeste e aumentar a riqueza familiar.

---

[86]METCALF, 1992.
[87] O genro se tornava o líder da família através dos dotes, uma vez que a transmissão de terras era matrilinear.
[88]COSTA, D. I., 2005, p. 43.
[89] *Ibidem*, p. 45.
[90] *Ibidem*, p. 46.

Outros estudos evidenciaram que a abundância de terras (fronteira aberta) exerceu grande influência nas estratégias de sobrevivência das famílias de elite. Com o esgotamento dos recursos característicos de ocupações mais antigas, as oportunidades dessas famílias tornaram-se limitadas e fez com que a herança paterna já não pudesse beneficiar a todos os filhos, sem a fragmentação e o enfraquecimento do patrimônio. Umas das alternativas encontradas para impedir a falência dos bens foi incentivar a migração de seus filhos homens mais e jovens para as regiões fronteiriças evitando a limitação dos bens patrimoniais através da herança. Neste sentido, a migração funcionava como uma opção permanente nas estratégias de sobrevivência das famílias, as quais buscavam uma solução para o esgotamento dos recursos característico de sua terra de origem[91].

Segundo Carlos Bacellar, a migração de uma área para outra, algumas vezes, resultava da ausência de candidatos a cônjuges, provocada pelo desequilíbrio numérico entre os sexos, nos setores mais enriquecidos da população. Este fato funcionava como uma ótima oportunidade para a busca de parceiros e formação de aliança entre grupos familiares de localidades distintas com o interesse em estabelecer complexas formas de concentração e transmissão de fortunas. Segundo o autor, embora entre a população mais despossuída não estivesse em jogo grandes patrimônios, o interesse em migrar partia da necessidade em recorrer a cônjuges naturais de outras localidades para compensar a balança desfavorável em termos de contingente masculino[92]. Sobre essa mobilidade espacial acentuada de boa parte da população livre afirmou Paulo Eduardo Teixeira que: "Era uma realidade na vida de homens e mulheres que muitas vezes transitavam de um lado para outro à procura de um lugar melhor para se viver, e mesmo como uma forma de expressar a liberdade num mundo em que a escravidão restringia possibilidade para muitos"[93].

O estudo de Isabel Teresa Creão Augusto sobre a composição material dos domicílios de Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808-1830), também demonstra que uma das estratégias das famílias de elite para a manutenção do seu patrimônio foi o de enviar seus filhos varões em direção ao povoamento e ocupação de novas terras. Da mesma forma, os genros que apresentavam algum potencial de liderança e coragem passavam a cumprir o papel dos filhos varões no seio das famílias que apresentavam inexistência destes[94].

Esses trabalhos que abordam o patrimônio das famílias, com maior ou menor intensidade, enfatizam o dinamismo e o avanço conseqüente das populações sobre as áreas

---

[91]Ver: NAZZARI,1990; METCALF, 1992; FARIA, 1998; BACELLAR, 2001**;** OLIVEIRA, M. R., 2005.
[92] BACELLAR, *op. cit*., p. 49.
[93] TEIXEIRA, 2004, p. 215.
[94]AUGUSTO, 2007, p. 43.

abertas como mecanismo de sobrevivência e obtenção e/ou ampliação dos seus recursos materiais das famílias ou indivíduos. Em outros termos, mostram a fronteira como uma área de terras livres em contínuo recesso junto ao processo de colonização. De acordo com Laura de Mello e Souza, foi nas fronteiras abertas que "homens cada vez mais familiarizados com hábitos de privacidade improvisaram, à sua moda, novas formas de vivê-los – inclusive para suportar o imprevisto de situações inéditas e neutralizar a angústia ante seus desdobramentos"[95].

José Newton Coelho Meneses em seu trabalho sobre a região do Serro no século XVIII, salientou que o incentivo à formação de famílias legítimas era importante, pois além de fixar o homem na terra, trazia uma certa estabilidade na produção de alimentos, gerando recursos para o comércio português. A abundância de terras livres e a possibilidade de mobilidade espacial permitiram um acesso estável à terra por parte do pequeno produtor e sua família.[96]

Sheila de Castro Faria em seu livro *Colônia em Movimento*, já apontava que a busca de oportunidades materiais constituiu uma característica comum das populações coloniais. Muitos indivíduos na esperança de maior facilidade para ter acesso à posse da terra e enriquecimento, deixavam para trás suas origens e se dirigiam para os sertões na esperança de lá construir e/ou ampliar seu patrimônio[97]. A autora chama a atenção para o fato de não se analisar a presença indígena, vista como marcante e violenta nas áreas de terras livre como único fator que barrou a expansão ilimitada do europeu, pois além da resistência indígena haviam outros tipos de limites, tais como aqueles ligados ao meio ambiente. Apesar das inúmeras referências nas documentações sobre os ataques constantes dos indígenas nas propriedades, onde resultavam incêndios e destruições das plantações de cultura, os índios não podem ser vistos como cruéis e bárbaros. Eles apenas criaram formas de resistência contra a expansão territorial dos europeus sobre suas terras[98].

A mobilidade, dispersão e, contraditoriamente, a busca pela estabilidade, são características das populações das fronteiras. Mais do que locais em que se estabelece uma relação de controle dos espaços e controle da produção, marcados por disputas e conflitos, as fronteiras, de acordo com Maria Carbonari, assumem uma identidade própria, a de ser fronteira, mostrando a sua singularidade. Nas palavras da autora "marcar ou reforçar a fronteira, foi um ato de poder político que transformou esse pedaço de terra em um espaço

---

[95] SOUZA, L. M., 1997, p. 44.
[96] MENESES, 2000.
[97] FARIA, 1998.
[98] *Ibidem,* p. 122.

regulamentado ao domínio do território colonial"[99]. Segundo a autora ainda, a fronteira "funciona como um espaço de tensão e conflito, onde os cruzamentos de um ou outro lado dão lugar a movimentos de população, a intercâmbios de recursos econômicos e em determinadas situações também ao conflito extremo"[100].

Ao estudarmos o tema da materialidade das famílias, abrangendo a primeira metade do século XIX na área central da zona da Mata mineira, encontramos indícios de que essa região, num primeiro momento, se encontrava em movimento, pois caminhos são abertos e rios explorados para atingir novas riquezas. Com o tempo seu povoamento "tende para a permanência, fixidez e uma certa estabilidade; e em decorrência formas de convívio mais sedimentadas e profundas"[101]. O lento estabelecimento da população resultava da gradativa especialização de uma economia sustentada por uma agricultura mercantil de alimentos. Esse gênero de vida ao exigir a sedentarização da população, principalmente fixada em torno das estradas e rios, de certa forma, foi elemento essencial para a organização e regionalização dos espaços da área central da Mata mineira.

A expansão da fronteira dessa região mineira insere-se no quadro das pretensões administrativas portuguesas, orientadas pelo controle dos espaços e incorporação de terras destinadas à produção. Esses propósitos foram colocados em prática a partir da segunda metade do século XVIII, quando os governantes da Capitania, em busca de alternativas para aumentar a arrecadação de tributos diminuídos com a queda da produção do ouro, implementaram uma política de povoamento e ocupação dessa região a fim de descobrir novos veios auríferos, impulsionar a produção de alimentos e abrir novas possibilidades para o revigoramento do mercado interno colonial.

Segundo Francisco Eduardo Andrade:

> [...] se a ambição do ouro e das pedras preciosas é que empurrava a fronteira para mais longe, funcionando como um motor para as entradas de exploração da floresta, era, no entanto, a agricultura que garantia a ocupação efetiva e a necessária estabilidade populacional capaz de fazer configurar a força da "civilização" pretendida[102].

A diminuição da produção do ouro descoberto na região de Minas Gerais, as dificuldades encontradas pelos habitantes para organizar de forma estável a produção

---

[99]CARBONARI, 2001, p. 56.
[100]*Ibidem,* p. 53.
[101]SOUZA, L. M., 1997, p. 24.
[102]ANDRADE, F. 2008, p. 41.

concorreram para que o povoamento fosse levado cada vez mais para o Leste. Assim, a formação de núcleos de povoamento no vale do Pomba dos Índios Coropós e Coroatos, que depois se expandiram para outros espaços, foram estratégias utilizadas pela metrópole portuguesa para colocar em prática seu projeto de rearticulação da economia. Nesse sentido, vale ressaltar que toda uma bibliografia dedicada a esse assunto vem demonstrando que esse incentivo à ocupação das fronteiras criou uma enorme corrente migratória rumo às vertentes dos rios, ribeirões e estradas da zona da Mata. Indivíduos livres oriundos de áreas de ocupação mais antigas começaram a penetrar com maior freqüência pelas matas fechadas da região em busca de terras férteis para fixarem-se com suas famílias e escravos e construírem suas unidades produtivas[103].

As definições discutidas acima podem nos ajudar a chegar a um conceito acerca da fronteira da área central da zona da Mata mineira. A primeira característica seria a de uma fronteira móvel essencialmente militar, onde a ação repressiva da metrópole passava pela instalação de postos militares em locais estratégicos para servir de barreira contra o avanço dos índios "bravos" nos espaços de produção. A segunda, a de ser um mecanismo de sobrevivência utilizado por famílias e/ou indivíduos aventureiros que agiram por contra própria, movidas por sua ambição de riqueza (ou por um simples instinto de sobrevivência) e algumas vezes contando com algum incentivo do Estado[104], para se estabilizarem nessa região, a fim de se inserirem na política econômica da produção mercantil de alimentos. O assentamento de colonos e a criação de uma defesa militar foram duas das formas encontradas pela Metrópole para que o sucesso de sua política econômica direcionada para o mercado interno tivesse sucesso.

No movimento de expansão da atividade agrícola, expresso no movimento de ocupação de terras, a fronteira se desloca continuamente exterminando ou obrigando a recuar os índios que resistiam à usurpação de suas terras. A fronteira móvel, portanto, constitui um espaço aberto de terras livres marcado por conflitos pela posse da terra (colonos x colonos, colonos x índios). No requerimento enviado pelo Governador das Armas do Quartel de Guidoval à Junta Militar é possível perceber claramente o caráter móvel e militar que assumia a fronteira:

---

[103]A lista de trabalhos nessa direção é extensa. A título de exemplo, vale a pena ser citados: LENHARO, 1979; LIBBY, 1988; ALMEIDA, 1994, PAIVA, 1996; ANDRADE, F., 2008; ANDRADE, L., 2007; LAMAS, 2007; REZENDE, 2008.

[104]FONSECA, 2003, p. 40.

> Tenho expedido ordens às Divisões do meu comando para satisfazer prontamente aquela, ainda que não veja utilidade alguma para o Estado de saber a dimensão das nossas barracas temporárias, meramente construídas de madeira, cobertas de capim, todas feitas pelos braços dos soldados, e abandonadas à medida que avançamos dentro dos bosques habitados pelos selvagens[105].

Conforme cresce o número da população e de famílias estabelecidas com habitações e unidades produtivas, a fronteira expande para outras direções. A zona da Mata central além de ter tido um aspecto móvel e dinâmico também teve um caráter militar, servindo de fronteira contra o índio, ou seja, uma linha estática e defensiva contra o avanço dos Índios Botocudos nas unidades produtivas. Segundo Paulo Eduardo Teixeira,

> Somente uma agricultura rentável faria o homem do campo, que vivia de um lado para outro, parar e se estabelecer, fincar raízes e, conseqüentemente valorizar o bem existente sob seus pés. Isso possibilitaria sua fixação, sendo uma defesa natural que brota naqueles que vêem 'suas casas e famílias' ameaçadas[106].

Nas fronteiras móveis, as iniciativas dos indivíduos e dos grupos sociais possuem um espírito combativo e empreendedor. Nelas desencadeia-se uma luta sobre a terra com o objetivo de consolidar patrimônios e/ou obter recursos econômicos como forma de sobrevivência. Neste sentido, o avanço contínuo dos colonos sobre as terras abertas na área central da zona da Mata mineira foi determinante para o desenvolvimento econômico desse núcleo populacional.

A mobilidade espacial para as áreas de fronteiras além de ter ocasionado conflitos pela posse da terra, também gerou conflitos por limites administrativos. O requerimento de Manuel da Costa Neves denunciando a ausência de guardamoria no distrito da Pomba, nos fornece um belo exemplo disso:

> É pouco conhecido, e povoado o sertão da Pomba, muitos se tem atrevido a requerer guardamorias de lugares incógnitos, ou cujos limites se ignoram, resultando daqui pleitos, e contendas entre os guardamores, alguns dos quais até ignoram o seu distrito, que nunca pisaram[107].

Portanto, pode-se dizer que a problemática da fronteira insere-se no processo de ocupação e apropriação do solo.

---

[105] RAPM, v. 11, 1907, p. 237
[106] TEIXEIRA, 2004, p. 43.
[107] APM, SG, Cx. 56, Doc. 32.

> A possibilidade de ocupação de terras devolutas em áreas de fronteira foi a solução estrutural encontrada por muitos no interior de um sistema agrário que demandava certa extensão de matos virgens e capoeiras, ao lado das terras lavradias. No caso das pequenas unidades de produção para o consumo próprio, a necessidade de mais terras, isto é, de novas unidades de produção para atender ao crescimento demográfico, era respondida com o avanço da fronteira[108].

Por fim, a fronteira foi interpretada ao longo deste trabalho como um espaço de movimento e mobilidade, marcado por uma intensa circulação e estabelecimento de homens e mercadorias, voltadas para a demanda alimentar do mercado interno. Ela é entendida também como um local de conquista e destruição dos povos indígenas, onde a ambição e rebeldia dos brancos impulsionaram os conflitos fundiários e abriram espaços para a construção de caminhos, estradas e navegabilidade dos rios, responsáveis pelo surgimento de povoados e arraiais que deram origem a algumas cidades atuais da área central da zona da Mata mineira. A fronteira é uma área em expansão que, necessariamente conduz à mobilidade social/material como a "ordenação de um cristal"[109]. As legiões de militares que percorriam as fronteiras, mal acampavam em local para logo seguir adiante, deixando para trás alguns colonos estabelecidos. Isso levava, gradativamente, à organização de arraiais e formação dos primeiros núcleos populacionais na área central da Mata mineira.

1.2. A organização do espaço: ocupação e povoamento

No século XVIII, os rios Doce e Cuité tiveram sua navegação proibida, e foram considerados locais propícios para os extravios do ouro e diamantes para a capitania do Rio de Janeiro. Mas, com o declínio da produção do ouro, os Sertões do Leste[110] e os seus principais

---

[108] CARRARA, 1999a, p. 15.
[109] MENESES, 2000.
[110] O Sertão foi um termo muito utilizado no passado, mais do que no presente, para distinguir e contrapor paisagens consideradas humanizadas, civilizadas, áreas possíveis de serem descobertas, conquistadas e incorporadas, áreas que estavam distantes do controle do aparato administrativo, jurídico, militar e eclesiástico. Sobre o assunto ver, dentre outros, ESPINDOLA, 2005; AMADO, 1995. O Leste mineiro inicia-se na confluência do Rio Paraibuna com o Rio Paraíba, delimitado a Leste e divisando pela parte com os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia até alcançar a cidade de Bertópolis. Já a oeste, o Leste mineiro parte a esquerda seguindo a linha divisória dos limites de Minas com os Estado do Rio de Janeiro até o alto da Serra da Mantiqueira. Por esta Serra, chega-se a Barbacena de onde prossegue pela Cordilheira Geral, local em que se encontram os divisores das águas dos Rios Grande, São Francisco e Jequitinhonha, estes os quais confluem com

rios, o Doce e o Pomba, foram vistos como uma alternativa para a crise da mineração. A partir daí, os governadores de Minas passaram a incentivar a migração de populações para essas florestas tradicionalmente habitadas por diversos grupos indígenas. Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768) ao sentir os efeitos da diminuição dos veios auríferos direcionou sua atenção para a descoberta de novas áreas mineradoras[111]. Em seu governo, teve início uma política de ocupação do Sertão por meio da instalação de presídios. Na medida em que se estabeleciam presídios, junto a eles criavam-se aldeamentos de índios, demarcavam-se terras e fundavam-se arraiais e freguesias. Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, a política administrativa que reforçava a busca por novas áreas que facilitasse o escoamento da produção e possibilitasse uma ligação mais curta com o porto do Rio de Janeiro foi direcionada para ás localidades banhadas pelos rios Doce e Pomba e seus afluentes.

A zona da Mata foi desbravada por pioneiros naturais de antigas áreas mineradoras, que além da busca de metais preciosos e terrenos férteis para a produção agrícola, entravam nessa área com o objetivo de criar Aldeamentos e Presídios para domesticar os indígenas e reprimir os que resistissem em participar do projeto de civilização[112]. Pode-se dizer que, as incursões em direção a zona da Mata tinham dois objetivos: um de natureza civilizadora, de domesticação e controle da população indígena; outro de caráter econômico, voltado para a produção de alimentos para abastecer o mercado interno colonial[113]. O documento abaixo sobre a domesticação dos Índios exemplifica os argumentos acima:

> (...) Para se desterrar deles a preguiça, e animá-los ao trabalho, terão os Diretores um especial cuidado, em que todos eles cultivem milho, feijão, arroz, e todos os mais gêneros comestíveis que com pouco trabalho produzem as férteis terras daquele país; com isto se animaram os povos a entrar para os Sertões incultos, e terras abandonadas, pela falta de mantimentos precisos para o estabelecimento do primeiro ano, que sempre é o mais laborioso para o colono, o qual comprando-os aos mesmos Índios os utilizará e animará a cultura (...)[114].

Foi dentro desse contexto que vários colonos se dirigiram à porção central da Zona da Mata em busca de posses de terras devolutas para criar pequenas unidades de produção para o consumo próprio, atender à demanda de alimentos das populações crescentes da Capitania de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Esse núcleo populacional atraía escravos e

---

os Rios Doce, São Mateus e Mucuri até encontrarem-se novamente com o divisor Bertópolis. PIMENTA, 1970, p. 370-371

[111] RAPM, v. 3, 1898, p. 761.

[112] APM, SG, Cx. 125, Doc. 44

[113] APM, SG, Cx. 125, Doc. 44

[114] APM, SG, Cx. 125, Doc. 44

migrantes livres, que acabavam constituindo famílias no local, muitas delas formalizadas pela Igreja. Aproveitando-se dos meios para se conseguir acesso à terra nesta região de fronteira aberta, cujo solo era propício às atividades agropastoris, também várias famílias já formalizadas pela Igreja fixaram-se principalmente ao longo das estradas que ligavam Minas as capitanias do Rio de Janeiro e Espírito Santo, fazendo nelas suas roças, pousos, paióis e ranchos.

Com a chegada da Corte, em 1808, começa uma segunda etapa da organização do espaço, posse e doação de terras e a retirada do índio como dono da terra e a morte dos mais resistentes ao processo de conquista. A grande mola propulsora, sem dúvida, foi a emissão da Carta Régia de 13 de maio, onde Dom João, o Príncipe Regente, declarava uma guerra ofensiva contra os índios genericamente chamados botocudos, cuja fama era a de serem apreciadores da carne humana, e a outros índios, que habitavam as regiões de floresta da zona da Mata e do vale do rio Doce. Com esta declaração buscava-se criar políticas que favorecessem o controle e policiamento de regiões de solo fértil e com tendência a produção mineral e agrícola. Com este documento estava reaberta legalmente a escravização indígena e criava-se a Junta Real Militar de Conquista e Civilização dos Índios, dividindo as regiões cortadas pelo Vales dos rios Doce e Pomba em sete Divisões militares. Nesse processo de fracionamento do território, a zona central da Mata mineira, passou a ser administrada diretamente pela 2ª divisão, que ficou durante anos sob o comando de João do Monte da Fonseca.

A criação da "Junta Militar de Civilização dos Índios, Conquista, Colônia e Comércio do Rio Doce", em 1808, tinha por objetivo o devassamento da via fluvial do rio e o incentivo à entrada de novos colonos nas Divisões militares que dispusessem a dedicar-se a agricultura e ao comércio, assegurando-lhes proteção contra as invasões do "bárbaro selvagem" em suas unidades produtivas, promovendo, assim, conseqüentemente o aumento das populações das novas colônias. Ao declarar guerra aos Botocudos, a Junta Militar buscou afastá-los das margens dos rios, possibilitando a navegação e, acima de tudo, incentivando a agricultura "não só para a felicidade da subsistência, como para aliança social com os mais povos vizinhos e remotos"[115].

Conforme estipulado na Carta Régia de 1808, a Junta Militar dos Índios deveria criar meios para facilitar a navegação do Rio Doce, e estabelecer Quartéis e Destacamentos contra as incursões dos índios "bravos" nas unidades produtivas. A partir da emissão dessa carta, os

[115] APM, SG, Cx. 84, Doc. 34.

interesses do Governador de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello em defender as "fronteiras" da Capitania intensificaram-se. Providências foram tomadas no sentido de conscientizar a Junta Militar do seu papel de defesa e ordenamento do espaço da Zona da Mata.

Sobre a Carta Régia de 1808, o Barão de Eschwege[116] nos informa o seguinte:

> A Carta Régia baixada por essa ocasião, recomendava a civilização dos índios de maneira abrangente e autorizava, para esse fim, a Junta a escolher os meios mais adequados, especialmente a formação de seis divisões de soldados, mais ou menos 600 homens, e a formal declaração de guerra aos botocudos, que não deveria terminar até que a terra desses canibais fosse totalmente conquistada e eles plenamente submetidos ao suave jugo da lei. Ao mesmo tempo, os comandantes das divisões receberam ordens de abrir e manter conservadas estradas largas, à medida que avançassem, para, por intermédio delas, estabelecer comunicações mais rápidas com os portos marítimos, bem como proteger os novos colonos[117] .

A formação de uma Junta Militar foi um mecanismo criado pelo Estado português para consolidação de seus interesses econômicos nas áreas cortadas pelo rio Doce. Adotou-se uma política em que a agricultura comercial e familiar deveria gerar núcleos estáveis de povoamento, civilizar os índios, defender os colonos e promover a navegação dos rios Doce e Jequitinhonha e seus afluentes. A repartição do espaço da Zona da Mata em divisões militares e a formação de uma rede de Presídios e Aldeamentos, ao longo das estradas e caminhos, foram medidas importantes de afirmação da autoridade e interesses econômicos portugueses na fronteira. Um dos papéis reservados a Real Junta da Nova Conquista e Civilização dos Índios, era aquele destinado a examinar os espaços requeridos pelos novos colonos para ereção de uma nova capela, controlando-os também em seus trabalhos de construção de estradas. Esse projeto metropolitano de organização do espaço a partir da interação e incorporação, muitas vezes, dramática, ao seio da sociedade colonial das populações indígenas que viviam na região, foi executado por missionários, diretores militares, comandantes, soldados, colonos e índios domesticados.

Os presídios com seus destacamentos militares ao funcionarem como centros de controle da população indígena, atraindo-a para o interior dos Aldeamentos, tiveram importante participação na formação de novos núcleos populacionais e revigoramento do mercado interno. Na medida em que, os Diretores militares incentivavam a entrada de colonos

---

[116] Barão Wilhelm Ludwing Von Eschwege (1777-1850), geográfo, geólogo e especialista em metalurgia. Para maiores informações sobre Eschwege ver: LIBBY. In: ESCHEWEGE, 2002, p. 19-21.
[117] ESCHWEGE, 2002, p. 77.

em povoações mais recentes doando-lhes sesmarias para a prática agrícola e alargando espaços intransitáveis e transformando-os em importantes vias de transporte e circulação de mercadorias, foram responsáveis pela expansão da fronteira da Zona da Mata mineira abrindo espaços para o aumento dos conflitos fundiários e para o mercado de terras. Para Manuela Cunha Carneiro, "o aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento da colônia" [118]. Na medida em que se estabeleciam presídios, junto a eles criavam-se aldeamentos de índios, demarcavam-se terras e fundavam-se arraiais e freguesias.

Dentre outros deveres dos diretores dos Presídios estaria o de averiguar o número de colonos estabelecidos nos terrenos pertencentes a cada uma das Divisões militares, assim como levantar o número de lavras que tivessem sido abertas para a extração do ouro. Deveriam, ainda, observar se os colonos tinham sido vitimas dos ataques dos gentios por omissão dos comandantes[119] .

Guido Thomas Marlière[120], foi um dos grandes desbravadores responsáveis pela pacificação dos conflitos entre índios e colonos na Zona da mata. Em 1813, ele recebeu o cargo de Diretor Geral das Divisões Militares dos Índios do Rio Doce. O cargo que exerceu entre 1813 e 1836 reiterava a política de povoar a fronteira leste, estabelecendo unidades produtivas como forma de aumentar as rendas e vantagens da Real Fazenda. Como Diretor da Junta Militar, Marlière detinha amplos poderes inclusive o de pacificar e administrar os conflitos entre e intra índios e fazendeiros, nas regiões dos vales dos rios Pomba, Piranga e cabeceiras do Casca, Matipó e Manhuaçu, afluentes da margem direita do rio Doce.[121]

Agindo como defensor da civilização dos indígenas Coroatos, Coropós, Puris e Botocudos, que até então dominavam grande parte do território da Mata Mineira, Guido Marlière, entre 1813 e 1836, buscou conquistar e civilizar com o objetivo de promover o povoamento e ocupação dos vales do Pomba, do Muriáe, do Doce e do Jequitinhnha.[122] Ele adentrou pelo interior da zona da Mata mineira e zona da Mata do rio Doce, comandou expedições na exploração de rios, abertura de estradas e incentivou a fixação de povoados,

---

[118]CUNHA, 1998, p. 137.
[119] APM, SG, Cx. 97, Doc. 02.
[120] Não se pretende aqui fazer uma reconstituição biográfica desse diretor, mas sim enfatizar alguns aspectos de sua trajetória que também é capaz de nos ensinar um pouco sobre as estratégias das famílias que sobreviveram nessa região no oitocentos. Para maiores informações sobre esse grande desbravador que foi responsável pela pacificação dos conflitos entre índios e colonos na zona da Mata, ver: AGUIAR, 2003; ESPINDOLA, 2005. RAPM, ano XI, 1907, p. 8-11.
[121] ESPINDOLA, 2005. p. 283.
[122] JOSÉ, 1975, p. 141-142.

forçando vários grupos indígenas a se descolar para áreas mais distantes. Como bem afirmou, Fernando Gaudareto Lamas,

> A ação de Marlière contra os indígenas estendeu-se para além da área central da Mata Mineira, pois como ele mesmo afirmou na carta ao Príncipe Regente D. João aqueles contra os quais lutou (coroatos, coropós e puris) habitavam uma área que ia desde Presídios de São João Batista (atual Visconde de Rio Branco) até Campos dos Goytacases, na capitania do Rio de Janeiro[123].

Era interesse da Coroa conhecer exatamente o número de habitantes presentes nas áreas de fronteira. Ela determinava aos comandantes militares que elaborassem mapas contendo o número de colonos que entravam nas divisões militares, para que juntamente com os róis de desobriga dos párocos fornecessem a relação de todas as pessoas livres e cativas das freguesias e distritos. Os diretores da Junta Militar deveriam passar em revistas pelas respectivas Divisões, verificando o número de colonos estabelecidos em cada uma delas, bem como levantando o número de lavras que tivessem sido abertas para a extração do ouro e controlando a estabilidade da produção de alimentos. Os comandantes foram responsáveis por examinar o estado em que se encontravam as estradas e verificar se os colonos tinham sido vítimas dos ataques dos gentios botocudos[124]. Além disso, conforme as determinações impostas pela Junta Militar, eles deveriam abrir estradas pelo centro da mata para que elas servissem de vias de comunicação entre as Divisões e os colonos. Os mesmos deveriam também incentivar o retorno dos antigos colonos que haviam abandonado suas fazendas por medo das represálias dos Índios Botocudos[125].

Em sua inspeção pela 2ª, 3ª, 4ª e 5ª (de Santa Rita do Turvo a Antônio Dias), o Deputado e Brigadeiro da Junta Militar, Antônio José Dias Coelho, relatava:

> (...) Se a proporção da longitude das estradas pelo sertão, e dos fazendeiros que vão penetrando o centro das matas, e fazendo aí os seus estabelecimentos será necessário fundar, povoações, e arraiais ao longo das estradas, assinalando logo os lugares mais próprios para as ditas fundações, as quais venham a ser outras tantas barreiras permanentes afim de vedar as incursões dos Índios, e preservar os fazendeiros centrais, e o interior da capitania das suas agressões, e hostilidades, e escusar-se depois a despesa da Real Fazenda com a manutenção das Praças das Divisões repartindo-se estas pelas referidas povoações, pois que como soldados veteranos, e adestrados já em debelar os índios, se vão os mais próprios para defende-las, ficando compensada a instituição dos soldos com a repartição de terras, que se deve

[123]LAMAS, 2007, p. 200.
[124]APM, SG, Cx 97, Doc 02; Casa dos Contos (CC); Cx 15, Planilha 10302, Rolo 505.
[125]APM, SP, CGP 1/ 1, Cx 4, Doc 23.

> fazer pelos mesmos a proporção dos meios que tiverem para as cultivar, além da gratificação honorifica de Postos das Ordenanças e Milicianos conforme a Capacidade, e merecimento de cada um (...)[126]

1.3. A composição da população

O crescimento populacional em que apresentava a Zona da Mata a partir da segunda metade do século XVIII atraiu a atenção de importantes historiadores. Carla Almeida, por exemplo, argumenta que por volta do ano de 1780, "quando a extração aurífera se tornou mais difícil e dispendiosa", a população embrenhou-se cada vez mais na zona da Mata, "buscando áreas favoráveis para a intensificação das atividades agropecuárias"[127]. De acordo a autora, algumas freguesias de Mariana com maior tendência a especialização na mineração tais como, Inficionado, São Caetano, São Sebastião, Sumidouro, Antônio Pereira, Camargos e Barra Longa sofreram considerável perda populacional. Por outro lado, Furquim, Piranga e Rio Pomba, freguesias mais apropriadas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias registraram um maior crescimento de sua população[128]. Ângelo Carrara, por sua vez, quando analisou o rol de confessados dos Termos de Mariana, observou que a população de Rio Pomba pulou de 1.179 almas de confissão em 1780 para 4.815 em 1800[129]. Esse adensamento populacional também foi evidenciado na análise que o autor fez dos registros de compra e venda de propriedades ao longo do vale do rio Pomba. Os resultados dessa análise mostraram que:

> O movimento mais intenso de ocupação das terras 'serra abaixo', isto é, desde a região de altitudes maiores – contrafortes das serras da Mantiqueira e do Espinhaço – para uma região mais baixa e de relevo mamelonar característico do vale do rio Pomba, começou a tornar-se perceptível a partir do final do século XVIII, considerando-se o número de escrituras de compra e venda de propriedades rurais situadas nessa região[130].

---

[126] APM, CC, Cx 15, Planilha 10302, Rolo 505.
[127] ALMEIDA, 1994, p. 45.
[128] ALMEIDA, 2001, p. 53.
[129] CARRARA, 1999b, p.16.
[130] *Ibidem*, p. 30.

Mônica Ribeiro ao estudar as famílias que habitavam as Vertentes da Mantiqueira na porção Sul da Zona da Mata Mineira, Termo de Barbacena, no século XIX, acentuou que o esgotamento das terras e oportunidades das áreas mineradoras fez com que vários grupos sociais incentivados pela doação de sesmarias e pelas estradas que iam sendo abertas se deslocassem para aquela região em busca de alternativas mais viáveis para montagem de novas empresas agrícolas e para aplicação de seus recursos acumulados[131].

Um exemplo interessante sobre esse movimento demográfico em direção a Zona da Mata pode ser observado no relatório do primeiro Diretor da Junta Militar de Conquista e Civilização do Rio Doce, Caetano Monteiro Guedes[132]. Em sua revista pela 3ª Divisão Militar, no Quartel da Casca, ele relatou que entre 26 de agosto de 1810 a 24 de junho 1811, entrou para esta Divisão um número de 25 colonos dos quais "dezenove que entraram de novo, e seis recolhidos às suas antigas fazendas, que tinham abandonado por causa dos Índios, sendo destes dezoito casados, e sete solteiros com cinqüenta e quatro escravos, cinqüenta e seis bestas e noventa e seis cabeças de gado"[133]. Já em revista geral pela 2ª Divisão, que abarca a porção central da Zona da Mata mineira e cujo comandante era o Alferes João do Monte da Fonseca, aquele diretor observou que, "para essa divisão tem entrado desde vinte e oito de agosto de 1810 até 9 de agosto de 1811, doze colonos, a saber cinco recolhidos às suas antigas fazendas, e sete que entraram de novo"[134]. É interessante mostrarmos um mapa contendo a relação dos novos colonos que entraram entre 1810 e 1811 na 1ª Divisão da Junta Militar, localizada nas regiões de floresta da margem esquerda do rio Doce[135]. Antes, porém, devemos salientar que as informações sobre o número de migrantes que entraram nesse destacamento militar são apontadas aqui a título de comparação, uma vez que ele não está situado entre à margem esquerda do rio Pomba e o alto do vale do rio Doce, que corresponde a área central da Mata mineira.

---

[131]OLIVEIRA, M. R., 2005, p.103.
[132]Localizada na Zona da Mata, nas proximidades de Ponte Nova.
[133]APM, SG, Cx. 84, Doc. 34.
[134]APM, SG, Cx. 84, Doc. 34
[135] É importante salientar que o mapa relativo ao 1º trimestre de 1810 se perdeu, logo suas informações não foram incluídas neste quadro. Deste modo, o número de entrantes possivelmente sofreria um certo aumento.

QUADRO 1

Relação dos novos colonos que entraram na 1ªDivisão do Vale do Rio Doce, 1810-1811

Local	Nº de colonos
Rio Tanque	10
Rio Santo Antônio	4
Rio Guanhães	16
Rio Corrente	29
Rio Piracicaba	1
Total	**21**

Fonte: APM, SG 84, Cx 34,

Esse quadro contendo o número de novos entrantes na zona da Mata do rio Doce deve ser analisado como um dos meios que as autoridades encontravam para controlar e organizar os espaços, a população e a produção.

Em sua passagem pela Pomba em 1817, Guido Thomaz Marlière nos deixou informações importantíssimas sobre a importância que ela assumiu como via comercial: "A fertilidade das terras, e a exportação, fácil de tudo quanto produzem, pela passagem no mesmo arraial de tropas e boiadas que vão ao Rio Canta-Galo, e Campos dos Goytacazes, tem atraído aí o comércio, e artistas: o dinheiro circula; a população aumenta consideravelmente"[136].

Como já foi dito, o aumento populacional na área central da Mata mineira se efetivou pela participação de migrantes de localidades de ocupação mais antiga que tinham a atividade mineradora como sua ocupação principal. Analisando os processos matrimoniais de alguns indivíduos que aparecem arrolados nas listas nominativas e cujos inventários foi possível encontrar, percebemos que a maioria dos habitantes da freguesia de Rio Pomba e São João Batista do Presídio eram oriundos de Guarapiranga[137] e áreas antigas de mineração de Mariana e Ouro Preto.

[136] APM, SG, Cx. 103, Doc. 02.

[137] Localizada na Zona da Mata Mineira, Guarapiranga, que atualmente corresponde à cidade de Piranga, ao longo do século XVIII, direcionou sua economia para as atividades de mineração e agricultura de abastecimento alimentar. Trata-se de uma região de ocupação mais antiga, que inclusive foi palco de uma batalha das Guerras dos Emboabas. De acordo com Renato Pinto Venâncio, o arraial de Guarapiranga começou a ser povoado aproximadamente dez anos após a descoberta do ouro do Ribeirão do Carmo. VENÂNCIO, 1997. De acordo com Luis Henrique de Oliveira, a presença dos emboabas em Guarapiranga, juntamente com o fato de que, dos 179 homens mais ricos listados no Termo de Mariana em 1756, vinte e sete deles pertenciam a esta freguesia,

No texto abaixo, o Presidente da Província Antônio da Costa Pinto demonstra a preocupação do governo provincial com o aumento da população:

> (...) Sem população proporcionada é vasta extensão do nosso território, incertos, e tardios serão nossos passos na carreira dos melhoramentos materiais; os imensos, e variados recursos do país deixarão de ser em grande parte aproveitados; os capitais, que precária, e lentamente poderão se acumulados, não terão emprego, senão de uma maneira irregular, e pouco profícua; e a industria não passará de grosseiros, e limitados ensaios, não teremos produtos, e valores, que dão existência, e alimentam o comércio, ou, se alguns tivemos, nos faltaram veículos para os levarmos a bons e vantajosos mercados. Uma população muito disseminada contraria tanto o desenvolvimento da indústria, e do comércio, quanto é inquestionavelmente certo, que um pais se povoa, à medida que ai faz progressos a civilização e se obtém facilmente os meios de subsistência; são cousas que mutuamente nos auxiliam. Se nossa agricultura, que apesar de atrasadíssima, oferece já, favorecida pela fertilidade do solo, produtos proporcionalmente superiores às precisões dos habitantes da Província, é parte, para se esperar, com razão, o aumento da população, nem por isso releva menos promovê-lo por todos os meios, que estiverem à nosso alcance; das nossas necessidades esta será, ainda por muito tempo, uma das mais imperiosas. A emigração de braços úteis, prestantes, e afeitos ao trabalho, atraídos pelas garantias de segurança pessoal, de propriedade, e de ordem pública; a expulsão dos agentes destruidores da espécie, a moralidade, e sobretudo o maior favor à agricultura, são, além de outros, os meios mais conducentes à acelerar o movimento progressivo da nossa população.[138]

QUADRO 2

Distribuição da população da capitania de Minas Gerais por comarcas – 1821

Comarcas [1]	População Total		Livres		Escravos	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
CVR	75.573	14,7	48.637	14,6	26.936	14,8
CRM	213.617	41,5	128.622	38,7	84.995	46,7
CRV	141.312	27,5	96.015	28,9	45.297	24,9
CSF	83.592	16,3	58.952	17,8	24.640	13,6
Totais	**514.094**	**100**	**332.226**	**100**	**181.868**	**100**

Fonte: ESCHWEGE, Wilhem L. von. Notícias e reflexões estatísticas sobre a Província de Minas Gerais. RAPM, v.4, n.4, 732-62, 1899 *apud* ALMEIDA, 2001. p. 52.
Nota: (1) (CVR – Comarca de Vila Rica; CRM – Comarca do Rio das Mortes; CRV – Comarca do Rio das Velhas; CSF – Comarca do Serro Frio)

---

corrobora com suas idéias sobre a importância desta localidade dentro do cenário econômico e social da capitania de Minas Gerais. OLIVEIRA, L. H., 2006, p. 32. A Freguesia de Guarapiranga abarcava as seguintes aplicações e distritos: Oliveira, Brás Pires, Melo, São José do Chopotó, São Caetano do Chopotó, Santana dos Ferros, Tapera, Calambau, aplicação da Espera, Bacalhau, Manja Léguas. *Ibidem*, p. 32.

[138]Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente da Província, Antônio da Costa Pinto, 1837. Disponível em: http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm. p. 20.

Em seu livro *Tempo Saquarema*, Ilmar Mattos enfatizou a questão da migração de indivíduos de antigos centros mineradores em direção ao Sul de Minas, nas regiões cortadas pela Serra da Mantiqueira, onde estabeleceram unidades agrícolas e pastoril, voltadas, sobretudo para o abastecimento do mercado do Rio de Janeiro[139].

Analisando os dados apresentados pelo Barão Eschwege, Carla Almeida conseguiu perceber que a comarca do Rio das Mortes, que esteve essencialmente vinculada a produção agropecuária com fortes ligações com o mercado do Rio de Janeiro, foi a que mais concentrou população em toda a capitania. As estimativas de Eschwege mostraram que, "em 1821, 41,5% da população total, 38,7% da população livre, e 46,7% dos escravos de Minas Gerais viviam na comarca do Rio das Mortes"[140]. Por outro lado, Vila Rica que antes detinha a maior concentração populacional registrou neste período o menor número de habitantes da capitania[141]. A autora argumenta que, embora a comarca de Vila Rica tenha sofrido uma queda constante de sua população, ela continuou "a manter um significativo percentual de escravos no conjunto de sua população comparativamente às demais (35,6%), só perdendo para a do Rio das Mortes que apresentava uma taxa de 39,8% de seus habitantes compostos por escravos"[142].

Estudando nas relações nominais de habitantes os aspectos demográficos da população do Termo de Mariana entre os anos de 1819/1822, Leandro Braga de Andrade observou que nas áreas de fronteira dedicadas a produção agrícola, os contingentes populacionais eram bem maiores do que os dos centros tradicionalmente mineradores, tais como os antigos distritos de Passagem de Mariana, Antônio Pereira e Camargos[143].

Segundo o autor, tais diferenças demográficas indicam que de fato houve em algumas localidades mineiras uma desagregação econômica e esvaziamento demográfico. Embora a sede do Termo de Mariana não tenha se tornado uma vila pobre e abandonada, segundo o autor, ela chegou a perder população para as áreas agrícolas em expansão[144].

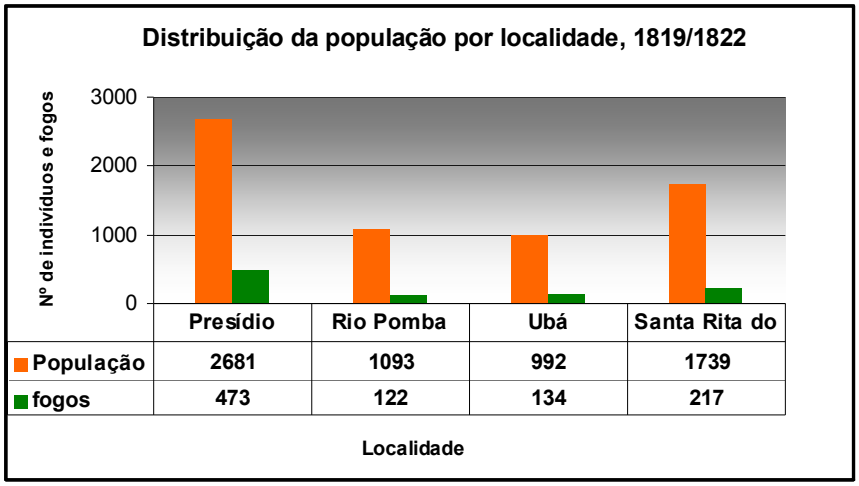
> A disponibilidade de terra livre, a dinamização do comércio de derivados de cana, feijão, café e a criação de animais, além, é claro, da necessidade de sobrevivência, cada vez mais difícil nos antigos centros mineradores, atraiu muitos homens para os distritos agrícolas do termo de Mariana. As

[139] MATTOS, I,. 1987, p. 46.
[140] ALMEIDA, 2001, p. 51.
[141] *Ibidem,* p. 51.
[142] *Ibidem*, p.51.
[143] ANDRADE, L., 2007, p. 45- 46
[144] I*bidem*, p. 46.

> proporções de gênero da população livre e escrava também sugerem que, durante a expansão agrícola da primeira metade do século XIX, o distrito sede do Termo de Mariana perdia população enquanto o inverso ocorria nas áreas rurais [145].

Dados apresentados pelo Secretário do Governo de Minas Gerais, Luiz Maria da Silva Pinto, no ano de 1826, mostram que a população de São João Batista do Presídio era de 2.359 almas e composta por 443 domicílios; São Januário do Ubá aparece com 1.307 almas e 171 fogos, São Manoel do Pomba é registrado com uma população total de 1.379 pessoas e 197 fogos, já para Santa Rita do Turvo consta apenas o número total da população: 1.895 almas.[146]

GRÁFICO 1[147]



Fonte: Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

Em 1819, a lista nominativa de São João Batista do Presídio apresentava uma população total de 2.681 pessoas distribuídas em 473 domicílios. Os dados do gráfico e quadro acima apontam que São João Batista do Presídio possuía uma população bem maior do que as demais localidades. A enorme diferença entre o número da população total entre as localidades de Rio Pomba e São João Batista do Presídio possivelmente deve-se ao fato de Rio

---

[145] *Ibidem*, p. 47.
[146] CARVALHO, 1922, p. 74.
[147] Optamos por desagregar algumas características da população da área Central da Zona da Mata, a fim de mostrar as especificidades de cada uma de suas freguesias no processo de consolidação da população. Assim, separamos os dados de São João Batista do Presídio, Rio Pomba e Santa Rita do Turvo, tentando perceber as similaridades e diferenças entre eles.

Pomba ter sido área de povoamento remota[148], indicando que a partir do início do século XIX o acesso à propriedade fundiária nessa região ficou mais restrito. Na medida em que as fronteiras de Rio Pomba iam se fechando sua população se deslocava para São João Batista do Presídio e São Januário do Ubá, áreas estas com maiores possibilidades de acesso à terra.

É muito provável também que os censos tenham sido confeccionados sem agregar dados demográficos de algumas capelas de Rio Pomba e Santa Rita do Turvo. Além da possibilidade de falhas na contagem da população, o pequeno crescimento do número dos habitantes de Rio Pomba sugere a mobilidade espacial de indivíduos para localidades próximas, como São João Batista do Presídio. Embora tenhamos analisado apenas 308 registros de casamento entre os anos de 1839 a 1850, arriscamos em dizer que São João Batista do Presídio recebeu migrantes de Rio Pomba. De qualquer modo, acreditamos que as considerações aqui expostas são válidas, cabendo uma maior investigação e questionamentos em trabalhos futuros. (Ver quadro 30 anexo 5)

Em 10 de março de 1826, o Secretário do Governo – Luiz Maria da Silva Pinto –, apresentou um plano sugerindo uma nova organização Civil na Província de Minas Gerais comparada com a que existia em 1823.

QUADRO 3

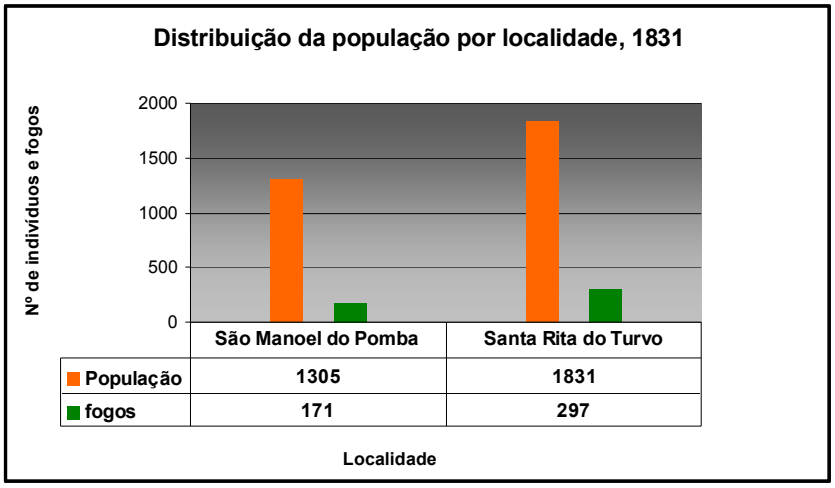
Distribuição da população e número de fogos da província de Minas Gerais. 1826

Freguesias	Total da população	Total de fogos
São João Batista	2.359	443
S. Januário do Ubá	1.307	171
Glória	185	20
Santa Rita do Turvo	1.895	...
Barroso	1.158	171
Conceição do Turvo	873	136
S. José do Chopotó	1.060	145
S. Caetano do Chopotó	1.080	131
Dores do Pomba	1.000	149
S. Manoel do Pomba	1.379	197
Mercês do Pomba	1.255	218
S. José do Paraopeba	786	94

Fonte: CARVALHO, Teophilo Feu. Comarcas e Termos. Creações, supressões, restaurações, encorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709 – 1915). Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1922, p. 74.

[148] A cidade de Rio Pomba – antigo Sertão do Rio Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroatos – é considerada uma das mais antigas povoações da Zona da Mata.

GRÁFICO 2



Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

Podemos perceber que, em números absolutos, a quantidade de habitantes pouco modificou de um período para o outro, uma vez que, Santa Rita do Turvo de um total de 1.739 indivíduos em 1819 teve um aumento de quase 100 pessoas para o ano de 1831. No caso de Rio Pomba, de uma população de 1.093 habitantes em 1819 passa para 1.305 em 1831, ocorrendo um incremento populacional de 212 habitantes.

Ao comparar os dados das listas nominativas de 1819 e 1831, Janaina Machado conseguiu perceber um aumento de quase 100 habitantes da população de Santa Rita do Turvo. No entanto, a autora chamou nossa a atenção para os perigos presentes nestes dados, pois eles apontaram que a população de Santa Rita do Turvo não chegou a crescer 10% no período de 12 anos. Segundo a autora, "seria absurdo pensar num esvaziamento populacional de uma freguesia em expansão agrícola e em pleno processo de ocupação no início do XIX"[149]. Janaina Machado afirma que, para chegar a conclusões sobre o desenvolvimento da região, é necessário ter em mãos outros dados referentes a extensão territorial nas datas dos censos nominais.

[149] MACHADO, J. M., 2007, p. 55.

Este argumento da autora é interessante na medida em que problematiza a questão da indefinição dos limites de Minas no século XIX, assunto que foi bastante discutido no início deste nosso trabalho. Atentemo-nos às suas palavras para que possamos melhor entender os perigos que apresentam na análise dos dados das listas de 1831.

> O cruzamento de informações dos inventários com as listas nominativas nos levou a constatar, por exemplo, que moradores das regiões limítrofes entre uma freguesia e outra podiam aparecer em um censo numa dada lista nominativa, e em outro ano como residente em outra freguesia, o que dificulta para nós a percepção da área total da freguesia relacionada com sua população, que variava em curtos períodos de tempo[150].

O crescimento apresentado pela população central da Mata mineira, entre 1819 e 1831, é explicado como já enfatizamos pelos movimentos migratórios, que estão relacionados com as condições que essa área fronteiriça oferecia para populações oriundas de áreas mineradoras.

O trabalho de Clotilde Paiva pontuou que entre 1830/1835 viviam 718.191 pessoas na província mineira, dispersas em 410 distritos de paz. A Zona da Mata aparece dentro dessa relação com 28 distritos integrando uma população total de 42.364 indivíduos e a região Mineradora Central-Leste com 33.619 habitantes distribuídos em 17 distritos[151].

Em 22 março de 1843, o Presidente da Província de Minas Gerais, Honório Pereira Azeredo Coutinho, enviou um relatório a Assembléia Legislativa contendo um mapa dos votantes e dos fogos das Paróquias de Minas Gerais. Neste relatório, à exceção de Santa Rita do Turvo, temos a relação de algumas localidades da zona central da Mata Mineira, que nesta época pertencia a Comarca da Paraíbuna. As paróquias do Pomba e Mercês, pertencentes ao município do Pomba, conforme apresentado neste relatório possuíam na época 1.023 e 1.074 fogos, respectivamente. Já as paróquias do Presídio e São Januário do Ubá, cujo município era Presídio, aparecem com 1.523 e 578 fogos, respectivamente.

Em agosto de 1831, o governo provincial dirigiu um ofício a todos os juízes de paz para que fizessem o censo populacional de seus distritos, atentando-se para o tamanho, características e distribuição espacial da população[152]. A realização desses censos

---

[150] MACHADO, J. M., 2007, p. 55, p. 61.
[151] PAIVA, 1996, p. 52.
[152] O decreto de 17 de julho de 1832 incumbia os juízes de paz dos distritos o preenchimento de um mapa de população padrão, fornecido e impresso pelo governo. Por meio desse mapa, os juizes de paz deveriam enviar à presidência informações sobre os habitantes relativos à cor, se branca, parda ou preta; à condição, se livre ou escrava; ao estado, se casado ou solteiro; e ao gênero se homem ou mulher. Em relatório enviado em 1º de fevereiro de 1835 à Assembléia de Minas, o presidente da província, Antônio Paulino de Abreu, reclamava da morosidade dos juízes de paz em cumprir as exigências do decreto de 1832, que os encarregavam de preencher o mapa padrão contendo o tamanho da população de seus distritos. Cf: MARTINS, 1990, p. 15.

populacionais fazia parte de um conjunto de medidas do governo destinadas a conhecer todas as categorias de indivíduos aptos a participar dos processos eleitorais, recrutamento militar e pagamento do fisco. No entanto, segundo Paiva e Godoy, esse levantamento foi feito de forma precária deixando informações insuficientes sobre a dimensão da população. Tendo em vista as lacunas presentes neste censo populacional, os autores chamam a atenção dos estudiosos sobre os cuidados que se deve ter ao analisá-lo[153]. Clotilde Paiva chega a nos alertar sobre as dificuldades de se estabelecer dados precisos sobre a população mineira no século XIX, pois as estatísticas populacionais deste século não são sustentadas em bases sólidas. Assim a autora sugere que: "Os historiadores que se apóiam nos valores publicados para elaborar suas análises devem, portanto, se cercar de cautela"[154].

Eleger deputados e juizes de paz, recrutar soldados e cobrar impostos seriam tarefas impossíveis de ser executadas se não fosse concretizado um recenseamento, objetivando quantificar e qualificar a população que vivia em Minas Gerais e saber exatamente o número dos distritos existentes na província. Para isso, a Regência decretou no ano de 1832 que se fizesse os mapas populacionais de cada distrito, tarefa delegada aos juízes de paz[155].

Em relatório apresentado ao Conselho Geral da Província, a 1º de dezembro de 1833, o Presidente Antônio Paulino Limpo de Abreu informava dados quantitativos sobre a população de alguns distritos de Minas Gerais. Apesar de reconhecer que esses dados não possuíam informações completas sobre a população, afirmava que eles eram úteis para indicar, aproximadamente, o número de habitantes livres da província[156].

> [...] apenas posso submeter a vossa sábia consideração mapas parciais que tenho recebido de diversos Distritos. Por eles poder-se-á computar a população da Província entre oitocentos e um milhão de habitantes, havendo até a idade de 15 anos 173.540 pessoas livres e 120.000 desta idade até os 30 anos. Este cálculo, posto que incompleto e mesquinho, pode desde já fornecer-vos esclarecimentos úteis, e precisos, que iluminam tanto as vossas observações[157].

---

[153] PAIVA; GODOY, 2002.

[154] Clotilde Paiva argumenta que até mesmo a omissão de informações, muito comum nos documentos – como, por exemplo, as profissões e prenomes –, pode trazer algum significado. PAIVA, 1996, p. 14/55. Maria do Carmo Salazar Martins chegou à conclusão de que havia um defeito na confecção dos mapas referentes à distribuição das idades da população. Segundo ela, tudo indica que este erro foi provocado pelos juízes de paz, que deixaram de fazer uma contagem dupla dos indivíduos localizados nas idades-límite. Cf: MARTINS, 1990, p. 18.

[155] REZENDE, 2008, p. 58.

[156] Para uma melhor discussão e informações mais completas sobre o assunto ver: GONÇALVES, 2004.

[157] RAPM, versão digitalizada, CD 03, pasta 17, p. 129-130.

Ao estudar os registros que Eschewege deixou sobre a distribuição da população da capitania de Minas Gerais, em 1821, Almeida observou em todas as comarcas a enorme importância dos indivíduos livres no conjunto total da população mineira: "de um percentual que variou de 54,3% (CRM) a 61,4% (CVR) do conjunto da população das comarcas em 1767, os escravos não ocupavam mais que 39,8% em 182"[158]. (Ver QUADRO 2) De acordo com Almeida a queda da participação da população escrava no conjunto da população não se deve a diminuição do número absoluto de escravos na capitania, dado que eles apresentaram aumento contínuo durante todo o século XIX, mas sim, ao crescimento constante da população livre. Os trabalhos de Almeida, juntamente com outros estudos revelam que havia em Minas um grande número de unidades produtivas atuando com base na mão-de-obra familiar[159].

A partir de agora, faremos uma análise da condição social de sua população, comparando os dados das listas nominativas referentes aos anos de 1819 e 1831. Assim temos os seguintes quadros e gráficos:

QUADRO 4

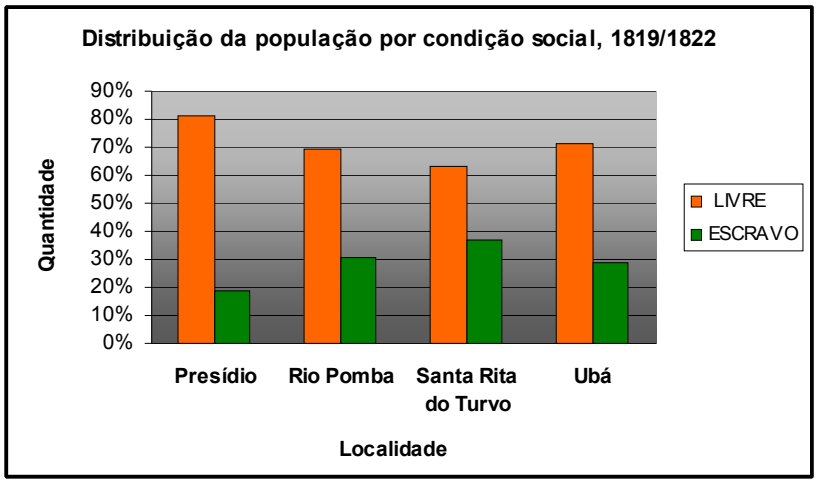
Distribuição por condição social, 1819/1822

Localidade	Livre[160]	(%)	Cativo	(%)	Total
Rio Pomba	760	69,5	333	30,5	1093
Presídio	2178	81,2	503	18,8	2681
Ubá	709	71,5	283	28,8	992
S.R. Turvo	1103	63,4	636	36,6	1739
TOTAL	**4750**	**100**	**1722**	**100**	**6504**

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

[158] ALMEIDA, 2001, p. 51.
[159] *Ibidem*, p. 52.
[160] Deve-se salientar que a utilização da categoria "livre", nas análises da população, inclui não somente a população branca, como também índios aculturados e integrados à população branca, mestiços nascidos livres e parte da população africana já liberta do cativeiro.

GRÁFICO 3



Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

Os dados sobre a concentração da população livre e escrava por freguesia apontam que a freguesia de Presídio era bem mais populosa, abrigando, em 473 fogos, 2.681 pessoas; destas 2.178 eram livres (81,2%) e 503 escravos (18,8%). Rio Pomba, tinha 122 fogos, onde viviam 760 livres (69,5%) e 333 escravos (30,5%), num total de 1093 pessoas. Em 134 domicílios de São Januário do Ubá viviam 709 livres (71,5%) e 283 cativos (28,5%); Santa Rita do Turvo: em 217 fogos moravam 1103 livres (63,4%) e 636 escravos (36,6%). O que nos chama a atenção nestes dados é que as localidades em tela apresentaram semelhanças quanto a população livre e escrava. Pelo gráfico 3, percebemos que em duas freguesias – Pomba e Ubá – o número de escravos se aproxima, 30,47% e 28,53% respectivamente. Esse perfil semelhante entre as quatro freguesias (São João Batista do Presídio, Rio Pomba, São Januário do Ubá e Santa Rita do Turvo) é condizente com o crescimento vertiginoso da população livre de Minas Gerais durante todo o século XIX. [161]

[161] Ver: PAIVA, 1996, p. 59.

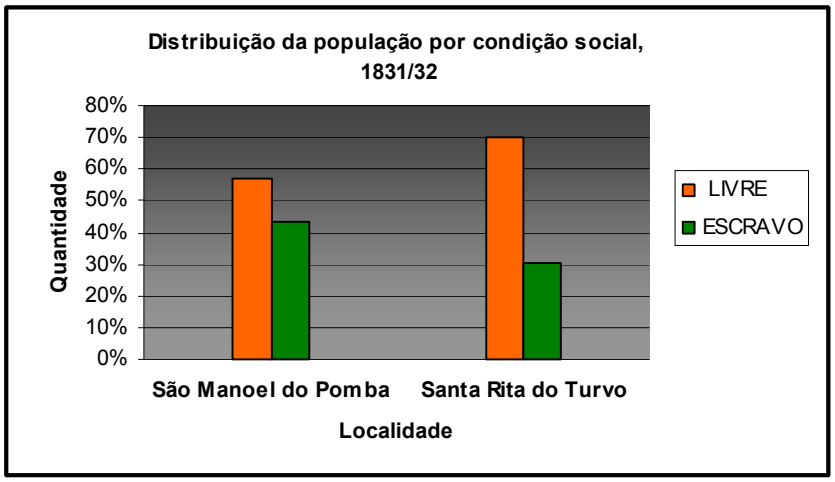
QUADRO 5

Distribuição por condição social, 1831

Localidade	Condição			
	Livres	(%)	Cativos	(%)
São Manoel do Pomba	741	56,8	564	43,2
Santa Rita do Turvo	1279	69,9	552	30,1
Total	**2020**	**64,4**	**1116**	**35,5**

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

GRÁFICO 4



Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

Como dispomos para o ano de 1831, de dados referentes à população de apenas dois distritos, São Manoel do Pomba e Santa Rita do Turvo, para efeito de análise utilizamos apenas estas localidades para o período de 1831. Ao comparar os dados presentes na lista nominativa de 1819 com os apresentados no de 1831, é possível perceber um crescimento da população livre. Considerando que Rio Pomba e Santa Rita do Turvo eram áreas de fronteira,

onde o acesso à terra era muito fácil, e que apresentaram em quase toda a primeira metade do século XIX uma economia voltada basicamente para a produção de alimentos direcionada para o mercado interno, é relevante afirmar que a sua população livre cresceu a níveis constantes. De uma forma geral, apesar das distorções dos dados que possam existir nas listas nominativas de 1819 e 1831, eles corroboram a idéia de que a população livre predominou na Zona da Mata, e que Rio Pomba e Santa Rita do Turvo acompanharam a tendência que houve em Minas Gerais, de um crescimento significativo de sua população e um dinamismo de sua economia. As listas nominativas e os inventários analisados apresentam os habitantes da zona central da mata exercendo várias atividades, tais como: agricultura, criação, ferreiro, tropeiro, tecelagem, fiação, comércio, etc. Os mais ricos também investiam seus empreendimentos no empréstimo de dinheiro a juros.

Maria do Carmo Salazar Martins detectou no ano de 1835, a população mineira era composta 416.315 indivíduos livres e 208.302 indivíduos escravos, com um total de 624.617 habitantes[162].

Ilmar Mattos informou que no final de 1847, a população do Brasil foi calculada em "7.320.000 habitantes, composta por: 2.120.000 brancos; 1.1000.000 mulatos livres; 3.120.000 negros e escravos; 180.000 libertos africanos e 800 mil índios"[163].

[162] MARTINS, 1990, p. 18.
[163] MATTOS, I., 1987, p. 33.

QUADRO 6

Distribuição da população por condição e cor, 1819/1822

	Rio Pomba				São João Batista do Presídio				São Januário do Ubá				Santa Rita do Turvo			
Cor	**Livres**	**(%)**	**Escravos**	**(%)**	**Livres**	**(%)**	**Escravos**	**(%)**	**Livres**	**(%)**	**Escravos**	**(%)**	**Livres**	**(%)**	**Escravos**	**(%)**
Brancos	266	35	-	-	787	36	-	-	337	48	-	-	398	36	0	0
Pretos	11	1.5	112	34	15	1	134	26	2	0.3	82	29	5	0.5	197	31
Crioulos	47	6.2	183	55	111	5	260	52	12	2	169	60	43	4	331	52
Pardos	429	56	38	11	703	32	109	22	232	32	32	11	618	56	54	8
Cabras	1	0.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	2	41	7
Índios	6	1	-	-	562	26	-	-	126	18	-	-	15	1.5	13	2
TOTAL	**760**	**100**	**333**	**100**	**2178**	**100**	**503**	**100**	**709**	**100**	**283**	**100**	**1103**	**100**	**636**	**100**

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

A análise dos quadros, cujos dados nos informam sobre a composição da população de algumas localidades da Zona da Mata, em 1819, demonstra o alto grau de miscigenação da população. As informações extraídas do quadro acima colocam em evidência não só a miscigenação da população livre, mas também da população cativa que era composta por diversos grupos étnicos: pretos, crioulos, pardos, cabras e até mesmo índios. Todas as áreas apresentaram um elevado contingente de população não branca. Vale ressaltar que, o predomínio desses indivíduos pardos, negros e índios sobre os brancos, possivelmente se explica também pela presença de escravos e ex-escravos, que vieram de antigas áreas mineradoras buscando nessas regiões de fronteira uma nova vida na promissora[164]. Conforme Leandro Andrade, esse indício "corrobora a visão de que os moradores dos núcleos mineradores foram quem povoaram as áreas de fronteira da região central e leste da capitania/província de Minas Gerais"[165]. Essas áreas atraíam, além de escravos, migrantes livres, que acabavam constituindo famílias no local, muitas das quais formalizadas tempos depois. Na verdade, sabemos que devido às peculiaridades da ocupação de Minas Gerais e economia do ouro, a miscigenação passou a ser uma marca fundamental na vida dos habitantes da capitania[166].

Tarcísio Botelho nos faz refletir sobre o estigma da cor e o passado ligado à escravidão que recaía sobre os indivíduos nos momentos em que eles deveriam declarar a sua cor.

> A declaração de raça/cor nos documentos do passado brasileiro é bastante imprecisa. Ela expressa muito mais uma escala social do que uma origem racial, com a cor branca sendo o referencial superior da escala. Em outras palavras, a declaração da cor era muitas vezes influenciada pela posição social do indivíduo. Isso explica as inúmeras variações que às vezes encontramos quanto à cor de um mesmo indivíduo. Conforme o documento, uma pessoa encontra-se classificada como parda e, alguns anos depois, pode aparecer como branca[167].

---

[164]Sheila de Castro Faria mostra que a mobilidade espacial foi uma característica fundamental na vida de homens pobres, especialmente dos forros e seus descendentes, embora os brancos também migrassem. De acordo com a autora, os alforriados tendiam a migrar mais do que qualquer outra categoria social durante o período colonial. Um dos motivos era o perigo da reescravização presente no cotidiano dos forros e seus descendentes. FARIA, 1998, p. 102.

[165] ANDRADE, L,. 2007, p. 50.

[166] Devido à corrida do ouro, no final do século XVII, o povoamento nas Minas se fez de forma rápida e descontrolada. Para lá, se dirigiu um surto populacional composto por homens livres, escravos e mulatos – a maioria constituída por solteiros – de diversas partes da América portuguesa e de Portugal. Este ambiente favoreceu o desenvolvimento de uma população miscigenada, difícil de ser controlada, apesar das tentativas da 2004, p. Coroa e da Igreja. Para maiores informações ver: RUSSEL - WOOD, 1977.

[167]BOTELHO, 2004, p.8.

Tomando como referência os números de São João Batista do Presídio, o quadro relativo à distribuição da população por condição indica que 36% dos seus habitantes em 1819 constituíam-se de pessoas livres brancas, enquanto que 32% de pardos, 26% de índios e 6% de pretos e crioulos. Isto que dizer que, na década de 1819, São João Batista do Presídio concentrava uma proporção de pardos que não apresentava muita diferença com a proporção da população branca. Em 1819, a participação dos indígenas em Rio Pomba foi de apenas 1%, em São João Batista do Presídio de 26%. Em Santa Rita do Turvo foram listados 28 indígenas, sendo que 13 deles apareceram listados na condição de escravos.

QUADRO 7

Razão de masculinidade por condição, 1819/1822

Localidade	Livre				Escravo			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Presídio	1060	48,7	1117	51,3	307	61,0	196	39,0
Rio Pomba	372	48,9	388	51,1	193	58,0	140	42,0
Ubá	361	50,9	347	48,9	168	59,4	115	40,6
Santa Rita do Turvo	555	50,3	548	49,7	390	61,3	246	38,7
TOTAL	**2348**	**49,5**	**2400**	**50,5**	**1058**	**60,3**	**697**	**39,7**

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

Analisando o quadro proporção por sexo, percebemos que o equilíbrio entre o número de homens e mulheres se apresenta de maneira constante em todas as localidades para os livres. Já entre os cativos, onde há um desequilíbrio, o número de homens supera consideravelmente o número de mulheres. "Em geral, existiam muito mais homens escravos do que mulheres, sobretudo nesse período, em que a oferta de africanos pelo tráfico era muito alta"[168]. A maior taxa de masculinidade entre os livres, sugere que eles pertenciam a um grupo mais sedentário[169]. A área central da zona Mata mineira acompanhou a tendência demográfica da Província no tocante a população escrava, em que os homens foram mais numerosos do que as mulheres, em virtude de uma importação constante em favor do sexo masculino e adulto. A reposição de cativos por meio do tráfico e reprodução natural foi um recurso bastante comum na região, uma vez que muitos foram os inventariados que tiveram a presença de africanos e crianças em suas posses de escravos.

[168] ANDRADE, L., 2007.
[169] PAIVA, 1996, p. 133.

Em Santa Rita do Turvo, 50,3% da população livre era masculina e 49,7% era feminina. Se analisarmos a população livre junto com a população escrava, como foi feito por Janaina Machado[170], encontramos um percentual de 54% da população masculina contra 46% da população feminina, apontando para um desequilíbrio entre os sexos.

Assim como Libby[171] se surpreendeu com o resultado da análise de nove regiões de sua amostra, que apontou para um equilíbrio entre os sexos nessas áreas de "fronteira", que havia atraído migrantes de antigas áreas mineradoras, também ficamos surpresos ao constatar um equilíbrio entre homens e mulheres em Rio Pomba, São João Batista do Presídio, São Januário do Ubá e Santa Rita do Turvo. Segundo Libby:

> O mais surpreendente é constatar que na amostra de 1831-1840 a mais baixa razão de masculinidade registra-se para a Zona da Mata, justamente a região que imaginávamos ser a mais forte candidata a área de fronteira demográfica. De qualquer forma, é significativo constatar que a razão de masculinidade da população livre na Mata passa da posição mais baixa à mais alta entre 1831 a 1872, quando tomamos por base a agregação regional total do Recenseamento.[172]

Para o ano de 1831, Clotilde Andrade Paiva conseguiu perceber que as mulheres representavam a maior parte da população livre mineira, onde a taxa de masculinidade era de 95,3% homens para cada 100 mulheres. Na região Central Oeste, a proporção era de 88,5 homens para cada 100 mulheres, essa maior proporção de mulheres livres se explica pela presença nessa região dos antigos centros da mineração, que perdiam população masculina provavelmente migrada para os campos das gerais[173]. A análise dos dados de Leandro Andrade mostrou que 58% da população livre em Mariana era composta por mulheres, sendo a taxa de masculinidade de 71,8 homens para cada 100 mulheres. A forte presença de mulheres nessa área central de Mariana resultou numa alta proporção de mulheres solteiras e viúvas chefiando domicílios[174].

O equilíbrio entre os sexos atuava diretamente sobre o mercado matrimonial do grupo livre, favorecendo os sexos masculino e feminino a encontrar parceiros para se casar. Nos registros de casamento de São João Batista do Presídio, esse relativo equilíbrio entre os sexos pode nos indicar também que nas regiões analisadas o tipo familiar predominante foi o

---

[170] MACHADO, J. M., 2007, p. 59.
[171] LIBBY, 1988, p. 63.
[172] *Ibidem*, p. 63.
[173] PAIVA, 1996, p. 48.
[174] ALVES, 2006.

nuclear e o aumentado – estrutura familiar necessária em comunidades dedicadas à produção agrícola. A importância da família em áreas de fronteira aberta foi sucintamente discutida por vários historiadores, dentre os quais Muriel Nazzari, Sheila de Castro Faria e Alida Metcalf. Essas autoras, em comum, argumentam que, pertencer a uma família e formar laços de parentesco fortes pode ter possibilitado uma chance maior para que os indivíduos conquistassem e adquirissem recursos econômicos, principalmente em áreas rurais. Sheila de Castro Faria argumenta que a família e as ligações matrimoniais eram fundamentais para o funcionamento e reprodução das unidades agrárias produtivas, principalmente para os mais pobres[175]. Devemos ressaltar, portanto, que para as localidades em estudo a grande maioria dos povoadores era formada por casais, ao contrário daquilo que se poderia supor para uma área de fronteira, onde era esperado encontrar uma população majoritariamente masculina e solteira.

Segundo Paulo Eduardo Teixeira, "o povoamento, antes de se estabelecer sobre uma base econômica sólida, precisou da participação da família, que despontou como elemento essencial aos propósitos de defesa permanente do território"[176]. Deste modo, a família principalmente aquela sob as regras do matrimônio, seria a garantia mais segura para incentivar a povoação de regiões de fronteira agrícola[177]. Segundo Nizza da Silva, "as autoridades civis relacionavam o aumento da população, tão necessário ao Brasil, com o aumento dos casamentos, o que era um sofisma, pois a população também aumentava com as uniões 'segundo a lei da natureza'"[178].

Entretanto, não deixa de ser importante verificar a razão de masculinidade por faixa etária dessa população, a fim de observamos se era uma população jovem, e em qual faixa etária havia um maior desequilíbrio ou equilíbrio entre os sexos.

---

[175] Ver: FARIA, 1998; MARCÍLIO, 2006.
[176] TEIXEIRA, 2004, p. 92.
[177] *Ibidem*, p. 47.
[178] SILVA, M, 1984, p. 50.

QUADRO 8

Razão de masculinidade de livres por grupos etários. 1819/1822

Idades	Rio Pomba	Presídio	Ubá	Santa Rita do Turvo	Total
0-4	1,01	0,92	0,91	0,9	**0,93**
5-9	1,10	0,99	1,14	0,97	**1,03**
10-19	0,68	0,91	0,97	1,35	**0,97**
20-29	1,0	0,75	0,88	0,97	**0,85**
30-39	0,91	0,89	0,79	0,7	**0,83**
40-49	0,92	1,01	1,56	0,87	**1,04**
50-59	1,65	1,21	1,5	1,51	**1,68**
60-69	1,06	2,04	1,11	0,78	**1,82**
+ de 70	0,81	1,47	4,0	0,75	**1,4**

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

O quadro acima mostra a razão de masculinidade[179] da população livre da zona central da Mata Mineira por grupos etários. Nas quatro localidades analisadas, a proporção total de homens se aproximou ou esteve sempre abaixo da de mulheres, com exceção das faixas etárias de 50 a 70 anos. O que queremos dizer é que na idade relativamente alta da população houve um maior desequilíbrio entre os sexos, com o predomínio do sexo masculino. Os "idosos" do sexo masculino com mais de 50 anos, sobreviventes de uma época em que a mortalidade atingia a todas as idades, foram mais numerosos do que as mulheres "idosas" em quase todas as localidades, com exceção dos idosos acima de 60 anos de Santa Rita do Turvo e de mais de 70 anos de Rio Pomba. Como a Zona da Mata teve no início do século XIX acelerada a ocupação de seu território, onde indivíduos em sua maior parte do sexo masculino, originária das áreas tradicionais da mineração, estabeleceram dedicando-se à agricultura de abastecimento, era de se esperar que trinta anos depois eles estivessem atingindo a velhice.

Na lista de 1819 de Rio Pomba, observamos que a taxa de masculinidade favoreceu a população masculina nas faixas etárias entre 50 a 59 anos. O contrário se deu em 1831, quando a lista nominativa dessa localidade nos mostrou que a razão de sexo da sua população nesse período foi maior para a população feminina. A razão de sexo, ou seja, maior proporção

[179]A razão de masculinidade é uma medida demográfica utilizada em análises que pretendem verificar a distribuição da população segundo a variável sexo. O cálculo é feito dividindo o número de homens pelo número de mulheres. "Quando a 'razão de sexo' for igual a 1 (ou 100) significa que existe um equilíbrio numérico perfeito entre os sexos; se for mais do que 1 (ou 100), a população para qual tal índice foi calculado tem um contingente maior de homens do que de mulheres. Interpretação inversa se dá quando a razão de sexo é menor do que 1 (ou 100) ou seja, neste caso há predomínio do sexo feminino naquela população". Em síntese, a razão de masculinidade é o número de homens para cada 100 mulheres. MARTINS; LIMA; SILVA, 1996, p. 12.

de homens em relação às mulheres, entre a população de Rio Pomba na faixa etária de 20 a 29 anos, foi de 1,0 homens para cada mulher em 1819 e de 0,98 homens para cada mulher em 1831. Segundo Libby, as regiões em que a proporção da população masculina é maior do que a feminina podem ser caracterizadas como áreas de "fronteira", que estão passando por movimentos migratórios[180].

Nos dados de Clotilde Andrade Paiva relativos à província mineira no ano de 1831, as mulheres representavam a maior parte da população livre mineira, onde a taxa de masculinidade era de 95,3% homens para cada 100 mulheres. Na região Central Oeste, a proporção era de 88,5 homens para cada 100 mulheres. Essa maior proporção de mulheres livres se explica pela presença nessa região dos antigos centros da mineração, que perdiam população masculina provavelmente migrada para os campos das gerais[181]. A taxa de masculinidade da população livre de Mariana em 1819 era de 71,8 homens para cada 100 mulheres. A forte presença de mulheres nessa área central de Mariana resultou numa alta proporção de mulheres solteiras e viúvas chefiando domicílios[182].

[180] LIBBY, 1988, p. 57
[181] PAIVA, 1996, p. 48.
[182] ALVES, 2006.

CAPÍTULO 2

TERRA E TRABALHO: ESTRUTRUA ECONÔMICA E PRODUTIVA

> *O Brasil nasceu (...) nesse solo arrasado pela exploração das minas, nos currais, nos campos que produziam alimentos, nos caminhos que se abriam e apontavam para a marcha da ocupação da terra, da saída e da entrada de produtos, da expansão da população. (...) Um Brasil que se repetiu e se reproduziu em outras terras, outros climas, latitudes diversas, sertões adentro, pelas terras do índio que sobreviveu aos massacres e que foi se retirando para oeste. A marcha da fronteira de povoamento e da fronteira agrícola.* [183]

A partir de uma análise teórica e metodológica, alicerçada no debate historiográfico recente sobre a economia mineira[184], o objetivo central deste capítulo é entender a realidade econômica e a sua influência na materialidade das unidades domésticas. Nosso intuito é compreender as atividades de produção desenvolvidas nestas estruturas familiares e quanto elas contribuíram com o mercado interno. Para tanto, acreditamos ser necessário abordar a importância que as atividades agropecuárias tiveram no processo de povoamento e de ocupação da região e o impulso que elas deram à abertura de novas vias de comunicação ligando Minas, ao sul com o Rio de Janeiro e, a leste, com o Espírito Santo.

Nossa proposta é analisar como a terra funcionava como principal fator na organização econômica e social do território, enfatizando as formas de usos e apropriação do solo, a organização da paisagem agrária e as relações de produção e patrimônio fundiário dessa sociedade[185]. A intenção é discutir os conflitos decorrentes do processo de apropriação e expropriação da terra numa área de fronteira aberta e as reações dos grupos envolvidos. Procuramos observar o avanço da fronteira ou mobilidade da fronteira nas diversas estradas e caminhos abertos pelo interior das matas fechadas da região, que serviam como vias de comunicação entre Minas com as capitanias/províncias do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

De uma forma geral, o capítulo procura mostrar que o resultado da ocupação da Mata foi o devassamento de todo o interior da região e a anexação de terras tradicionalmente habitadas pelos índios, as quais foram transformadas em sesmarias e distribuídas a indivíduos

---

[183] LINHARES, 2001, p. 21 *apud* GONÇALVES, 2004, p. 20.
[184]Ver: ALMEIDA, 1994; ANDRADE F., 2008; MENESES, 2000.
[185]Ver: MARCÍLIO, 2006.

que se interessavam em estabelecer unidades produtivas auto – suficientes[186] e com possibilidades dos excedentes se voltarem para o mercado interno. Contudo, este deslocamento populacional acabou por ocasionar conflitos pela posse da terra e criar um mercado ativo de terras, aspectos tão comuns em áreas de fronteira aberta. Enfim, buscaremos apontar o dinamismo econômico social proporcionado pela fronteira no fortalecimento do mercado interno.

Utilizamos como eixo condutor desse segundo capítulo a leitura e análise dos requerimentos, petições de sesmarias[187], relatórios de Presidentes de Província, listas nominativas, inventários *post - mortem* e livros de notas.

2.1. Organização econômica das unidades domésticas

Como já se disse no capítulo 1, em função da queda da produção do ouro que se abateu sobre Minas a partir da segunda metade do século XVIII, os governadores passaram a incentivar a ocupação dos sertões do leste no sentido de descobrir novos veios auríferos e impulsionar a produção agrícola. Toda uma bibliografia dedicada a esse assunto vem demonstrando que esse incentivo à ocupação das fronteiras criou uma enorme corrente migratória rumo às vertentes dos rios, ribeirões e estradas da zona da Mata. Indivíduos livres, oriundos de áreas de ocupação mais antigas, começaram a penetrar com maior freqüência pelas matas fechadas da região em busca de terras férteis para estabelecerem-se com suas famílias e escravos e construírem suas unidades produtivas[188].

Os dados sobre as atividades econômicas na região, presentes nas listas nominativas, permitem aprofundar o quadro exposto acima.

---

[186] Na mesma perspectiva de Claúdia Chaves, entendemos por auto-suficiente o mercado abastecido pelas roças e sítios vizinhos sem que houvesse a necessidade do transporte das mercadorias por longas distâncias. CHAVES, 1999, p. 127.

[187]Mônica Ribeiro nos alerta ainda que, apesar das cartas de sesmarias constituírem documentos importantíssimos para o estudo do acesso às terras, elas apresentam dados pouco precisos em relação à data da ocupação, que muitas vezes poderia ser bem distante da data da doação. Devido à imprecisão de suas informações, as cartas de sesmarias devem ser utilizadas apenas como fonte secundária, e entrecruzadas com outras fontes para que se possa fazer um mapeamento mais seguro da região em estudo. OLIVEIRA, M. R., 2005, p. 100.

[188] Para uma análise sobre a economia de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, ver os estudos de: LENHARO, 979; ALMEIDA, 1994; LIBBY, 1988; PAIVA, 1996; CHAVES, 1999; MENESES, 2000; CARRARA 2007; ANDRADE, 2008. Uma discussão historiográfica muito importante sobre a economia mineira nesses séculos pode ser encontrada em GONÇALVES, 1998.

QUADRO 9

Ocupação dos chefes de domicílio, segundo o sexo. 1819/1822

Setor/Ocupação[1]	Homens	Mulheres	Total
Não declarada	68	79	147
Agricultura	595	59	654
Comerciante	32	–	32
Jornaleiro	10	–	10
Transporte	3	–	3
Artesanato	14	11	25
Cargos Públicos e Clérigos	10	–	10
Ofícios mecânicos	28	–	28
Outros	13	24	37

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.
Nota: (1) Incluem-se aqui agregados os dados de: Rio Pomba, Santa Rita do Turvo, São João Batista do Presídio e São Januário do Ubá.

Ao analisar este quadro, constatamos que o setor de agricultura é aquele onde se inclui a maior parte dos chefes de domicílios com ocupação declarada. Nas localidades em estudo, as ocupações ligadas à agricultura tiveram maior representatividade tanto entre os homens quanto entre as mulheres.

Com relação à produção artesanal, a maioria dos artífices era composta por homens. Dentre todas as mulheres chefes de domicílio com ocupação declarada[189], 11 delas se dedicaram à atividade de artesanato. Apesar de o artesanato ter apresentado apenas 25 pessoas no setor, sabemos que a fiação e a tecelagem constituíram uma das principais atividades responsáveis pelo dinamismo econômico das Minas escravista oitocentista. Um número expressivo de mulheres que sustentavam suas unidades domésticas dedicara-se às atividades

[189]Carlos Bacellar nos alerta que é preciso ter cuidado ao se fazer uma análise das ocupações femininas descritas nos censos populacionais, uma vez que a instabilidade econômica de muitas mulheres nos recenseamentos poderia advir do olhar enviesado do próprio escrivão responsável pelo censo. Bacellar questiona até que ponto estaria ele preocupado em diferenciar a variedade de despossuídas, identificando suas reais condições de vida. De acordo com o autor, o escrivão encarregado de fazer um levantamento censitário de caráter econômico e militar, talvez pouco se preocupasse com a caracterização dos personagens listados nos censos. BACELLAR, 2001, p. 169.

artesanais e manufatureiras. Sobretudo aquelas que detinham pouca posse material, buscavam consorciar a "lida cotidiana doméstica entre cozinhar, lavar, fiar, tecer, costurar e cuidar dos pequenos animais (galinhas e porcos) e da horta, trabalhar no beneficiamento de gêneros agrícolas. Mas certamente a fiação e a tecelagem se destacavam, devido aos rendimentos agrícolas"[190].

Após um período de pequenas excursões pela Mata central, em 1824, Georg Heinrich von Langsdorff descreveu atentamente a diversidade de tarefas que assumiram as mulheres desse local.

> As mulheres são todas empregadas na casa e nos afazeres domésticos, como, por exemplo, levar o milho para a moenda, cozinhar milho e comida para os porcos, ocupar-se da cozinha, da roupa, fiar e tecer algodão, espalhar o feijão de rícino, cozinhar óleo, fazer farinha de milho, dar comida às galinhas, etc [191].

Em seu livro *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX,* Libby, preocupado em compreender a diversificação econômica e crescimento demográfico da província mineira no século XIX, estabelece o conceito de "economia em acomodação" *evolutiva* para descrever as atividades de transformação, tais como siderurgia, indústria têxtil e agropecuária mercantil, que coexistiram com a atividade mineradora e absorveram os efeitos da crise da mineração. Ao analisar o mapa de população correspondente ao período de 1831-1840, Douglas Libby observou que na Zona Metalúrgica – Mantiqueira, onde se localiza Mariana – mais de 50% das mulheres livres se ocupavam das atividades do setor têxtil, dentre elas, fiandeiras, tecelãs, rendeiras e costureiras[192]. Para ele, as listas nominativas de 1830 são uma prova fiel de que Minas nesta década já havia se especializado na produção de tecidos grosseiros destinados ao abastecimento do mercado interno.

Na visão do autor, a participação de um número significativo de mulheres e meninas na produção doméstica de fios chegou a superar "numericamente qualquer outra categoria profissional"[193]. Isto contribuiu para a construção de uma indústria têxtil nas Minas oitocentista. Libby afirma ainda que "não se tratava de uma atividade reservada apenas a pobreza mineira da época"[194], pois encontrou, nos mapas de população, mulheres abastadas ocupadas no setor têxtil. Segundo o autor, "mulheres livres e escravas, de todas as idades, e

---

[190] ANDRADE, F. E., 1994, p. 124.
[191] SILVA, D.,1997, p. 81.
[192] LIBBY, 1988, p. 187 - 196.
[193] *Ibidem*, p. 197.
[194] *Ibidem*, 1988, p. 198.

residindo tanto em áreas rurais quanto nas urbanas, passavam seus dias manipulando rocas e teares"[195].

Carla Almeida, analisando as listas nominativas de Catas Altas, percebeu que 34,4% dos chefes de domicílio deste distrito se dedicavam a algum tipo de atividade ligada à "indústria têxtil". Segundo ela, do total de 352 chefes de domicilio, 74 deles eram compostos por fiandeiras, 13 tecedeiras, 2 rendeiras, 15 costureiras e 17 alfaiates.[196]

O perfil das ocupações demonstradas no quadro 9 corrobora os resultados dos estudos que mostram que as características da Zona da Mata mineira, no século XIX, eram produzir alimentos para o abastecimento do mercado interno. Deste modo, ao analisarmos a ocupação dos chefes para que pudéssemos compreender as formas de organização e funcionamento das unidades domésticas, percebemos que as ocupações desenvolvidas no interior das mesmas obedeciam às necessidades e oportunidades de uma região que guardava características típicas de áreas de fronteira agrícola.

Irene Rezende e Janaina Machado argumentam que a tecelagem era uma atividade constante nas unidades produtivas de Santa Rita do Turvo. Analisando o inventário do Padre Manoel Inácio de Castro, do ano de 1819, as autoras perceberam que a confecção de panos de algodão era a atividade principal de sua fazenda, da qual ocupavam-se seus 73 escravos. Segundo elas, ao que tudo indica, o padre fabricava tecidos numa escala maior do que apenas para o próprio consumo[197].

Observamos, não somente na análise das listas nominativas como também em outras fontes, uma grande quantidade de pessoas que se dedicavam às atividades ligadas à agricultura de abastecimento. Tanto que a maioria das posses de terras, dentro dos limites da 2ª Divisão e que foram pedidas a títulos de sesmarias, eram terras em que a produção de feijão, milho, arroz, cana-de-açúcar e café dividiam o mesmo espaço. Os requerimentos emitidos pelo diretor da Junta Militar, Guido Marlière, são ricos em descrever com detalhes a existência de pequenas roças de alimento no interior dos aldeamentos, estradas e rios. Além do milho, plantava-se nos aldeamentos, arroz, abóbora, favas, sementes de algodão, mandioca, batatas, bananas, laranjas, verduras, melancias, quiabos e pepinos[198].

Os documentos que Marlière enviava para o governador demonstram claramente as várias medidas tomadas pela Junta Militar no sentido manter a estabilidade da produção de alimentos para aumentar o Erário Régio. Depois de passar alguns meses visitando Vila Rica,

---

[195] LIBBY, 1993, p. 464.
[196] ALMEIDA, 1995, p. 106.
[197] MACHADO, J.M., 2007, p. 47; REZENDE, 2008, p. 95.
[198] APM, SG, 1/15, Cx. 90, Doc.03

esse diretor retornou à área central da Mata e se espantou ao ver as roças do Aldeamento de Manuelburgo totalmente saqueadas e as de Guidoval entregue aos pássaros. Para tentar sanar os prejuízos ocasionados pela sua ausência, teve que desdobrar suas energias e dedicar-se com afinco no restabelecimento das roças, para "não deixar cair uma instituição tão útil ao Estado". Juntamente com os Índios Coroatos e alguns moradores de distritos próximos, ele deu início a novas plantações de milho, feijão, arroz e outros gêneros. Conforme o seu relato, o plantio desses alimentos, posteriormente, trouxe grandes lucros para a Fazenda Real[199].

Ao percorrer o arraial das Mercês, Langsdorff chamou a atenção para a abundância de laranjeiras e bananeiras presentes nesta localidade. Na medida em que ele se aproximava da freguesia da Pomba, observava que as plantações de milho e feijão aumentavam. Segundo o seu relato: "De meia em meia hora, ora à direita, ora à esquerda dos vales, encontram-se propriedades rurais, onde os produtos comuns são milho e feijão, sendo que a renda dos habitantes provém da criação de galinhas e porcos"[200]. Ao chegar em São João Batista do Presídio, neste mesmo ano, ele percebeu que essa localidade também especializava-se na produção do milho e do feijão. Em seguida vinha o café, criação de porcos, cana-de-açúcar para a produção de aguardente e, especialmente, o comércio de ipecacuanha ou poaia.[201] A extração desta erva era realizada pelos índios, que doavam-na para os portugueses em troca de sacos de milho.

Com base nas listas nominativas, percebemos que os indivíduos que exerciam atividades religiosas ou empregos públicos podiam conciliar o exercício destas funções com outras ocupações ligadas ao comércio, agricultura, artesanato, etc. Lavradores e comerciantes eram também tropeiros e/ou exerciam funções públicas; militares viviam de seus soldos e da agricultura; clérigos dedicavam-se a lavoura; agricultoras muitas vezes teciam pano e possuíam vendas. Podemos afirmar, que nem sempre os indivíduos exerciam uma só atividade e que eles não trabalhavam sozinhos, mas sempre acompanhados de escravos, agregados ou então de membros de sua família.

Conforme informações presentes nos inventários, os comerciantes, em geral, tinham uma loja e ao mesmo tempo dedicavam-se à produção agropecuária e emprestavam dinheiro a juros para os seus clientes. Em muitos casos, esses comerciantes eram lavradores que buscavam diversificar suas atividades, mantendo ligações com o campo por meio da posse de terra e de

---

[199] APM, SG, Cx. 119, Doc. 24.
[200] SILVA, D. 1997. p. 66
[201] Poaia ou *ipecacuanha* era uma raiz muito utilizada como remédio contra os casos de tosse e vômito.

criação de animais. Um desses negociantes era Bento José da Silveira[202]. Além de comerciante de loja de secos e molhados, ele possuía uma longa lista de rol de dívidas ativas e passivas. A confirmação de que Bento José da Silveira era comerciante foi encontrada pela lista nominativa de 1819 de São João Batista do Presídio, na qual ele aparece qualificado como negociante e morando em um domicílio com poucas pessoas, sua esposa e mais três agregados.

Tudo leva a crer que Joaquim Teixeira de Carvalho[203], morador em São João Batista do Presídio, além da agricultura, exercera o ofício de carpinteiro. Era nestas duas ocupações que ele, com a ajuda de seus três escravos, conseguia renda para a sobrevivência da sua família. Além da descrição em seu inventário de bens ligados à atividade agrícola (enxada, foice, machado, alavanca e cavadeira), observa-se a presença de ferramentas de carpinteiro (torquês, serra de carpinteiro e uma banca de carpinteiro com os seus pertences). José Ferreira Gomes[204], que aparece com uma das maiores fortuna nos inventários analisados, além de porcos, bois, vacas, cavalos, bestas e burros, criava em sua fazenda 44 ovelhas. Ao que tudo indica, as quatro rodas de fiar e um tear descritos entre seus bens, eram manipuladas por suas escravas para a produção de tecidos. As ovelhas indicam, inclusive, a possibilidade de produção de tecido de lã.

Outro caso interessante de ser mencionado é o de Caetana Rosa da Purificação[205], casada com Joaquim Rodrigues Despachado, que residia em Presídio. Ela possuía três moradas de casa na vila. Uma morada de casas de sobrado, assoalhada que ficava na Rua Nova, esquina com a Rua da Olaria, avaliada em 400$000 réis. A segunda casa ficava no lado de cima da mesma rua da Olaria e foi avaliada em 200$000 réis. A terceira, localizada na Rua Água Limpa, possuía menor valor dentre os imóveis, sendo calculada em 180$000 réis. As três casas e uma sorte de terras de cultura com três córregos e um lagrimal[206] (250$000 réis) acumulavam 72,5% dos bens inventariados. O número de imóveis que ela e seu marido, Joaquim Rodrigues Despachado, possuíam na vila do Presídio denota a provável participação do aluguel na renda da família.

---

[202] Natural de Sabará, Freguesia de São Miguel, Bento José da Silveira casou-se com Teresa Maria de Jesus e com ela não chegou a ter nenhum filho. No entanto, deixou sete filhos naturais, seis deles filhos de Ana Maria da Paixão, sendo que dois deles eram moradores em Antônio Dias Abaixo. A outra herdeira natural era filha de Rosa Angélica da Silveira. Seu monte-mor equivalia a 2:053$613 e fora dividido a seus 9 herdeiros, dentre os quais dois eram seus netos. Ele possuía uma chácara no arraial do Presídio com casa coberta de telhas (90$000) e uma morada de casas na mesma localidade (120$00), como também uma chácara com arvoredos arruinados e um terreno com cinco alqueires no mesmo arraial. Arquivo do Primeiro ofício do Fórum de Ubá: nº 35

[203] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 53

[204] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 70

[205] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 58

[206] Fonte de um curso de água

No inventário de Caetana Rosa encontramos indícios de que ela incrementava a renda da família dedicando-se a lavagem de roupas e venda de doces e quitutes, uma vez que em seu inventário descreveram-se os seguintes bens: uma escova de roupa, duas chocolateiras novas de folhas de flandres e panelas. Percebemos também que seu esposo, Joaquim Rodrigues Despachado, sem o auxílio de escravos, trabalhava exercendo os ofícios de agricultor, pedreiro e carpinteiro, dado que consta em seu inventário: enxadas, machados, serrote, serra pequena e colher de rebocar. Neste sentido, os bens imóveis assumem o papel de geradores de recursos e instrumentos para garantia da materialidade nos lares, principalmente naqueles localizados em áreas com características mais urbanas.

Uma análise cuidadosa do inventário de Gonçalo Barreto[207], um dos homens mais ricos de nossa amostra, indica que ele produzia cana-de-açúcar, café, milho e derivados, gordura de porco e ele e seus escravos atuavam como ferreiros e carpinteiros. Além dos suínos, havia em sua fazenda a presença de equinos, caprinos e ovinos. A presença de 14 animais de cargas indica que ele mesmo era o responsável pelo transporte de suas mercadorias. Em sua fazenda, além da tenda de ferreiro havia também um engenho de cana, paiol, tear e vários outros bens profissionais, tais como ferramenta de ferrar, arado, enxada, ferramenta de carpinteiro, alavanca, cavadeira, enxadas, foices, machados, carretos de secar açúcar e outros. Gonçalo Gomes Barreto aparece na relação de Engenho de São João Batista do Presídio como dono de um engenho de água coberto de telha, duas taxas, um alambique e meio alqueire de plantação de cana-de-açúcar.

Ao analisar a conjuntura da economia mineira com o intuito de mostrar sua complexidade, Fragoso acentuou a importância do mercado interno colonial e das produções para ele voltadas, salientando que a acumulação mercantil de Minas Gerais devia-se em grande parte a tendência do grande empresário mineiro em diversificar suas atividades produtivas. A integração das atividades comerciais e agrícolas, de acordo com o autor, resultou numa capacidade de acumulação endógena que prolongou o escravismo[208]. A complexidade da economia colonial é verificada pela capacidade de aumentar as receitas e suas produções de abastecimento, até mesmo nos momentos de queda dos preços internacionais e de retração da agroexportação, pois a acumulação mercantil permite-lhe um ritmo próprio de reprodução, não totalmente determinado por injunções externas[209]. De acordo com Fragoso, a decadência da mineração em Minas Gerais, não representou o

---

[207] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 69
[208] FRAGOSO, 1998, p. 20.
[209] *Ibidem*, 1998, p. 21-28.

retraimento de seus complexos agrários mercantis de abastecimento, pois, com a diminuição da extração mineral, a população mineira passou a se dedicar às atividades agropastoris[210].

José Newton Coelho Meneses, utilizando-se de Inventários *Post-mortem*, testamentos e Atas da Câmara, pertencentes à região do Serro Frio, também observa que a maior parte dos proprietários de terras e escravos obteve recursos econômicos dedicando-se a várias atividades econômicas, sendo as principais: a agricultura, a mineração e o comércio. Estas atividades, além de dividir o mesmo espaço físico, compactuavam da mesma organização social[211]. Seu estudo mostrou que a agricultura voltada para o mercado interno participou de forma importante no processo de acumulação endógena em Minas durante todo o século XVIII, bem como conseguiu produzir alimentos, abastecer o mercado e sustentar a demanda de uma população crescente, além de impedir que ocorressem crises de fome e carestias alimentares[212].

QUADRO 10

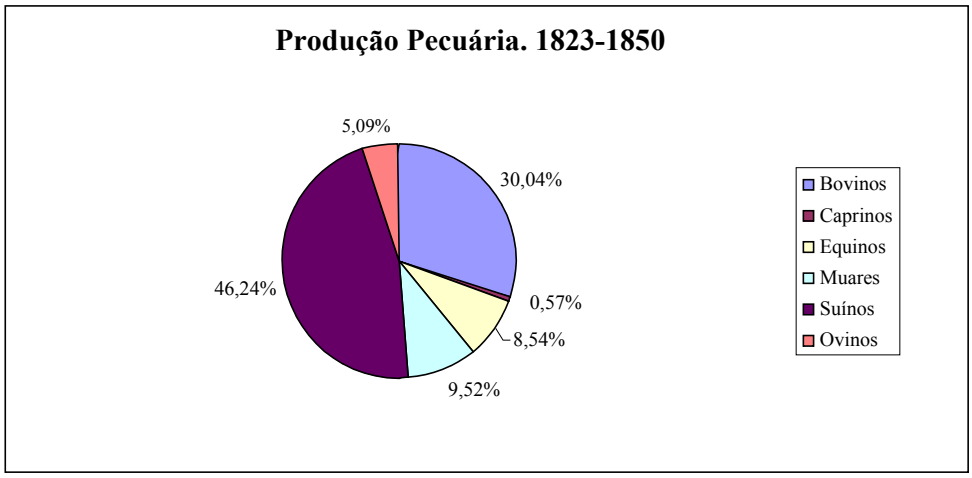
Produtos da lavoura ou tipo de Criação[213]

Produtos		**Como único produto**	**Associado a outros**	**Total de inventários que aparece**
Lavoura	Milho	**24**	**12**	**36**
	Cana-de-açúcar	**17**	**1**	**18**
	Café	**13**	**11**	**24**
	Arroz	**2**	..	**2**
	Feijão	**4**	..	**4**
Criação	Bovinos	..	..	**65**
	Caprinos	..	..	**2**
	Eqüinos	..	..	**68**
	Muares	..	..	**37**
	Ovinos	..	..	**11**
	Suínos	..	..	**43**
Outros	Roça não especificada	**31**	..	..

Fonte: Inventários *post-mortem.* Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá

[210] FRAGOSO, 1998, p. 26.
[211] MENESES, 2000, p. 156-161.
[212] *Ibidem,* p. 198.
[213] Este quadro refere-se à análise dos inventários da área central da Mata, com exceção de Rio Pomba.

GRÁFICO 5



Fonte: Inventários *post-mortem.* Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá.

A análise do quadro nos mostra que, nas unidades produtivas das localidades em estudo, criavam-se suínos, plantava-se milho, feijão, café e cana-de-açúcar e, em menor escala havia a produção de arroz. A produção do milho e seus derivados era praticamente constante em todas as propriedades, pois se tratava do principal gênero alimentício da população. Na verdade, o milho era muito utilizado na cozinha mineira como um todo. Ainda verde, ele era comido, cozido ou assado, ou feito um mingau. Também era consumido em forma de farinha, angu, curau, pamonha, pipocas, biscoitos, canjica, canjiquinha, cuscuz, broas de fubá, e o cobu enrolado em folha de bananeira, etc. Com o seu farelo e grão criavam-se animais domésticos (porcos e galinhas) e alimentava-se os animais de cargas que descansavam nos ranchos estabelecidos ao longo dos caminhos. Bastante cultivado nos caminhos e próximos aos ranchos, o milho servia como alimento dos animais de cargas[214]. Para se entender o "complexo do milho", nos termos de Sérgio Buarque de Holanda, deve-se levar em conta não somente a qualidade do solo e clima, mas também a simplicidade e rusticidade das técnicas necessárias à elaboração de seus produtos[215].

Georg Wilhelm Freireyss[216] que esteve em 1826 em São João Batista do Presídio, teceu considerações importantes sobre o costume e hábito alimentar dos lavradores ou

[214]Ver: CHAVES, 1999, p.92; MENESES, 2000; CARRARA, 2007, p. 93; MAGALHÃES, 2004; p. 102; VENÂNCIO 1997.
[215]HOLANDA, 1994, p. 188.
[216] Georg Wilhelm Freireyss saiu de Vila Rica e chegou em São João Batista do Presídio na companhia de Von Eschwege, no dia 26 de dezembro de 1814, a fim de estudar e conhecer a cultura indígena, a flora e a fauna da região.

roceiros: "Raramente o alimento diário dos camponeses é feito de alguma coisa a mais do que um tipo de feijão, cozido na água e misturado com farinha de milho. Reunidos em volta da panela que contém tal refeição, comem com as mãos, dispensando faca e garfo"[217].

É interessante salientar que a produção do milho e seus derivados estiveram diretamente relacionados com o cultivo do feijão e produção da carne de porco, que juntos constituíam a base da alimentação da população em Minas Gerais, tanto para os ricos ou pobres, livres ou escravos[218].

Através do gráfico e quadro acima, percebemos o predomínio da criação de suínos, os quais representavam 46,24% da produção. Percebemos que a criação de porcos era bastante comum na Zona da Mata, onde estava presente tanto nas unidades escravistas como naquelas em que havia somente a presença da mão-de-obra familiar. O número de suínos presentes na fazenda indica, provavelmente, que nela fazia-se toucinho, lingüiça e outros derivados do porco. Os investimentos em criatório de porcos, além das facilidades de criação, podiam significar a possibilidade de movimentação de um pequeno comércio. Além do alto número de suínos, também encontramos referência à pequena criação de bovinos (30%) e à participação de animais de tropa (9,52%), bastante utilizados como meio de transporte e distribuição da produção no mercado, bem como à dedicação a diferentes criações, como de caprinos e ovinos. Os dados evidenciam ainda que, 65 proprietários se dedicavam à criação de gado, possuindo eles um total de 584 animais, enquanto que os 37 donos de muares possuíam 185 animais. Sobre a importante participação da agricultura e pecuária na expansão da fronteira, Ângelo Carrara discute que:

> Mas se a agricultura e a pecuária de tipo escravista voltadas para o abastecimento interno colonial foram poderosas e eficientes enquanto dura seu tempo, foram as pequenas lavouras de mantimentos e as pequenas criações de gado que garantiram, com uma base técnica restrita, níveis de rendimento agrícola e pastoril tais que permitiram não só o crescimento ininterrupto da população, como o conseqüente avanço da fronteira. Se for possível uma imagem, o movimento agrário característico de Minas colonial é o da ampliação constante da fronteira por ondas crescentes de pequenos lavradores em todas as direções disponíveis[219].

O milho, a cana-de-açúcar e o café aparecem como produtos de destaque na pauta dos gêneros produzidos nas fazendas, sítios e chácaras. Quanto ao arroz e feijão, nota-se um número pouco expressivo de inventários com seus registros. Um dos fatores explicativos para

---

[217] FREIREYSS, 1982, p. 140
[218] ALMEIDA, 1994, p. 161.
[219] CARRARA, 2007, p. 66-67.

a produção de café na área central da Mata mineira era a qualidade do clima e da terra do local, propícia para o cultivo desta "rubiácea". O café já era produzido desde o início do século XIX, em grande parte das fazendas da região, sendo seu destino voltado para o auto-consumo e abastecimento das localidades próximas. A partir de 1830, ele passou a ser o responsável por grande parte dos valores exportados pela província.

O documento a seguir, enviado ao governador por Guido Marlière, ilustra a participação da Junta de Conquista e Civilização dos Índios no controle da produção de alimentos:

> Para que o governador do Estado, possa dar as providências necessárias, remeteram todos os anos uma lista de roças que se fizerem; os gênero que se plantarem, os nomes assim dos lavradores, que cultivaram como dos que não trabalharam, explicando as causas que tiveram para faltarem a tão interessante obrigação, para que a vista delas, possa o mesmo governador, louvar em trabalho, e aplicação, e castigar em outros a ociosidade e negligência. [220]

Os diferentes instrumentos de trabalho encontrados nos inventários destacam a diversificação das atividades econômicas da área central da Mata mineira. Vejamos o quadro abaixo:

[220] RAPM, v. 02, fascículo 4, 1897, p. 703.

QUADRO 11

Instrumentos de trabalho dentro das unidades domésticas

Instrumentos	Nº de inventariados que possuem cada instrumento	Média de instrumentos por cada inventariado
Enxada	67	4,4
Foice	60	4,2
Machado	63	2,6
Alavanca	12	1,2
Cavadeira	14	1,5
Roda de fiar	34	1,7
Tear	30	1,0
Moinho	33	1,0
Monjolo	20	1,0
Paiol	21	1,0
Alambique	9	1,0
Forno de Farinha	4	1,0
Engenho	24	1,0
Tenda de ferreiro	4	1,0
Arado[221]	1	1,0

Fonte: *Inventários post-mortem.* Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá. 1823-1850.
Nota: A média de instrumentos foi calculada sobre o número de proprietários

Com relação aos instrumentos utilizados na lavoura, havia o uso abundante das enxadas, foices e machados para o abate das árvores e o preparo da lenha para o fogão. Por vezes, acrescentava-se o facão, uma arma de fogo para a caça e ferramentas necessárias para ferrar os animais e consertar os arreios. Para demonstrar ainda mais o dinamismo da fronteira, basta que citemos outros dos instrumentos de trabalho encontrados nos inventários, que mostram claramente que as famílias da zona central da Mata também se dedicaram às atividades mecânicas de sapateiro, carpinteiro, seleiro e pedreiro, dentre outras. Destacam-se as seguintes ferramentas: torquês, martelo, enxó, bigorna, serra, compasso, tesoura, plaina, serrote e colher de rebocar. A grande maioria dos utensílios de trabalho era composta ou, pelo menos, sua base, era de ferro.

O predomínio da produção do milho, por si só, explica porque foi arrolada nos inventários a presença de somente uma roda de mandioca.

[221] No século XVIII e início do XIX, o arado não foi muito utilizado no Brasil, embora já fosse bastante difundido na Europa. O grande número de enxadas, cavadeiras, machados e foices, descritos em quase todos os inventários analisados neste trabalho, deve-se à persistência entre os lavradores de "processos rotineiros do gentio". Cf. HOLANDA, 1994, p. 204. As lavouras eram, geralmente, feitas sobre as matas derrubadas e queimadas e sem o uso do sistema de adubação e utilização do arado. A presença de apenas um arado nos inventários analisados demonstra que ele não era muito difundido na região. As lavouras eram, geralmente, feitas sobre as matas derrubadas e queimadas e sem o uso do sistema de adubação e utilização do arado.

No que diz respeito aos instrumentos de trabalho, percebemos sua pequena valorização e importância na composição da riqueza dos inventariados. A referência a apenas um arado no conjunto de inventários analisados, demonstra que estamos diante de uma sociedade em que a produção agrícola era extensiva, e onde os investimentos no aprimoramento das técnicas perdiam espaço para a aplicação dos recursos em mão-de-obra escrava e para a incorporação constante de novas terras férteis, dado que ocorreu com muita facilidade até o ano de 1850.

Percebemos que todos os grupos sociais participam do mesmo nível técnico, desde os mais pobres aos mais afortunados. A diferença entre eles se encontra na possibilidade de adquirirem um número mais relevante de instrumentos. Conforme salientou Carrara, "independente da natureza do processo produtivo, toda propriedade rural tinha o mesmo nível técnico, a mesma qualidade dos instrumentos de trabalho". Segundo o autor, "era o tamanho da 'fábrica' que as distinguia quanto às forças produtivas (mais escravos, mais enxadas e foices, mais terras)"[222]. Segundo Carrara, as inovações tecnológicas significativas só foram introduzidas na zona da Mata, principal região cafeeira de Minas Gerais, a partir de meados do século XIX, e, mesmo assim, não atingiu primeiramente a fase de produção agrícola, mas a de beneficiamento dos gêneros produzidos[223].

Estes instrumentos tradicionais de manejo agrícola também foram observados por Carla Almeida para o Termo de Mariana e Luis Henrique de Oliveira para a região de Guarapiranga. Carla Almeida, por exemplo, argumenta que em todas as unidades produtivas, "tanto naquelas que plantavam unicamente milho, feijão e arroz, quanto nas que se dedicavam à cana-de-açúcar, os instrumentos utilizados eram sempre os mesmos, consistindo em: machados, foices, enxadas, cavadeiras e alavancas"[224]. Segundo Luiz Henrique de Oliveira, a abundância de terras virgens, em áreas de solo férteis, era responsável pela utilização de técnicas rudimentares nas unidades agrícolas e por manter ou aumentar os níveis de produção[225]. A agricultura era praticada com excessivo trabalho manual, explorada através de um sistema de uso do solo, que deixava em segundo plano a preocupação com instrumentos mais elaborados[226].

> A pequena participação dos instrumentos de trabalho na composição do patrimônio dos inventariados, aliada à referida grande importância dos bens imóveis e dos escravos, indicam uma economia muito mais dependente das

[222] CARRARA, 2000, p. 54.
[223] CARRARA, 2007, p. 20.
[224] ALMEIDA, 1994, p. 168.
[225] OLIVEIRA, L. H., 2006, p. 43.
[226] *Ibidem*, p. 43.

> constantes incorporações de terras e mão-de-obra para o seu funcionamento do que do aprimoramento técnico. Ou seja, um sistema econômico caracterizado pela forma extensiva de produção (...) os instrumentos de trabalho presentes tanto nas pequenas quanto nas grandes propriedades eram sempre os mesmos: foices, enxadas, machados, cavadeiras, alavancas e almocafres. O que variava era o número desses instrumentos por propriedade. Mesmo levando-se em conta que as benfeitorias relacionadas ao beneficiamento dos produtos vinha normalmente avaliada junto com as terras ou com o "casco" da fazenda, consideramos que o baixo valor dos instrumentos de trabalho e o tipo sempre recorrente dos mesmos são indicadores de uma forma de produzir extensiva[227].

Aqui, mais uma vez, comprovamos a importante participação da atividade têxtil na economia da zona da Mata central, principalmente quando se observa a presença de 30 teares e 24 rodas de fiar em unidades produtivas que se dedicavam à criação de ovelhas e carneiros. Também foram arroladas nos inventários algumas ferramentas de ferrar e cinco tendas de ferreiro, o que indica a existência de forjas voltadas para a produção de ferramentas e instrumentos de trabalho.

A cana-de-açúcar teve presença importante no rol das produções de São João Batista do Presídio, no século XIX. Embora os inventários apresentem que, após o milho, o feijão era mais produzido, é necessário enfatizar que normalmente o açúcar figura como o segundo item mais produzido em São João Batista do Presídio[228]. Em 1822, essa freguesia contava com 40 engenhos de bois[229]. Estes dados vão de encontro com os que foram observados nos inventários: a descrição de 21 engenhos de cana, representando 20% dos inventariados. Já a posse de alambiques apareceu em apenas 4,7% dos inventários. De acordo com Carrara, "com uma moenda e uma tacha era possível a qualquer lavrador produzir seus melados, açúcares e rapaduras. Mas apenas os afortunados proprietários de alambiques podiam destilar as cachaças"[230]. O caldo de cana, por exemplo, servia como remédio para os enfermos, e a aguardente além de funcionar como uma bebida para o uso doméstico e cura de feridas, servia com meio de troca entre índios e colonos. Em troca de aguardente e sacos de milho, os índios davam aos colonos poaia, cera, mel, bálsamos e outros gêneros[231].

Conforme observou Francisco Eduardo Andrade, o número de alambiques que aparecem nas unidades produtivas do Termo de Mariana cresceu durante todo o século XVIII, e chegou entre 1820 e 1850 a estar presente em 19% delas. Andrade afirma que, caso se leve

---

[227] ALMEIDA, 2001, p. 176.
[228] Ver: CARRARA, 1999b.
[229] Ver: *Ibidem*
[230] CARRARA, 2007, p. 208.
[231] APM, Seção Provincial (SP), Presidência da Província (PP) 1/4, Cx. 04, Doc. 62

em conta a população diretamente envolvida com a agricultura, este índice possivelmente se elevaria. Francisco Andrade chega a afirmar, que na década de 1830, o município de Mariana abrangia o maior número de engenhos e engenhocas de cana da Província de Minas Gerais[232].

Ana do Carmo,[233] moradora de Conceição do Turvo, falecida em 1838, além ter sido proprietária de uma fazenda com casas de sobrado, benfeitorias, cafezal, quintal e de 87 alqueires de terra, possuía 320 alqueires de milho, um canavial, um alambique, três coxos para garapa e demais pertences para a fabricação de açúcar, aguardente e rapadura. Sua fazenda contava ainda com um tear, quatro rodas de fiar, 55 porcos, 5 juntas de bois, 4 vacas, duas novilhas, 2 cavalos e demais utensílios domésticos. Sua fazenda contava também com 16 escravos, sete deles em idade produtiva. Como se vê, Ana do Carmo produzia uma grande diversidade de gêneros em suas terras, sendo seus escravos ocupados desde o cultivo e produção da cana até a plantação de milho e confecção caseira de tecidos de algodão.

Seguindo o padrão de outras fazendas, Albano José de Sousa[234], natural de Barra Longa, possuía objetos utilizados na fabricação de açúcar (três coxes de limpar açúcar, uma grade de fazer rapaduras, forno de cobre e engenho de moer cana). Encontramos em sua fazenda referências um tear velho com os seus pertences, enxadas, machados, foices, uma porção de milho e espigas, cafezal, árvores de espinho, rancho coberto de folhas, além de fechaduras, etc., Como sua fazenda possuía apenas três escravos, sendo um deles uma escrava em idade produtiva, podemos inferir que a força cativa apenas complementava a mão-de-obra da família.

Essa tendência da diversificação da produção também foi confirmada nas escrituras de compra e venda de terras. Das 100 escrituras pesquisadas, 35 delas constavam benfeitorias: 17 moinhos, 10 monjolos, seis ranchos de tropa, quatro engenhos e dois alambiques. Essa documentação nos mostrou a diversificação das plantações: roças de milho, cana-de-açúcar, arroz, árvores de espinho, bananeiras, cajueiros, jabuticabeiras e algodoeiras. Em 18 escrituras de compra e venda, há relatos sobre plantações de café. Contudo, conforme as denominações usadas nos documentos (cafezal, cafeeiro, quintal de café e plantação de café), essas escrituras nos indicam que nem sempre são lavouras extensas. Antônio de Sousa Barros vendeu para o Tenente José da Terra Pereira, em 1840, uma fazenda localizada em Muriaé, distrito da Vila do Presídio, composta por uma sesmaria de terras de cultura, cafezal, laranjal, bananeiras, que

[232] ANDRADE, F. 1994, p. 123.
[233] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 41
[234] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 58

tinha como benfeitorias casas cobertas com bicas de palmito, moinho com essa mesma cobertura, monjolo, chiqueiro de porcos, engenho de bois descoberto, etc[235].

2.2. Ocupação do solo e acesso à terra: Sesmarias e Lei de Terras.

A partir do século XIV, com as fugas das populações camponesas em direção aos centros urbanos, deixando as terras rurais sem cultivo ou com cultivo insuficiente, reduziu-se a produção de gêneros alimentícios e, por sua vez, os rendimentos senhoriais portugueses. Em 28 de maio de 1375, Dom Fernando I formulou a Lei de Sesmarias, com o objetivo de solucionar o problema de abastecimento de Portugal, pondo fim à grave crise agrária. Um dos enunciados dessa lei era expropriar terras não produtivas e assegurar a posse da terra aos que tivessem interesse e que possuíssem os meios para cultivá-la[236].

Mesmo passando por quatro edições sucessivas, essa lei manteve o seu princípio básico, que era a obrigação de cultivo e aproveitamento da terra como condição de posse[237]. Segundo Margarida Alveal:

> A primeira lei de Sesmarias inaugurava-se com um conciso enaltecimento da atividade agrícola. A lei nasceu dividida em 19 artigos. Em primeiro lugar, tinha-se a identificação das causas da crise da agricultura, ou seja, a migração da mão de obra rural. Em segundo lugar, era apresentada a solução: tornar obrigatório o cultivo da terra, explicitando o aforamento das terras restantes, não lavradas pelo senhor. O terceiro elemento legal destacava a obrigatoriedade da cessão por venda a preços justos, estipulados pela justiça local, de gado excedente. O quarto ponto, além de reforçar a imposição do cultivo, indicava a possibilidade de penalidade, decidida pela justiça local, caso não fosse cumprida essa determinação[238].

Transplantada da metrópole para a América portuguesa, o sistema de sesmaria buscava garantir a ocupação do vasto-território conquistado, onde toda terra vaga podia ser apropriada ou doada a quem cultivasse. A Coroa portuguesa, ao estabelecer esse sistema em terras brasileiras, não procurava resolver a questão de acesso à terra e de seu cultivo, mas sim "regularizar a própria colonização"[239]. Contudo, não se pode esquecer, o velho problema da

---

[235] Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá (CNU), livro nº 1, fl. 23.
[236] ALVEAL, 2002; MOTTA, 2004.
[237] ALVEAL, *op. cit.*,
[238] *Ibidem*, p. 42
[239] MOTTA, *op. cit.*, p. 5.

distância entre a teoria e a prática, muito comum na América portuguesa, ocorreu também com a legislação referente às sesmarias. Segundo Margarida Alveal, "Se por um lado, a legislação tentou se aperfeiçoar ao estipular o prazo de um ano para que os lavradores que recebessem as terras em sesmarias as cultivassem, por outro, comprovou serem inúmeras as dificuldades de compreensão da própria lei e a dificuldade de pô-la em prática"[240].

Em 1780, o Desembargador Teixeira Coelho assim definiu as sesmarias: "porções das terras ou matos maninhos e bravos pertencentes à Sua Majestade que nunca foram lavrados, nem aproveitados e que se concedem a sesmeiros que os rompam, lavrem e semeiem para que haja abundância de mantimentos"[241]. Conforme bem salientou José Newton Coelho Meneses, a concessão de sesmarias aos primeiros moradores das Minas sempre teve como objetivo manter a regularidade do fornecimento de alimentos às populações crescentes, da produção de bens exportáveis e da ocupação territorial[242].

Analisando o relato do presidente de Província, Bernardino José de Queiroga, do ano de 1848, encontramos informações importantes sobre as determinações da Provisão de 13 de abril de 1738. Determinava-se que: 1) Somente seria permitida a concessão de terra em áreas abertas com terras incultas e devolutas; 2) A concessão não poderia compreender em parte, ou em todo, áreas consideradas proibidas; 3) Á área a ser demarcada para a posse da terra deveria ser verificada judicialmente, no prazo de um ano e com a descrição das respectivas confrontações; 4) Dentro do prazo de dois anos, o sesmeiro deveria cultivar e explorar a terra obtida a título de sesmarias, em parte ou em todo; 5) A medição da sesmaria não poderia compreender um quarto de légua em torno de Arraial ou Capela, em que se administrassem os sacramentos; 6) uma das margens dos rios navegáveis ficaria reservada para o uso público, deixando a outra margem livre para a comodidade do povo e para o uso de qualquer arrendatário; 7) no ato de medição deveriam ser respeitados os sítios vizinhos, suas vertentes, logradouros[243].

Conforme estipulado pela Carta Régia de 1808, todas as terras que fossem resgatadas do poder dos índios pela Junta Militar passariam a ser consideradas devolutas, e seriam demarcadas e distribuídas pelos comandantes aos entrantes, os quais deveriam cultivá-las dentro do prazo de um ano; caso não o fizessem seriam doadas a outras pessoas[244]. Muitas

---

[240] ALVEAL, 2002, p. 49.
[241] TEIXEIRA COELHO, 1994, p. 246 *apud* SILVA, F., 2008, p. 141.
[242] MENESES, 2000, p. 153.
[243] Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente da Província, Bernardino José de Queiroga, 1848. Disponível em: http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm. p. 12 -13.
[244] APM, SC 335, 1808: 2 - 4V.

pessoas que tomavam posse de determinada porção de terra não se preocuparam em solicitar sesmarias. Desse modo, muitas foram às terras usurpadas dos indígenas que ficaram abandonadas, sem cultivo e sem reconhecimento legal. O Relatório de Guido Marlière, datado do ano de 1818, dando conta do estado dos aldeamentos dos Índios, denunciava ao governador a usurpação das terras da capela de Santo Antônio, freguesia da Pomba:

> (...) tenho a honra de informar que o suplicado roçou com efeito na terras aplicadas para os logradouros da mesma capela que foram dos índios e nunca possuídas e cultivadas pelo vendedor do suplicado que a sombra de umas pequenas posses que comprou a João Garcia Pereira tirou três cartas de sesmarias que não somente incluem o patrimônio da já mencionada capela, mas também se medir muitas Aldeias de Índios aí existentes[245].

Neste mesmo relato, Marlière mandava os juizes suspender toda a medição das cartas por eles passadas que abarcassem os terrenos indígenas, obrigando-os a demarcarem novas sesmarias sempre citando os direitos respectivos dos Índios a fim de que ficassem ilesas as possessões de cada um deles, como determinava as Leis de Sesmaria e os interesses do rei[246].

A distribuição de terras era feita entre aqueles que comprovassem mediante requerimento que podiam lavrá-las seja com os seus braços ou com os de seus filhos ou preferencialmente por seus escravos. Destarte, os indivíduos que tinham escravos para explorar a terra, muitas vezes, tinham o acesso à terra com mais facilidade. Isto porque, além da presença de um núcleo familiar, possuir escravos era um dos critérios mais favoráveis para se obter uma sesmaria, uma vez que muito mais do que a sedentarização da população em determinada região, importava para as autoridades que o uso da terra fosse destinado para o desenvolvimento de atividades agrícolas e comerciais.

Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, a legislação sobre sesmarias na capitania de Minas Gerais não seguia uma norma definida, pois ela variava de acordo com as circunstâncias. Para o autor, em geral, os colonos enviavam petições aos governadores, justificando o pedido de legitimação da terra que ocupavam ou mesmo solicitavam novas terras para continuarem suas atividades de produção[247]. Analisando alguns pedidos, observamos que os requerentes tinham o cuidado de especificar que não receberam qualquer

---

[245] APM, SG, Cx. 107, Doc. 52.
[246] APM, SG, Cx. 107, Doc. 52.
[247] De acordo com Waldemar de Almeida Barbosa, a légua brasileira equivalia a 6 quilômetros. Já a légua de sesmaria era equivalente a 6,6 quilômetros. "Assim uma sesmaria de três léguas de comprimento por uma de largura, como eram as que se davam no sertão, media 130,68 Km², ou 130.680.000 m², ou ainda 2.700 alqueires mineiros". BARBOSA, 1979, p. 243.

outra sesmaria e que o terreno pretendido não demarcava terras indígenas e nem cortava e/ou circundava rios navegáveis. Conforme salientou, Sérgio Buarque de Holanda, a preferência pela ocupação e povoamento se dava preferencialmente nas baixadas e fundos dos vales. Tanto "no traçado das estradas, como no estabelecimento de arraiais e povoações, o problema da água desempenhou quase sempre papel primordial"[248]. Como exemplo disso, podemos observar no pedido de sesmaria feito pelo lavrador Manoel Ferreira da Costa, morador na Freguesia de São João Batista do Presídio, quando ele disse que:

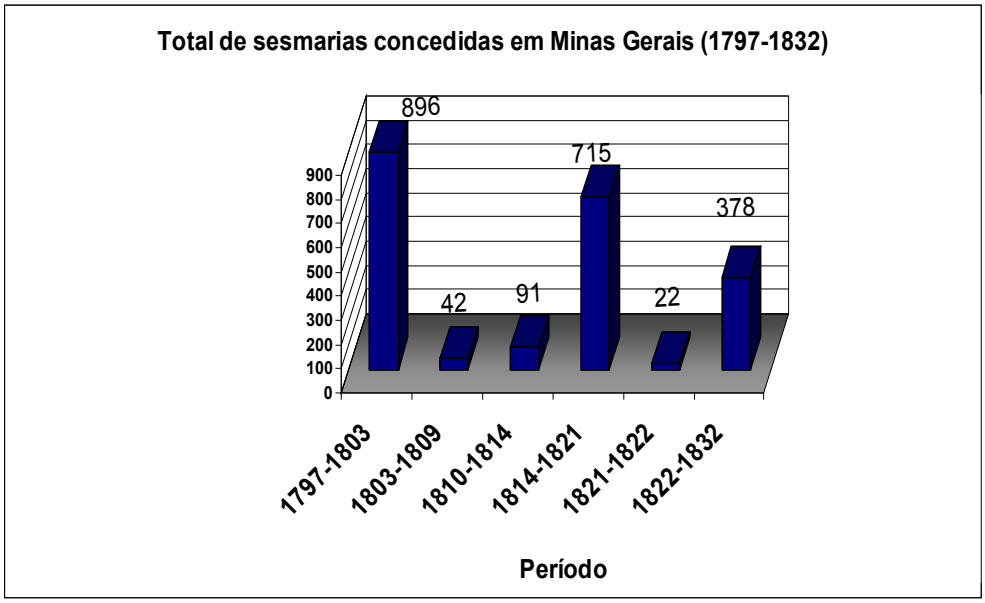
> (...) tem algumas posses, princípio de cultura e testada feita em um ribeirão chamado Boa Família, que deságua no rio do Robinson Crusoé, braço de Muriáe, distante a paragem nove léguas e meia do leste do Presídio e duas e três quartos do estabelecimento de Manuel Burgo, e como deseja possuir aquelas terras por título Régio[249].

Em nossa documentação, as narrativas mostraram que os suplicantes tinham justificativas diversas para alcançar uma sesmaria, tendo em comum o argumento de que eram terras devolutas e que não atravessavam rios navegáveis. Na sessão ordinária do ano de 1855, o presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos apresentou em anexo ao seu relatório, um quadro confeccionado por Luiz Maria da Silva Pinto em que continha uma relação numérica detalhada das sesmarias doadas em Minas Gerais entre os anos de 1710 a 1832. A fim de contextualizar tais informações com os nossos estudos, adaptamos em forma de gráfico o total de sesmarias doadas entre 1793 a 1832.

---

[248] HOLANDA, 1994, p. 41.
[249] APM, SG, Cx. 112, Doc. 44.

GRÁFICO 6



Fonte: Adaptado do Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na 2ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura, em 25 de março de 1855, o Presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1855. p. 39-40[250]

Como podemos perceber, entre os anos de 1814 e 1821 houve um aumento considerável do número de sesmarias doadas em Minas Gerais, que teve como causa a nova política de D. João VI de povoamento das áreas de fronteira. Em 1822, D. Pedro I decretou uma resolução que suspendia a concessão de sesmarias e datas de terras, tornando a posse[251] a única forma possível de apropriação de terras no Brasil[252]. Uma exceção à regra foi feita às margens do Rio Doce, onde a presença da Junta de Conquista e Civilização dos Índios fez com que se permitisse a doação de terras a particulares que as pedissem. Entre 1822 a 1850, não houve nenhuma legislação agrária que regulasse o acesso à terra no Brasil Imperial, favorecendo o apossamento e fortalecendo o domínio dos poderosos e da estrutura capitalista do uso do solo.[253]

A identificação dos Botocudos como "antropófagos" resultou em uma guerra ofensiva declarada em Carta Régia de 13 de maio de 1808. De um lado, os índios aprisionados estariam obrigados a servir, de outro, os colonos que se estabelecessem em

[250] Todos os relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais estão disponíveis em meio eletrônico e podem ser consultados no seguinte endereço: CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Provincial Reports: Minas Gerais, 1830-1889. Disponível em: http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm
[251] A posse é uma forma de apropriação do solo característica de área de fronteira.
[252] CASTRO, H., 1987, p. 9.
[253] GARCIA, 2005, p. 68; MARCÍLIO, 2006. p. 75.

territórios indígenas receberiam favores no sentido de promover o fomento da agricultura, do comércio e da navegação na região. Na verdade, a guerra ofensiva contra os botocudos teve como resultado a política oficial de concessão de várias sesmarias nas regiões de floresta do rio Doce e da Zona da Mata, a pessoas interessadas em explorar a terra. Por conseqüência, todas as sesmarias distribuídas entre 1822 a 1832 ficaram restritas às margens do Rio Doce. Segundo Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, este mapa mostra o quanto foi desigual a concessão de terras na capitania de Minas Gerai. Em alguns casos chegou-se a conceder sesmarias de no máximo de 48 léguas quadradas até o mínimo de 50 braças, além de algumas sesmarias que não tiveram sua extensão declarada. [254]

Ao analisar o registro de sesmarias do Termo de Barbacena, Mônica Ribeiro também atribui à vinda da família real para o Brasil e à nova política de interiorização da metrópole[255] criada por D. João VI a responsabilidade pelo aumento da distribuição das sesmarias entre os anos de 1811 e 1820 nas Vertentes - Mantiqueira[256].

As informações do gráfico adquirem mais sentido se comparadas aos estudos de outros autores. Para se ter uma idéia do grande número de sesmarias doadas na região, vale lembrar os números encontrados por Fernando Galdareto Lamas em sua análise dos termos de concessão de sesmarias do Arquivo Público Mineiro. Esse autor menciona que em apenas 40 anos (1781 e 1821) um número de 200 sesmarias foram concedidas na zona central da Mata Mineira[257].

Os achados de Lamas se tornam mais importantes quando comparados com os estudos de José Newton Coelho Meneses. Segundo esse historiador, "Não deixa de ser perceptível, no entanto, que o auge da exploração aurífera contribuiu para a expressiva busca de terras no decênio final da primeira metade do século. Este fato também se relaciona com o aumento populacional e com a conseqüente maior requisição por alimentos" [258].

No Arquivo Público Mineiro, consultamos uma gama diversificada de documentos emitidos pela Junta Militar de Conquista e Civilização dos Índios. A natureza desta documentação é exemplar no sentido de ilustrar como se deu parte do movimento de posse ou domínio do solo da área central da Mata mineira; do envolvimento direto dos comandantes

---

[254]Disponível em: http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm

[255] Em seu livro, *Homens de negócio,* Júnia Furtado estudou o comércio colonial nas Minas Gerais enfocando-o como um dos mecanismos mais eficazes utilizados pelo poder metropolitano para se impor e ordenar a colônia, ou seja, para a "interiorização da metrópole na colônia". FURTADO, 1999.

[256] MERCADANTE, 1973; CASTRO, 2001; CAMBRAIA; MENDES, 1998.

[257] LAMAS, 2007. p. 198.

[258] MENESES, 2000. p.154.

das expedições militares na concessão de terras; do sistema de arrendamentos[259] e parcerias; da importância que a família assumia na obtenção de parcelas de terras; enfim da diversidade de gêneros produzidos no interior das unidades produtivas.

Comecemos, então, pelo caso de José Joaquim Machado de Moura, estabelecido nos sertões da Paraíba, no caminho que vai da capitania de Minas para a cidade da Corte do Rio de Janeiro. Em 1816, a fim de obter a legalização da posse de uma terra que possuía neste local, declarava que ele havia roçado e feito vários atalhos e pontes em mais ou menos meia légua deste caminho. Seu trabalho, segundo ele, além de ter facilitado o acesso de animais e viandantes ao Porto da Cunha, trouxe vantagens para o Erário Régio e ajudou a domesticar o Gentio Puri que circulava pela dita estrada. Joaquim Machado de Moura justificava ainda que ele fora o segundo morador "do dito sertão", e que a terra que ele apossou se encontrava devoluta. Para fortalecer ainda mais seu interesse pela posse legítima da terra, ele justificava que possuía forças suficientes para cultivar o terreno, e que as ditas terras encontravam-se cultivadas com o suor do seu trabalho[260]. Essas justificativas que giravam em torno da legitimidade da primeira ocupação sobre determinada parcela de terras eram feitas principalmente nos casos em que tais terras se encontravam em litígio. Os pedidos de legitimação da posse da terra apresentavam justificativas conforme os interesses do solicitante. Apesar disso, os requerimentos não sofreram muitas variações. O documento a seguir é um bom exemplo, a título de ilustração, sobre uma das justificativas para se ter acesso a uma sesmaria:

> Diz o Alferes Antônio Gomes Candido, que ele tem escravos, e precisa de terras para a sua sustentação, e porque na paragem da nova estrada, que vai do Presídio de São João Batista para São Fidelis, Termo de Mariana, se acham terras devolutas, quer o suplicante que Vª Exª lhe conceda uma sesmaria no Ribeirão Macacu, que deságua no Rio da Pomba, a onde tem feito sua posse confrontando pela parte de baixo com terras de posse de Antônio Francisco no córrego das áreas a estrada acima com o sertão, e com o rio Pomba [261].

Outro caso interessante de ser citado é o de Josefo Duarte Coutinho e seus sócios, os quais se encontravam estabelecidos e arranchados em Santa Rita do Turvo, e no ano de 1816, cultivaram e criaram, em sociedade e sem auxílio do trabalho escravo, três alqueires de plantações de milho, cinco alqueires de feijão, gados, bestas, porcos e demais culturas. Em

---

[259] O arrendamento é um contrato pelo qual se cedem temporariamente o uso e a ocupação de um terreno mediante o pagamento de uma renda ou aluguel. RODRIGUES, 2005, p. 40.
[260] APM, SG, Cx. 105, Doc. 22.
[261] APM, SG, Cx. 87, Doc. 24.

1818, eles justificam o pedido de sesmarias junto às autoridades responsáveis, argumentando sobre a necessidade da posse legítima da terra para que continuassem sustentando suas famílias. Para fundamentar seus argumentos, esses colonos afirmaram que tais terras as quais tomaram por posse não compreendiam áreas reservadas aos indígenas[18]. Mesmo que não tenha sido o único fator responsável pela concessão de sesmarias, sem dúvida, a família desempenhou papel importante para o acesso à terra.[19]

Muitos foram os casos de colonos que buscaram reafirmar sua condição de posseiro utilizando-se do princípio da primeira ocupação, segundo o qual pregava que toda pessoa que havia derrubado a mata virgem e realizado o primeiro cultivo teria direito sobre a posse da terra. O reconhecimento do direito à terra para os que efetivamente a cultivavam, é uma tendência que já vinha se confirmando desde o Alvará de 1795, quando a Coroa reafirmava sua responsabilidade sobre a concessão de terras.[262] Em 1809 foi criado um alvará para a confirmação ou não das sesmarias submetidas à medição, reafirmando o direito dos posseiros mais antigos. Segundo Mônica Ribeiro: "A posse de uma sesmaria podia servir de trampolim para ocupação de terras vizinhas, ao mesmo tempo que não havia lei que impedia a concessão de outros títulos a sesmeiros e a seus parentes"[263]. O regime de sesmarias, segundo a autora, não teve participação predominante na expansão do povoamento, pois este podia acontecer sem que houvesse um processo concomitante de apropriação legal das terras[264].

Várias parcelas de terras foram distribuídas na forma de concessões a indivíduos que quisessem se estabelecer no local, no entanto, muitas outras foram sendo ocupadas espontaneamente por posseiros durante a primeira metade do século XIX. Observe-se o seguinte excerto:

> A facilidade de se concederem sesmarias a homens sem meios para as cultivarem; o abuso, e o desleixo nas medições, e demarcações das mesmas; a faculdade permitida aos comandantes das Divisões do Rio Doce para demarcarem terreno proporcionando a força dos colonos, que entrassem pelo sertão; a omissão destes comandantes em semelhantes demarcações e finalmente a impunidade, com que alguns especuladores disporam de terras assim tituladas, e ainda demarcadas pelos oficiais de juízo de sesmarias abuso que suponho praticado em outros pontos da Província produziram tal confusão de propriedade, que se não houver uma medida legislativa, que termine as presentes, e futuras questões, estas se tornaram eternas com prejuízo da agricultura, e inquietação dos detentores. [265]

---

[18] APM, SG, Cx. 106, Doc. 25.
[19] APM, SG , Cx. 103, Doc. 05.
[262]OLIVEIRA, M. R., 2005. p. 104.
[263]*Ibidem*, p. 104.
[264] *Ibidem*, p. 104.
[265] APM, CGP 1/1, Cx. 4 – 1831.

Na Província de Minas Gerais, segundo Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, a superfície dos municípios existentes em 1845 era de 18.000 léguas quadradas onde predominavam as posses e os loteamentos arbitrários (8.0000 ou 44,4%), as sesmarias (4.257 ou 23,7%) e as terras incultas e ocupadas pelos indígenas (3000 ou 16,7%)[266].

Em 1850, surge a primeira Lei de terras públicas do Império, que dispõe sobre as terras devolutas. Esta lei confirmou o direito da propriedade privada da terra e a transformou em uma mercadoria, passível de ser alienada, integrando-a definitivamente no mercado. Essa Lei proibiu a posse das terras devolutas por ocupação simples e exigiu a medição de todas as terras sem título legítimo, independente de sua forma de aquisição, com o objetivo de discriminar terras públicas de terras privadas[267]. Em outras palavras, com a Lei de Terras de 1850, toda a terra devoluta não poderia ser ocupada a não ser por outro título que não fosse o de compra, garantindo ao mesmo tempo os direitos dos ocupantes de terras e possuidores de títulos de sesmarias com empreendimentos agrícolas instalados até aquela época[268]. Além disso, as áreas apossadas "mansa e pacificamente" e as terras adquiridas através da herança e compra poderiam ser regularizadas, independente se eram grandes ou pequenas extensões territoriais.

Com essa lei, o título passou a ser a condição *sine qua non* para que alguém pudesse ser proprietário de terra. A partir deste período, o preço da terra elevou-se consideravelmente. Este fato acabou por comprometer a maior parte do patrimônio produtivo e, conseqüentemente reduziu a possibilidade do indivíduo estabelecer e manter uma unidade produtiva sem que antes ele possuísse o título legítimo da porção de terra necessária[269].

Esta Lei, ao tornar ilegal o estabelecimento em terras públicas e proibir a aquisição de terras sem que fosse por compra, possibilitou a valorização da terra muito desigual à dos demais bens de produção, nas diferentes regiões do Império. Hebe Mattos de Castro em seus estudos sobre a freguesia de Capivary, província do Rio de Janeiro, observou que "o preço por hectare das extensões de terras avaliadas nos inventários e negociadas nos cartórios locais oscilou entre 8 e 14 mil - réis para todo o período analisado (1850-1890)".[270] Também em Alegrete, no Pampa rio-grandense, Gabriela Bonassa Garcia observou que o hectare de terras

---

[266]Adaptado do Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos,1855. Disponível em: http://www.crl.edu/content/brazil/pam. p. 39 - 40.
[267]GARCIA, 2005. p. 278.
[268] CASTRO, H., 1987, p. 9.
[269] GARCIA, *op. cit.*, p. 279.
[270] CASTRO, H.., *op. cit.*, p. 120.

variou entre 250 e 11.500 réis, nos anos de 1830 a 1870[271]. Segundo a autora, neste município a valorização da terra não ocorreu na mesma proporção que os produtos da pecuária – principal atividade produtiva do município –, pois enquanto a cabeça de gado bovino sofreu uma valorização de 85% entre as décadas citadas, a terra valorizou-se quase dez vezes mais[272]. Essa evolução desigual dos preços, de acordo com a autora, deveu-se ao processo de mercantilização da terra, momento em que ela passa a ter valor e torna-se mercadoria. Na sub-região central da Zona da Mata, o preço do alqueire de terra variou de 12 a 25 mil réis, nos anos de 1826 a 1850.

A legislação da terra do ano de 1850 criou uma política fundiária cada vez mais claramente capitalista, onde as posses, sesmarias e propriedades tiveram seu registro e titulação oficial com seus limites individuais demarcados com maior precisão[273].

A ocupação de terras devolutas ou mesmo o estabelecimento de uma unidade produtiva sobre terra alheia era a melhor forma que os indivíduos mais humildes encontravam para ter acesso à terra e garantir sua sobrevivência e a de sua família. Por isso, nem sempre a ausência da posse de um título legal de terra era prerrogativa para que o colono não estabelecesse com benfeitorias, casas, animais e roças. Entretanto, os lavradores sob a condição de agregados acabavam estabelecendo vínculos de dependência pessoal com os grandes donos de terras. Segundo Gaciela Bonassa Garcia, estabelecer em terra alheia era uma forma instável de acesso à terra, pois o ocupante acabava por depender da tolerância do proprietário legítimo. O posseiro corria o risco de a qualquer momento enfrentar um processo judicial de despejo ou mesmo ser expulso da terra pelos seus proprietários, quando estes por motivos particulares não mais se interessassem em manter em seus domínios territoriais indivíduos na condição de "agregados"[274]. Na mesma perspectiva de Garcia, Sônia Maria de Sousa argumenta:

> Concordo com o fato de que se instalar em terras alheias acabava por gerar uma relação de dependência entre o agregado e o dono da propriedade, de modo que o primeiro, talvez por gratidão ou medo de ser despejado, se sujeitasse a determinadas tarefas, algumas nada abonadoras. Por outro lado, acredito também na possibilidade de uma autonomia, como a proposta por Antonio Cândido, que garantia, inclusive, o acesso a outros bens, como animais e até escravos, a partir do rendimento auferido do cultivo da parcela de terras cedidas por algum fazendeiro[275].

---

[271] GARCIA, 2005, p. 280.
[272] *Ibidem,* p. 282.
[273]MARCÍLIO, 2006. p. 64.
[274] GARCIA, 2007. p. 274.
[275]SOUZA, S., 2007. p. 71.

É importante salientar que, ocupar terras não se limitava aos indivíduos que não haviam conquistado uma sesmaria, mas também as famílias pretendiam aumentar sua extensão de terra. Em seus estudos sobre os Campos dos Goytacazes no século XVIII, Sheila de Castro Faria observou a representatividade de 17% de ocupantes de terras de proprietários que monopolizavam extensas áreas. Esses ocupantes, além de prestar diversos serviços ao senhorio, produziam mandioca e eram pequenos criadores de gado[276]. Alguns pequenos proprietários incapazes de resistir ao mecanismo jurídico de apropriação da terra pelos grandes fazendeiros, tornavam-se agregados à propriedade.

Em 1840, por exemplo, Vicente Rodrigues Valente informou, no inventário de sua esposa Maria Bernardina da Silva[277], que havia feito uma sociedade com o seu irmão, José Rodrigues Valente, para que ele pudesse usar um moinho que se encontrava em sua fazenda. No entanto, o moinho foi avaliado somente pela metade no inventário da esposa, e a outra parte foi destinada ao seu irmão, quando não deveria, pois ele tinha apenas o direito de uso dessa benfeitoria. Por isso, Vicente Rodrigues Valente solicitava que se fizesse a avaliação total do moinho para proceder a partilha. O interesse de José Rodrigues Valente em ter permissão de utilizar o moinho não deveria ser somente pelos lucros que lhe proporcionaria a produção agrícola, mas pela possibilidade de acesso a bens já instalados na fazenda de seu irmão, Vicente Rodrigues Valente. Os lavradores, ao arrendar suas terras e/ou benfeitoria, buscavam alcançar algum retorno, seja em moeda ou gêneros, que lhes ajudasse na manutenção de suas próprias unidades produtivas.

A possibilidade de posse e uso de terras ou de solos mais férteis, não foi descartada para os que já tinham acesso à terra. Até mesmo os grandes proprietários de terras chegaram a ser inquilinos de terras alheias. No entanto, tratava-se de uma estratégia que eles encontravam para usurpar terras das mãos de seus legítimos donos. Um exemplo disso pode ser visto no requerimento do ano de 1818, que Antônia Maria da Conceição e suas irmãs enviaram ao Rei. Moradoras na paragem do ribeirão Elfi, elas informavam neste requerimento que se dedicavam a plantação de cultura em terras que eram de seu domínio, cuja posse havia ocorrido de forma "mansa e pacífica"[278] há muitos anos atrás. Porém, ao cederem temporariamente o uso e ocupação de suas terras para Manoel de Vasconcelos e seus filhos para que plantassem e levantassem um paiol até o fim da primeira colheita, elas acabaram sendo expulsas deste local. Segundo a suplicante, os arrendatários não cumpriram o contrato,

---

[276] FARIA, 1998, p. 248.
[277] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 03.
[278] Uma forma de apropriação que não havia sido feita em terras já de outros e por eles contestadas.

e passaram a investir naquele paiol e em seguida a enfrentar as suplicantes com força e violência, "tomando suas vivendas, matando suas criações e tratando-as com sevícias e desprezo", cujo objetivo era apossarem de suas terras. Mesmo sob a posse de quatro sesmarias, Manoel de Vasconcelos e seus filhos não sossegaram até forçá-las a mudar para outras terras de qualidade inferior, onde ficaram como agregadas. Além de serem "espancadas por seus filhos com ameaças funestas", Manoel Vasconcelos roubou-lhes seu "prédio rústico" e suas culturas e ainda levantou calúnia contra as suplicantes. Sentindo-se "miseráveis e desgraçadas", elas recorriam ao Rei solicitando amparo e autorização para que o comandante militar fizesse o despejo dos invasores[279]. Tudo indica que o solo dessas terras em litígio fosse de boa qualidade e que elas estivessem localizadas próximas das principais vias de acesso de escoamento da produção. Como bem salientou Maria Luiza Marcílio:

> Ganham quase sempre os mais fortes, e os mais cultivados. A eles, a justiça da terra é mais acessível, e eles dominam e manejam, com maior facilidade os mecanismos legais para o despojamento dos mais fracos[280]. As disputas de terras se fazem entre os ricos do lugar contra os mais humildes. Muitas vezes usavam da violência para fazer seus intentos[281].

Outra evidência importante da ocupação de terras alheias característica dessa sub-região é fornecida por um documento que nos informa sobre um acordo estabelecido entre vizinhos. Com o consentimento de Manoel João de Sousa, o Alferes Alexandre Teixeira da Silveira abriu um rego d'àgua para o beneficiamento de seu moinho, que passava pelas terras e pastos daquele[282].

Esse exemplo é interessante na medida em que ele nos faz levantar a hipótese de que os conflitos por terra também constituíram um dos motivos pelos quais era tornava-se difícil a presença de mulheres solteiras no campo chefiando domicílios, pois, como a maioria delas era pobre e dificilmente fora amparada por alianças políticas, elas buscavam construir suas vidas nas vilas.

Como já discutido, a guerra ofensiva declarada contra os Índios "bravos" foi resultado da política oficial de concessão de várias sesmarias nas zonas banhadas pelos rios Doce e Pomba e suas áreas adjacentes, a pessoas interessadas em cultivá-las. No entanto, muitos foram aqueles que não seguiram a legislação de sesmarias fielmente. Muitos comandantes militares denunciaram ao governo a grande extensão de terras devolutas

---

[279] APM, SG, Cx. 103, Doc. 08.
[280] MARCÍLIO, 2006. p. 102.
[281] *Ibidem*, p. 106.
[282] CNU, livro nº2, fl. 169.

decorrente do abandono de sesmarias totalmente abandonadas e cobertas de matos, sem plantação de cultura e habitantes.

2.3 Conflitos fundiários

> *A terra não é apenas um meio de produção, mas também um meio de definição social, o ponto de partida do status. Por isso mesmo, ela é a principal fonte de tensões e conflitos*[283].

O conflito pela posse da terra, tão presente em regiões de fronteira aberta como a central da Mata, foi resultado da ação de indivíduos que agiram motivados pela ambição por riquezas, pela busca de sobrevivência e, algumas das vezes, sob o incentivo da Coroa. É importante mostrar que a oferta de terras livres e o impulso à agricultura de abastecimento funcionaram não apenas como uma forma de acesso à terra e à riqueza. Criaram, ainda, a disputa por terras entre fazendeiros e posseiros, favorecendo o aumento dos conflitos com os indígenas e o crescimento de um ativo mercado fundiário, característico do Sistema de Sesmarias. Observamos em nossa documentação, terras sendo vendidas e compradas com uma certa freqüência, o que mostra a presença de um mercado ativo de terras na área central da Mata mineira**.** Ilmar Mattos chegou a uma conclusão semelhante. Segundo ele, na primeira metade do século XIX, a região por onde ocorreu a expansão das lavouras de café "é o local por excelência desses conflitos, sobretudo por se constituir numa área de 'fronteira aberta', isto é, de estrutura fundiária ainda não definida, até mesmo em termos jurídicos"[284].

As sesmarias retomadas por falta de cultivo e, posteriormente, doadas a outras pessoas quase sempre geraram conflitos entre os antigos e novos sesmeiros. Em 1828, Maria Angélica da Anunciação, moradora no Presídio de S. J. Batista, enviou um requerimento às autoridades competentes reclamando que o Capitão João Francisco Vieira havia despoticamente apossado de seu título de sesmaria. Suas reclamações, no entanto, não foram acatadas, pois, segundo o comandante responsável pelo patrulhamento e distribuição de sesmarias da 2ª Divisão, João do Monte da Fonseca, a suplicante não havia obedecido às regras impostas pela Carta Régia de 2 de dezembro de 1813, pois deixou suas terras

[283]MARCÍLIO, 2006, p. 37.
[284]MATTOS, I., 1987. p. 72.

"inteiramente virgens" e abandonadas. Por isso, perdeu seu direito enquanto primeira sesmeira, visto que o Capitão João Francisco, já ocupava e cultivava tais terras desde o ano de 1813, as quais já haviam sido reconhecidas a título de sesmarias, embora o dito capitão fosse o segundo titular[285].

A mata atlântica apresentava várias dificuldades a serem vencidas: a adaptação a um outro meio ambiente, o calor, a mata, os insetos, os parasitas, a falta de recursos, as mudanças nos hábitos alimentares e nos víveres disponíveis. Segundo Renato Pinto Venâncio, muito além dos acidentes geográficos e matas fechadas, os grupos indígenas, tais como, "os camancâns, os pataxós, os maxacalis, os botocudos e os puri-coroado, durante muitos anos impediram o avanço das hostes mineradoras, estabelecendo uma fronteira militar sobre a fronteira econômica"[286].

Os índios que resistiam ao processo de domesticação e que reivindicavam seus direitos sobre a sua terra natal foram vistos pelos colonizadores como obstáculos ao desenvolvimento da produção agropecuária. Responsáveis pela administração dos Aldeamentos, os comandantes militares deveriam reunir os seus soldados, mandando alguns para as estradas a fim de policiá-las contra as incursões dos botocudos e outros para se estabelecerem nos aldeamentos para controlar as unidades agrícolas[287]. Isso significa que os Quartéis militares foram construídos justamente nas proximidades dessas estradas e rios, exatamente para servir de barreira contra o avanço dos botocudos e outros índios nas proximidades das fazendas.

As Divisões militares recebiam recomendações das autoridades coloniais/provinciais para que se fizessem guarnecer com Destacamentos as localidades que sofriam ataques indígenas. Diversas ordens foram executadas no sentido de manter forças necessárias nos quartéis contra as incursões dos gentios que constantemente atacavam as fazendas, roubavam e matavam os animais, levando muitos fazendeiros a abandoná-las. "Os poucos lavradores que permanecem empregam parte de seus escravos, e feitores na defesa das suas propriedades, estando sempre em armas"[288].

Mas os relatos insistem em demonstrar a imagem de um fazendeiro indefeso que juntamente com sua família, abandona suas terras com o receio de ser atacado pelos Índios

---

[285] RAPM, 12, 1907 [1908], p. 517
[286] VENÂNCIO, 1997.
[287]Ver: RESENDE, 2005.
[288] RAPM, v. 02, fascículo 4, 1897, p. 703.

Botocudos e Puris, preferindo deixar para trás os esforços de seus empreendimentos do que ter que ver seus animais de criação mortos, casas e roças saqueadas.

> A apropriação das terras indígenas, por ocupação ou compra, especialmente os destinados aos aldeamentos, não calou seus legítimos donos. Nem com toda a opressão, os índios se intimidaram e deixaram de sustentar uma verdadeira resistência, seja pelos freqüentes assaltos que aterrorizavam os colonos, seja pela quizila judicial[289].

Na Carta Régia de 2 de dezembro de 1808, encontramos um ponto importante para entender o conflito pela posse da terra entre índios e colonos. No texto da Carta, estipulava-se que todas as terras abandonadas e as que fossem resgatadas dos índios deveriam ser consideradas devolutas, demarcadas e distribuídas aos novos colonos para que eles pudessem cultivá-las, trazendo vantagens para a "agricultura e população". As sesmarias seriam concedidas pelos comandantes das Divisões Militares aos entrantes, sendo eles obrigados a cultivá-las dentro do prazo de um ano. Caso não o fizessem, teriam que ser doadas a outras pessoas[290]. A distribuição só seria feita se terras devolutas compreendessem as áreas cortadas pelo Vale do Rio Doce, se fossem conquistadas e não tivessem passado pelo processo de demarcação. Mas mesmo que houvesse conquista e resgate do terreno, a Carta Régia estipulava que era necessário que o lavrador "tenha precedido morada mais, ou menos permanente; e ânimo de ocupar o terreno como seu"[291] .

Antônio dos Santos migrou da freguesia de Guarapiranga com sua família para a região de Rio Pomba, e, apossando-se de uma porção de terras resgatadas dos Índios "bravos", nela construiu sua morada e estabelecimentos agrícolas. Em 1813, ele enviou um requerimento a Junta Militar de Conquista e Civilização dos Índios, solicitando o dito terreno a título de sesmaria.

> Diz Antônio dos Santos Maia que ele se acha na posse de uma sesmaria de terras das que foram resgatadas dos Índios selvagens a que lhe foi repartida e demarcada pelo Alferes Comandante da 2ª Divisão de Guarapiranga e Pomba (..) e já tendo feito nela casas, paióis, e ranchos para escravos e sua morada, e feito igualmente plantação de milho, feijão, arroz, bananeiras, e outras árvores de espinho, além de criações, e outras cultivações que continua a fazer.[292]

---

[289] RESENDE, 2005.
[290] APM, SG, Cx. 81, Doc. 38.
[291] APM, SG, Cx. 81, Doc. 38.
[292] APM, SG, Cx. 102, Doc. 64.

A interpretação geral das fontes nos mostrou que as sesmarias concedidas na área central da Mata mineira foram concedidas tanto àqueles que já se encontravam instalados na região, trabalhando a terra, como também a outros vindos de áreas antigas de mineração. Um exemplo de novos entrantes vindos de áreas de ocupação mais antigas – com suas famílias, bens e escravos e que receberam sesmarias das Divisões militares na área central da Mata mineira – pode ser visto no requerimento de 28 de julho de 1816, que o comandante das expedições militares da 2ª e 3ª Divisão, João do Monte da Fonseca, enviou à Junta Militar de Conquista e Civilização dos Índios.

> A Serafim Ferreira de Jesus reparti e demarquei uma sesmaria de terras resgatadas dos Índios selvagens na paragem denominada o Basto. (...) E por esta forma ficou inteirada a sesmaria do suplicante, vindo da Freguesia do Sumidouro com sua família, e possuísse vinte e oito escravos, dez bestas, e vinte cabeças de gado, e lavras nos cristais[293].

Serafim Ferreira de Jesus, que havia se deslocado da freguesia do Sumidouro, juntamente com sua família, em direção a São João Batista do Presídio, ao conseguir um terreno do comandante passou imediatamente a cultivá-lo com plantações de milho, feijão, arroz, bananal, árvores de espinho, algodão e canas. Deste modo, ele justifica seu pedido de legalidade da posse da terra argumentando que já havia feito na mesma um estabelecimento com paióis e morada de casas para abrigar sua numerosa família e escravos[294].

Segundo Marlière, "oprimidos estes moradores dos insultos do Índio Puri, que lhe matam as suas criações e lhe destroem as suas plantações",[295] abandonam suas fazendas receosos dos ataques indígenas. Além disso, os viajantes, receosos dos ataques Puris que freqüentemente matam seus animais de carga com flexadas, temem continuar suas viagens, fazendo com que os Direitos das Entradas se diminuam. Para tentar amenizar tais prejuízos, os colonos representados por Marlière solicitam a coroa um melhor patrulhamento desta nova estrada para que eles possam retornar às suas fazendas e para que as tropas de condução "esmorecida" continuem o seu curso[296]. Várias são as reclamações enviadas pelos colonos às autoridades contra os índios que destruíam as plantações e matavam os animais de suas fazendas. Segundo eles, "(...) a invasão dos índios em quaisquer fazendas é uma infelicidade

[293]APM, SG, Cx. 102, Doc. 65.
[294] APM, SG, Cx. 102, Doc. 64.
[295]APM, SG, Cx. 110, Doc. 21.
[296]APM, SG, Cx. 110, Doc. 21.

que não deve suscitar as lágrimas para outra; é um fato na vastidão deste país tão contingente, como é impossível de evitar-se sem uma maior matança"[297].

Ainda que a Coroa e todo o seu aparato religioso e militar responsável pelas questões indígenas buscassem garantir direitos aos índios, esbarravam sempre nos interesses dos homens brancos ávidos por terras, que superavam os esforços públicos. Até mesmo quando as terras eram demarcadas, havia a espoliação das propriedades indígenas com naturalidade. Em 1825, Guido Thomas Marlière informava ao governador sobre as violências praticadas pelos Juizes Sesmeiros contra os índios e colonos:

> Ponho na presença de V. E., e seu Conselho, o requerimento incluso de José Gomes de Mello, morador pacífico entre os Índios Coroados, por compra que fez aos herdeiros de outro português já falecido, por nome José Antônio, primeiro ocupante das terras que o suplicante legitimamente comprou e cultiva com vantagem do Estado, e dos Índios com quem vivia em boa inteligência – sucede agora que o Juiz Sesmeiro com as suas manhosas astúcias, a pretexto de sesmarias extorquidas no silêncio, guardadas muitos anos ocultas, e sem ouvirem os confrontantes, na forma das Leis, envolveram não somente todas as possessões do suplicante, e mais quatro Aldeias de Índios senhores donatários, e proprietários delas, de tempo imemorial, em cujas Aldeias sempre foi vedado pelas Leis dos sesmeiros entrarem. Os pobres Índios entretanto desesperados, fugitivos com suas famílias, e ameaçados de morte pelos ladrões; me clamam justiça; e eu preso nas beiras do Rio Doce sem lhes poder valer, reclamo de V. Ex. e seu Conselho, e se preciso for, de Sua Magestade Imperial que não somente ou outro qualquer título não emanado das competentes autoridades, se V. Exª e seu Conselho desejam sinceramente (como firmemente creio) a paz, tranqüilidade, e amizade dos Índios, de outro modo a negação de justiça induzirá os Coroados, que são trabalhadores e civilizados, à rebelião (...).[298]

No decorrer do processo, José Gomes de Mello, por sua vez, informava a Junta Militar que as terras que ele possuía há mais de vinte e cinco anos nas margens do ribeirão São Roberto (Xopotó Novo) foram adquiridas por posse e compra. Segundo ele, tais terras encontravam-se cultivadas "com capoeiras, árvores de espinho, quatrocentos pés de café, monjolo, pedras de moinho e outras coisas concernentes a cultura", e já haviam sido levadas a inventário. Entretanto, abusando de sua autoridade, o Juiz Sesmeiro autorizou seu filho, o Alferes Francisco Coelho, a usurpar suas terras e a de quatro Aldeias de Índios[299].

Em resposta a petição enviada a Junta Militar, o Juiz de Sesmarias, Joaquim Coelho de Oliveira defendia-se afirmando que foi o próprio José Gomes de Mello quem havia

---

[297] APM, SG, Cx. 81, Doc. 38.
[298] APM, SP PP 1/4, Cx. 01, Doc. 04.
[299] APM, SP PP 1/4, Cx. 01, 48 p.

usurpado de um terreno dos Índios circunscrito à freguesia da Pomba. Ao dizer que Francisco Coelho, seu filho, havia obtido a concessão de uma sesmaria no dito terreno e que já possuía o título legítimo da posse, o dito juiz argumentava que o verdadeiro usurpador das terras indígenas era o próprio José Gomes de Mello, pois ele agia em contradição ao afirmar que havia comprado tal terreno das mãos de um outro colono. O Juiz de Sesmaria afirmava que José Gomes de Mello possuía apenas um "celebre papel passado". E esse simples certificado não lhe dava direito algum em levar essa terra a inventário, uma vez que toda posse de terra deveria ser legitimada a título de sesmarias. Em meio a estes relatos, é difícil sabermos qual alegação era verdadeira. Mas de qualquer forma, os relatos revelam que José Gomes de Mello e Francisco Coelho disputavam terras que pertenciam aos índios, bem como demonstram o caráter impessoal nas concessões de sesmarias[300].

A análise dos documentos emitidos pela Junta Militar indica que um dos argumentos com que se procurou legitimar a implantação da guerra ofensiva contra os botocudos foi o de que eles estariam promovendo a destruição de fazendas, obrigando os proprietários a abandoná-las, bem como estariam eles praticando antropofagia, com os índios mansos e os portugueses. Diante da penetração dos colonos e aventureiros, os indígenas, ciosos de seus direitos sobre as terras que ocupavam, iam recuando para o interior e concentrando ódios contra os invasores. De quando em quando, agindo por instinto de defesa quando não por vinganças, reagiam pela violência, incendiando roças, paióis e casebres e matando ou ferindo crianças, mulheres e homens. O branco, assim atingido, julgava-se vítima e com direito a eliminar quantos indígenas ficassem a seu alcance. [301]

> Cansado e horrorizado de ouvir o grito dos miseráveis Povos, que confrontam com a Mata geral e aquém do Rio doce no termo da Cidade Mariana, pela Carnagem brava, e insaciável com que tem sido atacados, mortos e devorados pelo Bárbaro Antropófago Gentio Botocudo, sendo obrigados a abandonar Fazendas de cultura, e mineração, depois já de cultivados a preço de seu trabalho, como por vezes me tem sido presente em repetidas Representações dos Povos [....] estabelecer pelo menos três destacamentos, ou Guardas postadas a tais distâncias [302].

Na documentação analisada foi possível observar um grande número de fazendeiros enviando petições às autoridades competentes, queixando-se das contínuas e repetidas invasões e prejuízos causados pelos índios não aldeados às suas propriedades, os quais

[300]APM, SP, PP 1/4, Cx. 01, Doc. 04.
[301]JOSÉ, 1956, p. 142.
[302]RAPM, 1898, p. 743-778

matavam seus animais, destruíam suas plantações de cultura, roubavam e saqueavam seus paióis. Relatos do período revelam que os índios botocudos reagiam violentamente contra a ocupação de suas terras, investindo contra as fazendas, incendiando e roubando tudo que encontravam dentro das casas. Ainda de acordo com esses relatos, os índios mataram famílias inteiras de colonos, seus gados e escravos e destruíram "todos os edifícios e paióis de milho e outros mantimentos lançavam fogo devastador"[303]. As fazendas estabelecidas próximas às estradas eram as que mais sofriam com os ataques indígenas. Vários colonos que moravam próximos a Estrada dos Campos dos Goitacazes tiveram que abandonar suas fazendas com plantações, animais e moinho por vê-las constantemente invadida pelos Índios Puris. Os índios que praticavam as *"*mais horríveis e atrozes das mais bárbaras cenas antropofágicas, assassinando portugueses e os índios mansos", eram entregues aos comandantes por um período de dez anos e todo o tempo possível, enquanto durasse sua ferocidade, podendo os ditos comandantes empregá-los em seu serviço particular ou conservá-los presos até que os mesmos dessem prova do total abandono de sua "atrocidade e antropofagia"[304].

Os relatos são contraditórios no que diz respeito à guerra dos Índios Botocudos e outras nações "bravas". Alguns insistem em relatar as repetidas investidas e ataques desses índios contra os colonos, já outros mostram que apesar da grande circulação dos indígenas pelas áreas próximas das fazendas, nem sempre os colonos foram suas vítimas. No ano de 1811, em uma de suas revistas pela 3º Divisão do Rio Doce, da qual era comandante o Alferes José Caetano, Guido Marlière observou que "desde a Revista passada até o presente não fizeram os Índios nesta Divisão morte nem hostilidades alguma aos portugueses antes tem sido assiduamente perseguidos e batidos pelas patrulhas com perda de vinte e sete mortos e sete prisioneiros"[305]. A seguir um documento emitido pelo Inspetor da Junta de Conquista e Civilização dos Índios, Antônio José Dias Coelho, denunciando a compra e venda ilícita de terras dos aldeamentos indígenas:

> Senhor
> Foi Vossa Alteza Servido mandar-me inspetar a 2ª, 3ª, e 4ª. Divisão da Conquista dos Índios bravos do Sertão do Rio Doce, para onde parti no mês de Maio do ano próximo passado; e igualmente passei á Freguesia de São Manoel da Pomba, a conhecer dos despotismos, e violências que tem feito, e fazem os Portugueses aos Índios Cropós, e Croatos o que cumpri exatamente, deixando aos diretores Manoel Ferreira da Costa do Presídio de São João Baptista do Presídio, e ao capitão Francisco Pires Farinho das

[303]RAPM, Ano XI, 1907, p. 5
[304]APM, SC 335, 1808: 2- 4V
[305]APM, SG, Cx. 84, Doc. 34.

> Aldeias da Pomba, as instruções que julguei necessárias interinamente, em quanto dava parte a V.A., para as aprovar, ampliar, ou restringir o determinado nas ditas instruções a beneficio daqueles miseráreis Índios, que vivem oprimidos, pelos os portugueses, pelas compras ilícitas que lhes fazem de suas Aldeias, e terras, e outros lhas tomam a força, bem como observei nas Aldeias do Ubá, que o Guarda Mor Lino José Moreira havia comprado á Aldeia do Índio Felipe com casa de vivenda, e bananal, e outras plantas, dando-lhe por tudo isto uma Égua muito inferior que valeria ao mais 4:000 reis enganando assim o miserável Índio, o qual compareceu na minha presença queixando-se que o dito Guarda Mor o tinha enganado, fazendo-me ver a dita Égua, e requerendo-me á entregasse ao dito Guarda Mor, e lhe fizesse restituir a sua Aldeia, o que não fiz, por que aquele Guarda Mor Lino logo que teve noticia que eu passava aquele lugar se ausentou-se sem se saber para onde. Este mesmo Guarda Mor assim que fez a dita compra ilícita (...), e contra o que determina as Reais Ordens, fez meter no tal sitio um grande número de porcos, que mandou soltar só afim destruir as plantações das Aldeias do Índio Joaquim, e seus parentes, para que assim oprimidos, e desgostosos largassem o terreno, e ele ficasse senhor de tudo. Parece que conforme as Reais Ordens, ele deve ser obrigado a receber á Égua, ou perdé-la pois que nem ele podia comprar, nem o Índio vender a sua Aldeia: despejando das terras do mesmo deixando gozar em paz as terras que V.A. lhe prometeu para as suas habitações, e subsistências. Portanto, parece-me ser justo expedir-se Ordem ao Furriel Manoel Jose Lamas hoje diretor dos Índios Cropós Presídio de São João Baptista, para que faça despejar da Aldeia ao dito Guarda Mor Lino, e não o fazendo, sofrer a pena que V.A. for Servido impor-lhe. É e o quanto posso informar a V.A. que mandara o que for Servido.
> Villa Rica 6 de Março de 1811
> Antônio José Dias Coelho
> Brigadeiro, e Inspetor[306].

Manoel Nogueira Dias comprara de Antônio Borges Rodrigues, uma fazenda com engenho de cana, roças, escravos com todos os seus pertences em Santa Rita do Turvo, distrito da Pomba, cujo pagamento no valor correspondente de cinco mil cruzados seria feito no prazo de um ano. No entanto, sustentando sua mulher e seus dez filhos menores de idade com os seus parcos recursos, Manoel se encontrava impossibilitado de quitar o pagamento da dita fazenda. De acordo com os seus argumentos, a possibilidade de quitar a dívida diminuiu ainda mais, pois temendo os constantes ataques que os índios andavam fazendo na fazenda, ele foi obrigado a conduzir-se com sua mulher e filhos para a residência de seu sogro em Sabará. No entanto, o comandante do Termo de Mariana aproveitando-se de sua ausência ordenou e autorizou alguns índios a fixar residência na sua fazenda e consumir todos os mantimentos, cujo estoque destinava-se ao auto-abastecimento de sua família. Em seu requerimento, Manoel Nogueira pedia clemência ao governador para que os alimentos consumidos pelos indígenas fossem pagos e, segurança para que ele pudesse retornar

[306]APM, SG, Cx. 83, Doc. 26.

tranquilamente com a sua família e seus dois escravos para a fazenda. Para tanto, se comprometia e se obrigava a quitar o pagamento da fazenda que comprara fiado.

Em resposta ao requerimento, Antônio Borges relatou que "depois de ter desfrutado e destruído a fazenda" e vencido "três pagamentos", Manoel retirou-se fugitivo para a Comarca de Sabará "onde se acha levando consigo sua família, e todos os seus pertences, deixando a dita fazenda abandonada". Segundo Antônio Borges, Manoel, para evitar o restante do pagamento de suas dívidas, deslocara-se com sua família para Sabará utilizando-se do argumento "patente e calunioso" de que os indígenas constantemente atacavam a sua fazenda. Insistentemente, Antônio Borges deixava bastante claro para as autoridades que uma indenização e o ressarcimento dos prejuízos a ele ocasionados ou o pagamento das mensalidades vencidas da fazenda deveriam ser feitas. Caso não fosse possível, pedia o encarceramento de Manoel Nogueira[307] **.**

Em nossa documentação, as narrativas mostraram que qualquer pessoa poderia denunciar proprietários de sesmarias que não fizessem uso de toda ou de parte de sua extensão, o que poderia resultar na perda da concessão. Nos processos de litígio de terras há vários casos em que novos colonos passam a ocupar sesmarias abandonadas e sem cultivo. No entanto, assim que tomavam conhecimento da invasão, os pioneiros para garantir o domínio sobre suas sesmarias, contratavam imediatamente camaradas para vigiá-las e expulsar os invasores. Um bom exemplo disso, foi uma ação movida, em 1816, por alguns colonos contra o padre João Feliciano. Seus autores questionavam a "posse judicial" de uma sesmaria de terras que este missionário possuía. Segundo eles, o padre além de ter deixado a sesmaria sem cultivo, jamais havia limpado suas testadas. Deste modo, ao verem que as ditas terras estavam abandonadas, os suplicantes passaram a construir nelas suas casas, paióis e demais plantações e, limpar suas testadas, "mister para uso e conservação da vida". No entanto, João Feliciano ao ver sua sesmaria ocupada, tomou logo a providência de contratar Manoel Simões para arranchar entre os colonos. Obedecendo às ordens do missionário, para reaver as terras perdidas, Manoel Simões utilizou-se do argumento de que ele havia comprado essas terras do missionário. Os suplicantes, no entanto, reclamavam ao rei justiça para que ele "colocasse os olhos nestes miseráveis colonos obrando com justiça que merecem porque os ricos e poderosos só conservam nestas matas sesmarias a fim de as venderem, e esperam que os pobres miseráveis povoem, e defendam para então as virem povoar"[308].

---

[307] APM, SG, Cx. 60, Doc. 19.
[308] APM, SG, Cx .97, Doc. 06.

Os colonos ganharam a causa e, de acordo com o processo, nota-se que foi somente por terem alegado estar devolutas e sem cultivo as terras que passaram a povoar e cultivar, e pelo missionário, João Feliciano não ter apresentado o título legítimo da posse e ter deixado a terra inculta. Interessante que esses colonos, no mesmo processo movido contra o padre João Feliciano, fizeram reclamações contra o capelão José Justino, alegando que ele teria tomado suas roças, "tampando-lhes os caminhos, e quebrando-lhes as pontes para desta forma interceptar a correspondência" que eles tinham com a povoação[309].

As fontes analisadas neste trabalho nos apontam para outros elementos que teriam contribuído para o aumento dos conflitos pela posse da terra, como a desorganização e liberdade na demarcação das terras. Como já foi dito anteriormente, a Junta Militar obteve por meio da Carta Régia de 1808 o direito sobre a concessão e demarcação de terras nas regiões cortadas pelo Vale do Rio Doce. No entanto, nem sempre ela preocupara em se informar se determinada porção de terra demarcada havia sido feita em terras já de outros. Assim, não era incomum que terras demarcadas para a entrada de novos ocupantes estivessem sobre a posse de colonos pioneiros.

Essa desorganização na distribuição de sesmarias, em que as autoridades não tinham o menor conhecimento das terras que doavam, tão comum em áreas de fronteira, fazia com que um único pedaço de terra tivesse mais de um proprietário. A raridade de marcos, denunciando terras tituladas e demarcadas, aliada a essa desorganização na distribuição das terras – feita pelos comandantes militares – tornava-se um espaço para o desenvolvimento de conflitos fundiários na fronteira. Em outros termos, a liberdade em conceder sesmarias e demarcar terras, sem nenhum rigor pelos comandantes militares, aliada à cobiça e prepotência de homens ambiciosos e usurpadores de terras – de indígenas e de homens livres pobres – acabou por viabilizar o conflito pela posse da terra. O documento abaixo, emitido em 1831, pelo presidente da Província Manoel Ignácio de Mello e Sousa, é um bom exemplo de como a desorganização na doação de sesmarias foi um problema enfrentado pela administração de Minas Gerais. Ele demonstra também como a posse de terras esteve diretamente relacionada com o mercado de terras.

> A facilidade de se concederem sesmarias a homens sem meios para as cultivarem; o abuso, e o desleixo nas medições, e demarcações das mesmas; a faculdade permitida aos comandantes das Divisões do Rio Doce para demarcarem terreno proporcionado a força dos colonos que entrarem pelo sertão, a omissão destes comandantes em semelhantes demarcações e

[309]APM, SG, Cx. 97, Doc. 06.

> finalmente a impunidade, com que alguns especuladores disporam de terras assim tituladas, e ainda demarcadas pelos oficiais do juízo de sesmarias/abuso que suponho praticado em outros pontos da província/produziram tal confusão de propriedade, que se não houver uma medida legislativa que termine as presentes, e futuras questões, estas se tornaram eternas com prejuízo da agricultura, e inquietação dos detentores. (...)
> É também muito prejudicial à agricultura a proibição desde o ano de 1822 a 1825 de se concederem sesmarias fora das margens do Rio Doce; e multiplica as futuras questões de propriedade; porquanto reconhecida a fertilidade das matas adjacentes aos terrenos já concedidos, e às letradas, que se dirigem a Itapermirim, a Vitória, e Campos dos Goytacazes, muitos plantadores possibilitados empreenderam ali estabelecer-se, se não temessem a incerteza do senhorio, ao mesmo tempo que alguns aventureiros, ou por dolo, ou por ignorância se tem apoderado de indefinidos terrenos, a que chamam aposseados por haverem derrubado alguns matos, reduzindo-os a capoeiras, que ou conservam, ou vendem a outro que chega, muitas vezes por médio preço a firmar-se em muitas sesmarias[310].

Assim, como foi realidade comum a todo o Brasil, percebemos, para a zona da Mata central, que as vendas de terras, os desmembramentos constantes das propriedades iniciais e a falta de especialistas para realizar as medições e delimitar os terrenos foram os responsáveis pelos freqüentes litígios de terra na localidade. De fato, o sistema de sesmarias nunca foi devidamente obedecido na prática, e Portugal nunca teve condições de vistoriar se a Lei de Sesmaria estava sendo obedecida pelos sesmeiros[311].

2.4 Mercado de terras

O encontro entre indígenas e entrantes resultou em redes de alianças, trocas e resistências. Os índios procuraram fazer valer seus direitos, apesar de viverem em uma sociedade em que eram pouco valorizados. Adotaram uma postura ambígua diante do processo de ocupação do seu território. Ao mesmo tempo em que defendeu a "ferro e fogo" a terra do seu povo, o índio agiu pelos seus próprios interesses vendendo suas terras reservadas no interior de aldeamentos a preço modesto. Apesar de terem sido vítimas algozes dos portugueses e brasileiros, eles tiveram posturas nativas próprias, e muitos foram aqueles que se aliaram aos brancos conforme demandavam seus próprios interesses. Por isso, evitamos definir o índio de forma maniqueísta incutindo-lhe o valor do "Bom Selvagem", pois também

[310] APM, SP, CGP 1 1, Cx. 4, Doc. 23
[311] MOTTA, 2004, p. 64 - 67.

tiveram presença no ativo mercado de terras, embora, muitas das vezes, tenham sido ludibriados pelos brancos. Para melhor compreender essa idéia do índio como agente histórico ativo no contexto em que vivia, é interessante apresentarmos um bom exemplo de como eles se envolviam neste mercado fundiário.

Não há dúvidas de que, os indígenas foram vitais para o desenvolvimento da região Central da Zona da Mata: a abertura de estradas, as atividades agrícolas no interior dos aldeamentos e o papel de guias que eles exerciam nas expedições pelos sertões adentro nos mostra que os mesmos foram agentes importantes na organização dos espaços da fronteira.

No ano de 1829, o índio Rafael vendia pelo preço de 25$000 uma sorte de terras de sua aldeia localizada na barra do ribeirão Ubá a Manuel de Freitas Henriques, alegando que ela se achava "entremeio de terras de portugueses", e que, por este motivo, ele não podia continuar a viver naquela vizinhança. Pouco tempo depois, o Alferes Antônio de Souza Lima comprava de Silvestre, índio Coroato, e de sua mulher, Joana Coroata, e de Joaquim Luciano, índio Coroato, e de sua mulher, Silvéria Coroata, uma porção de terras no Córrego do Chiqueiro, afluente do Xopotó Novo, pelo preço de 150 mil réis[312]. Em 1818, Antônio Jacinto de Moura solicitava o título legítimo de uma terra que ele havia comprado dos índios há mais de sete anos atrás. Conforme descrito em seu requerimento, ele justificava que "deseja empregar-se na agricultura em terras que já cultiva e está de posse por negócio que fez com os índios a mais de sete anos em um córrego que deságua no Ribeirão do Ubá da Freguesia da Pomba, Termo de Mariana"[313]. Este caso é muito interessante porque ele mostra claramente o envolvimento dos indígenas no mercado de terras, bem como reafirma a proposição de que a "as cartas de sesmarias devem ser consideradas como garantias a posses já lançadas ou a terras já compradas"[314].

Dentre outros requerimentos de sesmarias encontrados e, com garantias de posses já lançadas ou a terras já compradas, é a do vigário José Bonifácio Duarte Pinto, morador na Freguesia da Pomba, a que indica maior antiguidade na ocupação: "que por compra dos sucessores do finado vigário Manuel de Jesus Maria possui uma fazenda de terras de cultura onde se acha estabelecido com casas, paiol, senzala, (..) como as quer possuir por legítimo título de sesmaria"[315]. Como sabemos, o padre Manuel de Jesus Maria foi um dos colonos pioneiros que se instalou na região do vale do Rio Pomba. Pela análise deste requerimento, podemos ver claramente que ele não se preocupou em legitimar algumas das terras que se

---

[312]CARRARA, 1999b, p. 33; CNU, livro nº 2, fl. 86
[313] APM, SG, Cx. 107, Doc. 51.
[314]CARRARA, 1999a, p. 11.
[315] APM, SG, Cx. 107, Doc. 15.

apossou. Tanto que coube ao vigário José Bonifácio, quando comprou umas posses de terras das mãos de seus descendentes e que as pertenciam, requerer título legal. Podemos observar, através deste relato, a presença de um mercado ativo de terras, do qual todos participavam, desde missionários a militares.

> Apesar da inexistência de leis que garantissem a plenitude da propriedade rural percebemos que a terra passou a ser vendida e comprada com bastante freqüência. Acreditamos que tal fato deva-se em função da possibilidade de vender a terra dentro da lógica civil, presente nas Ordenações do Reino. Nesse sentido, a terra já era encarada como uma mercadoria, diferentemente do que ocorreu até o ano de 1822[316].

O padre Manoel de Jesus Maria também teve participação no mercado de terras. Acusado de ter vendido terras indígenas no interior dos aldeamentos, ele defendeu-se justificando que as terras vendidas não faziam falta aos índios, e a venda era para compensar as despesas dos aldeamentos. Justificava ainda que, após trinta anos serviço à Coroa na conquista e civilização dos índios, ele merecia a realização desta venda[317].

Segundo Emília Viotti da Costa, a terra antes considerada de domínio da Coroa e passível de ser explorada mediante doação por merecimento ou serviços prestados, sofreu gradativamente um processo de mercantilização. A partir de 1850, o acesso a terra não vai ser obtido através do prestígio social, mas unicamente através de uma forma impessoal: a compra. O capital substituiu o merecimento como pré-requisito ao acesso à terra[318].

A maior parte dos colonos, que recebia sesmarias, procurava cultivá-la somente no primeiro ano. Depois disso as roças eram abandonadas, vendiam a sesmaria e logo tratavam de solicitar uma nova sesmaria, sempre com o objetivo de vendê-la. Guido Marlière chegou a denunciar várias vezes as desordens na concessão de sesmarias cometidas no interior das Divisões militares:

> [...] a maior parte dos colonos, que pedem terras costumam fazer no primeiro ano uma pequena roça a fim de apossear-se, e depois não continuam, e somente querem vender as suas sesmarias, e se estas pelas suas omissões se dão outras que possam melhor cultivar, e existir, resultado mil desordens, demandas e queixas como tem aparecido na Real Presença de V. A[319].

---

[316] LAMAS, 2007. p. 194.
[317] RESENDE, 2005; AHU, 11076, Cx. 62.
[318] COSTA, 1977 *apud* GARCIA, 200, p. 69.
[319] APM, SG, Cx. 84, Doc. 34.

O francês August de Saint-Hilaire, que percorreu Minas Gerais nos oitocentos, nos fornece relatos importantes sobre os apossamentos e mercado de terras:

> Alguns indivíduos faziam dos pedidos de sesmarias verdadeira especulação. Começavam um arroteamento do terreno concedido, plantavam um pouco, construíam uma casinhola, vendiam em seguida a sesmaria e obtinha outra. O Rei dava terras sem nem medida aos homens a quem imaginava dever serviços [....] Os pobres, que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter dono. Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas e quando menos esperam aparece-lhes um homem rico, com o título que recebeu na véspera, expulsa-os e aproveita o fruto de seu trabalho[320].

A ganância por terras e mais terras apenas com o intuito de vendê-las foi alvo das reclamações de Guido Marlière ao governo da capitania de Minas Gerais.

> Cumpre-me informar a Vª Exª que o governo tem concedido toda a margem do Rio Doce, seus rios, e córregos confluentes, um cem número de sesmarias advertindo que cada uma pessoa que tira uma carta, lhe tem sido concedida oito, e dez sesmarias em diferentes nomes de suas famílias, com o fito unicamente de as vender à quem melhor lhos pague, e nunca com o desígnio de as cultivar[321].

A análise de 105 processos de inventários e 93 registros de compra e venda de imóveis nos mostrou evidências da importância dos imóveis na composição dos patrimônios, permitindo-nos constatar que, na primeira metade do século XIX, o mercado imobiliário foi bastante ativo na área central da zona da Mata mineira. Dos 105 processos de inventários, apenas 7 deixaram de relatar a presença de imóveis.

O alto índice de terras adquiridas por compra é uma constante tantos nos livros de notas como nos documentos avulsos do Arquivo Público Mineiro. Os dados até agora analisados fazem-nos considerar bastante cimentada a informação proposta por Ângelo Carrara de que houve um constante mercado de terras na área central da zona da Mata mineira.

> É necessário ter sempre em mente, que, desde o primeiro momento, constituiu-se em Minas um extenso mercado de terras, dadas as condições peculiares da circulação monetária realizada pela mineração, e o mercado de imóveis rurais foi outra forma de acesso à propriedade. (...) A rapidez

---

[320] SAINT-HILAIRE, 1974, p. 23-24

[321] APM, SP PP 1/15, Cx. 91, Doc. 36. O anexo 1 deste trabalho contém um documento interessante, que retrata de forma clara este mercado de terras.

> como a propriedade trocou de mãos, que as próprias concessões informam, tornaram as sesmarias instrumentos menores de acesso à terra[322].

Conforme bem salientou Meneses, fazer uma reflexão sobre as formas de uso e a posse da terra é importante para a caracterização da economia agrícola[323]. Assim, assumindo os riscos do arbitrário, classificamos os tipos de apropriação da terra em oito categorias, objetivando obter um conhecimento mais aproximado da posse e uso da terra entre 1839 a 1851, em São João Batista do Presídio e Ubá.

QUADRO 12

Formas de apropriação do solo . 1839-1851

Caracterização dos títulos	Total de proprietários	(%)
Compra	34	37,6
Herança e compra	17	18,3
Sesmaria e compra	4	4,3
Posse e compra	1	3,2
Dívida	15	16,1
Sesmaria e dívida	2	2,2
Dívida e herança	2	2,2
Doação	10	10,8
TROCA	5	5,4
TOTAL	93	100,0

Fonte: Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá (CNU). Livros nº 1 e 2.

Como vemos, entre 1839 a 1851 foram registradas aproximadamente 93 unidades fundiárias, 37,6% delas foram adquiridas através de compra e o restante adquiridas por meio diversos (sesmarias, posse, herança, troca etc). A compra foi a mais citada entre as forma de apropriação declarada (37,65%).

Segundo Marcílio, a posse não é uma forma de apropriação e uso do solo presente apenas em áreas de "fronteira" ou pioneiras, mas também de áreas de povoamento mais antigas[324]. Ao estudar as estratégias de sobrevivência das famílias que povoaram Juiz de Fora entre os anos de 1870 a 1920, Sônia Maria de Souza percebeu que o acesso a uma parcela de terras nesta sociedade se deu de forma majoritária por meio de compra e herança. Embora não descarte a possibilidade da existência do apossamento, a autora não encontrou muitas

[322] CARRARA, 1999a, p.12.
[323] MENESES, 2000, p. 99.
[324]MARCÍLIO, 2006, p. 82.

referências a este tipo de ocupação nos registros de compra e venda de terras[325]. A legislação agrária não vedava a incorporação de outros domínios: caso o possuidor quisesse ter mais terras, poderia adquiri-las por compra ou heranças[326].

A posse é declarada somente em uma parcela das 93 parcelas registradas. A ausência da declaração de posse poderia significar que não houvesse terras devolutas, passíveis de serem apropriadas dessa forma na zona da Mata, anterior ao ano de 1839, período inicial dos registros de compra e venda que são analisados neste trabalho. As terras adquiridas por herança e por compra podem ser entendidas como posses efetivas. "Sua exploração e continuidade de uso acabavam por legalizar, na prática e mesmo em direito, a propriedade particular da mesma"[327].

Concordamos com Gaciela Bonassa, para quem a compra não responde sozinha pelo fechamento da fronteira agrícola na região:

> Se, por um lado, o índice de compra não nos autoriza a concluirmos pelo fechamento da fronteira agrícola no município, por outro, aponta a existência de um mercado de terras mesmo antes dela tornar-se, juridicamente, mercadoria, através da Lei de 1850 [328].

A facilidade de apropriação da terra pela grande maioria das famílias foi feita com relativa liberdade nas regiões cortadas pelo rio Doce e seus afluentes, particularmente após a emissão da Carta Régia de 1808, sobretudo com o fim do regime de sesmarias (1822) até a Lei de Terras de 1850, que limitou a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o da compra.

> A posse, assim iniciada, acabava pertencendo de fato à família que a explorava, podendo mesmo transmiti-la aos seus descendentes ou vendê-la normalmente. Bastava, nestes casos, provar perante a autoridade local (tabelião), e com testemunhas juramentadas, que a família era efetivamente posseira, que a posse era 'mansa', ou seja, não havia sido feita em terras já de outros e por eles contestadas[329].

O endividamento também foi um dos mais fortes fatores que levaram os pequenos lavradores a participar do mercado imobiliário, obrigando-os a hipotecar suas pequenas parcelas de terras ou parte delas para quitar suas dívidas.

---

[325]SOUZA, S. M., 2007, p. 67.
[326] ALVEAL, 2002, p. 104
[327] MARCÍLIO, 2006, p. 77.
[328] GARCIA, 2005, p. 84.
[329] MARCÍLIO, *op. cit* ., p. 75.

As terras eram compradas com o objetivo exclusivo de serem revendidas. Foi assim que, no ano de 1848, o Alferes José Joaquim Moraes Castro comprou uma porção de terras na fazenda Capoeirão, nas cabeceiras do ribeirão Muriaé, do Coronel Geraldo Rodrigues Aguiar, pagando um conto e oitocentos mil réis por elas. Porém, neste mesmo ano, revendeu as mesmas terras para Antônio José Veiga pela importância de dois contos e noventa mil réis, obtendo um ganho de quase 17% em poucos meses. Nessa conjuntura de difícil acesso a posse da terra, quando as fronteiras da zona central da Mata já estão praticamente fechadas, provavelmente o valor da terra aumentava rapidamente em curto período de tempo.

A venda de terras foi tão comum em Minas Gerais no período colonial que até o próprio padre Manuel de Jesus Maria[330], que tanto defendeu as terras indígenas, chegou a vender terras de aldeamentos, justificando que além delas não fazerem falta aos índios, o negócio destinava-se a cobrir as despesas gastas por ele no aldeamento[331].

Para Graça Filho, muitos dos registros de terras herdadas tinham suas dimensões acrescidas de terrenos comprados. Os registros de compra e venda de terras que ele analisou, para a sociedade de São João del Rey, mostram que o número de sortes de terras compradas não superava as herdadas, apresentando assim um mercado de terras mais incipiente e a importância da organização familiar na estrutura agrária dessa localidade[332].

De acordo com Gaciela Bonassa Garcia, o acesso à terra através da compra não representava ao interessado uma alternativa que viesse a comprometer seu patrimônio, pois a terra possuía um valor irrisório antes de 1850. Segundo ela, um hectare de terra em Alegrete, na década de 1830, podia ser adquirido por 739 réis, em média, um valor dez vezes menor do que o de uma cabeça de gado vacum[333].

Infelizmente não foi possível fazer uma análise das extensões negociadas, pois foram poucas as escrituras que possuíam informações sobre a extensão das propriedades que, muitas vezes, eram citadas como "sesmarias", "partes", "sorte" e "fazendas de cultura" sem uma definição exata de seus limites. Utilizavam-se quase sempre referências demarcatórias às fronteiras das fazendas, os recursos naturais (ribeirões, aguadas, serras), como a indicação de proprietários vizinhos que, seguramente, geravam muitas dúvidas e confusões no momento da divisão da herança e legalizações de terras. Até mesmo os proprietários que tiveram acesso a

---

[330] Vigário Colado da freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroatos.
[331] RAPM, v. 3, 1898, p. 761-764, Ver também: RESENDE, 2005.
[332] GRAÇA FILHO, 2002, p. 119.
[333] *Ibidem*, p. 22

uma sesmaria, muitas vezes, não sabiam onde acabavam suas terras[334]. No espaço agrário com seus limites imprecisos, definidos por acidentes naturais, era muito mais comum que os declarantes tivessem dificuldade em informar a extensão exata de suas terras do que a sua forma de apropriação[335].

Tendo em vista que as informações presentes nas escrituras de compra e venda de imóveis demonstraram uma circulação fragmentada de pequenas parcelas de terras, com o predomínio de negociações envolvendo pequenos valores, podemos apresentar o seguinte quadro:

QUADRO 13

Valores envolvidos nas transações imobiliárias 1839-1851

Valores	Nº de negociações	(%)
Menos de 500$000	20	29,85
De 500$000 a 1:000$000	19	28,36
De 1:000$000 a 1:500$000	9	13,43
De 1:500$000 a 2:000$000	4	5,97
De 2:000$000 a 2:500$000	8	11,94
De 2:500$000 a 3:000$000	1	1,49
De 3:000$000 a 3:500$000	1	1,49
De 3:500$000 a 4:000$000	1	1,49
Mais de 4:000$000	4	5,97
TOTAL	**67**	100

Fonte: Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá (CNU). Livro de notas de número 1.

Podemos perceber que houve um predomínio das pequenas negociações imobiliárias, cujos valores situados nas faixas menores que 500$000 réis e entre 500$000 e 1:000$000 conto de réis prevaleceram sobre os demais. Os dados expostos no quadro acima evidenciam que na medida em que os valores das negociações aumentam, o número das transações diminui. Enquanto que as negociações de propriedades com valores inferiores a 3:000$000 contos de réis responderam por 91% de um total de 67 transações, os valores superiores a 3:000$000 contos de réis corresponderam apenas a 9% dos imóveis negociados. Os dados presentes no quadro nos mostram que entre 1839 a 1851 apenas quatro transações foram feitas envolvendo valores maiores do que 4:000$000 contos de réis, ou seja, 5,97% do total.

[334] FARIA, 1998, p. 365.
[335] GRAÇA FILHO, 2002, p. 81.

A comercialização de pequenas extensões de terra era traço marcante de diversos sistemas agrários, sejam eles dos séculos XVIII ou XIX, em áreas de ocupação antiga ou mais recente. Em um contexto de consolidação da grande propriedade, o mercado de pequenas frações era o único e possível dentro das condições históricas de ocupação e reprodução do sistema agrário[336].

A negociação de maior valor que encontramos foi a que envolveu uma fazenda de cultura composta por casas de vivenda de sobrado, engenho de cana, moinho, paiol, bananal, cafezal, pomar com árvores de espinhos, cobres de engenho, tachas, engenho, alambique e demais benfeitorias. A essas benfeitorias agregavam-se ainda, uma casinha de coberta de palhas, laranjeiras, bananeiras e uma sorte de terras. Embora a extensão do terreno não tenha sido mencionada, podemos ter uma idéia da grandeza de seu tamanho, pois as terras desta fazenda, localizada no distrito da Vila do Presídio, faziam limites com seis ribeirões entre eles, o Cachoeira Alegre, Gavião e com terras que haviam sido demarcadas aos indígenas. O mais interessante a ser mencionado neste terreno é que ele foi apossado pelos seus vendedores, Constantino José Pinto e sua mulher, D. Venância Angélica da Luz[337]. Ele fora listado, em 1819, como negociante e com a idade de 33 anos.

Em 1831, o Presidente da Província Manoel Ignácio de Mello e Sousa, denunciou a ocupação indiscriminada de terras ao longo das estradas que ligam Minas Gerais a Itapemerim, Vitória e Campos dos Goitacazes. Segundo ele, mesmo sabendo que algumas terras já estivessem sob o domínio de outrem, muitos lavradores apossaram dessas terras e estabeleceram domicílios. Manoel Ignácio de Mello e Sousa reclamava ainda que: "alguns aventureiros, ou por dolo, ou por ignorância [apoderavam] de indefinidos terrenos, a que chamam apossados por haverem derrubado alguns matos, reduzindo capoeiras, que ou conservam, ou vendem a outro que chega, muitas vezes por medíocre preço"[338].

A ocupação indiscriminada de terras devolutas foi uma prática muito comum entre as por pessoas que já possuíam muitas sesmarias. No entanto, as terras apossadas quase sempre ficavam sem cultivo, fazendo com que elas fossem invadidas por aqueles que não tinham acesso à terra. Essa invasão de terras devolutas redundava em litígios que envolviam os proprietários de várias sesmarias e os indivíduos "sem terra"[339].

Analisando os registros paroquiais de terras de Capivary, Hebe Mattos de Castro conseguiu perceber uma impressionante concentração fundiária na região. De acordo com

---

[336] COSTA, E., 2007, p. 181.
[337] CNU, livro nº 1, fl. 43.
[338] APM, SP, CGP, Cx. 4.
[339] APM, SP, CGP, Cx. 4.

autora, "considerando como grandes proprietários os declarantes de extensões de terra de dimensões maiores ou similares à área média de uma fazenda de café no Vale do Paraíba (400 a 800 hectares)"[340], aqueles que declararam possuir mais de 400 hectares em Capivary detinham 75% da área total dos registros. Se acrescentar a esta área extensões menores que foram declaradas por seus familiares, estes declarantes chegavam a controlar 88% dos terrenos registrados[341]. As unidades produtivas existentes na região de Capivary, em sua maioria, foram compostas por fazendas, sítios e chácaras, denominações comuns na época às propriedades rústicas[342] .

Muitas famílias tiveram acesso à terra através do aluguel, arrendamento, compra, herança, doação e sesmaria. Pelo que pudemos perceber pela análise dos requerimentos e petições de sesmarias, a população que migrava para a área central da Mata preferira estabelecer-se em terrenos que se encontravam próximos dos rios e estradas, vias que serviam para o transporte de pessoas e mercadorias, entre as cidades dos Campos dos Goitacazes (Rio de Janeiro) e Itapemerim (Espírito Santo). Estes eram os espaços responsáveis pelo alargamento da fronteira e eram vistos por muitas famílias, oriundas de áreas mineradoras, como possibilidades para desenvolver suas lavouras, construir benfeitorias e conquistar ou aumentar seus bens materiais.

2.5. Fronteira móvel: a abertura de novos caminhos e circulação de mercadorias

Ao longo do século XVIII, a estrada que ligava Minas Gerais ao Rio de Janeiro, segundo Carla Anastásia, passou por inúmeras transformações: multiplicaram-se as passagens, as roças, o volume da produção e do comércio, bem como aumentou o número de sesmarias concedidas e o conseqüente aumento da população ao longo de seu percurso. Além de uma certa preocupação em incentivar a criação de estabelecimentos comerciais às margens dos caminhos, as autoridades coloniais se preocuparam em mantê-los em boas condições de tráfego e com relativa segurança para os passantes. O significado desta prática de construção e preservação de estradas, de acordo com a autora, era o de manter eficiente o abastecimento

[340] CASTRO, H., 1987, p. 11
[341] *Ibidem*, p. 11
[342] *Ibidem*, p. 11.

das vilas e arraiais, contra o conseqüente sôssego dos povos que podiam se amotinar caso houvesse fome ou carestia[343]. Em seus estudos sobre o Termo de Barbacena, localizado na região Sul da Zona da Mata, Mônica Ribeiro Oliveira argumentou que esta área tratava-se de uma fronteira aberta devido à presença de estradas e circuitos mercantis, pousos, ranchos, estalagens e registros que serviam de controle e circulação do ouro e outras mercadorias[344].

Com o objetivo de se evitar o contrabando e descaminho do ouro para o Rio de Janeiro, a Coroa criou em 1733 uma lei que proibia a abertura de estradas. Embora nunca tenha sido respeitada na prática, devido às diversas trilhas marginais que iam sendo abertas, "fosse para encurtar caminhos, abreviar as distâncias, fosse para fugir à ação opressora dos Registros e Passagens", esta lei caducou-se definitivamente a partir de 1808 após a instalação da Família Real no Rio de Janeiro[345]. Em relação a esse aspecto vejamos o documento abaixo que mostra a preocupação das autoridades com as vias de comunicação:

> É hoje uma verdade reconhecida em economia política que a prosperidade de um país depende essencialmente da maior facilidade das comunicações internas, e externas, pois que delas deriva a extensão do mercado geral das vendas e compras, aumentando assim a circulação total da vida, e fortificando os terrenos e as culturas que sem excelentes vias de comunicação não existiriam, ou vegetariam fraca e miseravelmente[346].

Como já foi discutido, a partir de 1808, intensificou-se o trânsito das expedições militares contra os índios tidos como "bravos" pelos colonizadores no interior da área central da Mata mineira, como estratégia para expandir novas unidades produtivas e manter a regularidade da produção de alimentos. Esse discurso colonizador, o qual colocava os Índios Botocudos como inimigos que deveriam ser exterminados caso resistissem a civilização e a ocupação de suas terras, serviu para incrementar o cultivo agrícola nos espaços fronteiriços com o objetivo de fornecer gêneros para a sustentação da população e favorecer o dinâmico mercado interno. Desse modo, o que de fato motivou o Estado a facilitar a povoação do espaço que medeia as três capitanias, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, não foi somente o seu interesse em "civilizar" e "catequizar" os índios, mas também em criar novas vias de comunicação e comércio que facilitassem o transporte das produções da maior parte da Capitania de Minas Gerais em direção aos mercados consumidores, tanto pela via marítima como terrestre. Pode-se dizer que a política de abertura de estradas para o escoamento da

---

[343] ANASTASIA, 2005, p. 31.
[344]CASTRO, H., 1987, p. 104.
[345] LENHARO, 1979.
[346] APM, SG, Cx. 125, Doc. 23

produção caminhava na mesma direção das medidas de incentivo ao povoamento e doação de sesmarias em áreas tradicionalmente habitadas por vários grupos indígenas[347].

Após a instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, a atividade comercial tornou-se acelerada na cidade para abastecer seu núcleo urbano crescente. De lá, D. João VI expediu ordens para os portos e capitanias mais próximas, tais como Minas Gerais, para abastecer a cidade de mantimentos, bem como incentivou a "abertura de estradas que facilitassem o escoamento da produção interiorana para a capital"[348]. O Príncipe Regente passou a incentivar a abertura e reformas de vias de comunicação e assumiu a responsabilidade de levar adiante grandes empreendimentos[349]. Muitas foram as estradas construídas sobre as picadas deixadas pelos índios e oficializadas pelo governo com a instalação de postos destinados a cobrança de impostos.

> Além da formação de um novo mercado consumidor para os produtos mineiros, a vinda da família real provocou uma série de transformações que tornaram mais atraente para produzir para o mercado interno. A principal delas foi a construção ou o melhoramento de estradas que ligavam a capital ao interior do país[350].

Os comandantes militares foram instruídos pela Junta Militar de Conquista e Civilização dos Índios a abrir estradas pelo centro das matas para que elas servissem de comunicação entre as respectivas divisões militares e os colonos. Na medida em que eles assumiram a responsabilidade de romper as matas fechadas para tornar livre as áreas de fronteira para a entrada de populações luso-brasileiras e encontrar solos férteis para a produção de alimentos, eles se comprometeram em doar sesmarias, abrir/consertar estradas, administrar os aldeamentos indígenas e servir de intermediários entre o índio e o colono. No entanto, é importante ressaltar que o descompromisso de alguns comandantes militares era patente, transparecendo em abaixo-assinado dos moradores enviados a Junta Militar para que medidas fossem tomadas a fim de conter o abuso de autoridade.

---

[347]Na política de integração do centro Sul, colocada em vigor após 1808, conforme salientou Alcir Lenharo, novas vias de comunicação foram abertas a fim de melhor articular as áreas produtoras de alimentos e o mercado consumidor carioca. Dom João VI, passou a incentivar a abertura e reformas de vias de comunicação e assumiu a responsabilidade de levar adiante grandes empreendimentos. Muitas foram as estradas construídas sobre as picadas deixadas pelos índios e oficializadas pelo governo com a instalação de postos destinados à cobrança de impostos. LENHARO, 1979.
[348]CASTRO, H., 1987, p. 51.
[349] LENHARO, *op. cit*., p. 57.
[350]ALMEIDA, 1994, p.106.

> Propõe-se a companhia abrir uma Estrada desde o Porto de Canoas do dito Rio da Pomba até a vila de São Salvador em Campos dos Goitacazes, em distância de doze léguas pouco mais ou menos, com trinta pés de largura, por entre bosques Índios bravos, Puris[351].

Esta questão sobre a manutenção das estradas é observada numa carta de 1818, dirigida a Dom Manuel de Portugal, governador de Minas, onde o príncipe regente exprime a necessidade de abrir e ampliar o número de estradas pelo sertão dentro dos limites de Minas Gerais e Espírito Santo, a fim de aproveitar a fertilidade do solo através do impulso à agricultura e a exploração metalúrgica e tornar mais breve e segura a comunicação entre os povos, facilitando o progresso e civilização dos índios. Para tanto, sesmarias em meia légua em quadra deveriam ser concedidas aos colonos interessados em fixar-se no sertão, cabendo aos comandantes das Divisões Militares demarcarem os terrenos de acordo com as fábricas dos entrantes. Quartéis guarnecidos de tropas deveriam ser construídos e ranchos levantados de três em três léguas ao longo das estradas para que os viajantes transitassem por elas de forma segura[352].

Durante um período de dez anos, o governador de Minas seria responsável pela conservação da estrada aberta entre o Rio Doce e Itapemerim, capitania do Espírito Santo, para que ela oferecesse um "melhor trânsito para os viajantes". Com isso, os habitantes da 2ª Divisão Militar, a qual integra a área central da Zona da Mata Mineira, ficariam livres durante esses dez anos de todos os encargos sobre os gêneros importados pela mesma estrada. Nesse documento, foi possível perceber claramente a preocupação do príncipe regente em facilitar as vias de comunicação entre as duas capitanias como forma de manter a arrecadação da Real Fazenda e garantir a segurança para os que se estabelecessem no sertão, principalmente daqueles envolvidos em atividades comerciais e agrícolas. Neste mesmo relato é possível perceber que os rios também constituíam aos olhos do príncipe uma excelente via de comunicação, tanto que, várias foram as recomendações nesta mesma carta para que o governador dissipasse todos os obstáculos que opusessem a passagem de canoas e barcos por esses rios[353].

Não podemos descartar a hipótese de que a navegação dos rios da zona da Mata – com sua localização bem próxima da Serra do Mar e funcionando como uma das principais via de acesso ao mercado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo – estivesse na pauta dos interesses dos governantes. Para tornar mais breve a distância entre o Rio de Janeiro e Minas

---

[351]RAPM, v. 02, fascículo 04, 1897, p. 696.
[352] APM, SG, Cx. 123, Doc. 60.
[353] APM, SG, Cx. 123, Doc. 60.

Gerais e facilitar o comércio entre as duas capitanias passou-se a incentivar a navegação dos rios Doce e Paraíba. O documento anônimo abaixo retrata de forma mais clara este argumento:

> [...] havendo fáceis comunicações do Rio Doce, e da Paraíba todos os gêneros, que vão do Reino, como vinho, sal, presuntos, ferro, aço, baetas, panos, chitas, chegam tão gravados pelos custos dos transportes, e pelos direitos das Alfândegas no Rio de Janeiro e das entradas em Minas, que o seu preço sendo enorme, vem a ser muito limitado o seu consumo com grave dano do comércio da metrópole, e da mesma colônia. [...][354].

Mas, sem uma investigação mais aprofundada do enunciado em questão, é difícil afirmar com veemência a navegabilidade, por exemplo, do rio Pomba[355] e Xopotó. Apesar de Maria Leônia Chaves de Resende nos informar que, "o rio Pomba tinha potencial para escoar a produção comercial, unindo-se ao rio Paraíba do Sul que desaguava no mar"[356], as fontes que consultamos não possibilita-nos afirmar com segurança sobre essa navegabilidade e escoamento da produção. Contudo, essas questões demandam mais informações em trabalhos futuros. De qualquer forma, é interessante salientar que encontramos nos inventários a presença de duas canoas, sendo que uma delas pertencia a José Ferreira Gomes, comerciante e mais afortunado de nossa amostra.

Francisco da Silva Campos, no ano de 1791, enviou um requerimento ao Conselho Ultramarino, informando sobre o estado em que se encontrava a área central da Zona da Mata Mineira. Neste requerimento, esse missionário informou detalhes sobre as estradas e rios dessa sub-região, como também seus limites e fronteiras. Segundo o seu relato, da Freguesia da Pomba estradas iam sendo abertas até de Vila de Barbacena, bem como outras que estabeleciam comunicação "com as novas povoações dos Rios Novo e Formoso e com todo o Sertão até a Paraíba, e Paraibuna, inabitado pela parte sul". Francisco Campos informava que os rios Novo e Formoso "deságuam no Rio da Pomba atravessando o sertão habitado pelas duas nações de Índios Coroados e Puris", cujo rio da Pomba dividia um de seus lados com o

---

[354]APM, SG, Cx. 125, Doc. 23.

[355] Rio Pomba tem sua principal nascente na serra da Mantiqueira, no lugar denominado Serra do Sapateiro, três léguas adiante de Barbacena, na estrada que segue para a cidade de Pomba; corre em linha reta até essa cidade, recebendo muitos ribeirões, como o Tegúrio, o das Mercês, o do Bonfim, o São Manoel, o Formoso, o Passa-cinco, o Pardo, o Rio Novo, o Feijão cru, o Rio dos mono, o Capivara e outros; por fim, vai desaguar no Paraíba, em frente á aldeia de Pedra". SILVA, J. 1997, p. 149-150.

[356] RESENDE, 2005b, p. 5

Campo dos Goytacazes em direção ao Leste, numa distância de quatorze léguas, e fazia "barra no Rio Paraíba"[357].

Segundo informações presentes em seu requerimento, a estrada aberta pela porção Sul (entre Rio e Pomba e Barbacena) possuía duas passagens pelo rio Pomba, era de fácil acesso e não atravessava nenhum monte. Já a estrada aberta pela parte Norte, apesar de ter uma maior distância e atravessar alguns montes, encontrava-se com a Estrada que vinha da "Capitania de Espírito Santo junto ao posto da Vila de Goytacazes". Segundo o padre Francisco Campos, tanto as estradas que estavam sendo abertas pelo Sul como pelo Norte da freguesia de Rio Pomba, além de facilitarem "a povoação do Sertão que medeia entre as Capitanias, Minas Gerais, Rio de Janeiro, e Espírito Santo", podiam fornecer muitos gêneros vegetais, e minerais de grande preço no Comércio – Madeiras, Jacaride, Iperobas, Ipês, Ipecacuanha, Salsa Parrilha, cipó de Chumbo, Contra Erva, Avenca – [358], bem como escravos e índios necessários para romper a Estrada daquele território para Campos de Goytacazes e beira mar, facilitando deste modo "o transporte dos preciosos gêneros" desta da freguesia de Rio Pomba para o Rio de Janeiro, e de mais partes da Capitania. Com isso, "o comércio descobriria interessantes objetos, como são madeiras, para a construção de Navios, e Casas, Ervas Medicinais, Óleos, Resinas, Frutas e pedras preciosas que ali se criam em abundância"[359].

Em relatório de 1840, enviado a Câmara Legislativa, o Presidente da Província, Bernardo Jacinto da Veiga, argumentava que a realidade das vias de acesso entre Minas e a praça mercantil do Rio Janeiro era marcada por caminhos que não admitiam a circulação de carros, que ofereciam "difícil trânsito à bestas de cargas. Segundo ele, a necessidade de melhorias nas estradas para os habitantes de ambas as províncias é tão importante quanto as variadas relações que as ligam"[360]. Neste mesmo relatório afirmava que havia solicitado ao Presidente da Província do Rio de Janeiro providências que ele julgasse necessárias e que estivesse ao seu alcance para o investimento na melhoria das estradas. O mais interessante a ser salientado neste relatório, é que Bernardo Jacinto da Veiga mostra o empenho conjunto entre os governos de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro em melhorar a estrada cortada pelo rio Paraibuna, que ligava Minas Gerais ao Rio de Janeiro[361].

---

[357] RAPM, v. 02, fascículo 4, 1897, p.686.
[358] RAPM, v. 02, fascículo 4, 1897, p.686.
[359] RAPM, v. 02, fascículo 4, 1897, p.691
[360] Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente da Província, Bernardo Jacinto da Veiga, 1840. Disponível em: http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm. p. 18
[361] Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente da Província, Bernardo Jacinto da Veiga, 1840. Disponível em: http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm. p. 18

Os caminhos embaraçados de raízes e paus atravessados, e a sua pouca largura impediam a passagem dos animais de cargas, desanimava os tropeiros a prosseguir com suas viagens. Ribeirões sem pontes, estradas abandonadas, obrigavam os animais passarem "a nado e as cargas nas costas dos tropeiros que trabalhosamente as passam por cima de pequenas pinguelas" [362]. Segundo Francisco Eduardo Andrade, devido a estes caminhos quase intransitáveis e a pontes desfeitas, os carros de bois, meio de transporte mais utilizado pela população, só poderiam ser utilizados em percursos de pequena distância[363].

A construção de novas estradas, ao rasgar o novo território e incorporar novas unidades de produção voltadas para o mercado interno, expandiu as fronteiras. Segundo Matos, "na medida em que se amplia a fronteira econômica, com abertura de estradas e linhas de comunicação antes inexistentes, amplia-se também o movimento demográfico direcionado a essas áreas, antes bastante dificultado pela própria precariedade das comunicações"[364] .

Pela análise da documentação, observamos o quanto foi comum a existência de caminhos privados que atravessavam os interiores das fazendas, até encontrar-se com as principais vias de acesso aos mercados consumidores. A expansão da fronteira, ao adentrar pelos interiores das unidades produtivas, acabava por responsabilizar os lavradores a preservar os caminhos para garantir a eficiente comunicação, acesso e escoamento da produção, embora dificilmente isto acontecesse. No entanto, as estradas que atravessavam os terrenos das fazendas eram as que mais se encontravam em péssimas condições de tráfego e que mais traziam prejuízos para o comércio[365].

Em relatórios oficiais redigidos por Presidentes da Província de Minas Gerais, pode-se perceber a forma contraditória com que se tratava as questões relativas à conservação das estradas. Por um lado, as autoridades demonstravam preocupação em sempre conservar as estradas em bom estado, posto que delas dependia o sucesso dos empreendimentos comerciais. Apesar dessa preocupação das autoridades no controle e manutenção das vias de acesso aos mercados, estradas e trilhas abertas para diminuir as distâncias entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais foram alvo de reclamações dos condutores de tropas e viandantes que por elas circulavam. Protestavam contra as péssimas condições e difícil trânsito das estradas, que causavam sérios prejuízos para os moradores, "até ponto de se ver a cada hora, os animais mortos, e todos os volumes e cargas perdidas e despedaçadas"[11]. Por este motivo, de acordo

---

[362]APM, SG, Cx. 104, Doc. 08.
[363]ANDRADE, F. 2008, p. 95.
[364]CASTRO, H., 1987, p. 20.
[365]APM, SP PP, Cx. 90, Doc. 14.
[11] APM, SG, Cx. 45, Doc. 51.

com os moradores desta região, eles estavam sendo obrigados a viver "somente da plantação de milho", uma vez que as tropas se encontravam impossibilitadas de exportarem os seus algodões, cafés e açúcares pelos caminhos estreitos e tortuosos[12]. Ainda de acordo com esta informação: "Gravíssimos prejuízos experimentam os condutores de tropas, e viandantes na falta de providências com a reparação e, conserto dos caminhos"[13]. Esse documento demonstra que houve casos que alguns espaços ficaram à margem dos empreendimentos que buscavam conservar, construir e reformar estradas e caminhos que ligavam Minas tanto ao Rio de Janeiro, como ao Espírito Santo e regiões circunvizinhas.

Notamos, em alguns requerimentos enviados pelos habitantes de Rio Pomba ao governo de Minas, reclamações sobre as péssimas condições em que se encontravam alguns caminhos e trilhas que serviam como principais vias de acesso aos Campos dos Goitacazes. Em 1820, Marcelino José da Costa, morador em Rio Pomba, juntamente com outros moradores das Aldeias circunvizinhas, enviou um requerimento ao governador relatando e reclamando sobre as dificuldades do tráfego da estrada velha, que liga a Matriz da Pomba aos Campos dos Goitacazes. A narrativa de Marcelino José imputa às passagens íngremes e distantes mais de duas léguas, o motivo pelo qual impedia que os moradores, "cristãos nascidos no grêmio da Igreja", adjacentes ao Rio Pomba, buscassem os sacramentos e auxilio necessários para suas enfermidades na Igreja Matriz. O relato menciona detalhadamente que para cumprirem seus preceitos divinos, eles foram forçados a abrir uma nova estrada que atravessava o terreno de Marcelino José e uma "pequena porção de terras de Manoel Ignácio Leal". Este novo atalho, de acordo com os suplicantes, além de ser mais curto e menos íngreme, melhorava o trânsito dos viandantes em direção aos Campos dos Goitacazes e o acesso à Igreja Matriz. No entanto, o capitão Gomide dissera que, ao averiguar pessoalmente a dita estrada velha, viu que, apesar de ser atalhada de morros, possibilitava "um feliz trânsito aos comerciantes", inclusive estava "em direção a melhores paragens" e era mais "curta 220 braças do que a Estrada construída por Marcelino José da Costa e os povos a elas 'promíscuos'"[366].

Ainda de acordo com este capitão, Marcelino não teve interesse em construir tal estrada com o objetivo de satisfazer o livre trânsito dos povos, mas em atender a seus interesses pessoais, qual seja, contrariar o Alferes José de Sousa e a Manoel Ignácio. Este, inclusive, em um outro ofício reclamava que a estrada aberta por Marcelino teria causado-lhe

---

[12] APM, SG, Cx. 45, Doc. 51.
[13] APM, SG, Cx. 45, Doc. 51.
[366] APM, SG, Cx. 45, Doc. 51. Ainda sobre a Estrada aberta em direção aos Campos dos Goytacazes ver: APM, SG, Cx. 90, Doc. 46.

grandes prejuízos, pois os moradores já não se interessavam em seguir trajeto pela estrada velha, somente por aquela a qual passava no interior de sua propriedade[367].

A expansão da fronteira adentrava os interiores das unidades produtivas, pois a abertura de novas trilhas e caminhos ligando Minas ao Rio de Janeiro e Espírito Santo muitas vezes, atravessava parte das terras dos fazendeiros. Os sesmeiros que tinham suas terras atravessadas por caminhos deveriam conservá-los; entretanto nunca o faziam, deixando que ficassem em estado lastimável e ocasionassem prejuízos no tempo das chuvas. A manutenção dessas vias de comunicação, além de beneficiar os povoados mais próximos, facilitava o comércio entre as diversas capitanias/províncias. O enorme número de requerimentos e petições com motivos vários fazia com que muitos deles se tornassem letra morta em cima das mesas das autoridades. Assim, não é de se estranhar que os condutores de tropas e negociantes sofressem enormes prejuízos comerciais quando transportavam suas cargas de gênero pelos caminhos estreitos e tortuosos de Minas Gerais. Na maioria das vezes, as solicitações nunca eram atendidas, assim os transeuntes se viam obrigados a procurar caminhos que oferecessem maior segurança.

> Um novo caminho mais curto foi aberto, atravessando a serra até uma aldeia recentemente estabelecida pelo sargento-mor Marlière para os puris selvagens. De lá pode-se navegar pelo Rio Muriaé ou Brugaé [sic] até os Campos dos Goitacazes, o que representa uma grande vantagem para os moradores vizinhos[368].

Por outro lado, tivemos acesso a vários relatos de moradores da Zona da Mata solicitando às autoridades providências no sentido de melhorar as vias de acesso em direção aos entrepostos comerciais. Em geral, estes relatos insistem em reclamar sobre os gravíssimos prejuízos que sofrem os condutores de tropa e transeuntes por causa da falta de reformas e consertos dos caminhos, em grande parte cobertos de matos e esburacados por causa das fortes chuvas. A estrada da Pomba em direção a Cantagalo passando pelo Porto da Cunha, por exemplo, que servia de trânsito para os moradores do Termo de Mariana e Vila Rica, foi constantemente citada nos requerimentos como carente de alguns reparos em suas pontes, morros e atalhos.

Entretanto, o Alferes José de Sousa Oliveira conseguiu do Juiz Almoçatel da Pomba, em dezembro de 1818, autorização para tapar o acesso a dita estrada, "utilidade que não gozavam não só os suplicantes, mas todo o povo, que se dirigiam aos Campos dos

[367]APM, SG, Cx. 114, Doc. 59.
[368] ESCHWEGE, v. 1, 2002, p. 71.

Goytacazes"[369]. Logo que viram "tampada tão fértil, e tão boa Estrada" de carros, em janeiro de 1819, os suplicantes recorreram ao senado de Mariana reclamando da injustiça e violência praticada pelo Alferes José de Sousa, pedindo-lhe a reposição da Estrada, tão cômoda para o povo em seu destino a Igreja matriz[370]. Assim, exigiam os suplicantes a conservação e reposição do caminho.

> Abriu-se uma estrada, daqui até os Campos dos Goitacazes, que, para evitar a alta Serra da Onça e aquela região deserta, segue pela direção do Rio Pomba e depois o Rio Paraíba a jusante, de maneira que essa estrada forma um ângulo quase reto e, consequentemente, um grande desvio. Esse efeito contribui muito pouco para o fomento do comércio com Campos. Além disso, o caminho é muito ruim, não só por causa dos inúmeros lamaçais que causam febres frias malignas aos viajantes, mas também porque se tem de viajar alguns dias por regiões desertas. Não obstante ser isso um mal inevitável no início, ganhar-se-ia muito com a abertura de uma estrada direta para Campos, pois o caminho seria encurtado em alguns dias de viagem ou, pelos meus cálculos, no mínimo 15 léguas[371].

A dificuldade em transportar mercadorias se devia também ao fato de ser realizado por carroças pesadas e animais, o que exigia uma constante manutenção das estradas, como a retirada dos paus e raízes atravessados, aterramento de buracos conseqüentes das constantes chuvas na região.

---

[369] APM, SG, Cx 114, Doc. 59.
[370] APM, SG, Cx 114, Doc. 59.
[371] ESCHWEGE, v. 1, 2002, p. 70.

CAPÍTULO 3

FAMÍLIAS E FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA NA FRONTEIRA

> *Entender a dimensão material da sociedade significa não só conhecer intimamente o significado dos objetos (casas, fazendas, mobiliário, vestuário, jóias, utensílios, etc) que compõem o universo dos bens, mas é sobretudo, ter a capacidade de perceber os meandros econômicos e culturais que envolveram a esfera social.*[372]

O propósito deste capítulo é investigar o patrimônio familiar levando em consideração a estrutura e composição das unidades domésticas, apresentando uma visão mais dinâmica e flexível em relação às formas de aquisição e transmissão dos bens materiais de algumas famílias que povoaram a área central da Mata mineira. Ele objetiva, ainda, mostrar que a formação de laços familiares foi uma estratégia de sobrevivência num ambiente conflituoso e marcado pela crescente importância da propriedade da terra. Para tanto, partiremos da análise das fontes cartoriais e paroquiais, bem como estudos recentemente produzidos no Brasil sobre a história da família. Nossa análise se pauta sobre a família, especificamente nas estratégias de moradia, produção, empobrecimento e enriquecimento. Assim sendo, o domicílio, como conjunto de pessoas que dividem o mesmo espaço, torna-se importante para compreendermos o cotidiano material e as relações sociais da população fronteiriça da área central da Zona da Mata mineira. Buscamos, desse modo, discutir questões fundamentais relacionadas ao próprio conceito de família e domicílio.

Ao estudarmos o cotidiano das famílias que povoaram esse espaço fronteiriço, procuramos respeitar a especificidade de cada forma de família. Levar em conta a especificidade geográfica e temporal delas é importante devido à diversidade de atividades de produção e tipos de famílias que iremos encontrar num mesmo espaço e tempo. Entretanto, não restringimos somente à análise das famílias escravistas. Analisamos, também, a composição doméstica de diversos grupos sociais, livres e libertos. Em outras palavras,

---

[372]MARQUES, 2001.

estudamos famílias socialmente diversificadas, provenientes de etnias, faixas etárias, estados matrimoniais e grupos sociais variados.

Como bem explica, Alida Metcalf

> Dependendo da classe social e da região, os bens que cada família possuía e os seus hábitos de vida eram bem diversos. Por esse motivo, é preciso levar em conta as classes sociais, distinguindo as famílias da elite das famílias de pequenos proprietários e das famílias dos escravos. Também é essencial levar em conta as diferenças regionais[373].

A base empírica deste capítulo é, primordialmente, os inventários *post-mortem*[374] e as listas nominativas de habitantes[375], pois tais fontes nos permitem estudar a materialidade cotidiana através dos bens que compunham os espaços de produção e sociabilidades, e que determinavam o cotidiano no interior dos domicílios. Tendo como principais referências a terra e as atividades econômicas desenvolvidas nessa área fronteiriça, estudamos a composição e estrutura de suas unidades domésticas. Os Inventários *post-mortem* constituem fonte inestimável de informações sobre os bens e costumes das populações. Isso nos possibilita estudar o universo material de um grupo social específico e os recursos que determinado indivíduo possuía no final de sua vida.

A análise destes documentos permite-nos acompanhar a vida material das pessoas, observando seus bens particulares, suas propriedades e seus comportamentos, por um determinado período de tempo, uma vez que alguns deles levam anos para serem concluídos. Nos inventários encontram-se arrolados os bens imóveis, móveis e bens semoventes[376] e o valor dos mesmos, o que nos permite avaliar a dimensão material e analisar a concentração da riqueza em determinada sociedade.

A análise dos bens móveis presentes nos inventários nos permite perceber não só as condições materiais em que se produzia a vida cotidiana da época, mas também o conhecimento do que era adquirido no mercado e do que era domesticamente produzido no cotidiano daquelas populações[377]. Os inventários dos comerciantes, por exemplo, são muito

---

[373] METCALF, 1990, p. 285.
[374] Os processos de Inventários aqui analisados não abarcam a freguesia de Rio Pomba.
[375] Neste capítulo, ainda dispomos de pouco mais de trinta e cinco processos de banhos matrimoniais. Apesar do seu reduzido número, cruzaremos esses registros com os inventários.
[376] A categoria "imóveis" constituía os bens de raiz (casas, chácaras, fazendas e benfeitorias); os móveis eram os utensílios domésticos, o mobiliário, os instrumentos de trabalho e os objetos pessoais e religiosos; já os semoventes constituíam os animais e escravos .
[377]CASTRO, H., 1987, p. 36.

importantes, pois através deles é possível observar os objetos de consumo mais presentes na sociedade em estudo.

A principal questão que norteará este capítulo está relacionada à composição e organização das unidades domésticas. Como se deu a atuação dessas famílias na economia e quais eram as atividades mais desenvolvidas por elas. Para procurar responder à questão central que nos propomos ao longo deste texto, impõe-se a necessidade de conhecer a complexidade e a difícil conceituação dos termos "família" e "domicílio".

3.1 Família e domicílio.

> *A família não é apenas uma unidade residencial, mas também – pelo menos de vez em quando – uma unidade econômica e jurídica. Ainda mais importante, é uma comunidade moral, no sentido de um grupo com o qual os membros se identificam e mantém um envolvimento emocional.* [378]

Autores de várias épocas e distintas linhas teóricas, ao analisarem a formação da sociedade brasileira, apontaram a família como uma instituição que moldou os padrões de colonização e ditou as normas de conduta e relações sociais desde o período colonial[379]. As décadas de 1980 e 1990 marcaram o surgimento no Brasil de um grupo de investigação interessado em analisar a formação da sociedade brasileira com excessiva atenção à importância da família como uma instituição que moldava e exercia o controle da população na América Portuguesa. A família foi vista como um elemento importante para a defesa do território, sendo que sem ela era impossível a existência da população – necessária, ao mesmo tempo, para o povoamento de possessões coloniais, regiões inóspitas, e para a formação de contingente para o recrutamento militar[380]. Na década de 1980, a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, preocupada em apresentar a importância da igualdade social e econômica na formação dos enlaces matrimoniais, chamou a atenção para a preocupação dos governantes das Minas (durante todo o século XVIII) com a falta de mulheres para promover o casamento

[378]BURKE, 2002, p. 81.
[379]Ver: SILVA , M. B., 1984; SAMARA, 1989; FARIA 1998; TEIXEIRA, 2004.
[380]SILVA, M. *op. cit*., p. 43.

das elites locais. As mulheres brancas eram raras e em grande número as pardas, negras livres, forras e escravas; com isso o mercado matrimonial ficou restrito para a maioria das mulheres. Além disso, a valorização social do casamento e as exigências burocráticas e financeiras impostas pela Igreja afastariam a maior parte das pessoas do sacramento do matrimônio. Esse fator, ao que tudo indica, teria dificultado a generalização de casamentos, criando condições para a predominância de formas alternativas de família, principalmente entre as camadas sociais menos privilegiadas[381]. Essa nova produção historiográfica que retomou a partir da década de 1980 as discussões acerca da família no Brasil contestou a visão freyriana que ignorou todas e quaisquer diferenças regionais e temporais, e que acabou encaixando a história colonial nos limites estreitos do engenho de açúcar[382].

Os estudos de Mariza Corrêa se situam nesta perspectiva que contesta a visão de uma família extensa e de caráter paternalista, predominante na América Portuguesa. A autora defende que a vida familiar colonial era marcada pela diversidade de padrões no que diz respeito à organização familiar. Para Corrêa, Antônio Cândido e Gilberto Freyre ignoraram todas e quaisquer diferenças regionais e temporais, e acabaram encaixando a nossa história nos limites estreitos do engenho de açúcar ou da fazenda de café. Tais idéias, de certa forma, provocaram uma homogeneização entre a família da elite e as demais composições familiares da América Portuguesa. Côrrea coloca num mesmo patamar a importância assumida pela família patriarcal e as demais formas de organização de família. Neste sentido, a autora não nega completamente a existência do modelo patriarcal de família, apenas frisa que não se pode dizer que todos os aspectos relacionados à vida econômica social e política estejam centralizados na casa grande[383].

Silvia Brugger, em seu trabalho intitulado *Minas Patriarcal,* procura romper com a visão de que, em Minas, seria o indivíduo aventureiro o grande agente colonizador, bem como de que a forte presença do Estado metropolitano impediria a consolidação dos poderes locais. Na perspectiva de Gilberto Freyre e inclusive criticando os trabalhos que contrapõe a visão freyriana, Brugger argumenta que foi a família o grande agente da colonização, principalmente das Minas. Sua intenção é mostrar como em Minas Gerais a família também desempenhou o papel de principal agente econômico, político e social. Segundo ela, a historiografia, de um modo geral, tem apresentado consenso na afirmação da ausência e/ou

---

[381] SILVA, M. B., 1984, p. 43.
[382]Sobre a multiplicidade de organizações familiares no Brasil durante os séculos XVIII e XIX, ver, dentre outros, SAMARA, 1989; LEWKOWICZ, 1992; CORRÊA, 1993; FIGUEIREDO, 1997; FARIA, 1998; TEIXEIRA, 2004; BRUGGER, 2007; AUGUSTO, 2007; RAMOS, 2008.
[383] CORRÊA, 1993.

debilidade das relações familiares e do patriarcalismo em Minas Gerais. Ao tecer críticas a essa afirmação, a autora mostra que a raridade de casamentos e a presença expressiva de relações ilícitas, tanto no século XVIII, quanto no XIX, não deixou de lado o caráter patriarcal daquela sociedade. Uma vez que, todos os projetos de vida, tramas sociais e políticas tinham como referencial as estratégias familiares ligadas à consangüinidade ou não. Empenhada em afirmar a predominância de valores patriarcais no imaginário mineiro, Brugger demonstra que o casamento nesta época não tinha como finalidade principal a satisfação pessoal dos nubentes e sim os interesses familiares[384].

A historiografia mais recente tem lançado mão de noções derivadas da demografia, da antropologia e da sociologia para o entendimento das organizações familiares do passado, bem como para investigar as formas como as famílias viviam, se alimentavam e dividiam o trabalho, as relações de parentesco e a transmissão do patrimônio familiar. Estes trabalhos analisam a família levando em consideração a interferência do espaço e tempo, bem como os diferentes valores e atitudes de cada grupo social para entender a multiplicidade de organizações familiares existentes no passado brasileiro. Segundo Renato Pinto Venâncio, um traço comum desses estudos que abordam a vida familiar do passado é mostrar que o núcleo familiar não era apenas uma unidade de vida social, mas também de produção material e organização política[385] .

Em geral, esses estudos afirmam que a igualdade de condição jurídica, de sangue e de fortuna era almejada pelas pessoas que queriam firmar laços matrimoniais no século XVIII e XIX. Fortuna e *status* familiar foram aspectos importantes para que se efetuassem alianças matrimoniais favoráveis para as famílias, principalmente as tradicionais que buscavam estratégias para manter a continuidade do seu prestígio na sociedade. Eles apontam à interferência das realidades econômicas e demográficas na forma de vida e nas estratégias de sobrevivência das famílias e sua articulação com o poder local[386].

Assim, por exemplo, o casamento dentro do grupo de elite colonial, podia não somente significar uma oportunidade dentro das estratégias familiares de transferência de patrimônio, mas também servir como oportunidade para influenciar as decisões administrativas. O padrão representado pelo casamento legítimo, pela estabilidade da relação

---

[384] BRUGGER, 2007, p. 19.
[385] VENÂNCIO, 2003.
[386] Sobre o assunto ver, dentre outros, METCALF, 1990; FARIA, 1998; NAZZARI, 2001; BRUGGER 2007; OLIVEIRA M. R., 2005.

era situação desejada pelas diversas camadas sociais[387], sobretudo porque um "bom casamento" poderia favorecer a ascensão social. O casamento endogâmico, principalmente no século XIX, tornou-se uma prática social destinada a manter e evitar a dispersão da riqueza e fortuna das famílias de prestígio locais.

Recorrendo aos estudos de José Luis de Freitas, vemos que domicílio é definido como sinônimo de fogo. Para ele, domicílio é um conjunto de pessoas residentes em uma mesma propriedade, ligadas a um indivíduo, o chefe domicílio, que detém o controle dos recursos, dos quais todos dependem para a sobrevivência[388]. Segundo Clotilde Andrade Paiva, fogo[389] é um termo português muito utilizado nos censos do século XIX para substituir os termos "domicílios" e "família". De acordo com a autora, os critérios usados para definir fogo ou família vão muito além da presença ou não das relações consangüíneas[390].

Para Robert Slenes, a expressão "fogo" denota a importância material e simbólica do fogo sempre aceso no interior das senzalas sem janelas. O autor faz uma interessante relação entre família e fogo. O "fogo doméstico" além de servir para iluminar, preparar os alimentos, afastar os insetos e aumentar a durabilidade da cobertura de colmo, representava simbolicamente para o escravo a comunicação do seu "lar" com os seus ancestrais mortos. Ele representava o quanto era importante para o escravo ganhar um espaço próprio e reduzir o controle alheio sobre atividades sociais básicas como dormir e comer. O controle sobre o fogo significava ganhos materiais e simbólicos, um meio que os escravos encontravam para melhorar sua alimentação e chefiar sua economia doméstica[391].

Formar uma família estável também era importante para o escravo para que ele pudesse adquirir, junto ao seu senhor, um espaço próprio onde haveria um menor controle alheio sobre suas atividades sociais básicas, como dormir e comer. Assim, mais do que a possibilidade de acesso à terra para o cultivo em beneficio próprio[392], como alimentação e acumulação de recursos visando a alforria, as vantagens do casamento para os cativos "teriam

---

[387] Ver: LEWKOWICZ, 1993. Aproveitando-se dos seus recursos econômicos, os homens de negócio do século XVIII utilizaram diversas estratégias para obter distinção social, dentre as quais, casar-se com as filhas de proprietários de terras e escravos. Segundo Júnia Ferreira Furtado, essa era a possibilidade que eles tinham para se libertarem da discriminação que havia em torno deles por serem cristãos-novos e exercerem o trabalho manual. No entanto, a maioria deles permaneceu solteira devido à própria instabilidade e movimento de suas práticas comerciais, assim como à falta de mulheres brancas e livres para consolidar um bom casamento. Cf. FURTADO, 1999, p. 39/155.
[388] Cf. FREITAS, J.,1986, p. 206.
[389] Utilizamos no decorrer da pesquisa os termos "fogo", "família", "domicílio" e "unidades domésticas" como sinônimos.
[390] PAIVA, 1996, p. 59.
[391] SLENES, 1999, 186-193.
[392] *Ibidem*, p. 187.

sido as de ordem emocional e psicológica: o consolo de uma mão amiga, por exemplo, na luta para enfrentar privações e punições"[393]. Segundo Slenes:

> (...) o escravo, quando pensava em casar-se, podia ter a esperança de melhorar de vida de várias maneiras. Não seria irrealista de sua parte almejar mais acesso a recursos materiais. No mínimo podia pensar numa divisão do trabalho em torno de um espaço e de um fogo "próprio" que dessem melhores condições de sobrevivência[394].

Em seus estudos sobre as famílias de Santa Rita do Turvo, no século XIX, Janaina Marcon Machado argumenta que apesar do fogo/domicílio não sintetizar a complexidade da organização familiar, ele reunia em torno de si diversos grupos de pessoas, dependentes ou não de laços consangüíneos. Segundo a autora, essas pessoas "seja por motivos de compaixão, sociabilidade, trabalho ou mesmo pelo compadrio, se encontravam ali quando o "recenseador" bateu à porta daquele domicílio!"[395].

Tendo como pressuposto a família como a base da organização social da América Portuguesa, Sheila de Castro Faria afirma que o termo "família" extrapolava os limites da consangüinidade, do domicílio e das relações rituais. Faria observa, em seus estudos sobre uma área rural, que a família e as ligações matrimoniais eram fundamentais não só para o funcionamento, quanto para a própria reprodução das unidades produtivas. A autora tem grande preocupação em argumentar que, ao estudar a família, é necessário que se leve em conta a sociedade em sua volta, sempre articulando as questões econômicas, as relações de parentesco, as estratégias matrimoniais, os sistemas de herança e outras redes de sociabilidades. Para Faria, a maioria da população colonial e do século XIX preferia viver em uma relação reconhecida pela Igreja e ter uma maternidade legítima do que em relações consensuais e ter filhos fora do casamento cristão[396].

Segundo Alida Metcalf, a família não é apenas uma associação de indivíduos que sempre estão ligados por laços de parentesco, que vivem juntos e possuem recursos essenciais para a sobrevivência de todos. Seu sentido é mais amplo do que o de domicílio, pois nela incluem-se membros que não moram no domicilio tais como, os filhos que deixaram a casa[397]. Maria Luíza Marcílio, por sua vez, assim define a família:

---

[393] SLENES, 1999, p.149.
[394] *Ibidem*, p. 188.
[395] MACHADO, J. M., 2007, p. 93.
[396] FARIA, 1988, p. 57.
[397] METCALF, 1990, p. 284-285.

> A família, ou mais apropriadamente, o grupo doméstico ou, se quiser, o fogo, como o chamavam com melhor pertinência seus contemporâneos, era a unidade básica e vital da existência. Ele era a própria razão da sobrevivência da população: grupo de reprodução, grupo de trabalho e grupo de produção e consumo; tudo ao mesmo tempo. Por que estavam dispersos, quase sempre isolados uns dos outros, acabavam por se tornar quase uma autarquia, auto-suficientes e independentes[398].

Portanto, o termo "família" possui um sentido mais amplo do que domicílio, ele designa tanto relações consangüíneas, quanto um conjunto de indivíduos residentes em uma mesma propriedade sujeitos ao mesmo chefe. Assim, um domicílio pode agregar várias famílias ou grupo de indivíduos sem relação de parentesco. Além dos membros da família, neles viviam indivíduos sem relação de parentesco (agregados, escravos), que poderiam ser dependentes entre si economicamente. Como bem salientou Carbonari: "A casa é o lugar de contenção das unidades familiares e outros dependentes; isto é residência que adota os que vivem sob o mesmo teto, dado tanto por relação de parentesco como de cooperação (seja por dependência ou proteção) e solidariedade"[399].

As casas serviam de intercâmbio entre o ambiente doméstico e o social, elas funcionavam como ambiente de descanso/lazer e unidade produtiva e/ou comercial. Em seu interior desenvolviam-se atividades diversas para abastecer a família e o mercado interno, sendo os recursos gerados por esta produção os responsáveis pela manutenção e incorporação de novos elementos materiais em seu interior, tais como escravos e terras. Como bem expressou Jurandir Freire, "a casa brasileira até o séc. XIX era um mister de unidade de produção e consumo. Boa parte dos víveres, utensílios domésticos e objetos pessoais de que necessita uma família eram fabricados na própria residência"[400].

No dicionário de Rafhael Bluteau, o termo família é definido como "as pessoas de que se compõem uma casa, pais, filhos e domésticos"[401]. Tudo indica que no conceito criado por Bluteau agregava pessoas com laços consangüíneos, agregados, escravos.

Por este quadro que acabamos de traçar, fica evidente que a família comporta-se, ora como uma organização de produção e consumo, ora como um ambiente em que se reúnem indivíduos ligados ou não por laços de parentesco. Dessa forma, além dos elementos de consangüinidade, ela engloba as relações econômicas, as redes de parentesco e as alianças políticas. Nas sociedades que antecedem o capitalismo, a casa estava no centro da vida de

---

[398] MARCÍLIO, 2006, p. 41.
[399] CARBONARI, 2001, p. 35.
[400] COSTA, J. 1989, p. 83.
[401] BLUTEAU, (Cd Room). p. 28.

todos. Assim, esse habitat representa a técnica, economia, cultura coletiva, política e a escolha pessoal. Ao estudá-lo, conseguimos questionar o consumo, a produção e os hábitos dos seus moradores, diferenciados pela própria apropriação do espaço[402].

3.2 Composição e estrutura das unidades domésticas e produtivas

Analisando os inventários[403], conseguimos perceber que a família, e não apenas a nuclear, era pré-condição para a atividade agrícola, e que a presença de filhos era sempre desejada por todos independente da presença ou não de escravos em seus lares. Os lavradores até podiam viver inicialmente em relações consensuais, mas na medida em que a atividade agrícola e litígios de terra exigiam deles maior estabilidade, eles não hesitavam em se casar formalmente[404]. Levando em conta essas considerações, procuramos neste sub-capítulo discutir que a sedentarização da população na porção central da zona da Mata Mineira baseou-se fundamentalmente na estrutura familiar.

[402]ROCHE, 2000, p. 115.
[403]Observamos a predominância dos homens entre os inventariados, sendo 63 indivíduos contra apenas 42 mulheres. Essa representatividade masculina sobre a feminina corrobora com os estudos historiográficos que mostram a presença majoritária dos inventariados masculinos.
[404]Sobre a importância das relações matrimoniais em ambientes rurais. Ver: FARIA, 1988.

QUADRO 14

Distribuição dos chefes de família, segundo o estado conjugal. 1819/1822

Estado Conjugal	São João Batista Presídio[1]				Rio Pomba				São Januário do Ubá				Santa Rita do Turvo			
	Homem	%	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%
Solteiro	140	29,6	77	16,3	14	11,5	15	12,3	23	17,2	19	17,2	13	5,5	13	6,0
Casado	241	51,0	10	2,1	91	74,6	2	1,6	89	66,4	3	66,4	150	69,1	0	-
Viúvo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	3,7	33	15,2
TOTAL	**385**	**81,4**	**88**	**18,6**	**105**	**86,1**	**17**	**13,9**	**112**	**83,6**	**22**	**16,4**	**171**	**78,8**	**46**	**21,2**

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

Nota : (1) 4 domicílios sob o comando masculino não apresentaram informações sobre o estado civil de seus chefes. O mesmo ocorreu com 1, sob a chefia feminina.

O quadro acima revela que a proporção de mulheres chefes de domicílio era bem menor que a chefia masculina em todas as localidades em tela. Em São João Batista do Presídio, constatamos que as mulheres representaram apenas 18,6% dos chefes de domicílio, enquanto os homens 81,4%. Dos 122 domicílios registrados em 1819 para Rio Pomba, 86,1% deles eram comandados por homens, sendo que a proporção de mulheres foi bem pequena, apenas 13,9%. As demais freguesias obedecem a tendência da maior proporção de chefia masculina: Ubá (83,6%) e Santa Rita do Turvo (78,8%)

Os dados acima apresentam o número significativo de pessoas que estavam casadas ou foram casadas em algum momento. É importante salientar que eles não incluíram o número de agregados casados que poderiam existir nos domicílios.

O que os dados deste quadro nos permitem constatar é que uma pequena parcela da população masculina foi representada no estado de viúvo e como chefe de domicílio, indicando que a maioria dos homens assim que se tornavam viúvos logo procuraram contrair segundas núpcias. Em Santa Rita do Turvo, por exemplo, podemos observar que as mulheres viúvas (15,2%) chefiando unidades domésticas superam os homens nesta mesma condição (3,7%). As mulheres solteiras também superam os homens na mesma condição, representando 6,0% contra 5,5% respectivamente.

Estes dados reforçam nossos argumentos de que as mulheres continuavam chefiando o domicílio após a morte do marido, cuidando da prole e dos negócios deixados por ele. Os homens, por outro lado, tratavam logo de casar-se novamente ou, possivelmente, integravam em seus domicílios uma agregada para que ela pudesse cuidar das tarefas domésticas.

Mais interessante é observar a pequena proporção de mulheres casadas – possivelmente devido a ausência do marido – assumindo a chefia do domicílio em São João Batista do Presídio (2,1%), Rio Pomba (1,6%) e São Januário do Ubá (2,2%). Vários estudos já mostraram que as mulheres chefes de domicílio tendiam a se concentrar no meio urbano devido à diversidade de ocupações econômicas que as mesmas encontravam para sustentar sua família[405].

Eni de Mesquita Samara, em estudos dedicados a sociedade paulista do século XIX, observou mulheres solitárias, solteiras, viúvas ou mulheres com maridos ausentes, lutando pela sobrevivência e chefiando um terço dos domicílios. Segundo ela, em 1836, as mulheres

[405]Em meus estudos de bacharelado também chamei a atenção para tal fato na medida em que encontramos um altíssimo percentual de mulheres chefiando domicílios na Catedral da Sé de Mariana. Encontramos, naquela ocasião, mulheres solitárias, viúvas e casadas comandando domicílios, gerindo negócios e cuidando da sua prole, em grande parte ilegítima. ALVES, 2006. Ver também: FREITAS J., 1986; RAMOS 2008; SAMARA, 1989; TEIXEIRA , 2004.

chefes de família de São Paulo, "representavam 1/3 dos domicílios, mais precisamente 36,8% do total de fogos registrados no censo"[406]. De acordo com Samara, ao que tudo indica, nas áreas rurais, e, especialmente, nos momentos de expansão agrícola, a presença feminina na chefia de família é menor do que nas áreas urbanas, o que se explica pela maior migração masculina para as regiões de fronteira em busca de melhores condições de sobrevivência[407]. As mulheres, além de migrarem menos, "quando o faziam, deslocavam-se para regiões mais próximas do que os homens"[408] .

José Luiz de Freitas, ao estudar as estruturas fundiárias de Jundiaí do século XIX, percebeu que no meio rural havia um pequeno número de mulheres chefes de domicílio se comparado com os do meio urbano. Esta pequena proporção de chefatura feminina no meio rural, de acordo com Freitas, poderia estar no fato de que muitas mulheres deveriam estar agregadas a outros domicílios chefiados por parentes ou mesmo pudessem ter emigrado para as áreas urbanas[409]. Assim sendo, a chefia de unidades domésticas parece ter sido mais comum na área urbana, pois a mulher sozinha com filhos teria maiores dificuldades para sobreviver em área rural[410]. Tendo como objeto de análise uma área rural em seu trabalho, Sheila de Castro Faria assinala que a família e as ligações matrimoniais eram fundamentais não só para o funcionamento da unidade produtiva, mas para a sua própria reprodução[411].

Donald Ramos também chama a atenção para o elevado número de domicílios chefiados por mulheres em Vila Rica entre 1754 a 1838, fase da passagem do predomínio da atividade mineradora para a agrícola[412]. Segundo Ramos, a emigração da população masculina em busca de melhores oportunidades de trabalho nas zonas de fronteira agrícola, a alta percentagem da população feminina e as exigências burocráticas e financeiras da Igreja para se casar, propiciaram a formação de domicílios chefiados por mulheres. Em Vila Rica, no ano de 1804, Donald Ramos observou 764 mulheres adultas sustentando a própria família, e esse número representava 45% do total de domicílios desta localidade[413] .

As cidades ofereciam melhores oportunidades de trabalho para as mulheres chefes de família, pois as mesmas poderiam se dedicar às atividades de costura e de venda[414]. Kuznesof confirma tais argumentos:

---

[406]SAMARA, 1990. p. 175.
[407]SAMARA, 1993. p. 55.
[408]BRUGGER, 2000, p. 51.
[409] FREITAS, J., 1986, p. 218.
[410] FARIA, 1998, p. 156.
[411] *Ibidem.*
[412]RAMOS, 1989.
[413] *Ibidem*, p. 155; RAMOS, 2008.
[414] RAMOS, 1989, p. 163.

> Parece provável que as áreas urbanas fossem locais melhores para as mães solteiras encontrarem trabalho para sustentar as crianças do que as áreas rurais. A agricultura de subsistência exigia dois parceiros adultos, enquanto trabalhar como costureira, lavadeira ou empregada podia ser mais facilmente combinado com o cuidado com os filhos numa área urbana[415].

Silvia Brugger também observou para a Vila de São João del Rei, nos séculos XVIII e XIX, que na maioria dos domicílios chefiados por mulheres predominavam as solteiras (58,57%). Já nos distritos desta localidade, as mulheres que comandavam domicílios eram principalmente as viúvas (54,71%) e apenas 36,47% eram solteiras[416]. A autora assinala que as mulheres solteiras dificilmente conseguiam garantir sua sobrevivência na área rural. Em seus estudos sobre Mariana na primeira metade do século XIX, Ida Lewkowicz ao utilizar a tipologia proposta por Iraci Del Nero da Costa, observou o predomínio de domicílios simples ou singulares sobre os demais tipos[417]. Observa também, a presença marcante de famílias encabeçadas por mulheres na área urbana de Mariana para o ano de 1819, percebendo que a tendência prevalecente era a formação de domicílios simples ou singulares como padrão dominante. Assim, dentro desta estrutura domiciliar, a autora encontra um significativo número de solteiros chefes de domicílio e também de viúvas e mulheres solteiras, muitas das quais, não tinham filhos[418].

A rapidez masculina para se casar novamente é marcante na área central da Mata Mineira, onde muitos homens partiam para novas núpcias, ainda durante os primeiros doze meses posteriores à data de falecimento da primeira esposa. Um caso interessante a ser citado é o de Delfino Ferreira da Costa, morador na freguesia de São João Batista do Presídio, que abriu um processo matrimonial para se casar com Ana Maria Correia, filha legítima de José Correia de Meirelles e Clara Maria do Espírito Santo, apenas dois meses depois da morte de sua primeira mulher, Ana Joaquina da Silva. No dia 1º de janeiro de 1827, Delfino entrou com o banho matrimonial argumentando que, após a morte de sua mulher, Ana Joaquina da Silva, em novembro de 1826, ele sempre se encontrou solteiro e desimpedido, sem contrair esponsais e raptar mulher alguma[419]. As informações presentes nos inventários, banhos matrimoniais e registros paroquiais de casamento nos mostrou a presença de viúvos tanto do sexo masculino como feminino reconstruindo novas famílias, indicando que o recasamento

---

[415] KUZNESOF, 1990, p. 170.
[416] BRUGGER, 2000, p. 49.
[417] LEWKOWICZ, 1992, p. 140.
[418] *Ibidem*
[419] Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) – nº 85895- Armário. 35 – Pasta 8590

era um aspecto muito comum nesta sociedade. Dentro do universo de 105 inventários, encontramos referências a onze indivíduos que contraíram um novo matrimônio. Já em 39 processos matrimoniais analisados, 8 deles eram de pessoas viúvas que entraram com um novo pedido de casamento.

Localizamos informações nos inventários que reforçam o argumento sobre a importância da família na área central da Mata.

> Diz Ana Umbelina de Sousa ex viúva de Custodio Pereira da Silva, e hoje casada com o Alferes Fortunato José Pereira, que houveram doze anos pouco mais ou menos que faleceu aquele seu marido em tempo em que moravam no município que é hoje do Piranga; e não se não se fez inventário em razão dos poucos bens que ficaram, e a suplicante se passou daquele lugar para o distrito desta vila onde acha residindo há três anos pouco mais ou menos; e para acautelar dúvidas que possam ocorrer futuras, quer fazer inventário por este juízo de órfãos, em razão de haver dois herdeiros menores, e não só dos bens que ficaram por morte daquele seu marido; como de mais os referimos que tem havido, para se conhecer a meação do suplicante, e o que pertence à aqueles dois herdeiros; e nomeia para louvados ao S.Mor Anastácio Rodrigues de Aguiar, e Manoel Jacinto de Carvalho, pessoas de bens de inteireza, e que tem pleno conhecimento dos bens, sendo aprovados por V. S prestando o competente juramento, bem como a suplicante na qualidade de inventariante, por tanto[420].

Segundo Maria Luiza Marcílio, em uma sociedade marcada pelo preconceito social, como a cidade de Ubatuba no século XIX, não era permitido que as viúvas concorressem no mercado matrimonial com moças mais jovens. Por outro lado, os homens viúvos tinham muito mais chance de alcançar uma nova parceira, uma vez que o número de mulheres em idade para se casar era muito maior do que o dos homens[421]. Neste sentido, a família foi fundamental para a sobrevivência no mundo agrário. Para a autora, "casamentos e recasamentos legais orientavam a estabilidade. Dificilmente um homem ou uma mulher sozinha poderia sobreviver na zona rural. Buscar a estabilidade do matrimônio era a solução priorizada"[422] .

Também concordamos com Janaina Machado quando diz que, embora a constituição de uma família fizesse parte dos interesses dos homens e mulheres da fronteira, alguns deles não deixaram de viver em relações consensuais, mesmo que temporariamente[423]. Um caso interessante a ser citado é o do comerciante Bento José da Silveira, homem branco e natural de Sabará (freguesia de São Miguel). Em 1820, ele entrou com um processo na Matriz de São

---

[420] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 22
[421] MARCÍLIO, 2006. Ver Também: BACELLAR, 2001, p. 59.
[422] FARIA, 1998, p.134.
[423] MACHADO, J. M., 2007, p.110.

João Batista do Presídio, para se casar com Teresa Maria de Jesus. Uma das testemunhas do processo denunciava que "a oradora estava morando na casa do orador com escândalo, tendo em sua companhia seus filhos do primeiro matrimônio". Outras denunciavam também que Bento José da Silveira batizou três filhos legítimos de Teresa Maria de Jesus, e sua pretendente havia tido "cópula carnal com o sobrinho de sua irmã, o que tornava os candidatos a cônjuges impedidos por afinidade ilícita em 2º grau mista de 1ª linha transversal desigual"[424]. Mesmo assim, Bento José da Silveira afirmava a necessidade de se casar com a sua pretendente justificando que ele "a fim de evitar o pecado da mancebia e ao mesmo tempo amparar a oradora" precisava "casar-se com ela a fim de salvarem suas Almas e reparar-lhe a infâmia de que foi causa, e evitarem o escândalo"[425]. Depois de todos os depoimentos das testemunhas e dos noivos, como sempre acontecia com os processos de matrimoniais deste período, o pároco foi favorável a dispensá-los dos impedimentos, desde que cumprissem penitências de três meses. Como se vê, era interesse da Igreja de que a coabitação de um casal fosse regulada pelo casamento cristão[426].

O que aqui importa salientar é que o casamento tinha nas sociedades não-capitalistas um caráter eminentemente econômico[427]. Ele sempre trazia maiores possibilidades de aumento ou estabilidade do patrimônio familiar. Sobre a importância do casamento para as famílias não escravistas, afirma Alida Metcalf::

> O casamento e a conseqüente constituição da família nuclear era a estrutura mais viável para os que não possuíam escravos. A força de trabalho do homem, sua esposa e filhos geravam alimentos e pequenas safras para a venda. Os recursos da família, tais como terras, ferramentas ou bens de raiz, distribuídos por ocasião do casamento, favoreciam a constituição da família nuclear. Quando dois indivíduos de status sócio-econômico inferior contraíam matrimônio, cada um provavelmente tinha certo acesso a terras e ferramentas. Ainda que os detalhes deste processo permaneçam obscuros, tratava-se de uma nova base material que possibilitava ao casal o estabelecimento de um domicílio independente. Esses recursos, formavam a propriedade conjugal compartilhada[428].

---

[424] AEAM, Registro 083233, Armário 35, Pasta 8324.
Bento José da Silveira possuía uma chácara com casa coberta de telhas no arraial do Presídio, avaliada em 90 mil réis, uma chácara com arvoredos arruinados com 15 alqueires de braúna no valor de 40 mil réis, um terreno que levava 5 alqueires a 12 mil réis, um morada de casas a 120 mil réis e uma roça com meio alqueire de planta de milho pelo preço de 16 mil réis. Poucos bens móveis foram arrolados dentro do seu domicílio, apenas um mesa tosca, um caixão grande, um catre liso, dois pares de canastra e um baú em couro, mostrando a simplicidade em que vivia a família.
[425] AEAM, Registro 083233, Armário 35, Pasta 8324.
[426] Ver: FIGUEIREDO, 1997, p. 133.
[427] ANDRADE, F. E., 2008, p. 117.
[428]METCALF, 1983, p. 779.

Segundo Metcalf, para os pequenos produtores, a estrutura familiar era muito importante para a sobrevivência, uma vez que ela estava diretamente relacionada à mão-de-obra disponível para se cultivar a roça. Para a autora, o domicílio nuclear constituía a base do ciclo familiar porque a sua estrutura era uma das mais favoráveis à produção agrícola, bem como criava condição para produzir mais[429]. A falta do braço escravo estimulava a solidariedade da família que trabalhava junta, favorecendo, a absorção de agregados e parentes e a presença de um maior número de filhos. Quando essas famílias não possuíam escravos e agregados, a solução encontrada era a de ocupar os membros da família na lavoura e demais atividades que se dedicava o núcleo doméstico. De acordo com Sheila de Castro Faria, "lavradores precisavam de uma organização familiar que, além de lhes garantir o preparo da comida e os cuidados com a moradia, dividisse o trabalho agrícola e lhes dessem filhos – mão-de-obra básica para que pudessem aspirar a melhores condições de vida"[430]. Portanto, em áreas em que o solo está sendo amplamente ocupado, os indivíduos procuraram formar laços familiares mais estáveis como a melhor forma de se fixarem na terra.

Janaina Marcon Machado salienta que o papel do agregado na organização familiar foi muito pouco discutido pela historiografia[431]. A quase ausência de estudos sobre estes indivíduos deve-se às informações esparsas sobre eles nos documentos.

Como já havia mencionado no capítulo 2, ao estabelecerem em terras e domicílios alheios, estes indivíduos acabavam tendo um modo de vida instável, o que lhes obrigavam a mudarem constantemente para outros lugares. Em suas análises sobre a organização familiar de Santa Rita do Turvo, na primeira metade do século XIX, Janaina Machado caracterizou os parentes descritos nas listas nominativas como agregados, apesar de reconhecer que a maior parte dos historiadores considera estes últimos como pessoas que não tinham nenhum tipo de vínculo de parentesco com o chefe[432]. Deste modo, Janaina Machado percebeu que os agregados ora apareciam em domicílios de famílias escravistas, ora em pequenas unidades familiares que estavam sob o comando de indivíduos de cor "preta", "parda", viúvos ou solteiros arrolados como agricultores ou sem informação sobre a atividade econômica que exerciam[433]. Assim, em 1819, ela percebeu que 11,1% da população total de Santa Rita do Turvo, entre mulheres e homens livres e forros, eram agregados em domicílios alheios. Segundo ela:

---

[429]METCALF, 1990, p. 297.
[430]FARIA, 1998, p. 53.
[431]MACHADO, J. M., 2007, p. 114.
[432] *Ibidem,* p. 115
[433] MACHADO, J. M., 2007, p. 115

> (...) na maioria dos casos, os agregados eram pessoas sem relação de parentesco com os chefes (33%), mas que podiam levar também seus parentes (29%) para dentro do domicílio. Os parentes do chefe representavam 38% de todos os indivíduos que viviam em domicílios de outrem[434].

Ainda para o ano de 1819, a autora percebeu que a condição dos agregados era majoritariamente de livres (96% dos casos), em seguida vinham os forros com apenas 4% de participação. De um total de 206 domicílios, 67 deles possuíam agregados. Destes 67 domicílios, a maioria deles (61%) não havia sequer um escravo. Para o ano de 1831, Janaina Machado observou que todos os domicílios, escravistas ou não, tinham pelo menos um agregado no convívio familiar. "De 193 agregados vivendo no arraial de Santa Rita em 1819, passa para o número de 146 pessoas agregadas distribuídas em 75 (26%) domicílios no ano de 1831"[435].

Procuramos observar a diversidade das organizações de família, sem formatá-las ou comprimi-las em domicílios pré-moldados. Assim, evitamos neste trabalho analisar a estrutura dos domicílios baseando-se em tipologias pré-definidas, pois acreditamos que não existem regras absolutas na classificação dos domicílios. Deste modo, para compreendermos a composição dos domicílios e distribuição dos seus residentes entre as categorias agregados, escravos e parentes, foi adotada uma perspectiva de análise que nos permite observar as diferentes organizações de família. A tipologia que construímos surge dos próprios dados. Esta metodologia possibilita-nos identificar as particularidades da zona central da Mata Mineira e os seus vários tipos de família. Portanto, é necessário explicar de forma sucinta como tais categorias serão utilizadas abaixo. A categoria "Somente a família" é composta por casais, casais com filhos e, homens e/ou mulheres (solteiros ou viúvos) com filhos. Utilizamos a categoria "solitários" para remeter aos chefes de domicílio sós, solteiros, viúvos ou casados com cônjuge ausente e sem filhos coabitantes[436]. Para os que viviam na condição agregados, escravos e parentes, manteve-se a mesma designação. Assim de acordo com a listagem de 1819/1822, a distribuição dos domicílios foi a seguinte:

---

[434] I*bidem*, p. 117

[435] *Ibidem*, p. 120

[436] A maior parte dos estudos que analisam as estruturas familiares do passado brasileiro utilizou tipologias confeccionadas a partir da adaptação que foi proposta por Peter Laslett (1972) às particularidades da sociedade brasileira: domicílio simples, domicílio estendido e domicílio múltiplo. No Brasil, utilizaram-se desta metodologia de Peter Laslett: COSTA, 1979; SAMARA 1989; LEWKOWICZ, 1992; MARCÍLIO 2006, TEIXEIRA, 2004; dentre outros. Eni de Mesquita Samara e Iraci Del Nero Costa elaboraram duas tipologias distintas dos arranjos familiares de São Paulo e Minas Gerais do século XIX.

QUADRO 15

Distribuição dos domicílios, segundo a composição dos residentes. 1819/1822

Domicílios	Presídio	(%)	Pomba	(%)	Turvo	(%)	Ubá	(%)
Solitários	19	4,01	8	6,56	6	2,76	3	2,24
Solitários com escravos	7	1,48	2	1,64	10	4,61	4	2,99
Solitários com agregados e/ou parentes	15	3,17	7	5,74	4	1,84	1	0,75
Solitários com agregados, parentes e escravos	1	0,21	7	5,74	4	1,84	1	0,75
Somente a família	**195**	**41,22**	**32**	**26,23**	**69**	**31,80**	**57**	**42,54**
Família e escravos	69	14,58	28	22,95	53	24,42	28	20,90
Família com agregados e/ou parentes	111	23,46	17	13,93	34	15,67	24	17,91
Família com agregados, parentes e escravos	26	5,49	19	15,57	35	16,13	11	8,21
Domicílios com indivíduos sem relação de parentesco	30	6,34	2	1,64	2	0,92	5	3,73
TOTAL	**473**	**100**	**122**	**100**	**217**	**100**	**134**	**100**

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

Observando o quadro acima, percebemos que em todas as localidades em tela, a participação da categoria "somente a família" superava as demais, reforçando os argumentos da importância da formação de núcleos familiares nas áreas de fronteira, e indicando a importância de homens e mulheres livres no processo de povoamento e crescimento econômico da zona central da Mata mineira.

A categoria "somente a família" – adotada neste trabalho – assume o mesmo sentido de "domicílios nucleares"[437]. Quando analisamos São João Batista do Presídio, podemos notar que 41,22% dos chefes de domicílio viviam em famílias nucleares, demonstrando que eles provinham de camadas sociais pobres e sem muito recurso para a compra de escravos. Notamos ainda que a grande maioria da população desta sub-região vivia no modo de produção familiar. Desse modo, famílias escravistas conviviam ao lado de famílias não escravistas, e juntas eram responsáveis pela produção das principais culturas da localidade: a cana-de-açúcar e a cachaça, seu sub-produto. Esta produção era feita por quarenta engenhos de moer cana, que utilizavam 245 escravos e 65 empregados. "Esses quarenta engenhos concentravam a quinta parte do total de escravos de toda a freguesia".[438] Importante salientar que estes empregados poderiam ser agregados, parentes e/ou vizinhos[439].

Notamos também que as "Famílias com agregados e/ou parentes" também foi uma estrutura familiar com expressiva participação nas localidades em tela. A importância deste tipo de domicílio parece estar relacionada ao número de pessoas que cada vez mais migrava para essas áreas de fronteira em busca de alternativas de sobrevivência. Esta última categoria mencionada também foi marcante nos fogos solitários, demonstrando que muitos foram os homens e mulheres que incorporaram em seus domicílios parentes e/ou agregados com quem pudessem dividir o trabalho.

A categoria de domicílios compreendida como "*família e escravos*" foi a que alcançou segunda maior participação na composição total dos fogos em todas as localidades, com exceção de Presídio, perfazendo um total de 26,2% em Rio Pomba, 31,8% em Santa Rita do Turvo e 42,5% em Ubá. Como já foi dito anteriormente, a categoria agregados, abarcava parentes, pobres, ex-escravos, pessoas as quais não tinham a possibilidade de constituir um domicílio independente. Por isso, pode-se considerá-la uma categoria marcada pela mobilidade, uma vez que os indivíduos que dela participavam não viviam durante muito

---

[437] Domicílios compostos por casais, casais com filhos, e homens ou mulheres – solteiros ou viúvos – com filhos.
[438] CARRARA, 1999b, p. 18.
[439] *Ibidem*, p. 18.

tempo em um mesmo domicílio[440]. Ainda analisando o quadro 15, percebemos que a proporção de famílias que tinham escravos em seus domicílios ao lado de parentes e agregados foi bem menor do que naquelas que tinham somente agregados e parentes. Por outro lado, embora com pequena diferença, notamos para Turvo e Pomba que os domicílios com presença de agregados, parentes e escravos tiveram maior participação na composição total dos fogos se comparados com os domicílios que tinham somente a presença de agregados e parentes. Estas informações são interessantes no sentido de que elas apontam para um maior dinamismo econômico destas últimas localidades. Isto se deve ao fato de que as fronteiras de Presídio e Ubá eram mais abertas, e, se comparadas a Pomba e Turvo, foram ocupadas mais tardiamente. De uma maneira geral, também comungamos com a idéia de que a presença dos agregados independia do número de escravos presentes nas unidades produtivas.

Se somarmos as categorias "família e escravos", "família com agregados e/ou parentes" e "família com agregados, parentes e escravos", de todas as localidades observadas, percebemos que estamos diante de organizações familiares bem mais complexas. Assim, os dados apontam para o predomínio de domicílios mais complexos sobre os nucleares, ou seja, os fogos que possuíam "somente a família" apresentam-se em menor proporção. Isto sugere que estamos diante de uma maior estabilidade da comunidade que se organizava na área central da Mata.

Eni de Mesquita Samara argumenta que os agregados constituem uma categoria bastante heterogênea e sem posição definida no quadro econômico-social. São homens e/ou mulheres sem propriedade que apareciam em muitos domicílios como formas de alternativas de mão-de-obra, principalmente naqueles em que havia ausência de escravos, e que contribuíam para a sustentação dos mesmos[441].

A presença de agregados e parentes nesses fogos, especialmente naqueles que não tinham a presença de filhos, poderia representar para o chefe de domicílio uma forma de aumentar sua produção, enquanto para o agregado um local de habitação e trabalho. No entanto, além da mão-de-obra dos filhos, as famílias não-escravistas procuravam incorporar em seu domicílio, parentes e agregados para que contribuíssem com a manutenção e incorporação de novos elementos materiais na unidade produtiva.

As listas nominativas nos revelam que na cidade de Mariana, em 1819, o número de agregados do sexo feminino era bem maior do que o do masculino, o que talvez se explica,

---

[440]LEWKOWICZ, 1992, p. 76. Ver também: SAMARA, 1977.
[441] SAMARA, 1990, p. 81.

em parte, pela mobilidade dos homens em busca de formas de sobrevivência no comércio e/ou em áreas de fronteira. Desse modo, as agregadas representavam neste ambiente urbano cerca de 60,74% do total do grupo e a participação dos homens girou em torno de 39,26%.

Assim sendo, os agregados e parentes foram fundamentais para a manutenção do trabalho nas unidades produtivas das áreas de fronteira, uma vez que eles serviam como mão-de-obra para as famílias que não tinham a oportunidade de adquirir um escravo. As agregadas, por exemplo, quase sempre eram empregadas em serviços domésticos e, em alguns casos, serviam como damas de companhia para homens solteiros e/ou viúvos, principalmente quando possuíam filhos menores. Caso interessante é o de Felisberto Antônio de Oliveira, casado com Maria do Espírito Santo e morador em Rio Pomba. No ano de 1819, ele possuía em seu domicílio a presença de um filho com idade de apenas quatro anos e mais cinco agregados em idade produtiva que, possivelmente lhe auxiliavam na lavoura, já que não ele não tinha escravos e seu único filho era ainda uma criança. Como bem afirmou Luis Henrique de Oliveira:

> [...] o acesso à mão-de-obra externa ao núcleo familiar, livre ou escrava, poderia ocorrer em momentos de necessidade ou prosperidade, visando desta maneira, o aumento ou manutenção do rendimento da unidade, ou ainda como segurança para situações futuras, em momentos de dificuldade, de casamento dos filhos, dote, etc.[442]

Neste sentido, a mão-de-obra familiar e escrava eram muito importantes para a produção de alimentos. Filhos, agregados, parentes e escravos sempre foram essenciais para a manutenção das roças e colheitas dos grãos. A média de filhos por inventário foi de 5,8. Entre aqueles que possuíam prole, 54,8% deles eram pais de até de cinco filhos, enquanto 45,6% tinham mais de cinco. De acordo com os dados coligidos na lista nominativa de 1819/1822, apenas 34% dos domicílios em Rio Pomba e 32% em São João Batista do Presídio não tinham filhos morando como dependentes. Essa tendência também se repetiu para Santa Rita do Turvo e São Januário do Ubá, que apresentaram uma estrutura familiar marcada pela presença de filhos coabitando no mesmo domicílio dos seus pais. A presença de famílias que tinham filhos coabitando nos seus domicílios teve a seguinte participação: Rio Pomba (66%), Presídio (68%), Ubá (75%) e Santa Rita do Turvo (71%). (QUADRO 29, ANEXO 2).

A importância da família em áreas de fronteira aberta foi sucintamente discutida por vários historiadores, dentre os quais Muriel Nazzari, Sheila de Castro Faria e Alida Metcalf.

---

[442] OLIVEIRA, L. H., 2006, p. 184.

Essas autoras em comum argumentam que pertencer a uma família e formar laços de parentesco fortes pode ter possibilitado uma chance maior para que os indivíduos conquistassem e adquirissem recursos econômicos, principalmente nos espaços rurais. Sheila Faria de Castro, afirma categoricamente que a família e as ligações matrimoniais eram fundamentais para o funcionamento e reprodução das unidades agrárias produtivas, principalmente para os mais pobres[443].

3.3. Distribuição da riqueza

> *O estudo das fortunas é um dos meios para se identificar a lógica que perpassa o processo de reprodução da sociedade com que se trabalha*[444].

Analisar os níveis de fortuna permite-nos entender a estratificação e a concentração ou não da riqueza (terras, imóveis, artefatos, etc.) em determinada sociedade. Assim, optamos neste trabalho por estudar as características gerais do patrimônio das famílias da área central da Mata mineira[445], considerando para isto as seguintes categorias: imóveis, escravos, animais, dívidas e outros (artefatos do cotidiano, dinheiros, jóias, estoque).

Utilizando os valores da riqueza em réis, Maria Lúcia Viveiros de Araújo estabeleceu para a sociedade paulistana, entre 1800 a 1850, três grupos: Grupo A (mais de 50:000$000 contos de réis); grupo B (até 50:000$000 contos de réis) e o grupo C (até 10:000$000 contos de réis).[446] Aqueles que estavam localizados no grupo A (mais afortunados) embora tenham sido apenas 2,8% dos inventariados, concentraram 70,4% da riqueza da população inventariada. Os grupos B e C representaram respectivamente 18,8% e 10,8% do patrimônio total. Como se vê, os dados da autora apontam para uma grande concentração de riqueza e terra na cidade de São Paulo. [447]

Em pesquisa de fôlego sobre o vale do Paraopeba, na qual se analisou 700 inventários, Claúdia Parreira Marques Martinez conseguiu perceber as transformações da riqueza e cultura material dessa sociedade. A autora empregou uma metodologia de análise

---

[443] FARIA, 1998.
[444] FRAGOSO, 1998.
[445] Com exceção de Rio Pomba
[446] ARAÚJO, 2006, p. 94/95.
[447] *Ibidem*, p. 94.

interessante: subdividiu a sociedade do Vale do Paraopeba em três grupos – A (mais abastados), B (setor intermediário) e C (menos favorecidos)[448]. O grupo A constituído pelos membros mais ricos da sociedade, em geral os donos de grandes propriedades de terras e de escravos, teve a riqueza de seus inventariados superior a 10:000$000 contos de réis. Segundo a autora, "embora numericamente inferior, esse grupo cooptava a maior parte dos cabedais"[449]. O setor intermediário (grupo B), ou seja, médios proprietários de terras e escravos (4 a 10 cativos), concentrava fortunas que variava de 5:000$000 a 10:000$000 contos de réis. Em relação ao grupo A, o grupo B concentrava apenas 15% da riqueza no período imperial[450]. No que diz respeito ao grupo C, formada pelos não-escravistas, pequenos proprietários de cativos (1 a 3), Martinez percebeu que eles compunham uma média de 60% da população inventariada analisada entre 1840 a 1888, agregando apenas 15% dos cabedais.[451]

Dentro deste quadro de classificação da riqueza, é importante destacar os estudos de Leandro Andrade Braga. Este autor, ao estudar a economia e estratificação social em Mariana entre 1820 e 1850, dividiu a composição da fortuna desta sociedade em três setores distintos. O primeiro setor era constituído pelos proprietários com fortunas menores do que dois contos de réis e donos de até cinco escravos. Aqueles que estavam localizados no segundo setor faziam parte do grupo que legou fortuna entre dois a cinco contos de réis. Por fim, o terceiro setor é representado por aqueles que possuíam negócios mais consolidados em diversas áreas. Desde a produção de alimentos, ao comércio e usura, possuíam fortunas entre 10 a 26 contos de réis[452] .

Luis Henrique de Oliveira, em seu trabalho *Nas malhas da incerteza: comportamento e estratégias camponesas na freguesia de Guarapiranga (1750-1820),* analisou o patrimônio acumulado pelos camponeses de Guarapiranga, destacando a distribuição e composição dos mesmos de acordo com o plantel de escravos[453]. Os dados do autor apontaram para um baixo percentual de inventariados com grandes fortunas. Em um total de 111 inventários pesquisados, ele percebeu que as fortunas acima de 2000 libras representaram apenas 5,40% do total[454]. Já o percentual de inventários, dentro das faixas de pequenas fortunas (até 500 libras), correspondeu a 61,30% do total, concentrando apenas

[448] MARTINEZ, 2006, p. 45.
[449] *Ibidem*, p. 134.
[450] *Ibidem*, p. 134.
[451] *Ibidem*, p. 135.
[452]ANDRADE, 2007, p. 92.
[453] OLIVEIRA, L. H., 2006.
[454]*Ibidem*, p. 108

19,15% da riqueza. Em outros termos, eles representaram a grande maioria dos inventariados, mas controlavam a menor parcela da riqueza. Ao comparar as fortunas de 1750 a 1780 com as do período de 1780 a 1820, o autor notou, para esse segundo período, um empobrecimento em Guarapiranga, mas, no que diz respeito à concentração da riqueza, não houve mudanças significativas. Neste segundo período (1780-1820), 67,05% dos inventariados detentores de pequenas fortunas controlavam 24,83% da riqueza, enquanto que 3,4% dos mais afortunados ficavam com 23,12%[455].

Ao comparar estes sub-períodos, Oliveira constatou que houve um aumento do percentual de participação na riqueza dos médios proprietários. Estes, que representavam nos primeiros sub-períodos 7,85% do total de inventariados, controlavam 49,10% da riqueza, e, apesar da diminuição do percentual destes inventariados para 29,55%, passam a controlar a maior parte da riqueza, 52,05%, o que nos leva afirmar que houve neste nível uma maior concentração de riqueza[456]

Identificamos diferentes estratos sociais a partir da soma do monte-mor, cujos valores variaram de 376$000 a 26:622$742 contos de réis. Assim, para observarmos a distribuição da riqueza patrimonial[457] das famílias matenses, definimos quatro faixas de fortunas a partir dos valores do *monte-mor* em mil réis. Obviamente que alguns bens sofreram algum processo inflacionário, mas, mesmo assim, optamos por trabalhar com o valor dos bens em réis e não convertê-los para libras esterlinas. O critério para a definição das quatro faixas de fortunas aqui trabalhadas foi dado pelo próprio contexto em que os valores patrimoniais aparecem na documentação. Para fins de análise, consideramos como a elite econômica da área central da Mata os indivíduos que legaram bens no total de 10 mil réis ou mais. Para tanto, montamos o quadro abaixo, que apresenta a composição das fortunas que conformam nossa amostragem de inventários. Esse quadro nos permite estabelecer considerações mais gerais sobre os aspectos econômicos da área Central da Mata mineira. Vejamos o quadro:

[455] OLIVEIRA, L. H., 2006, p. 113
[456] *Ibidem*, p. 113
[457] Total monetário dos bens arrolados nos Inventários *Post-mortem.*

QUADRO 16

Distribuição do Monte-mor total entre os inventariados (1823-1850) [458]

Tipo	Inventários	(%)	Soma Monte-mor	(%)	Média monte-mor
Grupo A:	8	7,62	124.718.002	31,18	15.589.750
Grupo B:	19	18,10	111.108.345	27,77	5.847.807
Grupo C:	61	58,10	154.036.449	38,50	2.525.187
Grupo D:	17	16,90	10.189.020	2,55	599.354
TOTAL	**105**	**100**	**400.051.816**	**100**	**3.810.017**

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá
Grupo A: De 10:000$000 a 26:622$742
Grupo B: De 5:000$000 a 9:999$000
Grupo C: De 1:000$000 a 4:999$000
Grupo D: Até 999$000

O quadro acima mostra que o somatório das fortunas de todos os grupos inventariados foi de 400.051$816 contos de réis para 105 inventários. O valor médio dos *montes-mores* foi de 3.810$017 contos de réis. Podemos perceber profundas diferenças socioeconômicas entre os inventariados (as). O valor do monte-mor, por exemplo, expressa uma dessas diferenças, onde o inventariado menos afortunado possuía um monte-mor de 376$000 réis, em 1840, e o mais rico da amostragem possuía, em 1843, uma fortuna de 26:622$742 contos de réis.

Se tomarmos os oito inventariados (7,62%) mais ricos de nossa amostra (de um total de 105), todos com monte-mor acima de 10:000$000 contos de réis, vemos que eles concentraram 31,18% do patrimônio total, o que mostra a marcante concentração da riqueza na sociedade em estudo. Enquanto que o monte-mor médio do grupo D era de 599$354 réis, o do grupo A chegava a 15.589$750 contos de réis.

Fragoso encontrou uma alta concentração da riqueza nos inventários da praça do Rio de Janeiro. Seus dados apontaram que, 1,2% a 7,5% dos inventários mais ricos retinham de um a dois terços da riqueza, entre 1810 e 1830. O autor, conclui, portanto, que esta sociedade escravista e mercantil era profundamente diferenciada social e economicamente. Segundo ele,

[458] É importante ressaltar que optamos por manter os demonstrativos dos patrimônios dos inventariados em réis, e não fizemos a conversão dos mesmos para libras esterlinas.

o Rio de Janeiro, neste período, teria sua riqueza mais concentrada do que Lião e Florença do Renascimento[459].

Luís Henrique de Oliveira encontrou para Guarapiranga, entre 1780 a 1820, uma maior participação das médias fortunas. Percebemos também para a sociedade aqui em estudo que, entre 1823 a 1850, o setor intermediário – do qual fazem parte os grupos B e C – teve significativa participação no montante da riqueza. Estes dois grupos juntos controlavam 66% da riqueza inventariada. Podemos considerá-los como um setor intermediário, pois integravam indivíduos nem ricos e nem pobres.

O **grupo B** abarca os inventários que ocupam as faixas intermediárias de fortuna (5:000$000 a 9:999$000), e representam 18,10% dos inventariados, os quais foram responsáveis por concentrar em suas mãos 27,77% da riqueza. Já o **grupo C** representou 58,10% dos espólios, concentrando fortunas que variavam de 1:000$000 a 4:999$000 contos de réis, ou seja, este grupo numericamente superior aos demais grupos ficou com 38,50% das fortunas analisadas.

O **grupo D**, entendido aqui como o setor mais pobre da sociedade inventariada, concentrou fortuna que vai até 999$000 réis. Este setor tinha em relação aos outros grupos, uma riqueza de apenas 2,55% do patrimônio, ou seja, eles controlavam a menor parcela da riqueza.

A inventariada Ana do Carmo[460], que no ano de 1838, possuía uma fortuna no valor de 7.341$880 teve seus dezesseis escravos somados em 3:960$000 contos de réis, ou seja, mais da metade de seu monte (53,9%). Embora tenha sido uma grande proprietária escravista, sua riqueza não foi representada dentro do grupo social que possuía maior fortuna na sociedade. Para que possamos entender o motivo pelo qual ela fazia parte do setor intermediário da sociedade, basta uma análise minuciosa da qualidade do seu plantel de escravos. Além da presença de nove crianças com idades entre 2 e 14 anos, seu plantel era composto por três mulheres adultas e apenas quatro homens em idade produtiva.

O quadro abaixo que analisa o patrimônio geral das famílias, evidência que nesta economia de abastecimento alimentar, os bens mais valiosos dos indivíduos inventariados eram os escravos, imóveis e as dívidas ativas, respectivamente.

---

[459]FRAGOSO, 1998, p. 312.
[460]Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá*:* nº 4.10.

QUADRO 17

Distribuição da riqueza de todos os proprietários inventariados, em mil réis. 1823-1850

Tipo	Bens de raiz (%)	Escravos (%)	Animais (%)	Dívidas ativas (%)	Outros (%)
Grupo A	33.432.400 **26,81**	44.290.000 **35,51**	8.169.020 **6,55**	23.677.295 **18,98**	15.149.287 **12,15**
Grupo B	41.585.427 **37,43**	41.593.000 **37,43**	7340.520 **6,61**	12.066.244 **10,86**	8.523.154 **7,67**
Grupo C	58.522.723 **37,99**	59.693.240 **38,75**	8.851.702 **5,75**	12.873.580 **8,36**	14.095.204 **36,13**
Grupo D	6.307.500 **61,90**	2.096.000 **20,57**	443.560 **4,35**	97.130 **0,95**	1.244.830 **12,22**
TOTAL	139.848.050 **34,96**	147.672.240 **36,91**	24.804.802 **6,20**	48.714.249 **12,18**	39.012.475 **9,75**

Fonte: Inventários *post-mortem.* Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá.
Grupo A: De 10:000$000 a 26:622$742
Grupo B: De 5:000$000 a 9:999$000
Grupo C: De 1:000$000 a 4:999$000
Grupo D: Até 999$000

As oito maiores fortunas, com exceção de apenas uma, são compostas, fundamentalmente, por uma riqueza oriunda da mão-de-obra escrava ou atividades comerciais. Os investimentos destes afortunados sofreram variações. Alguns deles aplicaram mais recursos na aquisição de cativos, outros já concentram sua riqueza nos imóveis e dívidas ativas. A distribuição da riqueza destes inventariados revela, contudo, que ela agregava em sua maior parte a posse de escravos (35,51%), seguida pelos imóveis (26,8%) e dívidas (18,98%). Carla Almeida constatou para Minas Gerais, entre 1750 a 1800, que "os homens ricos tinham seus recursos secundariamente investidos em escravos, que vinham seguidos de perto pelos investimentos em bens imóveis"[461].

Verificamos que a participação das dívidas ativas foi maior nos grupos que detinham maiores fortunas. Essa grande concentração dos créditos nas mãos dos inventariados mais ricos de nossa amostragem demonstra um maior comprometimento de suas fortunas com as atividades mercantis, o que sugere que eles tenham exercido o papel de comerciantes e rentistas[462].

[461]ALMEIDA, 2001.
[462]*Ibidem*, p. 239.

Segundo Carla Almeida, a maior participação das dívidas ativas no patrimônio das pessoas mais aquinhoadas, além de indicar que elas tinham mais possibilidades de investimento, sugere que pertenciam ao grupo detentor do crédito na sociedade mineira, principalmente caso se leve em conta que o percentual das dívidas ativas nas menores faixas de fortuna era muito inferior. [463]

Enquanto os inventariados mais pobres investiram 61,90% do seu patrimônio em bens de raiz, os investimentos dos mais afortunados não passavam de 26,81% (QUADRO 17). Mesma situação encontrada para o setor intermediário (Grupo B e C), onde a fortuna investida em imóveis (37,43% e 37,99%) era superior a do grupo A. Os bens imobiliários concentravam grande peso, sobretudo, na fortuna daqueles grupos que menos investiram em mão-de-obra escrava.

Já entre os inventariados do grupo **B** e **C,** ou seja, nos grupos que integram as faixas intermediárias das fortunas, ocorre um certo equilíbrio entre a participação dos imóveis e escravos. É neste setor intermediário que encontramos uma maior concentração de escravos, se comparado com os demais grupos.

O sítio e a casa de morada de Maria Joaquina de Freitas,[464] localizados na Serra do Presídio, constituíam apenas 27,18% do seu patrimônio, enquanto os 12 escravos que neles trabalhavam compunham 69,98% de sua fortuna. Seguindo a mesma tendência, aparece Maria Clara de Jesus dos Santos no arraial de Conceição do Turvo, que concentrava sua riqueza num plantel de sete cativos (76,5%), e apenas 12,4% em 20 alqueires de terras e benfeitorias.

No que diz respeito ao grupo D (famílias menos afortunados), podemos perceber um predomínio dos imóveis sobre os escravos na composição da riqueza, e uma pequena participação dos outros ativos (animais, dívidas e outros). A riqueza desse grupo estava alocada majoritariamente nos imóveis (61,9%), sendo que os escravos representaram apenas 20,57% da fortuna inventariada. Nota-se que este grupo detinha apenas 0,95% de seus bens acumulados em dívidas. Igualmente inferior aos demais grupos foi a relativa participação dos animais (4,35%). A interação estreita com a terra e a pequena participação cativa no conjunto da sua fortuna demonstra que este grupo foi o que mais se envolveu com o trabalho familiar. Portanto, os bens imobiliários tiveram um peso fundamental nas estratégias de sobrevivência dos grupos com menos condições materiais. Assim, os poucos escravos que tinham em seus fogos constituíram peça fundamental na composição e estabilidade do trabalho familiar. A maioria das pessoas que faziam parte das menores faixas de riqueza estava presa à terra, pois

[463] ALMEIDA, 2001, p. 239.
[464] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: n º 2.

suas fortunas só lhes permitiam acesso à agricultura. Ao analisarmos a composição dos bens em seus inventários, percebemos o predomínio dos instrumentos de trabalho e pouca ou quase nenhuma participação da mobília e objetos pessoais.

Na área central da Mata mineira predominou pequenos proprietários de terras e escravos que dependiam da abundância de terras livres para criar e tornar possível o crescimento e prosperidade dos seus domicílios e dos locais em que viviam.

Dos 105 inventários analisados, 17 pertenciam ao grupo D da sociedade, ou seja, possuíam fortunas inferiores a 999$000 réis. Dentro desse grupo de pessoas, encontramos sete inventariados que não possuíam escravos e a maioria deles possuía um plantel composto por um a cinco cativos. O mobiliário das pessoas que compunham este grupo era modesto, não passando de alguns móveis rústicos como catres, mesas, caixas ordinárias e bancos. Ainda sobre a precariedade material de suas residências, é necessário apontar que, num universo de 17 inventários, sete deles não descreveram nenhum tipo de mobília. Para se ter uma idéia da simplicidade da vida das pessoas que participavam do grupo menos favorecido da população, é importante assinalar que encontramos seis catres, quatro mesas, duas camas, dois bancos e três tripeças, em um total de 10 residências. Embora muitos deles vivessem em moradias simples não deixaram de adquirir escravos. As famílias não mediram esforços para investirem na aquisição de cativos, mesmo que fosse um único apenas, uma vez que o escravo além de trazer certo prestígio social, complementava a mão-de-obra familiar aumentando a produtividade do domicílio. Carlos Bacellar afirma que a "força de trabalho auxiliar, escrava, tinha, efetivamente, sua razão de ser. Além de possibilitar uma melhoria no *status* familiar, o retorno palpável em excedentes para consumo ou preferencialmente comercializáveis também compensariam o investimento na aquisição do cativo"[465].

Como bem afirmou Fragoso, a abundância de terras propícias à atividade agrícola e a possibilidade da mobilidade espacial permitiam um acesso estável do pequeno produtor e sua família à terra.[466] Até mesmo agregados, roceiros e ex-escravos poderiam adquirir por meio da compra, posse, doação ou concessão temporária, pequenas porções de terras para plantar o alimento cotidiano das famílias, e comercializar seus excedentes. [467] Deste modo, investir em mão-de-obra cativa também era um indicativo máximo de riqueza nas regiões de fronteira, tendo em vista o pequeno valor da terra.

---

[465] BACELLAR, 2001, 150.
[466]FRAGOSO, 1998, p. 132.
[467]MARTINEZ, 2006, p. 192.

No entanto, devemos salientar que, entre os inventariados de um mesmo grupo social, percebemos diferenças e antagonismos quanto "aos hábitos culturais, e, consequentemente, quanto à natureza material de bens e objetos pessoais que possuíram em vida"[468]. Este é o caso de José Vieira da Silva[469], cujo monte-mor integrava uma das maiores fortunas, que não teve seus bens acumulados em dívidas ativas, mas sobretudo em imóveis e escravos.

As dimensões das fortunas eram diversas e complexas, como também eram os investimentos nos ativos. Conforme demonstrado no quadro abaixo, nem todos os inventariados com maiores fortunas empregavam seus recursos da mesma forma. Alguns grupos investiam mais em escravos, já outros, em imóveis. Alguns concentraram seus investimentos muito mais em terras do que em dívidas e escravos. Os próprios grupos possuidores de menores fortunas apresentavam diferenças entre si. Encontramos, em nossos dados, por exemplo, algumas famílias que possuíam poucos escravos, mas seus chefes eram comerciantes ou grandes credores, como foi o caso de Bento José da Silveira, dono de uma fortuna de apenas 2:950$119 contos de réis.

QUADRO 18

Fortuna e investimento dos 10 inventariados mais ricos da amostra

Nome	Imóveis %	Escravos %	Dívidas Ativas %	Dívidas Passivas %	Animais %	Outros %	Total %
Narciso da Costa	8,34	43,49	22,97	-	12,40	12,79	100
Gonçalo G. Barreto	18,31	47,32	26,11	-	6,44	1,82	100
José Ferreira Gomes	31,19	28,62	29,64	-	4,87	5,68	100
Luzia A. de Paiva	16,82	40,36	17,00	-	7,33	18,49	100
Maria Emerenciana	40,38	35,52	15,89	0,92	4,81	2,48	100
José Faustino da Silva	28,16	47,95	7,96	4,68	8,43	2,82	100
José Vieira da Silva	45,69	39,40	0,72	4,83	6,77	2,59	100
Meyer Samuel Simões	26,25	5,82	17,32	15,30	2,02	33,29	100

Fonte: Inventários *post-mortem.* Fonte: Inventários *post-mortem.* Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá

[468] MARTINEZ, 2006, p. 142.
[469] Arquivo do Primeiro Ofício do Fórum de Ubá: nº 100.

Pelo quadro acima, percebemos que dos oito inventariados mais afortunados, quatro têm as suas fortunas concentradas em escravos. Dos quatro restantes, todos investiram a maior parte do seu espólio em imóveis. Entre estes quatro últimos, José Ferreira Gomes,[470] foi o que, ao falecer, legou a maior fortuna inventariada de nossa amostra, ou seja, 26:622$742 contos de réis. Ele possuía bens em São João Batista do Presídio: um rebanho vacum de 51 cabeças avaliados em 1:295$500 conto de réis, 17 escravos que juntos foram avaliados em 7:620$000 contos de réis, enquanto que suas benfeitorias e bens de raízes com pastos, plantação de café, laranjal, árvores de espinho e várias frutas avaliados em 8:320$000 contos de réis. José Ferreira Gomes também era o possuidor da maior riqueza fundiária em todo o período analisado, tendo legado para seus herdeiros 200 alqueires de terra, no valor de 6:450$000 contos de réis. No entanto sua riqueza não residia somente neste rebanho e nem mesmo em seus bens de raízes e benfeitorias que não foram citados aqui, mas majoritariamente nos créditos que ele possuía com 183 moradores de sua região e localidades próximas, cujo valor correspondente era de 7:891$789 contos de réis. Ele possuía uma venda, onde vários moradores do local compravam no seu estabelecimento: ferramentas, armas de fogo, ferraduras, garrafas, pregos, tecidos, alimentos (feijão, sal, milho, roupas de cama e mesa e outros)

Manoel Tolentino de Abreu, morador na vila do Presídio, fora devedor de João Pereira de Araújo, na Corte do Rio de Janeiro, de um crédito de quatrocentos e um mil e cinqüenta réis. Para saldar sua dívida, hipotecou no ano de 1843, uma de suas escravas a José Ferreira Gomes pela quantia de quatrocentos e vinte mil réis. Tudo indica que João Pereira de Araújo, estabelecido no Rio de Janeiro, para saldar sua dívida contraída com José Ferreira Gomes, fez com que Manuel Tolentino hipotecasse a escrava a José Ferreira Gomes para pagar o crédito que lhe devia[471].

Em 1831, o negociante Tenente Narciso da Costa Santos[472], natural do Bom Jesus do Furquim, é descrito em seu inventário como solteiro e residente numa chácara cercada de braúnas, em cujo quintal havia a plantação de 300 pés de café. Seu monte-mor foi o terceiro maior de todos os inventários analisados, atingindo uma quantia relativamente alta para a região, um pouco mais de 17 contos de réis. Ele possuía um plantel com 25 escravos e uma propriedade rural avaliada em um conto de réis nas cercanias da vila do Presídio. A maior parte de sua fortuna não residia em seus bens de raiz (8,34%), mas sim em seus cativos

[470]Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 70
[471]CNU, livro nº1, fls. 53-53v.
[472]Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 16

(43,49%). Narciso da Costa chegou a acumular muito mais recursos em escravos e dívidas ativas, e teve poucos investimentos em imóveis. Este índice não destoa dos outros maiores inventariados, os quais também investiram a maior parte de seu patrimônio produtivo no plantel de escravos.

Langsdorff em passagem por São João Batista do Presídio registrou em detalhes as plantações da fazenda do Tenente Narciso da Costa. Segundo ele, nesta fazenda havia a presença de "enormes raízes doces de mandioca de 10 meses. Um tronco tinha 15 raízes. A terra é bem fofa, e as plantas estavam dispostas em fileiras de 6 a 8 pés de distância uma das outras"[473]. Dos móveis arrolados em seu inventário descreve-se apenas alguns catres, mesas, bancos e um relógio de parede. Outro dado importante no inventário de Narciso da Costa é o grande número de devedores em sua venda, totalizando as dívidas 3:855$217 contos de réis, evidenciando a qualidade de usurário. Vender fiado e emprestar dinheiros a juros e tomar emprestado para a compra e revenda de produtos era uma das maneiras que fazendeiros/comerciantes encontravam para movimentar a economia de sua fazenda e comércio. Ele possuía em sua loja um ramo diversificado de mercadorias sofisticadas e rústicas, possivelmente consumidas pelas pessoas mais abastadas e menos favorecidas da população da Zona da Mata. Nela vendia-se desde tecidos mais baratos (chita, riscados, panos de forro, morim, cassa, holanda) até tecidos mais caros (seda, veludilho, casemira, tafetá, baeta).

Ângelo Carrara conseguiu perceber que os tecidos mais baratos compunham-se de 2.608 côvados[474] enquanto que os mais caros apenas 300 côvados[475]. Para Carrara: "Esta desproporção decorre da própria diferenciação social entre seus fregueses, em sua quase totalidade constituída de lavradores cuja única possibilidade de acessar estas mercadorias era dada pela produção de algum excedente agrícola ou pecuário"[476]. Sua loja possuía, também, pólvoras, vinhos, porcelanas, ferramentas, armas de fogo, água de colônia, óleos de amêndoas e toda sorte de produtos de secos e molhados. Encontramos indícios de que ele exercia a função de boticário, uma vez que em loja vendia-se drogas, medicamentos, vinhos e remédios.

O grande fazendeiro e proprietário de escravos, Gonçalo Gomes Barreto[477] exerceu o quarto cargo de Diretor militar de São João Batista do Presídio. Casou-se em primeira núpcias com Anna Catharina de Sene. Ele fora uma das pessoas mais influentes do lugar,

---

[473]SILVA, D. (org). 1997, p. 97.
[474] Medida antiga de comprimento, que corresponde a 66 centímetros.
[475] CARRARA, 1999b. p. 41
[476] *Ibidem*, p. 42.
[477] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 69

residindo ali até o ano de 1843, quando faleceu.[478] Em 1821, aparece como dono de um engenho de água coberto de telha, duas taxas e um alambique, e como dono de 19 escravos em São João Batista do Presídio. Em 1810, ele e outros moradores desse local enviaram um requerimento ao Príncipe Regente solicitando o beneficio de poder participar da construção da Estrada do Presídio a Campos dos Goytacazes: "A estrada do Presídio para Campos foi requerida pelo Cel. Gonçalo e outros moradores ao Rei em 1810. O Cel. Gonçalo foi quem mais contribuiu a beneficio desta abertura, a qual foi feita por prestações voluntárias dos moradores"[479]. Leandro Braga de Andrade[480], ao analisar a trajetória dos vinte e três maiores escravistas da freguesia de Furquim no segundo quartel do século XIX, percebeu uma estreita relação entre riqueza, poder e prestígio no negócio açucareiro. Segundo o autor, a relação das maiores fortunas com a transformação agro-industrial da cana foi reveladora em suas análises. Seus dados mostraram que, entre os 23 proprietários de escravos, 17 deles foram listados na relação de engenho de 1836 de Furquim. Percebeu ainda que esses proprietários de escravos tinham patentes militares ou exerciam cargos administrativos, bem como possuíam engenhos sofisticados (engenhos movidos por água). Assim, o autor nos revela uma interessante associação entre riqueza e engenho, uma vez que os maiores escravistas da região eram homens de prestígio e donos de engenhos de cana.

O inventário que revela maior pobreza era o de José Lopes da Rocha[481], natural de Queluz, e morador em São João Batista do Presídio, nas margens do rio Xopotó Novo. No seu inventário aberto em 1840 a sua segunda esposa e inventariante, Mafalda Rosa, natural de Guarapiranga, declara que o casal possuía apenas uma sorte de terras que levava dezoito alqueires e mais cinco alqueires de terras no ribeirão Xopotó, juntas avaliadas em 368 mil réis. Também Clara Maria de Jesus,[482] comerciante estabelecida em 1846 no Arraial de São José do Barroso, município da Vila do Presídio, com um patrimônio de 1:951$950 conto de réis, possuía uma morada de casas com quintal fechado, outra com moinho, paiol cobertos de telhas e terreiro cercado de rachas de braúna. Além disso, uma porção de terras com cinqüenta alqueires de plantação de milho. Em sua loja de secos e molhados, vendia principalmente tecidos, chapéus, suspensórios, louças, vasilhas, estribos de ferro ou de estanho. O selim com estribos de ferro inglês eram mais valiosos do que o conjunto português.

---

[478]JOSÉ, 1982, p. 52 -53.
[479] RAPM, v.9, 1904, p. 127.
[480]ANDRADE, L. 2007, p. 145.
[481] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 56
[482]Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 83.

QUADRO 19

Composição do patrimônio (em réis)
(1823-1850)

BEM	Valor	(%)
Imóveis[1]	139:848$050	34,96
Escravos	147:672$240	36,91
Animais	24:804$802	6,20
Dívidas[2]	60:811$249	15,2
Outros	3:9012$475	6,73
Total	**400:051$816**	**100,0**

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá
Nota: (1) Consideramos como imóveis a soma do valor das terras e das benfeitorias, ou seja, o valor dos bens de raiz em réis.
(2) ativas e passivas

Os resultados apresentados no quadro acima demonstram que os investimentos concentraram em três bens: escravos (36,91%) em primeiro, em segundo os imóveis (34,96%) e em terceiro as dívidas (15,2%), demonstrando que eles constituíram os elementos materiais mais importantes da porção central da Zona da Mata mineira. Juntas, as três categorias chegavam a conformar 88,0% do total do patrimônio.

Embora investissem a maior parte de seus recursos em terras e escravos e dívidas, essa sociedade abriu espaços para os investimentos em animais e outros. Assim, os 12% restantes incluíam os bens que compunham os bens profissionais, os móveis, dívidas, dinheiro, animais, armas, estoques e jóias.

Analisando a composição geral do patrimônio de algumas famílias da área central da Zona da Mata, percebemos que os escravos constituíram o ativo de maior destaque no conjunto das fortunas. Em seguida, aparecem os imóveis (casas, sítios, fazendas, terrenos, pastos, terras de cultura e benfeitorias)[483]. Juntos somavam quase 72% do valor econômico dos bens.

Considerando a situação descrita acima, podemos perceber que os cativos (36,91%) e os imóveis (34,96%) tiveram maior participação no patrimônio familiar em todo o período

[483] Na mesma perspectiva de análise de Carla Almeida, consideramos os bens "imóveis" como referência ao setor produtivo (ou rural). O mais interessante seria se analisássemos os imóveis urbanos separadamente dos rurais. No entanto, na maioria das vezes, os sítios, chácaras, casas, fazendas eram avaliadas conjuntamente com as benfeitorias a elas anexas, tornando impossível a separação de valores. Ver: ALMEIDA, 2001.

analisado, de 1823 a 1850. Os animais atingiram 6,20% do patrimônio e os demais ativos (jóias, móveis, utensílios domésticos, utensílios profissionais, objetos pessoais) representaram quase 7% da fortuna que foi inventariada. De um modo geral, podemos afirmar que os índices da região apontam para uma diversificação econômica e a relação estreita da sociedade com a escravidão e a posse da terra.

Claúdia Parreira Martinez observou para a sociedade bonfinense, na segunda metade do século XIX, que a soma dos dois setores – escravos e bens de raiz – representaram 84% da fortuna acumulada, sendo os 16% restantes acumulados na classificação outros, representados pelos utensílios domésticos e profissionais, a indumentária, os móveis, as jóias, os livros, os animais, etc[484]. Estudando Furquim entre 1820/1850, Leandro Braga de Andrade percebeu que, entre 1820 a 1850, os bens agrícolas, as dívidas ativas e os escravos foram os itens onde houve maior concentração da riqueza.[485] Para São João Del Rey, entre os anos de 1831/1888, Afonso Alencastro Graça Filho percebeu que os investimentos em terras, sítios e fazendas oscilaram entre 15,64% e 19,35% dos valores inventariados.[486]

A herança que constava do inventário aberto por Ana Joaquina de Jesus,[487] nora de Rosa Vieira do Nazareth,[488] consistia principalmente de uma morada de casas coberta de telhas localizada no Arraial do Presídio, cuja avaliação foi de apenas 20$000 réis. Além disso, uma porção de terras no valor de 120$000 réis e um paiol coberto de capim que foi avaliado em 8$800 réis. O interior de sua residência era muito simples, nela havia a presença de somente duas camas aparelhadas, uma caixa, oito pratos de pó de pedra e dois tachos de cobre. Apesar da vida modesta que levava, ela não deixou de investir em cativos e animais. Em seu inventário encontramos a presença de quatro escravos, que não tinham muito valor no mercado: Graça (27 anos); Vicente crioulo (cinco anos), Margarida (três anos) e João (nove meses). Além disso, constava em seus bens os seguintes animais: duas juntas de boi, uma vaca e um novilho.

---

[484] ALMEIDA, 2001, p. 97.
[485] ANDRADE, L. 2007, p. 121.
[486] GRAÇA FILHO, 2002, p. 146.
[487] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 22
[488] Ana Joaquina de Jesus casou-se com Delfino Ferreira da Costa, filho de Rosa Vieira do Nazareth. Poucos meses após a morte de Ana Joaquina, Delfino entrara com dispensa matrimonial para se casar com Maria Correia, filha de José Correia de Meirelles e Maria Clara do Espírito Santo. AEAM, Registro 085.895, Armário. 35, Pasta 8590.

QUADRO 20

Participação dos bens de produção no patrimônio produtivo (%).

Posse de escravos	Nº de unidades produtivas	Total de escravos	(%) do total	Riqueza fundiária[1]	(%) do total	Monte-mor médio
0	20	-	**-**	23.854.471	**17,06**	1.590.051
1	14	5.915.000	**4,01**	11.411.000	**8,16**	1.531.854
2 a 5	40	37.322.240	**25,27**	50.607.348	**36,19**	3.379.710
6 a 9	14	29.154.000	**19,74**	17.145.500	**12,26**	3.345.291
10 a 19	15	59.661.000	**40,4**	32.209.731	**23,03**	7.746.873
(+) 20	2	15.620.000	**10,58**	4.620.000	**3,3**	17.182.603
Total	**105**	**147.672.240**	**100**	**139.848.050**	**100**	**3.810.017**

Fonte: Inventários *post-mortem.* Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá. 1823/1850
Nota: (1) Consideramos como riqueza fundiária a soma do valor das terras e das benfeitorias, ou seja, o valor dos bens de raiz.

O quadro acima demonstra que a terra e os escravos constituíam os principais referenciais de riqueza nessa sociedade. E que a posse de escravos tendeu a ser menor nas unidades produtivas com maior patrimônio fundiário. Em outros termos, percebemos que os mais ricos foram os que menos investiram sua fortuna nos bens imobiliários.

Analisando a documentação é interessante notar que os investimentos em terras não sobrepuseram o investimento em mão-de-obra escrava. Em outros termos, percebemos que a aquisição de cativos consome a maior parte da riqueza inventariada e que os investimentos em terras concentraram no setor que possuía um plantel de dois a cinco. Vê-se que 36,19% do solo apropriado é dos donos de dois a cinco cativos, ou seja, 40 unidades produtivas. Os pequenos valores fundiários ficam com os maiores proprietários de cativos, que representam apenas 3,30% do solo apropriado. Apesar de receber uma baixa avaliação nos inventários, a terra era a parte fundamental do patrimônio dos indivíduos mais humildes. Em outros termos, a terra tinha um peso majoritário na composição do patrimônio produtivo das famílias que se dedicavam à agricultura e que utilizavam a mão-de-obra familiar. Desse modo, o maior peso dos imóveis nas fortunas dos pequenos escravistas e não-escravistas serve para confirmar a dinamização da produção de alimentos e a importância do trabalho familiar na zona central da Mata Mineira. Domingos José da Silva Andrade[489], falecido em 1826, possuía um plantel composto por dez escravos no valor de 1:230$000 conto de réis. Já seus bens imóveis foram

[489] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº5

avaliados em 816$400 réis. Em 1839, o curador dos bens de seus órfãos e herdeiros, ao informar que uma metade da fazenda de cultura localizada na Aplicação do Calambau[490] avaliada em 200$000 réis pertencia a meação da viúva, Felicidade Antônia de Moraes, e a outra metade seria repartida igualmente entre os sete herdeiros, nos fornece valiosas informações sobre o preço do alqueire de terra no período, o mercado de terras, a dispersão da herança, a parceria e sobre a importância da força masculina adulta na lide agrícola:

> [...] a suplicante tem pedido a parte, que lhe coube em sua meação, e os seus herdeiros Jerônimo da Silva, e Domingos José da Silva, e Umbelina da Silva, já maiores de 18 anos, tem tratado de vender seus quinhões, na sobredita fazenda a José Gomide, que lhes deu 20$000 por cada alqueire, vendo a ser 40$000 por cada, parte, e seja necessário a revalidação, ou licença de V. S para as ditas vendas, que aliás são de muita vantagem para os órfãos, não só porque não tem forças, nem meios de a cultivar, e nem podem desfrutar, estando em sociedade com o comprador da suplicante, e por isso requer a V.S que ouvides o curador. [...][491].

Em seus estudos sobre os Campos dos Goitacazes, Hebe Mattos de Castro estabeleceu uma relação entre o aumento de proprietários de terras e redução de proprietários de escravos, concluindo que o capital antes investido nos primeiros, passa a ser investido em terras. Quando o encarecimento de preços dos cativos tornou-os proibitivos à maioria dos lavradores de roça e as práticas costumeiras de acesso à terra começaram a ser questionadas, os pecúlios excedentes canalizaram-se, basicamente, para a compra de terras na região[492].

Sônia Maria de Souza percebeu para Juiz de Fora, entre os anos de 1870 a 1920, que "o acesso formal ou informal a uma parcela de terras representava para o camponês a sua sobrevivência como grupo e lhe garantia uma autonomia perante o grande fazendeiro"[493]. Esse acesso, de acordo com a autora, contribuía para que ele não se sujeitasse ao trabalho nas fazendas e/ou lhe oferecia a possibilidade de negociar as suas condições de trabalho. Diante das dificuldades de acesso à terra, numa região caracterizada por uma economia agroexportadora com tendência a concentrar as terras em poucas mãos como Juiz de Fora, o camponês procurava utilizar-se de diferentes formas para que o acesso se concretizasse, seja por herança ou por compra, ou mesmo tornando-se agregado ou posseiro.[494]

Como já sabemos, nas áreas de fronteira aberta, a possibilidade da apropriação de terras através da posse, entre 1822 a 1850, fez o preço da terra ser muito baixo nesse período e

---

[490] Calambau é o atual município de Presidente Bernardes.
[491] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 6.
[492] CASTRO, H., 1995, p. 90 *apud* GARCIA, 2005, p. 49-50.
[493] SOUZA, S. M., 2007, p. 67
[494] *Ibidem*.

acessível a maior parte da população e, que durante todo o século XIX, as unidades produtivas de Minas continuaram a converter seus excedentes produtivos preferencialmente em escravos. De acordo com a análise dos inventários, afirmamos que a idéia de concentração da propriedade de terras e de cativos não é válida para a realidade da zona central da Mata Mineira. Entretanto, reconheçamos que essa afirmação deve ser cercada de cuidado, uma vez os inventários geralmente eram feitos por pessoas que tinham mais posses[495].

Apesar da cautela que devemos tomar na análise das informações sobre os créditos presentes nos inventários, faz-se necessário problematizá-los buscando entender melhor as redes de endividamento com as quais muitas famílias se envolveram. As dívidas assumiam importante papel no cotidiano dos mais diversos grupos sociais, por isso elas são fundamentais para entendermos as condições de vida e a materialidade das famílias que habitaram as localidades em estudo. A representatividade das mesmas nos inventários, muito além dos valores, revela uma imbricada rede de sociabilidades que nos faz entender a posição hierárquica e material das famílias, o status social e suas redes de relacionamentos. Muito além da ausência de dinheiro em circulação, a existência ou a manutenção das dívidas resultava também da existência de uma intricada rede de relações pessoais a qual os homens e mulheres do passado recorriam em busca de créditos ou de produtos. Segundo Júnia Furtado, o sistema de endividamento, nas Minas do século XVIII, chegou até ser útil para a administração local, que muitas vezes recorria aos grandes comerciantes em busca financiamento e empréstimos. A autora aponta que esse sistema de endividamento, onde quase toda a população e pequenos comerciantes se envolveram, parece ter sido uma prática comum para o sustento e a satisfação das necessidades cotidianas do homem setecentista [496].

As dívidas tinham uma participação importante na economia da área central da zona da Mata Mineira. Encontramos 52 registros de dívidas ativas (49,5%) e 19 dívidas passivas (18,1%) em 105 inventários analisados, enquanto que apenas três inventariados (2,9%) possuíam ambas as dívidas. Tais dados demonstram que, os créditos tiveram grande participação na sociedade em estudo, o que sugere uma economia em crescimento. Os empréstimos e o costume de "comprar fiado" foram tão difundidos na zona central da Mata Mineira que, no inventário do comerciante João Leão Lopes, localizamos cento e sessenta e quatro devedores.

---

[495] Sobre este assunto ver: FRANK, 2006.
[496] FURTADO, 1999.

QUADRO 21

Percentual de inventários com presença de dívidas ativas e passivas.[497]

Dívidas	Proprietários Nº	Proprietários (%)
Ativas	52	49,5
Passivas	19	18,1
Ambas	3	2,9
Nenhuma	53	50,5
Total	**105**	**100,0**

Fonte: Fonte: Inventários *post-mortem.* Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá. 1823-1850.

Segundo Luiz Henrique de Oliveira, a maior presença de dívidas ativas, além de indicar possibilidades de empréstimos remete-se também à idéia de investimentos em poupança, visto que elas tinham grande participação no patrimônio dos inventariados[498]. O autor observou para Guarapiranga, entre 1780 a 1820, um percentual de 53,40% de inventários que arrolaram dívidas ativas. Assim como percebeu Oliveira para a sociedade de Guarapiranga, observamos que os indivíduos que possuíam um maior controle sobre as dívidas e o capital não eram grandes proprietários de escravos, mas provavelmente comerciantes ou rentistas[499]. Os grandes comerciantes, embora poucos, atuavam como casa bancária do período, emprestando dinheiros a juros a moradores locais, e a algumas pessoas de locais mais distantes. No entanto, alguns deles chegaram a contrair dívidas com outras praças.

Este é o caso do comerciante Bento José da Silveira[500], que tinha 78 devedores no Arraial do Presídio e localidades próximas. Em seu testamento, do ano de 1831, encontramos os seus seguintes dizeres: "Declaro que em mil oitocentos e sete fiquei devendo no Rio de Janeiro três créditos que dela trouxe abonados pelo Tenente Carlos Francisco de Mello"[501]. No empório de Bento José da Silveira foram arrolados vários tecidos como cortes de cassemira, chita, baeta, cassa, riscado, lã, fustão; além disso, meias de senhora, lenços,

[497]Entende-se por dívidas ativas todos os créditos pertencentes ao inventariado (devedores do inventariado), e por dívidas passivas todos os débitos (credores do inventariado).
[498]OLIVEIRA, L. H., 2006. p. 78.
[499]*Ibidem*, p. 92.
[500] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 35
[501] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM), Livro de registro de testamentos, 24 fls 44 - 1º oficio

carretéis de linha, rosários, missangas, botões, facas flamengas, carretéis de corda de viola, berimbaus, remédios de botica, ferramentas, vestimentas etc. Em síntese, seu inventário faz uma descrição detalhada do que era consumido pela população de São João Batista do Presídio, seus arredores e outras freguesias, tais como Ubá, Rio Pomba e Santa Rita do Turvo. Apesar dos detalhes da sua loja, as informações sobre a mobília que havia em morada de casas, avaliada apenas em 120$000 réis, apresentou-se bastante escassa, demonstrando a sua forma simples de morar e o pouco conforto que havia em sua residência. Os móveis que constavam em seu inventário eram apenas: uma mesa tosca, um caixão grande, um catre liso, um banco velho, um par de canastras, um par de canastras velhas e um baú de couro.

Em seus estudos sobre São João del Rey, entre 1831 e 1888, Afonso Graça Filho também encontrou fortes evidências da centralização do crédito nas mãos dos negociantes sanjoanenses. Em um total de 103 inventários, ele encontrou 515 registros de dívidas passivas, demonstrando que o crédito produtivo era resultado da acumulação mercantil[502]. Já na análise de 226 inventários, observou que o percentual de endividamento era um pouco maior entre os pequenos produtores[503]. Neste estudo, o autor conseguiu comprovar a força econômica dos comerciantes de São João del Rei e o controle mercantil e financeiro que eles detinham em suas mãos, responsável pela reprodução do sistema agrário da região. Graça Filho conseguiu perceber ainda que a atuação desses negociantes foi responsável pelo surgimento de uma rede bancária em São João del Rei que funcionava como centro financeiro para uma ampla região de Minas Gerais, que chegou a manter vínculos mais estreitos com a praça mercantil do Rio de Janeiro. Segundo o autor, a historiografia pouco explorou este assunto:

> Era essa característica de seu alto comércio que transmutava a praça mercantil de São João em centro financeiro para uma ampla região de Minas Gerais. Esse aspecto ainda é pouco explorado pela historiografia mineira, onde o surgimento da estrutura bancária é, em geral, atribuído à instalação da cafeicultura na província[504].

A pequena presença de dinheiro entre os bens dos inventariados mais ricos de nossa amostra, revela a baixa liquidez e pequena circulação monetária na zona central da Mata Mineira. A presença de dinheiro foi praticamente ausente nos inventários analisados.

---

[502] GRAÇA FILHO, 2002, p. 107.
[503] Afonso de Alencastro classificou os pequenos produtores como aqueles que possuíam terras, animais e roças, e cujo monte-mor não ultrapassavam 20:000$000 réis. *Ibidem*, p. 107-108.
[504] *Ibidem*, p. 73.

Encontramos apenas seis inventariados com fortunas avaliadas em moedas, totalizando um valor de 2:498$000 contos de réis, ou seja, apenas 0,6% do valor total das fortunas. Outro dado que merece ser salientado é que este dinheiro teve maior presença nos inventários dos grupos mais afortunados e dos proprietários acima de dez escravos, demonstrando que ele concentrava-se nas mãos de poucas pessoas, principalmente daquelas que possuíam maior prestígio econômico e social. Essa pequena participação das moedas nas fortunas, também foi encontrada por Fragoso para o Rio de Janeiro entre 1797 a 1860, revelando a baixa monetarização da região[505]. Carla Almeida, por sua vez, também constatou para Minas Gerais, entre 1750 a 1800, baixos percentuais de moeda, "que variaram de um insignificante 0,07% a um modesto 4,37%", apontando para uma economia com baixa liqüidez e pequena circulação monetária[506].

3.4. Formas de viver: Escravidão, terra, créditos e artefatos do cotidiano

A análise da estrutura da posse de escravos nos possibilita perceber a distribuição da riqueza e a hierarquização social de determinada sociedade. Para observar como os cativos estavam distribuídos entre os chefes de domicílio de Rio Pomba, Presídio, Ubá e Santa Rita do Turvo, observemos de início o quadro abaixo.

[505] FRAGOSO, 1998.
[506] ALMEIDA, 2001, p. 173.

QUADRO 22

Distribuição dos escravos entre os fogos, segundo o tamanho do plantel. 1819/1822

LOCAL	TAMANHO DO PLANTEL													
	0		1		2 a 5		6 a 9		10 a 19		+ de 20		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Rio Pomba	62	50,82	14	11,48	26	21,31	8	6,56	11	9,02	1	0,82	122	100
Presídio	357	75,48	46	9,73	38	8,03	18	3,81	11	2,33	3	0,63	473	100
Ubá	90	67,16	6	4,48	23	17,16	6	4,48	7	5,22	2	1,49	134	100
Turvo	120	55,30	16	7,37	48	22,12	19	8,76	9	4,15	5	2,30	217	100
Total	**629**	**66,49**	**82**	**8,67**	**135**	**14,27**	**51**	**5,39**	**38**	**4,02**	**16**	**1,16**	**946**	**100**

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

Como se vê, a maioria dos domicílios não possuía escravos. Em Rio Pomba, os fogos que possuíam cativos representam 49,2% do total dos domicílios analisados. Os números de Rio Pomba aproximam-se daqueles encontrados em Santa Rita do Turvo (44,7%). Por sua vez, constata-se que 24,5% da população censitária de São João Batista do Presídio possuíam escravos. Em São Januário do Ubá, percebemos que os fogos escravistas representaram 32,8%. É possível observar uma clara presença de famílias que sobreviviam sem o auxílio do trabalho escravo, o que indica que a mão-de-obra familiar também foi responsável pela produtividade e manutenção das unidades domésticas, além de produzirem riqueza. Sheila de Castro argumentou que, nas unidades produtivas dedicadas ao cultivo de alimento, a concomitância entre o trabalho familiar e o trabalho escravo fez parte da realidade de muitas famílias pobres de diversas raças e etnias. Estas conseguiram acumular recursos suficientes para adquirir escravos, mesmo que poucos, já que podiam contar também com o auxílio da mão-de-obra dos seus filhos que estivessem em idade produtiva[507].

Ao analisarmos a freguesia com maior concentração populacional, São João Batista do Presídio, detectamos que, dos 473 domicílios recenseados, 9,73% possuíam plantéis com apenas um escravo, enquanto que os proprietários de dois a cinco escravos representavam 8,03%. O mais importante a ressaltar é que a grande proporção de domicílios sem a presença de escravos em Presídio (75,48%) aponta para o predomínio de uma produção de base familiar, onde parte da produção que abastecia o mercado interno provinha do trabalho livre familiar.

[507] FARIA, 1998, p. 51 e 58.

Analisando a freguesia de Rio Pomba, percebemos que predominaram os escravistas que possuíam pequenas propriedades de cativos (dois a cinco), ou seja, 21,31%. Já os donos de plantéis entre seis e nove cativos correspondiam apenas a 6,56%. Já os domicílios com a presença de 10 a 19 escravos, alcançaram o segundo lugar com a participação de (9,02%). De maneira geral, ao compararmos a distribuição dos fogos nas faixas da posse de escravos, percebemos que os pequenos plantéis haviam sido uniformes entre as localidades, onde a maior parte das famílias possuíam entre 1 a 5 escravos. Com a possibilidade de produzir para além dos limites do consumo familiar, essas famílias recorriam a mão-de-obra escrava para o auxílio na lavoura. Portanto, segundo os dados das listas nominativas, elaboradas entre 1819 e 1822, a maior parte dos chefes de família, nas quatro localidades em estudo, era detentora de pequena posse de escravos. Estes dados são confirmados nos inventários, os quais apontam para uma forte presença da mão-de-obra escrava nas unidades produtivas, em que predominavam os plantéis de 2 a 5 cativos. É importante salientar que, os inventários geralmente eram feitos por pessoas que tinham mais posses, assim era de se esperar que a presença de unidades produtivas que tinham escravos fosse bem mais representativa do que aquelas arroladas nas listas nominativas[508].

Possivelmente, estes escravos que participam de fogos pequenos sejam domésticos, dedicados ao serviço de pessoas livres que se ocupam com atividades rentáveis o suficiente para lhes permitir manter um escravo exercendo atividades não lucrativas[509].

Outros autores já registraram dados que podem ser lidos por este viés. João Fragoso, em seus estudos sobre Minas Gerais, identificou que os plantéis entre um e cinco era o padrão predominante nas unidades produtivas de Minas. Grande parte da produção baseava-se no trabalho livre, segundo o autor. Nas unidades produtivas em que havia a presença da mão-de-obra escrava predominavam as posses de até cinco escravos, com presença majoritária daquelas com menos de três escravos. [510]

> Apesar de os senhores de plantéis de seis a dez cativos deterem a maior fração da população cativa (21,6% do total), entre 1831-1840, mais de dois terços dos proprietários só possuíam de um a cinco escravos. (...)[511].

Nossos resultados também se aproximam dos que foram encontrados por Luis Henrique de Oliveira em seus estudos sobre o comportamento e estratégia dos camponeses de

---

[508] Sobre este assunto ver: FRANK, 2006.
[509] PAIVA, 1996, p. 98.
[510]FRAGOSO,1998, p. 131.
[511]*Ibidem*, p. 131.

Guarapiranga, entre 1750 e 1820. Ao analisar a lista nominativa dos distritos de Manja-Léguas e São José do Xopotó, freguesias de Guarapiranga, Oliveira encontrou domicílios com poucas e pequenas posses de escravos predominando sobre os que tinham maiores posses. Para o Distrito de Manja-Léguas, o autor detectou que, dos 58 domicílios arrolados, apenas 10,34 deles possuíam plantéis com mais cinco escravos e 48,2% sem a presença de cativos. Para São José do Xopotó, a realidade não foi diferente: também a presença majoritária era dos domicílios sem a presença de escravos e dos pequenos plantéis. Os dados computados revelaram 44,28% do total de 70 domicílios recenseados sem escravos, enquanto que os plantéis de um a cinco e com mais de cinco cativos correspondiam a 30,2% e 25,70%, respectivamente[512].

Para as freguesias de Arripiados, Barra do Bacalhau e Santa Rita do Turvo, Irene Rezende Nogueira observou a mesma relação. A maior posse de escravos que a autora encontrou nestas localidades é a do Barão do Pontal, com um plantel composto por 108 escravos, número este considerável para os padrões locais[513]. Segundo Salazar Martins, em uma economia diversificada como era a de Minas, não era necessário a presença de unidades produtivas com grande número de escravos[514]. Para São João del Rey, Graça Filho encontrou 14 proprietários que possuíam plantéis acima de 50 cativos, os quais concentravam 1.054 cativos (30,6%). O autor notou que trinta e cinco deles tinham mais de 30 escravos, e que cinco deles tinham mais de 90 escravos, e que nenhum chegou a possuir 100 escravos[515]. Segundo o autor, a maior parte dos escravos encontrava-se nas unidades agrícolas com o porte médio de 10 a 30 escravos[516].

Para o ano de 1831, possuímos dados referentes à população de apenas dois distritos, São Manoel do Pomba e Santa Rita do Turvo. Vejamos o quadro e gráfico abaixo:

---

[512]OLIVEIRA, L. 2006, p. 182.
[513] REZENDE, 2008, p. 138.
[514], MARTINS; LIMA; SILVA, 1996. p. 20.
[515]GRAÇA FILHO, 2002, p. 113.
[516]*Ibidem*, p. 114. Analisando o censo nominal de Ubatuba, São Paulo, correspondente ao ano de 1801, Marcílio percebeu que, dos 378 fogos arrolados na listagem, 278 domicílios não possuíam um só escravo (72%); 32, apenas um (8%), e apenas 6% possuíam seis ou mais. A média de escravos por fogos era de 2,7**.** MARCÍLIO, 2006, p. 125**.**

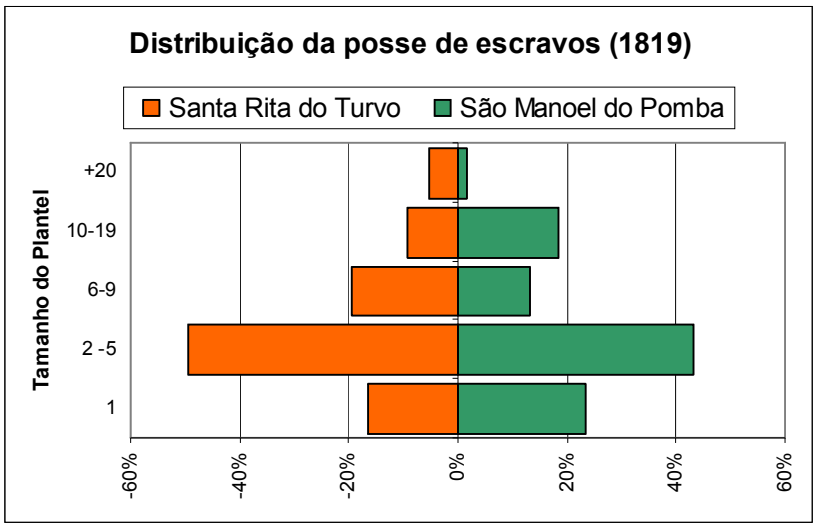
QUADRO 23

Distribuição do plantel de escravos, por domicílio (1831).

Tamanho do Plantel	São Manoel do Pomba	(%)	Santa Rita do Turvo	(%)
1	17	3,0	27	4,9
2 -5	122	21,6	191	34,6
6-9	120	21,3	113	20,5
10-19	148	26,2	94	17,0
+20	157	27,8	127	23,0
Total	**564**	100,0	552	100,0
Domicílios com escravos: 91			**Domicílios com escravos: 112**	
Domicílios sem escravos: 80			**Domicílios sem escravos: 185**	

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

GRÁFICO 7



Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

A proporção de domicílios que apresentavam cativos, tanto em Santa Rita do Turvo quanto em Rio Pomba, foram mais expressivos em 1831 do quem em 1819. Em ambos os períodos, os proprietários com cinco ou menos cativos compunham a maioria dos proprietários. Esta proporção é semelhante para Santa Rita do Turvo, para o mesmo período. Analisando a lista nominativa de São Manoel do Pomba, correspondente ao ano de 1831,

percebemos que dos 171 fogos arrolados na listagem, 91 domicílios não possuíam um só escravo (46,7%); 17, apenas um escravo (3%), e 27,8% possuíam 20 ou mais cativos. A média de escravos por fogos era de 13,03. Fica claro que a produção econômica destas localidades estava em crescimento. Segundo Douglas Libby, a pujança das atividades agrícolas, da tecelagem doméstica, da siderurgia e da extração subterrânea de ouro favoreceu o crescimento vigoroso da população escrava em Minas Gerais, no século XIX.

Analisando as listas nominativas de 1831-1840, Douglas Libby revelou que em 6.583 domicílios de Minas, apenas 163 deles retinham plantéis com mais de 30 cativos e somente seis possuíam mais de 100 escravos. Ainda nesta amostragem, o autor observou que o perfil mais geral da posse de escravos na província mineira era a dos senhores com até cinco escravos, pouco mais de 2/3 do total dos donos dos mancípios. [517] Neste mesmo estudo, Libby percebeu que 66,7% dos domicílios não possuía escravos. Como bem salientou Afonso Alencastro Graça Filho:

> A novidade da pesquisa de Douglas Libby, em relação aos dados agregados para toda a província, foi descobrir o controle de 48,2% dos escravos pelos proprietários de 1 a 10 mancípios, fato que indica uma expressiva desconcentração da propriedade de escravos em Minas Gerais. Por contraste, proprietários médios e grandes, com mais de 10 escravos, controlavam 51% da população escrava mineira, mostrando que a província não fugia totalmente aos parâmetros do escravismo brasileiro, onde a posse era fortemente concentrada no topo da pirâmide dos proprietários. Ainda assim, o padrão mineiro em comparação ao do Recôncavo baiano pode ser considerado relativamente mais "democrático"[518].

Uma das características das sociedades voltadas para a produção de alimentos é não ser capaz de gerar riqueza, assim como a sociedade mineradora. Por outro lado, elas se caracterizam pela maior difusão da mão-de-obra cativa[519]. Para exemplificar tais argumentos, vejamos o quadro que analisa a posse de escravos segundo os inventários:

---

[517] LIBBY, 1988, p. 97-98.
[518] GRAÇA FILHO, 2002, p. 114.
[519] ALMEIDA, 1994.

QUADRO 24

Posse de escravos segundo os inventários (1823-1850*)*

Posse de escravos	Número de Proprietários	(%)	Número de escravos	(%)
Apenas 1	14	16,5	14	2,8
2 a 5	40	47,1	128	25,7
6 a 9	14	16,5	98	19,6
10 a 19	15	17,6	209	41,9
(+) 20	2	2,4	50	10,0
Total	85	100	499	100
Sem escravos	**20**	**19,0**	**..**	**..**

Fonte: Inventários *post-mortem.* Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá

Nos inventários analisados, das 105 unidades produtivas, 20 famílias não possuíam um só escravo (19%); os proprietários de apenas um escravo representaram 16,5% da população e, juntos, detinham o controle de apenas 2,8% do total da mão-de-obra cativa. A estrutura da posse de escravos revela que a grande maioria dos proprietários se situava na faixa de 2 a 5 escravos. Nesta categoria há uma concentração significativa, com 40 inventários, o que representa 47,1% do total. Dentre os proprietários com menos de cinco cativos correspondem a 63,6%, detendo um total de 142 cativos, 28,5% do conjunto da escravaria. Dentre as 20 unidades produtivas que não tinham nenhum escravo, 8 delas estavam na faixa de menor fortuna inventariada (grupo D) e o restante na terceira faixa de fortuna (grupo C).

Encontramos 14 inventariados que possuíam entre 6 a 9 escravos (16,5%), e apenas 2,4% que possuíam mais de 20 escravos. Vemos que os senhores de 10 a 19 cativos, que detinham a maior parte da escravaria em suas mãos (41,9%), foram representados em 17,6% dos inventários. Se tomarmos os dois maiores proprietários, percebemos que eles concentram 50 cativos, ou seja 10% do total de escravos da freguesia.

Além de um maior número de domicílios com a presença de escravos, verificamos que, entre os que possuíam a força de trabalho cativa, prevaleceram as pequenas posses, e que houve uma grande difusão desses escravos dos proprietários. Para se ter uma noção disso, as unidades com mais de 20 escravos representavam 2,4% e detinham apenas 10% da escravaria arrolada nesse período. Por outro lado, 47,1% delas eram possuidoras de até cinco cativos.

Sendo assim, a amostragem dos inventários *post-mortem* abarca 105 lavradores e revela uma diversidade social e econômica que vai desde pequenos proprietários até médios proprietários. O índice de 85% de proprietários que possuíam escravos entre os inventariados não surpreende, uma vez que os inventários captam os grupos mais privilegiados da

sociedade[520] Acreditamos, como Martinez, que o percentual inventário *versus* sociedade pode ser bem mais representativo nas regiões voltadas para o abastecimento interno, e, portanto, de caráter mais predominantemente rural do que aquele encontrado para Salvador[521] e outros centros urbanos.

> O que precisa ficar claro é que a noção de pobreza e riqueza oscila no tempo e espaço. Por isso, o fato de uma família possuir apenas "um escravo velho e uma casa de taipa ordinária" pode ser um indício de que esta fonte primária é capaz de incorporar outros grupos sociais até então considerados, ou pouco comentados, na historiografia, como, por exemplo, os setores médios e menos favorecidos [522].

De qualquer forma, este índice mostra que, a partir de 1820, teríamos cada vez mais uma agricultura voltada para um mercado interno abastecido por diversas formas de produção não-capitalista[523]. Como bem afirmou Fragoso, estamos diante de uma sociedade que combinava o trabalho escravo e familiar e que possuía unidades familiares que utilizavam somente a mão-de-obra familiar (membros da família, agregados, parceiros, jornaleiros, assalariados).[524]

Neste sentido, a grande presença de escravos denota o dinamismo e o crescimento econômico desta sub-região, onde grande parte famílias inventariadas estava inserida dentro do universo da produção voltada para o mercado interno e seus excedentes comercializados em localidades próximas. Assim, a escravidão na zona central da Mata Mineira acompanhou o movimento da província, em que o índice de cativos no interior das unidades de produção apresentou um crescimento durante toda a primeira metade do século XIX. A média de escravos por inventário dentro do universo do quadro acima foi de 5,8 por indivíduos.

Na medida em que a fronteira vai se fechando e sua produção vai crescendo, há o aumento numérico das faixas de médios plantéis, e também do percentual de cativos por elas detidos. Conforme salientou Mônica Ribeiro, a presença de unidades com mais de 5 escravos sugere que a produção saia dos limites do auto abastecimento, sendo os excedentes comercializados em mercados mais distantes.[525]

---

[520]Claúdia Parreiras Martinez identificou que 93% da população do Vale do Paraopeba inventariada possuía escravos. MARTINEZ, 2006, p. 122.
[521] Kátia Mattoso estimou para a Bahia que apenas 5% da população livre chegava a fazer um inventário. MATTOSO, 1992, p. 605 *apud* MARTINEZ, 2006, p. 122.
[522]MARTINEZ, 2006, p. 124.
[523] FRAGOSO, 1998, p. 124.
[524] *Ibidem*, p. 134
[525]OLIVEIRA, M. R., 2005, p. 263.

Segundo Bacellar é importante que se leve em conta a qualidade e não a quantidade dos cativos, uma vez que a presença de escravos (idosos, doentes ou crianças em tenra idade) em um domicílio, além de trazer uma falsa impressão de prosperidade dos fogos, "que na verdade possuíam um plantel fraco e de baixo valor no mercado", poderia significar mais prejuízos do que prosperidade, uma vez que eles deveriam ser sustentados.[526] A análise da escravaria não deve ficar restrita exclusivamente a números, pois há referências a escravos doentes e com deficiências físicas: "perna torta", "escrebutada", "com defeito no olho", "aleijado de um braço", "aleijado de uma perna", possuíam valores mais inferiores. Como bem afirmou Carrara: "Um número reduzido de escravos não tinha o poder de alterar a natureza ou a lógica de funcionamento das pequenas unidades agrícolas, mas permitia aos seus proprietários ostentar o cobiçado título de senhor de escravos"[527].

Através da documentação, podemos citar alguns exemplos de escravos que, devido à sua idade e condição física, não se encontravam plenamente em condições de exercer trabalhos forçados. Bento José da Silveira[528], que vivia de negócio no Arraial do Presídio, teve seu inventário realizado no ano de 1824. Possuía quatro escravos, dentre eles, uma escrava com a idade de 70 anos avaliada em 70$000 réis, um escravo de 76 anos avaliado em 20 mil réis, uma escrava de 16 anos que se encontrava "doente" no valor de 200 mil réis e um único escravo em idade produtiva, 19 anos, avaliado em 300$000 réis. Outro caso interessante a citar é o inventário de João Antônio Pereira da Silva do ano de 1833. Este inventariado era proprietário de um plantel de 11 escravos, sendo que três destes se encontravam muito doentes e dois eram crianças. Outra proprietária é Maria Rosa[529], que possuía apenas uma "escravinha" de seis anos, que foi avaliada em 350$000 réis. Deste modo, não devemos se prender somente em análises quantitativa dos plantéis escravistas, mas consorciá-la com estudos qualitativos como forma de tentar trazer realidades mais fidedignas sobre os elementos materiais e sociais das sociedades em estudo. Uma vez que a presença de escravos em determinado domicílio não significava somente que sua produção agrícola fosse elevada, mas também um símbolo social da riqueza que o proprietário teria ou seria capaz de ter. A aquisição de cativos era feita imediatamente quando se dispunha de mínimas condições de compra.

Os dados demográficos mostram que apesar do apreço pela mão-de-obra cativa ter sido majoritário entre os grupos com maior poder econômico, a aquisição de escravos também

---

[526] BACELLAR, 2001, p. 130, Ver também: SOUZA, S., 2007, p. 67.
[527] CARRARA, 2007, p. 264.
[528] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 3.5
[529] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: M.8, nº 7.8

esteve presente nos projetos materiais das camadas mais populares, que não viam neles apenas uma força para complementar o trabalho familiar, mas também a esperança de obter prestígio social.

> Famílias de pouca posse esforçavam-se, na medida, do possível, para adquirir seu primeiro – e na maior parte das vezes, único escravo. Além da provável ascensão social que este fato poderia representar no imaginário daquela coletividade, certamente o reforço na disponibilidade de braços era desejada [530].

Até mesmo os que não possuíam qualquer porção de terra eram proprietários de escravos. Famílias muito pobres tinham a possibilidade de contar com a presença cativa em seu domicílio. Esse é o caso de Joana Francisca[531], que ao falecer em 1832 deixou para seu esposo, Camilo Lelis Frasão e seus doze filhos, um monte-mor irrisório (426.100 réis) e um único escravo no valor de 300$000 réis. Muitas vezes, a posse de escravos era a forma que muitas famílias encontraram para sustentar seus domicílios, saldar suas dívidas, fazer negócios e deixar de herança para seus herdeiros. Como se tratava de uma sociedade perpassada pelo reconhecimento da escravidão como um "valor", todo homem livre almejava ter escravos como forma de distinção social.

Libby chamou a atenção para a repulsa que homens livres possuíam em sociedades escravistas em relação ao trabalho manual, principalmente naquelas atividades que poderiam ser rotuladas como "trabalho de preto".[532] Segundo o autor, os viajantes abordaram com bastante clareza em seus relatos esse desdém em relação ao trabalho manual. O Barão de Eschewege, por exemplo, relatou que:

> [...] para essa gente [mulatos forros], o espelho é uma lembrança contínua de sua origem, e, por isso mesmo, vive no angustioso receio de ser confundida com os escravos. Assim o mulato vive a ostentar sua qualidade de homem livre, e, para tornar isso bem claro, comporta-se arrogantemente, não suportando a menor desatenção[533].

---

[530] BACELLAR, 2001, p. 150
[531] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº23
[532]LIBBY, 1993, p. 460.
[533]ESCHWEGE, 1979, p. 249 *apud* LIBBY, 1993, p. 461.

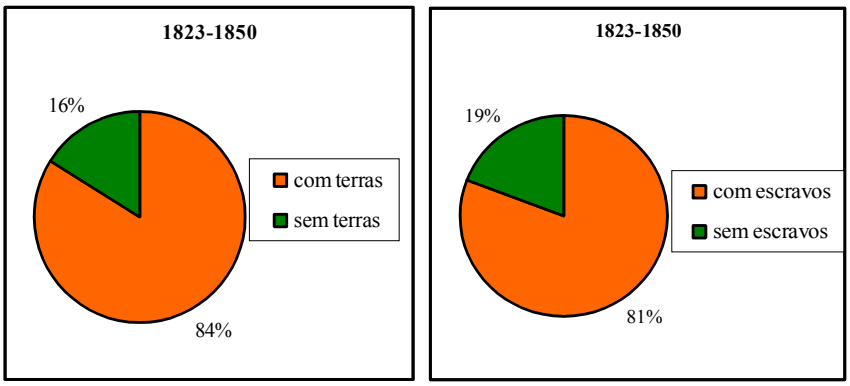
QUADRO 25

Percentual de inventários com terra e escravos. 1823-1850					
Com terra	88	83,8%	**Com escravos**	85	81,0%
Sem terra	17	16,2%	**Sem escravos**	20	19,0%

Fonte: Inventário po*st-mortem*. Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá.

GRÁFICO 8

Proprietários com terra e escravos



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá.

A análise de 105 processos de inventários e 100 registros de compra e venda de imóveis evidenciou a importância dos imóveis na composição dos patrimônios na primeira metade do século XIX. Desses 110 processos de inventários, apenas 17 deixaram de relatar a presença de imóveis.

Claúdia Parreiras Martinez revelou-nos dados interessantes sobre o patrimônio de Bonfim, na segunda metade do século XIX. Nessa sociedade, a autora constatou que o patrimônio permaneceu durante quase todo o Segundo Reinado apoiado na posse de escravos[534]. Leandro Braga de Andrade também percebeu, para Mariana na primeira metade deste século, que 25% dos bens patrimoniais dessa localidade estavam investidos em escravos e 18% em imóveis. Além disso, percebeu que o setor mais rico da população investiu apenas 8% do seu capital em terras e 6% em instrumentos agrícolas. De acordo com o autor, possuir escravos em Mariana "não significava que o proprietário se dedicasse a uma atividade lucrativa. Os cativos poderiam ter origem em herança ou em aquisições feitas no passado

[534] MARTINEZ, 2006.

minerador." [535]Em geral, os dados apresentados pelo autor mostraram que os bens agrícolas, as terras, as dívidas ativas e os escravos foram os itens que mais concentraram a riqueza. [536]

Carrara também afirma que, ao longo do século XIX, a economia mineira continuou a caracterizar-se crescentemente em seu conjunto por um grande número de pequenos e médios lavradores, cujos excedentes produtivos foram convertidos preferencialmente em escravos. Entre 1750 e 1820, os bens imóveis e os escravos representaram 60% a 80% da riqueza inventariada dos moradores do Termo de Mariana.[537] Segundo o autor, para recompor o quadro fundiário das áreas dedicadas a produção agrícola e pecuária escravistas, é importante perceber que elas convertiam a maior parte da riqueza que geravam comprando escravos e utensílios profissionais, a fim de sustentar e reproduzir o seu próprio setor.[538] Assim sendo, não se pode separar a propriedade fundiária da propriedade escrava.

O valor da terra teve um vertiginoso aumento de mais de 50% entre 1823 a 1850. Segundo os inventários, o valor de um alqueire de terra oscilou entre 10 e 30 mil - réis para todo o período analisado[539]. Essa valorização do alqueire de terra, muito mais do que um indicativo do mercado ativo de terras, deve ser entendido como um reflexo da dinamização da economia de produção de alimentos que tornava as fazendas localizadas em terras férteis, cada vez mais valorizadas.

O valor da terra dependia da sua qualidade, se era terra de cultura, matos ou campos, além disso, da sua localização dentro ambiente, como por exemplo, a presença de rios, riachos, ribeirões, cachoeiras e serras. Assim também, as benfeitorias nelas instaladas é que definiam o seu valor, e não apenas a sua extensão[540]. Carrara, ao analisar os mesmos inventários com os quais trabalhamos, percebeu a precoce ocorrência de terras do tipo "pasto" destinado ao plantio de café e cerca de 20% mais cara do que os outros tipos de terras[541].

Em 1831, por exemplo, Rosa Vieira do Nazareth[542] teve três sesmarias avaliadas em 3:600$000 réis, sendo cada sesmaria correspondente a 1:200$000 réis, enquanto que o Sargento Joaquim José da Costa, um ano depois, teve uma sesmaria avaliada em 974 mil réis. De qualquer forma, podemos afirmar que a valorização da terra não ocorreu na mesma proporção que o preço da mão-de-obra escrava. Sabemos que a valorização de 800% dos escravos, entre 1823 e 1850, esteve ligada ao fim do tráfico negreiro. Além disso, as "três

[535] ANDRADE, L. 2007, p. 123.
[536] *Ibidem*, p. 121.
[537] *Ibidem*, p. 269
[538] *Ibidem*, p. 162-165.
[539] A medida da terra adotada neste trabalho foi o alqueire mineiro que equivale a 4,84 hectares de terras.
[540] MARTINEZ, 2006, p. 66.
[541] CARRARA, 1999b, p. 47.
[542]Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 11.

sesmarias inventariadas indicavam o crescimento da fortuna que pudera contar com posses bem vastas numa zona de fronteira. Conforme a lógica própria dessa sociedade, as partilhas são os momentos em que as unidades de produção se fragmentam"[543]. As três sesmarias de Rosa Vieira do Nazareth foram divididas entre nove de seus herdeiros. Assim, a partilha, ao mesmo tempo em que desvalorizava o preço da terra, impedia a concentração da mesma em poucas mãos. Sobre a prática da divisão eqüitativa dos bens, argumenta Lewkowicz:

> Em Minas Gerais, os costumes de sucessão parecem ter uma tendência mais igualitária, possivelmente dada a especificidade da formação histórica. A grande disponibilidade de terras, maior que nas outras regiões brasileiras, poderia ter sido responsável pelo igualitarismo familiar mineiro [544].

A facilidade de obtenção de terras levou os indivíduos livres a investir seus recursos excedentes na compra de escravos. Assim, como a posse de escravos era pequena na maioria das unidades produtivas e se encontrava difusa entre a população, a propriedade da terra, embora com um valor menor que os dos escravos, também esteve ao alcance de grande parte dos lavradores. Embora o acesso à terra fosse fundamental para uma família sobreviver, foi o tamanho da força de trabalho o fator mais importante na determinação da riqueza de um domicílio. O sítio e a casa de morada de Maria Joaquina de Freitas[545], localizados na Serra do Presídio, eram compostos por 12 escravos (78,2% de seu patrimônio). Seguindo a mesma tendência, aparece Maria Clara de Jesus dos Santos, no arraial de Conceição do Turvo, que tinha um plantel de 7 cativos (76,5%), e apenas 20 alqueires de terras e benfeitorias (12,4%). Assim, a posse da terra era, por si só, insuficiente para determinar a posição econômica de uma pessoa nessa sociedade. Deste modo, para que possamos compreender a composição da fortuna de determinada família, é importante que se faça uma associação entre a posse de escravos e a posse da terra. Roberto Martins justificou o crescimento da população cativa na província mineira pelo fator Wakefield, ou seja, pela grande disponibilidade de terras desocupadas e pela presença de um grupo de lavradores que teve livre acesso a essas terras. Isso favoreceu a formação de um contingente de mão-de-obra branca e livre, já que os trabalhadores não se submetiam ao trabalho assalariado ou de parceria quando podiam ser proprietários[546].

---

[543] CARRARA, 1999b, p. 39.
[544] LEWKOWICZ, 1992, p. 14-13
[545] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 2
[546] SLENES, 1998, p. 452

2.5 Espaço de morar e de viver

As descrições das moradas nos inventários não são minuciosas. Em geral, as casas eram descritas de forma sucinta quando não computadas como parte integrante das benfeitorias, ou seja, avaliadas como parte dos sítios e fazendas. Nas escrituras, o escrivão usava os termos "casa de vivenda" ou "casa de morada", sem maiores especificações sobre as condições do imóvel, e as casas, sítios, fazendas e chácaras foram avaliadas juntamente com benfeitorias do tipo moinho, paiol, engenho, alambiques, senzalas e todos os seus pertences. Como se trata de espaços marcados pela presença de pequenos e médios agricultores, era de se esperar que encontrássemos as benfeitorias agregadas ao espaço de lazer e descanso da família, principalmente nas casas das pessoas mais pobres. Como já se disse no capítulo 2, das descrições dos sítios e chácaras destacavam-se principalmente os instrumentos de trabalho, tais como: machados, engenhocas, alambiques, monjolos, prensas, rodas e olaria[547].

De acordo com Isabel Teresa Creão Augusto, por serem afastadas léguas de distância das áreas mais urbanizadas e por terem a cultura agrícola como atividades reguladoras do cotidiano das famílias, os avaliadores não se interessavam em destacar os espaços de sociabilidades disponíveis nestas habitações, mas sim dirigir o olhar para a sua capacidade de produção[548].

A maior parte das moradas não tinha sua avaliação separada de propriedades maiores, como as fazendas e sítios. Isto nos impossibilita de realizarmos uma análise mais exata dos valores dessas moradias. Esse foi o caso da morada de Ana Francisca de Jesus. Em seu inventário, descrevia-se um sítio com casas de vivenda cobertas de telhas composto por 10 alqueires de planta que teve uma avaliação total de 180 mil réis. Também no inventário de Teresa Joaquina da Silveira[549], esposa de José Anastácio Alves Lira, natural de Barra Longa[550] e moradora de São João Batista do Presídio, ocorria a mesma falta de avaliação específica da sua morada, pois a sua fazenda de cultura teve um valor estimado em 2:069$645 réis, incluindo a casa de sobrado e benfeitorias. Os inventários do casal são ricos ao mostrar a multiplicidade de funções que a fazenda da família adquiriu. Além de espaço de moradia e

---

[547]Ver: ARAÚJO, 2004, p. 40.
[548] AUGUSTO, 2007, p. 88.
[549]Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 8
[550] Barra Longa é considerada uma das freguesias do Termo de Mariana onde a diversificação produtiva foi mais freqüente, sendo comum as propriedades que conjugavam a produção agropecuária com a mineração. ALMEIDA, 2001, p. 56.

produção, a fazenda funcionou como templo religioso, dado que encontramos a descrição de apetrechos domésticos, utensílios de trabalho e artefatos religiosos, tais como várias imagens de santos, missais, castiçais, pia batismal, toalhas de altar, sino etc., que ficavam em uma capela separada da fazenda.

No inventário de João Anastácio Alves Lira[551], descreveu-se a presença de uma morada de casa com cômodo para venda, com curral pertencente à mesma, tudo avaliado em apenas 30$000 réis. Assim, também o espaço doméstico de Clara Maria de Jesus[552] foi descrito, segundo os avaliadores, como uma morada de casas com moinho e paiol coberto de telha, no valor de 400$000 réis. Os ranchos eram construídos nas estradas para servir de apoio aos viandantes e tropas que seguiam em direção ao Rio de Janeiro e Espírito Santo. Eles forneciam alimentos e pousada para os animais e homens que por ali passavam. Várias famílias que estabeleceram casebres ao lado desses ranchos, plantando e vendendo diversos gêneros produzidos em suas roças, aos poucos, foram se firmando no local e erguendo casas com maior conforto e segurança, construindo engenhos de cana, monjolos, paióis e demais benfeitorias que transformavam sua simples morada em verdadeiras fazendas.

Análise interessante sobre o complexo fazenda-rancho-venda, que compõe uma unidade de produção e comércio, é feita por Claúdia Chaves:

> Tais estabelecimentos combinam, de maneira imediata e em escala modesta, a exploração da terra e a colocação de seus produtos: a pequena fazenda fornece a mercadoria; o rancho mais a venda atraem seu provável comprador e possibilitam as transações. São assim, fazenda, rancho e venda, elementos cuja importância é equivalente no circuito completo da atividade da mesma pessoa, que enfeixa a posse de todos três. [553]

Alcântara Machado, em *Vida e Morte do Bandeirante*, chama a atenção para a rusticidade das casas do século XVII, mas também alerta para a omissão de informações, em que os avaliadores só nomeavam o que lhes parecia digno de nota[554] .

Os inventários mencionaram muitas casas e seus respectivos quintais, com variedades de árvores de espinho (limoeiros, laranjeiras, tangerinas, limeiras) e bananeiras, cercas de rachas e braúnas e lagrimais. Algumas foram descritas como cobertas de capim, outras como construídas de madeira lavrada e coberta de telhas. As casas bem avaliadas eram de sobrado e assoalhadas, e possuidoras de frentes e fundos, com ranchos e porteiras. As mais

---

[551]Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 8.
[552] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 83.
[553]CHAVES, 1999, p. 74.
[554]MACHADO, A., 1980, p. 54-55.

simples eram de um lanço, de madeiras lavrada, cobertas de telhas e/ou capim e palmito. A falta de informações sobre a divisão dos espaços nos impossibilita saber quantos cômodos possuíam as casas, o número de alpendres e varandas. Situada nos fundos das casas e, bem mais iluminada e areada do que os demais cômodos da casa, as varandas como os alpendres proporcionavam melhores condições de isolamento social, eles funcionavam como áreas de "estar" e serviam como locais para receber visitas sem que elas adentrassem os espaços mais íntimos do convívio familiar[555]. Os inventários analisados não nos possibilitam delimitar com precisão o tamanho das casas, o número de cômodos, a presença e número de varandas e alpendres que elas possuíam, mas podemos afirmar que, no período e região que abarca este estudo, poucas foram aquelas de sobrado e assoalhos. Percebemos também que, com exceção da cozinha e do cômodo para a venda e rancho de tropa, nenhum outro cômodo teve seu uso especificado nas descrições dos inventários. Na maioria dos casos, estes cômodos, inclusive a cozinha, não foram descritos nos interiores e/ou juntos da casa de morada, mas em um cômodo separado no mesmo terreno.

A simplicidade das casas favorecia maiores investimentos em terras. A herança que constava do inventário do Sargento Joaquim José da Costa[556], por exemplo, consistia principalmente em "uma sesmaria de terras de cultura avaliada em 800 réis, uma casa simples de telha, um paiol, um moinho coberto com casca de palmito e uma senzala, cuja avaliação foi de 164 réis".

Os relatos de viagem de Langsdorff estão pontilhados de referências à rusticidade das moradias da zona central da Mata Mineira. No ano de 1824, em sua descrição sobre Rio Pomba, ao afirmar que este lugar era o mais miserável que ele já havia passado, Langsdorff além de fornecer informações sobre o estado decadente em que se encontrava a sua Igreja Matriz, relatava que as casas pequenas e térreas deste lugar estavam quase todas abandonadas pelos seus habitantes, os quais se encontravam em Descoberta Nova.[557] Quando ele atravessou a freguesia das Mercês da Pomba, seguindo o caminho em direção a Rio Pomba e São João Batista do Presídio, Langsdorff também anotou em seu diário a rusticidade das casas e se admirou com o rápido crescimento da população :

> [...] apresentam um aspecto acolhedor, pois todas são pintadas com tabatinga, ou seja, com branco, e cobertas com telhas côncavas vermelhas. Somente os mais inexperientes e pobres cobrem suas casas com palha, sapé (Pennistum). A cada quarto de hora ou meia hora, encontram-se casas,

[555]Ver: COSTA, J. 1989.
[556] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 19
[557] SILVA, D. (org). 1997, p. 72.

> moradias de novos colonos, etc. Como pode chegar tanta gente em tão pouco? Há aproximadamente dez anos, essas terras eram quase desabitadas[558].

Assim como Langsdorff nos informou sobre a rusticidade das moradias das áreas cortadas pelo Vale do Rio Pomba, encontramos nos inventários informações que mostram a simplicidade dos materiais empregados na construção dos lares dessa região. Havia casas construídas de madeira roliça, outras de pau-a-pique, telhas ou folha de palmito, sendo a maioria delas térreas. A moradia de Emerenciana de Jesus,[559] cujo monte-mor integra uma das maiores fortunas de nossa amostra, também não apresentou muitas diferenças com as outras moradias do local. Sua casa de vivenda, construída de madeira roliça e cobertura de telhas, foi avaliada em 80$000 réis, representando apenas 0,63% do total de seus bens. Foi possível perceber uma separação entre o espaço de lazer e descanso com o da produção. Uma vez que, além dessa moradia, foi descrito em seu inventário um espaço próprio para a produção da cana-de-açúcar e milho.

É importante salientar que muitas famílias, com o tempo, adquiriam mais imóveis ou investiam em construções mais ostentosas, na medida em que alcançavam maiores recursos econômicos. Um caso que merece ser citado é o de Manoel Joaquim de Moura,[560] morador do distrito de São João Batista do Presídio, que, ao falecer em 1843, deixou um montante de 5:377$220 contos de réis para seus herdeiros. Ele tinha três moradas de casas cobertas de telha, que correspondia a 6,4% do seu monte-mor.

Devemos ressaltar que por trás da aparente homogeneidade quanto ao tipo de construção das casas, não devemos desconsiderar as especificidades que apresentaram cada uma, diferenciando as que foram construídas na vila com as do meio rural. Assim, independente do tipo de construção, seja de sobrado ou térreo, a importância do imóvel dependia dos anexos e benfeitorias que garantiam o sustento do das famílias. Em suas análises dos inventários do século XVIII e início do XIX, dos Campos dos Goytacazes, Sheila de Castro Faria também percebeu que as casas de morada eram muito simples.

---

[558] SILVA, D. (org). 1997, p. 64.
[559] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 42
[560] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 77

QUADRO 26

Valores de moradas de casas

Valores	Nº	(%)
Até 50 mil	18	23,7
50 a 99 mil	13	17,1
100 a 149 mil	8	10,5
150 a 199 mil	5	6,6
200 mil ou mais	32	42,1
Total	**76**	**100**

Fonte: 54 inventários *post-mortem* (58 imóveis residenciais com avaliação integral). Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá .
Nota: Os valores são expressos em réis. Avaliadas somente as descrições de moradas de casas, casas de vivenda. As fazendas e sítios com suas respectivas benfeitorias não entraram na análise.

Os valores das moradias, chácaras, fazendas apresentavam diferenças, variando de acordo com a sua localização, mas principalmente de acordo com o seu potencial produtivo, sobretudo, as instalações (benfeitorias, moinho, ranchos, sesmarias).

Os inventários analisados nos revelam, de fato, uma maior precariedade do ponto de vista material. Dos 76 imóveis analisados, 57,9% deles detinham preços inferiores a 200$000 réis. Deve-se levar em conta que, mesmo que as habitações não fossem muito valiosas, havia aqueles proprietários que tinham vários imóveis, cujo valor era relativamente expressivo. Nessa situação estava, por exemplo, Manuel Dias Eduardo[561] que era dono de duas moradas de casas, uma chácara e seis fazendas avaliadas em 1.742.400 conto de réis[562]. Outro exemplo é o Alferes José Faustino da Silva[563] que fazia parte do rol das maiores fortunas inventariadas, tendo consolidado um monte no valor de 12:470$440, ao qual incluía: uma casa coberta de telhas com tenda de ferreiro no valor de 40$000, uma casa de senzala para escravo avaliada em 50$000, uma casa de vivenda de sobrado assoalhada no valor de 800$000 e uma morada de casas de sobrado com quintal avaliada em 380$000. Aqui é importante salientar, mais uma vez, que muitas famílias, com o tempo, investiam em construções mais ostentosas, na medida em que alcançavam maiores recursos econômicos.

Em função do baixo valor monetário apresentado pela moradas de casas dos arraiais e vilas, supõe-se que elas eram simples e, provavelmente, compostas por poucos ambientes. Independente do tamanho da moradia das camadas menos afortunadas, ela "acumulava várias

[561]Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 36
[562] MENESES, 2000, p. 127.
[563] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 94.

funções sociais e econômicas, como o ato de dormir, cozinhar e trabalhar"[564]. Carrara questiona quais as diferenças entre os lares localizados no Arraial de Presídio com aqueles localizados na vila. E assim ele responde: "a vila é aqui um prolongamento do campo"[565] .

A simplicidade das casas denunciava o estilo de vida dos seus habitantes. Até mesmo os mais abastados, apesar de residirem em fazendas e em casas de moradas assobradadas, não ostentavam alto nível de riqueza no interior de suas moradas. Como bem argumenta Jurandir Freire: "A pobreza da casa e a rudez dos costumes aproximava na aparência os que na existência social estavam inapelavelmente distanciados"[566].

É muito provável que a precariedade dos domicílios resultasse da própria condição do estilo de vida da agricultura. A referência nos inventários de objetos importados (louças e vinhos do Porto, perfumes da Inglaterra, chapéu de Braga e tecidos da Índia) demonstra o consumo desses objetos pelas famílias mais abastadas que buscavam elementos de distinção social. Podemos dizer que, o consumo destes objetos era uma maneira que os mais afortunados encontravam para se definir na sociedade. Concordamos com Irene Rezende quando afirma que, com a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro, as oportunidades das famílias mais abastadas de obterem bens sofisticados ampliaram-se e modificaram-se os hábitos dos brasileiros e dos habitantes da zona da Mata mineira[567].

Uma análise dos utensílios de mesa pode nos mostrar parte dos hábitos e costumes dessas famílias. Os viajantes estrangeiros nos fornecem relatos interessantes sobre os costumes, hábitos e comportamento dos brasileiros à mesa. Esses relatos de viagem podem trazer novos elementos para observamos os aspectos culturais, econômicos da sub-região aqui em estudo. No entanto, esses depoimentos devem ser analisados com cautela, pois eles interpretavam o cotidiano dos brasileiros baseando-se na realidade de seus próprios países. Assim, era muito comum que eles identificassem o diferente com um tom exótico e depreciativo[568]. Em 1824, Langsdorff em sua passagem por Rio Pomba descreveu o interior de algumas de suas casas.

> Existem colheres e garfos de prata, mas, às vezes, só uma única faca para todos os convidados. As pessoas aqui se permitem este luxo e dispêndio. Colheres e garfos de prata, até as pessoas modestas possuem; mesmo que não tenham mais nada de valor em casa, certamente possuíram alguns talheres. Na casa de proprietários ricos, as bacias de água e acessórios é de prata ou, que é mais comum, de estanho[569].

---

[564] MARTINEZ, 2006, p. 104.
[565] CARRARA, 1999b, p. 42.
[566] COSTA, J. p. 92.
[567] REZENDE, 2008, p. 98.
[568] SAINT- HILAIRE, 1974; SPIX & MARTIUS, 1981; FREIREYSS, 1982; SILVA, D. (org). 1997.
[569] SILVA, D. (org). 1997, p. 100.

Estes objetos requintados também foram observados por José Newton Coelho Meneses nos inventários do Arraial do Tejuco, do século XVIII. O autor percebeu que as pessoas mais simples conseguiram adquirir objetos de mesa com mais requinte.

> Louças da Índia e do Porto, chocolateiras, terrinas, sopeiras e outros utensílios de mesa, além dos guardanapos descritos nos inventários de pessoas de origem européia e até mesmo de alguns negros e negras forras demonstra que, em ocasiões especiais a rusticidade cotidiana perdia espaço para um ritual e atitude cerimoniosa[570].

No universo de 105 inventários *post-mortem* arrolados, em apenas 13 foram encontrados objetos nobres de mesa, correspondendo a 12,3% da documentação. Sabemos que a aquisição de louças das Índias, do Porto e outras, bem como a representatividade de talheres de prata na descrição dos bens dos inventariados mais afortunados da nossa amostra, eram uma das formas que eles encontravam para se distinguirem na sociedade em que viveram.

Poucos eram os que podiam possuir catres torneados, de couro, canastras, espreguiceiros, frasqueiras, baú de couro e até mesmo talheres de prata. Até mesmo uma cama era objeto raro nos interiores dos domicílios[571]. Somente os mais afortunados possuíam açucareiro, louças da Índia, vestimentas, talheres de prata, aparelho de chá importado, relógio de parede, cadeiras de couro, espelho, armários, estante, oratórios, etc.

Observamos que o cedro, o vinhático, ipê, cabiúna constituíram árvores típicas da Zona da Mata mineira, uma vez que vários foram os bancos, mesas e caixas descritos com esta madeira madeiras. Dada a rusticidade e raridade das mobílias nos inventários, podemos dizer que elas estavam muito mais ligadas ao valor de uso do que ao conforto.

Ao estudar as bases materiais e a participação política dos proprietários de terras da parte norte da Zona da Mata mineira entre os anos de 1821 a 1841, Irene Rezende constatou a presença de um grande número de chocolateiras e citação de árvores de cacau nos inventários. Segundo ela, através de um processo doméstico, muitas fazendas transformavam o cacau em pó e em barras conservando-o durante muito tempo nas despensas das famílias. Somente com o advento do chocolate industrializado esta produção doméstica caiu em desuso nessa região[572]. Também encontramos a descrição de chocolateiras em 25 processos de inventários,

---

[570] MENESES, 2000, p. 126 -127
[571] Em um universo de 105 inventários, apenas l2 deles fizeram referências a cama.
[572] REZENDE, 2008, p. 96.

o que representa 23,8% da amostra. Entretanto, nenhuma referência sobre árvores de cacau, significando que, diferente do que foi observado por Rezende, as chocolateiras da porção central da Mata mineira eram utilizadas de formas diversas no interior de suas unidades domésticas.

Em uma região de fronteira e ocupação recente como a zona central da Mata mineira, as famílias investiam muito mais em objetos que tinham valor de uso e que estavam diretamente ligados a um leque diversificado de atividades produtivas, do que no conforto e luxo dos interiores de suas residências. Embora as informações apresentadas nos inventários apontem que os mais abastados preocupavam-se em ostentar riqueza através de talheres nobres em sua mesa, os móveis de suas casas eram poucos e de baixo valor. Obviamente que não havia um padrão de moradia, pois os valores das casas dependiam muito mais da extensão do terreno onde elas foram construídas e das benfeitorias a elas incorporadas.

Eugênia Maria da Luz, residente na fazenda Boa Esperança na serra do Ubá, em 1823, teve seu patrimônio avaliado em 3.316$275 réis[573]. Os bens mais valorizados encontrados em seu inventário foram seus 19 escravos, equivalentes a 55% da sua riqueza.

> Deixara uma fazenda de oitenta alqueires no vale do Ubá, cultivada por 19 escravos, com capoeiras e matas virgens, engenho de bois e alambique de cobre, paiol e moinho coberto de telha, e senzalas cobertas de capim. Na fazenda havia um canavial novo e uma roça de milho por colher que renderia duzentos alqueires. Possuía o casal três juntas de bois, uma vaca, um novilho pequeno, um cavalo ruço, um macho de cangalha, 20 porcos de pasto. Os instrumentos agrários limitavam-se a seis enxadas entre novas e velhas, seis foices, uma torquês e um martelo, um pilão, dois carros uma caixa de quatro palmos e mio com fechadura e uma caixa de cinco palmos. Suas baixela e mobília consistiam de chocolateiras, tachos, três pares de latão, dois pratos travessos de pó de pedra, seis pratos de estanho, um bule de pó de pedra e uma mesa lisa, além de um oratório com a imagem de São Sebastião[574].

Assim como Renato Pinto Venâncio detectou nos inventários dos bandeirantes que viveram em Minas entre 1711 e 1725, encontramos nos inventários de alguns habitantes da Zona da Mata mineira, principalmente daqueles que tinham alguma patente militar, a presença

---

[573] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 1. Os inventários e banhos matrimoniais chegam a nos revelar algumas informações interessantes. Eugenia Maria da Luz, casada com uma das principais famílias da área central da zona da Mata, era filha de Francisco Pires Farinha, que atuou ao lado do missionário, Manuel de Jesus Maria, em seu projeto de conquista e civilização dos Índios Coroatos e Coropos, do Vale do Rio Pomba. Em 1794, Joaquim Teixeira de Siqueira e Eugênia Maria da Luz entraram com um pedido de dispensa matrimonial para se casar na Igreja de Rio Pomba. Segundo informações constantes do processo matrimonial, ambos os noivos eram oriundos de Guarapiranga. Como não houve impedimentos, eles se casaram e juntos tiveram uma única filha e herdeira, Clara Maria da Luz, casada com Felisberto Mariano Pacheco. Ver também: CARRARA, 1999b, p. 38. AEAM, Registro 004.569, Armário 04, Pasta 0457.

[574] CARRARA, 1999b, p. 38.

de um "verdadeiro arsenal doméstico", constituído por espingardas e espadas. Segundo Venâncio, a presença dessas armas nos domicílios era uma maneira que os antigos bandeirantes encontravam para se defender contra os ataques indígenas quando eles entravam pelas matas em busca da exploração do ouro[575]. Essa tática de defesa contra a represália indígena também foi observada em nossos estudos, pois como já sabemos os Botocudos e Puris resistiram intensamente à apropriação de suas terras atacando as fazendas estabelecidas na sub-região zona central da Mata Mineira. Em um total de 105 inventários, encontramos referência a 50 espingardas, nove jogos de pistola e uma espada.

Tal como Nazzari observou em suas análises dos inventários paulistanos oitocentistas, as roupas apareceram em apenas 15 inventários (14,2%), enquanto as terras e outras propriedades imobiliárias passaram a ter maior representação nos registros dos bens (83,8%). [576] Os estudos de Nazari mostraram que as terras e as casas representaram 50% dos bens paulistas no século XIX, sendo apenas 19% no século XVIII[577] .

3.6. Perfil das unidades domésticas: Pequenas trajetórias de vida: destinos e estratégias de sobrevivência

Neste tópico apresentamos algumas pequenas trajetórias de famílias que povoaram a zona central da Mata Mineira. A construção dessas trajetórias será possível graças à ligação nominal e ao cruzamento de fontes – as listas nominativas, os processos matrimoniais, os inventários *post-mortem* e documentos diversos, tais como petições, registros de compra e venda de terras e registros de casamento. A avaliação de alguns casos da vida dessas famílias nos permitirá pensar a fronteira como uma alternativa de vida familiar, apontando o matrimônio como uma possibilidade de obtenção de recursos materiais, numa área fortemente marcada pelo conflito pela posse da terra.

Para compreender a migração de famílias oriundas de antigas áreas de mineração para a zona central da Mata Mineira e para entender os conflitos pela posse da terra, usaremos como fio de nossa narrativa parte da trajetória de algumas famílias. A intenção é discutir os

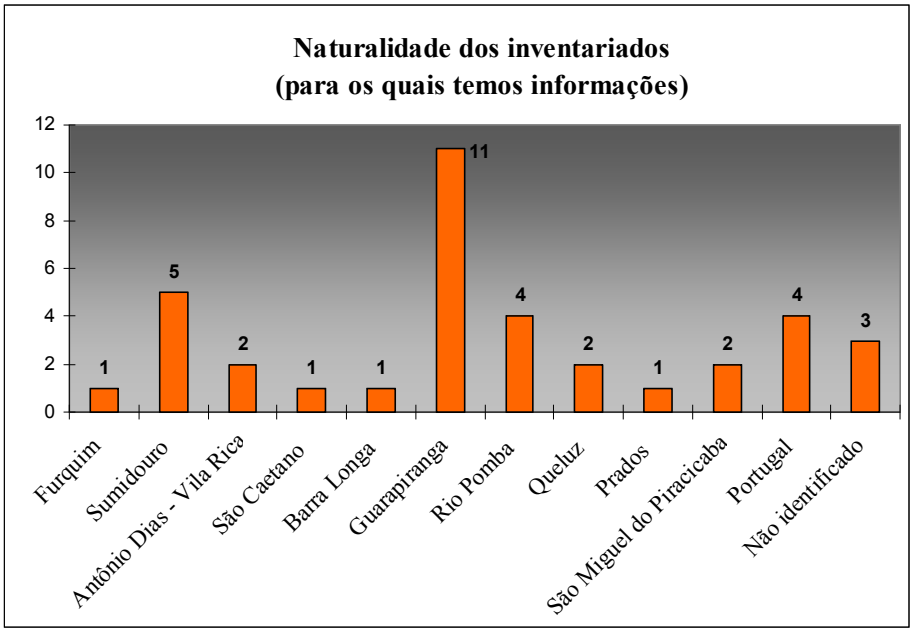
[575] VENÂNCIO, 1997.
[576] NAZZARI, 2001, p. 156.
[577] *Ibidem*, p. 157.

elementos materiais presentes naquela sociedade e a maneira pela qual se deu o acesso à terra, a perpetuação do grupo doméstico e a transmissão da herança.

Retomaremos aqui alguns tópicos que abordamos no segundo capítulo, quando mostramos que as oportunidades propiciadas pela aquisição de terras e trabalho nas lavouras atraíram cada vez mais os homens livres de regiões de ocupação mais antiga, que se dedicavam à produção mineral e que possuíam uma rede urbana mais consolidada que a Zona da Mata mineira. Algumas famílias se transferiram em peso para esta localidade. Outros vieram solteiros e depois, com o tempo, procuraram companhia. Abordamos também, que este deslocamento populacional acabou por ocasionar conflitos pela posse da terra e criar um mercado ativo de terras, principalmente a partir de 1822, quando os apossamentos se intensificaram, devido à ausência de uma legislação fundiária.

Embora o número de processos matrimoniais localizados seja pouco representativo para o total dos nomes inventariados, acreditamos que a análise das informações neles contidas possa ser útil para a identificação da origem deste grupo.

GRÁFICO 9



Fonte: Inventários e processos matrimoniais.

Analisando os processos matrimoniais de alguns indivíduos inventariados, é possível perceber que a primeira entrada de migrantes para a zona central da Mata mineira esteve

diretamente relacionada à crise da mineração. O gráfico acima nos permite visualizar que, entre os 37 inventariados para os quais temos o processo matrimonial, a grande maioria deles veio de localidades próximas e das que tinham a mineração como a atividade principal econômica, com destaque para indivíduos naturais de Guarapiranga (11), Sumidouro (5) e Furquim (1). Os demais eram naturais de Portugal (3), Rio Pomba (4), Antônio Dias de Vila Rica (2), Queluz (2), São Caetano (1), Barra Longa (1), São Miguel do Piracicaba e outros. Assim, os banhos matrimoniais dos inventariados da região tornam evidente a influência da corrente povoadora oriunda de Guarapiranga e Sumidouro. Dessas 39 famílias analisadas, nada menos do que 17 tinham um dos cônjuges natural de Guarapiranga.

A partir da década de 1820, houve um progressivo incremento do volume de migrantes dos Termos de Barbacena, São João del Rey e Itabira. Este segundo movimento demográfico para a zona central da Mata está ligado a uma nova corrente migratória, que após a expansão da cafeicultura, tornou a região bem mais atrativa para os indivíduos de outras localidades. Na análise dos registros de casamento da região de São João Batista do Presídio, percebemos que Mariana e Rio Pomba foram dois dos mais importantes Termos, que, no período de 1832 – 1850, forneceram importantes contingentes de noivos e noivas para São João Batista do Presídio, mas Barbacena, Itabira e São João Del Rey também tiveram um peso significativo nesse grupo. A maioria dos homens que se casavam em São João Batista do Presídio nasceu nessa freguesia (23,7%), denotando que a sua população se encontrava mais estabilizada e que sua fronteira estava se fechando. (QUADRO 30, ANEXO 5)

Paulo Eduardo Teixeira também observou que a região de fronteira agrícola de Campinas teve seu crescimento sustentado pela constante entrada de casais com filhos, estimulado, por um lado, pela política povoadora do morgado de Mateus e, por outro, pelo próprio desenvolvimento econômico que o açúcar passou a sustentar, incentivando muitos a migrarem para a região em período contíguo[578].

José Correia de Meirelles[579], agricultor que vivia no Arraial de São João Batista do Presídio, bem próximo às margens do Ribeirão de Santana dos Bagres, casou-se com Clara Maria do Espírito Santo e com ela teve oito filhos legítimos. Em 1832, quando foi feito o inventário de seu patrimônio, seu monte-mor era de 5: 827$000 réis. Seu sítio era equipado com engenho, paiol, roda de fiar, ranchos de capim e terras de cultura, que somavam 950$000. Sua unidade agrícola contava apenas com duas enxadas velhas, duas formas de fazer açúcar, um caixão de colocar açúcar, uma tacha de cobre, três animais bovinos, um carro

[578]TEIXEIRA, 2004, p. 162.
[579] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 17.

de boi e seis escravos, entre homens e mulheres, sendo uma criança, dois jovens, que trabalhavam em suas terras produzindo açúcar, plantando milho e café.

Chama-nos a atenção a diversificação produtiva de sua fazenda, que possuía quatrocentos alqueires de plantação de milho e trezentos pés de plantas de café, além das canas que não foram mensuradas. Dos poucos pertences que havia em sua moradia, se descreve como móveis apenas dois bancos e duas mesas pequenas. Já dos utensílios domésticos, constavam-se duas espumadeiras, seis pratos de estanho, cinco colheres de metal e um tacho de cobre. Esses utensílios, ao que tudo indica, teriam sido utilizados na produção de açúcar e rapadura.

O inventário de Correia de Meirelles mostra uma situação comum: na maioria das unidades produtivas voltadas para a produção agrícola, a simplicidade ou a falta de atenção sobre as características específicas das moradias e dos seus móveis e utensílios domésticos foi desviada para "o conjunto da propriedade e para as possibilidades de produção que elas agregavam, de acordo com as estruturas e plantações que dispunham"[580].

Clara Maria do Espírito Santo reclamava no auto do inventário de José Correia de Meirelles, que os bens do casal teriam que passar por uma nova avaliação, uma vez que a primeira havia sido feita há vários anos atrás. Segundo ela, como os bens de raiz e alguns móveis haviam sido consumidos e outros renovados, era importante descrever os bens novamente e fazer as necessárias declarações, e, somente depois disso, proceder a partilha entre ela e os herdeiros. A requisição de Clara Maria do Espírito Santo foi atendida, e os bens do casal postos a uma nova avaliação. Assim, declarava a inventariante que seu filho José Correia de Meirelles havia vendido o que lhe coube por herança em bens de raiz na fazenda que pertencia a legítima de seu pai, e que o seu genro Tristão Antônio da Costa também vendeu a sua legítima que lhe coube na dita fazenda, e mais um pedaço de terra adjacente equivalente a um quarto e meio com o valor correspondente a 600 mil réis.

Em 1842, Clara Maria do Espírito Santo, viúva do dito José Correia de Meirelles, compareceu ao cartório de São Januário de Ubá doando a parte de sua meação e terça do sítio e benfeitorias localizado no Ribeirão dos Bagres a seus netos, filhos de sua filha finada Ana[581]. O processo de inventário estendeu-se até o ano de 1850. Ainda no processo de inventário, a viúva inventariante declara que havia vendido quinze alqueires de plantação de milho do sítio dos Bagres. Consta ainda no processo, que o seu filho José Correia de Meirelles também havia vendido uma parte deste sítio que lhe coube da legítima paterna. Da mesma

[580]AUGUSTO, 2007, p. 95.
[581]CNU, livro nº 1, fl. 86.

forma assim o fez o seu genro, Tristão Antônio da Costa, casado com sua filha Claudina, que vendeu ¼ e meio de terras que recebeu de herança da legítima de seu sogro, cujo valor correspondia a 600 mil réis.

Algumas vezes os "bons serviços" prestados pelos escravos eram recompensados com a concessão da carta de liberdade. Um exemplo disso é a demonstração de gratidão feita por Clara Maria do Espírito Santo que no ano de 1849, compareceu no cartório para registrar uma carta de liberdade ao pardo Antônio, o qual foi descrito como escravo no inventário de seu marido José Correia de Meirelles. Dava-lhe "plena liberdade, como se fosse nascido de ventre livre, e pelos bons serviços" que sempre lhe prestou. Ela deixava bem claro que nenhum herdeiro ou mesmo testamenteiro poderia anular este papel de liberdade posto que ela fazia-o por sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma.

A condução do processo de um inventário costumava levar anos, principalmente quando o falecido possuía grandes cabedais e muitos herdeiros, o que dava margem para a omissão de bens, divergências quanto às avaliações e conflitos no momento da partilha. O fato de determinado herdeiro não declarar todos os bens (dotes, doações) que recebera dos pais, antecipadamente, para serem incorporados no inventário, a fim de se fazer a divisão igualitária dos bens do casal, era também um dos impasses que surgiam nos trâmites da realização dos inventários. Geralmente, a demora na conclusão do processo acabava por tornar comum a presença de mais de uma avaliação dos bens. As omissões de determinados bens pertencentes aos herdeiros por legítima paterna e/ou materna, muitas vezes, foram motivos para o afloramento de disputas internas nas famílias. Os pedidos de ressarcimento dos bens em débitos foi muito comum nos inventários.

> Normalmente os litígios sucessórios arrastavam-se por anos, com numerosos recursos que retardavam sua conclusão. Contribuía para isto, a distância e as dificuldades de comunicação entre os interessados, os inúmeros aspectos que poderiam gerar discordância entre os herdeiros: declarações, avaliações, e partilhas de bens, omissões, pagamentos de dívidas, tutela de órfãos, reclamações de pessoas que se sentiam lesadas, pedidos de anulação do testamento, entre outros.[582]

A legislação portuguesa concedia aos herdeiros o direito de renunciar a herança. No entanto, ela deveria ser claramente exposta nos autos dos inventários, a fim de evitar contestações posteriores. Isto acontecia, na maioria das vezes, nos casos em que o dote recebido possuía um valor mais alto do que o quinhão da herança. Mas, caso o herdeiro

[582] SOUSA, 1998, p. 130

optasse pelo recebimento da herança e a sua "legítima" fosse menor que o dote que já usufruía, ele ficava em débito com os demais herdeiros[583].

João Leão Lopes que exerceu durante muitos anos o cargo de Major da Vila do Presídio além ter sido um grande comerciante e roceiro, atuou em várias outras atividades. Ele possuía em São João Batista do Presídio, uma morada de casas com quintal e cafezal e uma fazenda com vinte alqueires de planta de milho, bem como um rancho de tropas com vários animais de carga. Esses lhe trouxeram grandes rendimentos no transporte de mercadorias da freguesia de São João Batista do Presídio até as freguesias de São Caetano e Sumidouro[584]. O tropeiro, além de ter sido assumido a responsabilidade pelo transporte de mercadorias, também foi o responsável pelo estabelecimento de ranchos que serviam como pousos e redes de abastecimento de negociantes e viajantes que transitavam pelas estradas[585].

Alcir Lenharo nos alertou que o tropeiro era proprietário de sua própria produção e o responsável direto pela venda de seus produtos[586]. Segundo Graça Filho, era muito comum na Comarca do Rio das Mortes a presença de fazendeiros que tinham sua tropa de burros para conduzir toucinhos e queijos para o Rio de Janeiro[587]. O autor afirma que:

> [...] nem todos os produtores tinham tropas. Pelos registros de passagem no Presídio do Rio Preto, o movimento das tropas era controlado por poucos condutores. João Fragoso alega que em 1824 e 1826, 2,6% dos tropeiros eram responsáveis por cerca de 19,7% dos carregamentos que atravessaram aquele registro de fronteira.[588]

Claúdia Chaves também observou a concentração do movimento de gado por poucos condutores nos registros das comarcas do Serro Frio e Rio das Velhas[589]. Segundo a autora, "os fazendeiros passaram cada vez mais a transportar e comercializar os seus produtos no mercado local com suas próprias tropas"[590].

Os escravos de João Leão não trabalhavam apenas na agricultura. Trabalhavam, também, no serviço doméstico, na pecuária e outras demais atividades tais como, nos serviços de carpintaria, ferreiro, sapateiro. Dentre os instrumentos de trabalho descritos em seu inventário encontram-se: uma caldeira de ferro, um ferro de bater sola, um torquês e um

---

[583]SARA ORTELLI, 2006, p. 101.
[584] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 81.
[585]Ver: FRANCO, 1997, p. 73.
[586]LENHARO, 1979, p. 119.
[587] GRAÇA FILHO, 2002, p. 109.
[588] *Ibidem*, p. 109.
[589] CHAVES, 1999, p. 114-61.
[590] *Ibidem*, p. 66.

martelo de sapateiro, uma banca de sapateiro, um rebote e esquadro de carpinteiro, um tear com seus pertences e duas rodas de fiar.

Além de homem de negócios, militar, carpinteiro e fazendeiro, tudo indica que João Leão Lopes, senhor de um patrimônio bem diversificado, era locatário, pois em seu inventário, além de constar a descrição de duas moradas de casas em uma mesma rua, descrevia que parte de uma de suas casas, situada na praça da Vila do Presídio, funcionava como Câmara e Cadeia. O caso de João Leão Lopes é exemplar no sentido de mostrar que nem sempre a posse de muitos escravos é sinal de diversificação de investimentos, uma vez que em sua unidade produtiva havia a presença de quatro escravos, sendo um deles uma criança.

É impossível dizer ao certo o valor da produção de café, mas se pode presumir que estamos diante de uma pequena unidade escravista destinada à produção para o mercado interno, na qual se que consorciava a criação de gado com plantação de alimentos, principalmente café e milho. Apesar da junção dessas atividades, o empréstimo de dinheiros a juros teve um papel mais importante. Seu monte-mor correspondeu a 5:414$446. O grande número de pequenas dívidas que havia em sua loja era de fregueses e devedores que pertenciam a todas as camadas sociais, desde as ricas até as mais humildes, inclusive os escravos. Conforme salientou Carlos Bacellar, somando os lucros da venda das mercadorias com o rendimento dos juros das somas que eram emprestadas, os negociantes conseguiam auferir boas somas de capital[591].

Analisando as escrituras de compra e venda de terras realizadas no 1º Tabelionato de Ubá, encontramos João Leão Lopes comprando, em 1840, parte das terras que Geraldo da Costa Ribeiro teria como herança dos bens ainda não partilhados da herança de seu irmão João Pedro da Costa, pelo preço de oitenta mil réis. Além disso, João Leão comprava do mesmo Geraldo da Costa uma sorte de terras pelo valor de vinte mil réis¸ na fazenda Juliana localizada em São João Batista do Presídio[592]. A venda da propriedade, de acordo com Sônia Maria de Sousa citando Giovanni Levi, era o último recurso que as famílias recorriam. Somente nos momentos de crise, quando as famílias já estavam endividadas em seu limite, e como garantia de sobrevivência, elas utilizavam-se do recurso da venda da sua terra como

[591]BACELLAR, 2001, p. 17.
[592]CNU, livro nº 1, fl. 16 v

estratégia de sobrevivência. "O produto da venda da terra era destinado à quitação de uma dívida anterior, entre vendedor e comprador"[593].

João dos Santos França Gato, comandante militar de São João Batista do Presídio, casou-se no ano de 1791, com a idade de 27 anos, com Maria Joaquina da Conceição. Antes, porém, chegou a contrair esponsais com Ana Maria de Jesus, moradora da freguesia da Borda do Campo. No entanto, isso não resultou em casamento, uma vez que os esponsais foram dissolvidos por ele. Natural de Guarapiranga, Termo de Mariana, esse agricultor e capitão legou uma fortuna de 1:190$860 réis.[594] Possuía um irrisório patrimônio: apenas algumas ferramentas e equipamentos agrícolas, espingarda, pouca mobília, alguns porcos e somente três escravos, um deles doente e machucado. Em seu inventário não foram descritos bens de raízes, apenas algumas referências sobre a venda que ele fez de parte de suas terras depois que sua primeira mulher faleceu. Em 1839, seu filho João Antônio dos Santos Gato compareceu ao cartório de Ubá acompanhado de sua mulher, Dona Josefa Ernestina de Sousa Pereira, para legalizar a venda que havia feito ao coronel Geraldo Rodrigues de Aguiar de uma parte da fazenda e suas plantações que provinham da legítima materna, herança de seu pai, pelo preço de 679$549[595].

João dos Santos França Gato, possuía o perfil típico de um "aventureiro", que teria se apossado do poder local comandando um distrito com uma população em constante crescimento, tendo sido alvo de acusações que levaram seus procedimentos perante as mais altas instâncias governativas. Se levarmos em conta as ações praticadas por ele, não devíamos nos surpreender com o seu abuso de poder. Encontramos documentos importantes que mostram o seu envolvimento em combates contra os indígenas e na exploração de suas terras.

Em 1810, Manoel Lemes da Silva, morador no Presídio de São João Batista do Presídio, reclamava em uma petição que o comandante do dito Presídio, João dos Santos França Gato, com premissas falsas, dizia que ele era o responsável pelas pancadas que constantemente sofriam os indígenas, o que fazia com que o capitão Guido Thomaz Marlière ficasse contra ele. Ainda segundo o suplicante, é o próprio irmão do comandante, Manoel dos Santos Gato, quem constantemente espancava os ditos índios e expulsava-os das suas aldeias. As acusações sobre esse irmão eram ainda mais severas. Além de criminoso, inclusive com duas querelas na cidade de Mariana, Manuel dos Santos Gato vivia com uma mulher com quem não era casado, mulher casada que ele "furtou de seu marido dando mau exemplo aos

---

[593]LEVI, 2000, p. 108-113 *apud* SOUZA, 2007. p. 64.
[594] Arquivo do Primeiro Ofício do Fórum de Ubá: nº 55
[595] CNU, Livro nº 1, fl. 7 v.

índios que também largam as suas, e tomam as dos outros". Este mau exemplo, de acordo com Manoel Lemes, é um dos principais motivos das constantes brigas entre os indígenas[596].

Ao reclamar a defesa e policiamento dos Presídios, os moradores da 2ª Divisão Militar, em 1814, argumentavam que as terras que abarcavam esta Divisão não poderiam ser disputadas, uma vez que a Coroa havia feito os indígenas "senhores e proprietários delas". Segundo ele, ao contrário de como deveria agir, esse comandante odiava os índios e os seus diretores, e não media esforços para criar "intrigas, mentiras e calúnias atrozes" para destruir o bem que esses diretores têm feito aos indígenas. Diziam ainda os moradores que esse comandante de São João Batista do Presídio favorecia "o grande partido dos usurpadores de terras" indígenas. Estes índios que tantas e tantas vezes foram espancados e espoliados das suas terras pela própria família do comandante e seus comparsas. Por isso, eles remetiam o abaixo assinado ao governador e capitão general solicitando a punição do comandante[597].

Em 1783, João Pinto Freixo veio de Portugal, Bispado do Porto, e se estabeleceu temporariamente no Rio de Janeiro durante dezoito dias a espera de licença para dirigir-se a Rio Pomba para instalar sua residência. Logo que se fixou na região, "entrou em negócio de fazenda seca" e com lavoura. Dezoito anos depois, em seu processo de casamento com Quitéria Rita da Conceição, natural de Queluz, as testemunhas afirmaram que o justificante (o noivo) veio solteiro, livre e desimpedido de Portugal e que nenhum impedimento havia para que ele se casasse com Quitéria. Neste mesmo processo, o padre Manoel de Jesus Maria, Vigário Collado da Freguesia do Mártir São Manoel do Rio Pomba, também justificava a ausência de impedimentos para o enlace matrimonial dos noivos. João Pinto Freixo faleceu em Santa Rita do Turvo no ano de 1825 com a idade de 64 anos e deixou alguns pequenos legados para sua esposa e seus nove filhos, cujo monte-mor correspondente era de 1: 504.000 réis. Todas suas filhas citadas no inventário receberam como dote ou doações uma sorte de terras na fazenda Cristais em que a família vivia. João Pinto Freixo vivia em Santa Rita do Turvo, em 1819, com sua mulher e mais seus seis filhos e cinco escravos.

Tanto no inventário como na lista nominativa de 1819, João Pinto Freixo[598] aparece como médio proprietário de escravos, possuindo cinco cativos. Entre os bens inventariados não aparecem móveis, roupas, objetos de uso pessoal que certamente existiram, mas que foram omitidos, talvez, pela precariedade e baixo valor dos mesmos, posto que os elementos encontrados em seu inventário nos dão indicações de que suas condições de residências eram

[596] APM, SG, Cx. 123, Doc. 33.
[597] APM, SG Cx. 90, Doc. 48; APM, SG, Cx. 60, Doc. 27.
[598] Arquivo do Primeiro Ofício do Fórum de Ubá: nº 14.

precárias. Constava como bens somente uma morada de casas com telhas arruinadas (20 mil réis), uma casa coberta de capim, moinho todo coberto (300 mil réis), um quarto de sesmarias de terras em capoeiras e matos virgens com suas benfeitorias e mais meio quarto de terras em matos virgens na paragem denominada Coimbra, que foram avaliados em 464 réis.

Dono de sete escravos, três deles em idade produtiva, João Pinto Freixo[599] morava em morada de casas com telhas arruinadas avaliada em apenas 20 mil réis. Neste mesmo local, ele foi proprietário de um quarto e meio de sesmaria de terras em capoeiras avaliada em 400 mil réis, sendo que 100 mil réis referiam-se às benfeitorias (apenas um moinho coberto de capim). É bom lembrar que suas terras foram transformadas em pequenas parcelas a partir de 1834, momento em que os bens de João Pinto Freixo foram divididos entre seus quatro herdeiros menores, cabendo a cada um deles a quantia de 24$898 5/7 de real. Infelizmente não encontramos inventários de seus filhos, mas podemos inferir que a tendência é de que eles tenham sido muito mais pobres do que fora seu pai. Uma vez que, como já discutido, neste trabalho, a dispersão da herança e empobrecimento caminhavam numa mesma direção.

Ainda no que se refere a este caso, devemos ressaltar que o curador dos órfãos de João Pinto Freixo compareceu no cartório da cidade de Mariana e fez o seguinte termo:

> Nós abaixo assinados em virtude do despacho do Senhor Juiz dos órfãos vimos [...] e avaliamos uma sorte de terras de cultura na sesmaria que foi de Antônio Lopes Bastos hoje de Quitéria Maria Rita viúva de João Pinto Freixo por compra que a mesma fez a José Lopes da Costa [...] compondo-se as ditas terras de boa capoeiras e matos virgens por serem de boa perdição, achamos em nossa consciência que [...] vale 400 mil réis. Além mais, avaliamos a casa de vivenda, moinho, monjolo, paiol tudo coberto de telha rego, pasto de grama cercado de braúna, porteiras e senzalas, engenho (...) algumas madeiras lavadas tabuados cerados. O que todas as benfeitorias achamos em nossa consciência e estimação gerar valer outra igual quantia de quatrocentos mil réis – 400$000, sendo todo o valor de 800 mil réis[600].

Este relato permite perceber que a viúva vendeu a metade dos bens de raiz que lhe coube enquanto meeira de seu marido antes que houvesse a partilha. Tais informações dão

---

[599] Na lista nominativa de 1821 de Santa Rita do Turvo, João Pinto Freixo aparece como morador de um domicílio aumentado. Além da esposa e seus seis filhos, viviam em seu domicílio um escravo (28 anos), uma escrava (26 anos) e três escravinhos (7, 4 e 2 anos, respectivamente). Embora os dois escravos adultos listados constem como solteiros, ao que tudo indica, eram jovens que se uniram e construíram uma família no interior da unidade produtiva de João Pinto Freixo. Sem possibilidades de importar escravos por causa de seus parcos recursos financeiros, esse português encontrou na reprodução natural a oportunidade de aumentar sua escravaria. Tais indícios adquirem embasamento ao analisarmos a descrição dos bens presentes em seu inventário, que foi aberto no ano de 1825. Em quatros anos que separa o recenseamento e a morte de João Pinto Freixo, vemos que seu domicílio incorporou a presença de apenas dois escravos, sendo um africano e em idade produtiva e uma escrava recém-nascida, possivelmente fruto da família estável que vivia em seu plantel.

[600] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 4

ensejo a algumas considerações. A primeira é que antes mesmo de ser partilhado os bens de raiz do espolio eram vendidos pelos seus herdeiros. A segunda é que este tipo de mercado sinaliza para um peso enorme na pulverização da terra e revela a freqüência com que a terra era passada de mãos em mãos.

Nas cercanias da Serra São Geraldo, entremeada de matas fechadas e capoeiras, encontrava-se o domicílio de José Anastácio Alves Lira e Teresa da Silveira. Eles faziam parte do segmento de uma população oriunda de antigas áreas de povoamento. Esse casal e seus filhos pertenciam a um grupo relativamente estável de pessoas que tinham sua vida regrada, em princípio, por uma agricultura de abastecimento alimentar. A abundância de espaços livres e o incentivo à produção de alimentos levaram José Anastácio Alves Lira e sua família a se estabelecerem em São João Batista do Presídio. Trata-se de um migrante que, ao se deslocar para uma região de fronteira com o intuito de ampliar seu patrimônio, levou consigo toda a sua família e todos os seus escravos. Ao falecer em 1826, ele deixou 17 filhos, entre eles João Anastácio Alves Lira[601], casado com Francisca Angélica de Jesus.

Ao seguir parte das pegadas deixadas pela família Alves Lira, procuramos enriquecer a discussão sobre os elementos materiais presentes nesta sociedade e a maneira pela qual se dará o acesso à terra, a perpetuação do grupo doméstico e a transmissão da herança.

José Anastácio Alves Lira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica, casou-se pela primeira vez com a parda e forra Francisca da Rocha nesta mesma freguesia. Em 1784, um ano após ficar viúvo de Francisca da Rocha, na freguesia de Antônio Dias, José Anastácio entra com um processo de banho matrimonial para se casar com uma jovem de apenas dezoito anos, Tereza da Silveira, natural da freguesia da Barra Longa.[602] Ao falecer em 1826, ele deixou 17 filhos, entre eles João Anastácio Alves Lira[603], casado com Francisca Angélica de Jesus.

Na fazenda de José Anastácio Alves Lira, em Manairt, no distrito de Sumidouro, além das casas de vivenda de sobrado, senzalas, paiol, moinho, engenho de mandioca, possuía rancho de passageiros e capela separada, e uma venda onde ele comercializava mantimentos, aguardente da terra e do Reino e vinho do Porto. Nesta fazenda, ainda possuía três escravos e um rebanho com 77 cabeças de gado vacum e outros animais, três alqueires de roça de milho, uma sorte de terras de capoeiras e campos. Além disso, casas de vivenda de sobrado,

---

[601] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 72.
[602] AEAM, Registro 4653, Armário 04, Pasta 466.
[603] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 72.

benfeitorias, três alqueires de roça de milho, uma sorte de terras de capoeiras e campos. Possuía também, em Santa Rita do Turvo, uma porção de terras em sesmaria e suas benfeitorias, bem como terras de cultura em São Bartolomeu e créditos com devedores que residiam:

> […] nos povoados de Saúde, Santa Rita do Turvo, Cristais, Tapera, Brumado, Presídio, Varge, Manja-Léguas, Sumidouro, Piranga, Xopotó, Mercês do Pomba, Barra do Bacalhau, Rio Casca, Mata-Cães, Salto Alto, Pinheiros, Passagem, Calambau, Ponte Nova, Pomba, Ouro Preto, Passa Cinco, Senhora de Oliveira, Mariana, Tabõoes[604].

A presença de ranchos de passageiros no seu patrimônio é uma indicação de que ele estava envolvido com atividades comerciais. Tais evidências sugerem que José Anastácio Alves Lira enviava seus produtos para a cidade do Rio de Janeiro por meio de tropas. O tropeiro aparece como proprietário de terras e, além de dar conta de sua produção, é ele próprio que comercializa seus produtos[605].

Em seus estudos sobre os homens de negócio das Minas no século XVIII, Júnia Ferreira Furtado nos alertou para o fato de que era muito comum ali a presença de comerciantes que acumulavam muitas pequenas dívidas a receber, em várias localidades do interior da capitania e até mesmo fora dela[606].

Na documentação avulsa do Arquivo Público Mineiro relativa a Junta Militar de Conquista e Civilização dos Índios, encontramos um despacho de Guido Thomas Marlière. Datada de 27 de dezembro de 1817, o despacho informava ao governador de Minas sobre umas terras que estavam em litígio em São João Batista do Presídio. Este Diretor militar acusava José Anastácio de ter comprado ilegalmente uma porção de terras nas imediações da capela de São José. Segundo ele, essas terras que foram vendidas por Prudente Fortunato e seu pai, Inocêncio Lemes, pertenciam ao Reverendo Emerenciano Maximiano, que ele havia adquirido a título de herança do padre Manoel Luís Branco, primeiro catequizador dos índios coroados e fundador da capela de São José. Marlière, de forma contraditória, denunciava que tais terras foram usurpadas dos índios, por Prudente Fortunato e seu pai:

> […] estes Lemes não tinham outro negócio senão o tráfico que faziam das terras destas Aldeias que vendiam por pouco mais de nada, fossem de quem fosse, porque se faziam terríveis pelos seus crimes, e não havendo então

[604]CARRARA, 1999b, p.16.
[605]LENHARO, 1979, p. 32
[606]FURTADO, 1999.

> polícia nesta colônia principiante o suplicado José Anastácio Alves Lira tanto sabia que as comprava dolosamente[607].

Este caso nos leva a crer que Guido Marlière tinha consciência de que as terras em litígios tinham sido dos índios, mas, mesmo assim, justificava que o padre Manoel Luís Branco era o dono legítimo delas, pois além dele ter corrido perigos ao catequizar os índios bravos, prestara serviços para a Coroa[608]. Assim, Marlière defendia o direito do padre Emerenciano sobre estas terras que ficavam adjacentes ao Ribeirão Preto.

De acordo com o depoimento de Marlière, José Anastácio Alves Lira, além de ter usurpado as terras que o padre Emerenciano obteve de herança, ampliou a extensão das mesmas e incorporou parte das terras que pertenciam aos indígenas, e depois disso vendeu-nas para Margarida Lemes. Em resposta à acusação, em 31 de agosto do mesmo ano, a viúva Margarida Lemes de Jesus justificava a sua compra dizendo que o governo da capitania concedeu aos portugueses que entraram em São João Batista do Presídio o direito a um quarto de terras com a condição de que eles construíssem estradas. Segundo ela, o quarto de terra que ela comprou de José Anastácio foram terras reservadas aos índios e não as que foram concedidas ao padre Emerenciano. Infelizmente, não tivemos acesso à resolução do caso. No entanto, ele é interessante na medida em que aborda de maneira clara a participação de José Anastácio Alves Lira no mercado e conflito de terras[609].

Em 1820, o mesmo José Anastácio Alves Lira abriu um processo contra os seus vizinhos, João Pereira Lima e sua mulher Joaquina Ferreira Antunes, e Manoel Francisco dos Santos e sua mulher Francisca Rosa da Silva, alegando que estes estavam fazendo "roçadas, derrubadas, e plantações" sem o reconhecimento dos limites e marcos de sua sesmaria. Segundo ele, essa sesmaria localizada no ribeirão São Geraldo foi adquirida por posse e compra das mãos de Dona Josefa Maria de Jesus. Ele julgava ter direito a mesma porque estava ocupando e plantando na área, com escritura e atos possessórios há mais de vinte anos. De qualquer forma, é importante salientar que o "sistema de posse não produzia documento capaz de definir os limites territoriais de uma área ocupada. O sistema sesmarial tampouco conseguia determinar os limites das áreas concedidas" [610].

Talvez, a acusação de Alves Lira contra essas famílias era a de um homem ambicioso que procurava firmar legalmente seu domínio sobre terrenos contíguos a sua sesmaria. Podemos supor que enquanto Alves Lira procurava expandir a extensão de suas

---

[607]APM, SG, Cx 104, Doc. 110.
[608] APM, SG, Cx. 104, Doc. 110.
[609]APM, SG, Cx. 103, Doc. 53
[610]MOTTA, 2006.

sesmarias para além dos limites originais, esses casais ansiavam pelo acesso a uma parcela de terra[611].

Pudemos rastrear a trajetória de seu filho, João Anastácio Alves Lira, em Santa Rita do Turvo a partir de 1819 quando o recenseador nos informa que ele tinha 36 anos e era casado com Francisca Angélica, com quem teve quatro filhos e vivia da lide agrícola com a ajuda de apenas de uma escrava. Em 1831, sua situação era praticamente a mesma. Vivia como agricultor ao lado de sua mulher e sua única escrava. A diferença agora era que seu domicílio contava com mais um filho.

Em seu requerimento de sesmaria do ano de 1815, consta que já cultivava o terreno antes de pedi-lo a título de sesmaria. "Diz João Anastácio Alves Lira que ele se acha de posse de umas terras sitas no Ribeirão de São Geraldo Freguesia da Pomba e aplicação de Santa Rita do Turvo Termo de Mariana as quais terras os quer possuir por legítimo título de sesmaria (...)"[612].

João Anastácio veio a falecer em 1844, o que nos possibilita realizar uma análise comparativa entre seu patrimônio e o de seu pai. São apenas 18 anos que separam a morte de pai e filho, e são bem diferentes os patrimônios deles. João Anastácio Alves Lira[613], possuía uma fortuna modesta que foi avaliada em 1.898.265 réis, composta por uma morada de casas com horta, uma morada de casas para venda com curral pertencente a mesma, moinho, paiol e uma porção de terras de cultura com vinte e cinco alqueires, cada alqueire avaliados em 15 mil réis.

Nesse documento, deixou muito bem discriminadas as terras a que teria direito da sesmaria do pai, uma porção de terras com 25 alqueires e seu outro imóvel (morada de casas com cômodo para venda e curral). João Anastácio morreu legando uma fortuna de 1:594$870 réis para os seus seis herdeiros, dos quais 375$000 estava alocado nas terras do pai no ribeirão São Geraldo, em Santa Rita do Turvo. Tudo indica que esta terra fora adquirida por meio da compra, uma vez que ela não foi dividida com os outros herdeiros.

Após a morte do inventariado, a tendência para o esfacelamento da herança e a possibilidade de empobrecimento do cônjuge e de seus herdeiros era algo difícil de se contornar, uma vez que a divisão eqüitativa dos bens e cumprimento das formalidades legais,

---

[611]Códice 8, 2º Ofício, auto 205. Ver: MOTTA, 2006.
[612]APM, CC, Cx. 46, Rolo 515, planilha 30.272.
[613]Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 74.

tais como os custos do inventário, pagamento das dívidas e despesas com o funeral, levavam a imediata fragmentação do patrimônio da família.[614]

Ao analisarmos as solicitações de direitos junto à Justiça, motivadas pelo acesso aos bens materiais, podemos perceber o quanto a família constituía um espaço de ação dos interesses individuais. Os processos familiares, resultado da insatisfação de parte de alguns herdeiros ou legatários com os termos de partilhas ou da avaliação dos bens, foi muito comum nos inventários analisados. Essa situação conflituosa surgiu entre João Anastácio Alves Lira e seu cunhado, Constantino Lopes. Podemos observar no requerimento do auto do inventário a solicitação de direitos junto a justiça que João Anastácio Alves Lira Junior fez denunciando que seu cunhado, Constantino Antônio Lopes, havia omitido alguns bens no inventário de seu pai.

Em 1845, o inventariante e cor-herdeiro Constantino Antônio Lopes respondeu a reclamação feita no inventário por João Anastácio Alves Lira Junior sobre a omissão que ele teria feito de uma morada de casas térreas no Arraial de São João Barroso e outra em São Geraldo, bem como de uma sorte de terras de cultura contíguas à fazenda principal da família, dizendo que ele não tinha notícias de quaisquer terras que ficassem fora da avaliação dos bens.

Comparando os dois inventários percebemos uma sensível diminuição do monte-mor. João Anastácio não tivera a mesma sorte do pai. Seu monte-mor era muito inferior: 1.898.265 (não levando em conta a inflação do período). Enquanto que seu pai comprometia 58% do seu patrimônio em bens de raiz, João Anastácio terá apenas 20% do seu patrimônio investido nestes bens para garantir a produção de alimentos. Obviamente que, ao estabelecermos comparações, devemos levar em conta a capacidade individual de cada um, considerando cada qual à sociedade que pertenciam. Ao compararmos o patrimônio de pai e filho, pretendemos mostrar que João Anastácio jamais poderia ter investido seu patrimônio em bens de raiz tal como fez o seu pai, pois ele convivia em uma sociedade em que o preço de um alqueire de terra já era muito alto. Em seu tempo, 15 mil réis, já no do seu pai, apesar de não informado a quantidade de alqueires, sabemos que ele vivia em uma sociedade em que a ocupação da terra se dava através da posse e quando as terras valiam muito pouco na fronteira. Daí que o alqueire de terra teria maior valor do que época da morte de seu pai.

---

[614]A partilha é o processo final do inventário, consistindo na divisão dos bens da herança entre os herdeiros, que ocorria de acordo com as vontades declaradas em testamento, caso houvesse, ou, simplesmente, de acordo com as instruções da lei. De acordo com a legislação, a partilha deveria ser realizada dentro do prazo de um ano, a partir do falecimento do defunto. Contudo há casos em que esta disposição não é observada, sendo a data de conclusão muito superior a um ano. Sheila de Castro Faria argumenta que a partilha seria um expediente formal no inventário, pois a partilha só acontecia de fato depois da morte do último cônjuge. FARIA, 1998, p. 258

Essa idéia baseia-se no fato de que os critérios comparativos entre as fortunas de pai e filho não podem ser "atemporais", mas sim, adequados ao contexto histórico em que cada um deles viveu. De qualquer forma, Sheila de Castro Faria já havia nos alertado que os filhos dificilmente conseguiam repetir o grau de riqueza de seus pais: "Pai taverneiro, filho barão e neto mendicante"[615] . Neste sentido, após a morte do inventariado havia uma tendência para o esfacelamento da herança e a possibilidade de empobrecimento do cônjuge sobrevivente e dos herdeiros.

Apoiada numa ampla documentação, Brugger conseguiu perceber, para a sociedade de São João del Rei, nos séculos XVIII e primeira metade do XIX, que, as atividades que conferiam *status*, tal como "as agrária tendiam a empobrecer as sucessivas gerações, enquanto outras, desprestigiadas socialmente, como o comércio, eram produtoras de maiores riquezas"[616]. Era natural que nas sucessivas gerações houvesse o inevitável processo de fracionamento das propriedades através da divisão da herança.

Em 1841, Joaquim Miguel de Freitas e Rosa Vieira do Nazareth pretendiam se casar, mas estavam impedidos por "consangüinidade em 3º grau em linha transversal igual", pois o avô de Joaquim era irmão da avó da sua candidata à noiva. Segundo informações presentes no banho matrimonial, Joaquim Miguel residia na casa dos pais da pretendente já algum tempo. A honra e pobreza eram alegadas para obtenção da dispensa, pois Joaquim Miguel afirmava que os pais de Rosa Vieira do Nazareth possuíam poucos bens para contemplá-la com um dote. Segundo as testemunhas, o pretendente, apesar de possuir poucos bens, era capaz de sustentar os encargos do matrimônio e amparar a noiva. Além disso, os pais dela fariam fortuna com a realização do matrimônio[617].

O pároco que redigiu o processo matrimonial assinalou que os oradores estavam aptos para se tornarem marido e mulher, uma vez que já era "público e notório" na freguesia do Presídio, onde residia Rosa Vieira do Nazareth, que eles viviam em "atos criminosos". O mais interessante neste caso é que houve uma conjugação da vontade dos pais e da noiva, apresentando fortes evidências da influência dos pais na escolha nupcial de Rosa Vieira do Nazareth[618].

Mesmo sendo denunciados por "consangüinidade em 3º grau em linha transversal igual", Joaquim Miguel de Freitas e Rosa Vieira do Nazareth não foram impedidos de se casarem. No parecer final do processo matrimonial, o pároco de São João Batista do Presídio,

---

[615] FARIA, 1998, p. 194
[616] BRUGGER, 2007, p. 234.
[617] AEAM, Registro 104.492, Armário. 41, Pasta 1045.
[618] AEAM, Registro 104.492, Armário. 41, Pasta 1045.

Marcelino Róis Ferreira, reconhecera que os nubentes tinham relações de parentesco. Apesar disso, autorizava a realização do matrimônio, justificando que Joaquim Miguel de Freitas já residia na casa dos pais da noiva há vários anos e que iria ampará-la, pois seus pais tinham "poucos bens para a dotar". O paróco afirmava também que José Miguel, apesar de possuir poucos bens, seria capaz de "sustentar os encargos do matrimônio". Dizia ele que "senão se efetuar este casamento, julgo em perigo a honestidade, e o conceito da oradora, a qual é pobre, e na deficiência de dote acha o orador, que é ágil e capaz de a sustentar"[619]. Obviamente a consangüinidade dos candidatos a cônjuge não resultaria em impedimentos, uma vez que sabemos que a Igreja não mediu esforços para incentivar os matrimônios nos séculos XVIII e XIX, principalmente em regiões em processo de povoamento.

Rosa Vieira do Nazareth casara-se em segundas núpcias com Manuel da Costa Ferreira, e falecera em 1831. Em acordo com as análises que afirmam a existência de uma prole numerosa nas áreas rurais, tiveram dez filhos: Vicente Ferreira da Costa, Felícia, Antônio Ferreira da Costa, Delfino Ferreira da Costa Cascudo, Manoel Ferreira Junior Cascudo, José Ferreira, Maria Ferreira, Francisco Ferreira, Caetana Cascudo e Sebastiana Pena. Contrariamente, os seus herdeiros tiveram poucos filhos, média de 4,3, excetuando quatro deles que não foi possível encontrar registro sobre o número de filhos.

Fazendo uma análise sucinta da composição de seu domicílio no ano de 1819, observamos que nele residia seu esposo (Manuel da Costa Ferreira), seu filho Francisco, que possuía a idade de 24 anos, e seus cinco escravos, os quais ajudavam a família na lide agrícola. Comparando a composição do seu domicílio em 1819 com o ano de 1831, percebemos que, em um período de doze anos, o investimento em escravos não foi muito grande, apenas mais dois cativos entraram no patrimônio da família. Conforme consta do inventário de Rosa Vieira do Nazareth[620], do ano de 1831, seus bens, avaliados em 7:775$360, incluíam porcos, cavalos, gado, e a posse de uma morada de casas térreas cobertas de telhas no Arraial do Presídio avaliada em apenas 20 mil réis, composta por todas as benfeitorias do terreno como casas, paiol, moinho, monjolo, engenhoca, senzala e Chiqueiro, tudo avaliado em 40 mil réis.

O filho do casal, Delfino Ferreira da Costa, casou-se com Ana Joaquina de Jesus, e com ela tivera três filhos: Raimundo, Maria, Manuel. Seu domicílio, segundo informações presentes na lista nominativa de 1819, do Arraial de São João Batista do Presídio, possuía uma estrutura nuclear. Analisando o inventário de Ana Joaquina de Jesus, datado do ano de

[619]AEAM, Registro 104.492, Armário. 41, Pasta 1045.
[620] Arquivo do Primeiro Ofício Cível do Fórum de Ubá: nº 11

1831, percebemos que de fato eles viviam em um ambiente rústico. Dentre os bens descritos em seu inventário descreveu-se a presença de apenas uma caixa, oito pratos de pó de pedra, 2 tachos de cobre velho e 2 camas de algodão aparelhadas. Havia a presença de uma porção de terras que ela havia recebido na forma de dote, localizada na Aldeia do Morro, cujo valor correspondente era de 120 mil réis. Pertencia ao casal uma morada de casas coberta de telhas e um paiol coberto de capim situados nas terras de seus pais, juntos, avaliados em 28 mil e oitocentos réis. Delfino Ferreira da Costa, um ano após a morte de Ana Joaquina de Jesus, que faleceu no ano de 1826 com a idade de 45 anos, casou-se com uma das filhas de José Correia de Meirelles e Clara Maria do Espírito Santo.

Esses exemplos são elucidativos no sentido de mostrar que a família conferia um sentido especial à vida da gente da fronteira, sobretudo no que se refere à estabilidade e formação do patrimônio. Pertencer a uma família e formar laços de parentesco fortes comportava como uma chance maior para os indivíduos conquistarem recursos econômicos, os quais eram investidos muito mais sobre a força de trabalho e meio de produção do que sobre o conforto doméstico. Desse modo, formar uma família era importante para os homens e mulheres que entravam na fronteira em busca de riquezas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fronteiras da área central da Mata mineira expandiram-se de forma mais intensa a partir da emissão da Carta Régia de 1808, que declarou uma guerra ofensiva aos Índios Botocudos e incentivou a migração espontânea de colonos vindos de antigas áreas mineradoras para a região. A anexação de terras tradicionalmente habitadas pelos indígenas, a construção de novas estradas e o estímulo à navegação do rio Doce e seus afluentes foram o resultado da organização de várias expedições militares que desbravaram e ocuparam as serras e matas fechadas dessa fronteira. A facilidade da apropriação da terra multiplicou o estabelecimento de pequenas e médias fazendas produtoras de alimentos e tornou muito comum os conflitos e ativou o mercado fundiário. Com a esperança de acesso fácil à terra, muitas famílias se transferiram em peso para a área central da Zona da Mata. Outros vieram solteiros e depois, com o tempo, procuraram um companheiro. Os processos matrimoniais e registros de casamento mostram claramente essa realidade migratória para a área central da Mata.

Ao analisar os inventários *post-mortem*, notamos que a cooperação familiar no cultivo da terra, muitas vezes auxiliada pelo trabalho escravo, além de fornecer o alimento cotidiano de todos os membros da família e do grupo cativo, produziam excedentes que eram comercializados em mercados locais. Vimos que muito mais do que os objetos do cotidiano (mobília, roupas, jóias, utensílios domésticos e outros), a posse de escravos, os bens de raiz e benfeitorias desempenharam papel fundamental no patrimônio das unidades domésticas da área central da zona da Mata mineira. Percebemos ainda que a aquisição de escravos, embora tenha sido majoritária entre os grupos com maior poder econômico, fez parte da realidade das camadas mais populares, que não viam neles apenas uma força para complementar o trabalho familiar e aumentar a produtividade do domicílio, mas que neles repousava a esperança de obter prestígio social.

Mostramos também que a grande quantidade de instrumentos agrícolas descritos nos inventários confirma a proposição do predomínio da agricultura no cenário social econômico dessa fronteira. A análise das listas nominativas também confirma que a atividade preponderante da família ou "fogo" girava em torno da lide agrícola. Ao lado dos inventários, os registros de compra e venda de terras apontaram à diversificação agrícola com o predomínio da produção de milho e de cana-de-açúcar no interior das unidades produtivas. A

grande quantidade de teares, rodas de fiar algodão e demais apetrechos ligados à fiação e a tecelagem, entre os bens dos inventariados, confirma as abordagens que mostram a importância das atividades manuais e mecânicas na economia oitocentista.

Afirmamos que o pequeno número de objetos e utensílios domésticos no interior das residências denota a rusticidade nos modos de habitar e construir das populações fronteiriças. Até mesmo os mais abastados, apesar de residirem em fazendas e em casas de moradas assobradadas, não ostentavam alto nível de riqueza na mobília e utensílios domésticos. Enfim, uma análise geral da mobília descritas nos inventários mostrou que ela estava muito mais ligada ao valor de uso do que ao conforto dos moradores.

De um modo geral, afirmamos que a formação de famílias foi muito importante para os homens e mulheres da fronteira, que buscavam na força familiar e escrava a estabilidade e a formação e/ou ampliação do seu patrimônio.

ANEXO 1

Documento interessante que aborda a desorganização na distribuição de sesmarias, litígio e mercado de terras[621].

Ocorre-me mais dizer a V. EX a desordem, em que se acha esta colônia na parte que respeita a sesmarias uma praxe diabólica tem-se introduzido, de entrarem pelos matos homens a porem mato abaixo; e plantarem algum milho, bananeiras, laranjeiras, de maneira, que nada colhendo, deixam aquele lugar em capoeiras, eles chamam suas posses – passando imediatamente a venderem-nas à outros; e cuidam logo em por novas, fazendo disto um gênero de negócio: algumas pessoas comprando-as não sabem mais o lugar, onde ficam, e nem cultivam. Os outros vão junto daquelas chamadas posses, fazem o mesmo, e levantando um pequeno rancho, por lá passam de vez em quando, só para constar, até acharem quem as compre: o dono da posse vizinha muitas vezes antigas, principia a defender as suas terras; e aí um litígio formado, com demandas, desordens, intrigas, e pancadas; e desta maneira se acha toda a mata, desde Pomba, até o Jequitinhonha; isto mesmo acontece com as demarcadas, e medidas por sesmarias, desta maneira, ninguém já se pode entender, e nem eu sei o que informe a V. Ex, quando vem algum requerimento. Eu sou de parecer para poder ver dar em parte semelhantes atrocidades, que V. Ex exponha em Conselho, para eu puder independente da carta de sesmaria concedida pelo governo, medir, e demarcar, os terrenos, que me forem requeridos, dando-lhes um título de possessão, para por ele requererem a V. Ex então à sua competente carta sendo a minha medição retificada pelo Juiz Sesmeiro; e no caso de achá-la certa, e legal dar se lhe a posse judicial, e pagar o direito que lhe for imposto; isto é de suma necessidade, fazendo V. Ex publicar por editais, para, que chegue ao conhecimento de todos os que tem tirado cartas de sesmarias, que venham tratar das terras que lhes foram concedidas, porque passando o tempo marcado em lei, sem delas cuidarem, devem perder o direito, que tem, removendo-se assim o embaraço que há nas terras concedidas, de não entrarem para elas, e nem deixarem à outros cultivá-los, sem se saber muitas vezes à quem pertençam ao certo.

Se não me engano, é preciso à qualquer para ter por lei uma sesmaria, apresentar força suficiente de cultivar; mas vejo muitas vezes concedidas à quem uma só não poderá cultivar, com o fito unicamente de as vender por bom dinheiro. É mister remediar este abuso e dá-las à quem cultive.

És aqui tem V. Ex; em breve quadro o resultado da Inspeção de que tive à satisfação ser incumbido por V. Ex.

Quartel Geral das Divisões em São João Madureira 9/11/1832: Felipe Joaquim da Cunha e Castro

Ilmo Senhor Presidente da Província de Minas Gerais

Manoel Ignácio de Mello e Souza

[621] APM, SP PP 1/15 Cx. 91

ANEXO 2

QUADRO 27

Distribuição da população por sexo e cor, 1819/1822

Localidade	Homens							Mulheres						
	Branco	**Preto**	**Crioulo**	**Pardo**	**Cabra**	**Índio**	**Total**	**Branco**	**Preto**	**Crioulo**	**Pardo**	**Cabra**	**Índio**	**Total**
Rio Pomba	131	93	116	224	1	0	565	135	30	114	243	0	6	528
São João Batista do Presídio	372	117	189	390	0	1	1	415	32	182	422	0	262	1313
São Januário do Ubá	166	68	94	138	0	63	529	171	17	88	124	0	62	462
Santa Rita do Turvo	210	168	189	329	35	14	945	188	34	185	343	30	14	794
Total	**879**	**446**	**588**	**1081**	**36**	**78**	**2040**	**909**	**113**	**569**	**1132**	**30**	**344**	**3097**

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

ANEXO 3

QUADRO 28

Estado conjugal e Sexo dos Inventariados. 1823-1850

Estado conjugal	Homens		Mulheres		Total	
	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)
Solteiro	1	1	0	0	1	1
Casado	44	42	39	37	83	78
Viúvo	1	1	2	2	3	3
Sem informação	12	11	7	6	14	18
Total	**58**	**55**	**47**	**45**	**105**	**100**

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

ANEXO 4

QUADRO 29

Total de chefes de domicílios com filhos por localidade, 1819/1822

Localidade	Com filhos		Sem filhos	
	Nº	(%)	Nº	(%)
Rio Pomba	81	66	41	34
Presídio	323	68	150	32
Ubá	100	75	34	25
S.R. Turvo	153	71	64	29
Total				

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica

ANEXO 5

QUADRO 30

Origem dos noivos.
São João Batista do Presídio: 1832 – 1850

Termos	Noivos	Noivas
Barbacena	18	15
Campanha	-	1
Itabira	23	19
Mariana	62	40
Ouro Preto	7	5
Queluz	7	2
Rio Pomba	110	157
Sabará	1	1
São João Del Rei	4	5
São Romão	1	-
Não declarado	63	54
Não identificado	9	9
Portugal	3	-
Total	**308**	**308**

Fonte: Livro I de Registro de casamentos (1832 – 1865). Paróquia de Visconde do Rio Branco

FONTES

ARQUIVO DO PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL DO FÓRUM DE UBÁ

Inventários *post-mortem* consultados dispersos e sem numeração. 1823-1850

CARTÓRIO DE NOTAS DO PRIMEIRO OFÍCIO DE UBÁ (CNU)

Livro de notas 1 (1839)

PARÓQUIA DE VISCONDE DO RIO BRANCO

Livro I de Registro de casamentos (1832 -1865)

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Seção Colonial e Seção Provincial: petições, cartas de sesmarias, correspondências, relatórios e ofícios diversos relativos à Junta de Conquista e Civilização dos Índios, Colonização do Rio Doce.

ARQUIVO ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA

39 processos matrimoniais de famílias da área Central da Zona da Mata mineira.

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIAS

http://brazil.crl.edu/bsb/bsb/994

FONTES IMPRESSAS

Carta Régia de 13 de maio de 1808. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação Indigenista do Século XIX:* uma compilação (1808-1889). São Paulo, Edusp. 1992.

Carta Régia de 13 de maio de 1808. APM, SC 335, 1808: 2- 4V.

CARVALHO, Teophilo Feu. *Comarcas e Termos*: creações, supressões, restaurações, encorporações e desmembramentos de Comarcas e Termos, em Minas Gerais (1709 – 1915). Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1922.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de Geografia descritiva especial da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/ Fundação João Pinheiro, 1997.

TEIXEIRA COELHO, José João. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

VASCONCELOS, Diogo Pereira de. Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais. Estudo crítico por Carla Maria Junho Anastásia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, centro de Estudos Históricos e culturais,1994. (Coleção Mineiriana).

VIAJANTES

ESCHWEGE, Wilhelm Luwig von. *Jornal do Brasil 1811 - 1817*. 1ª ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais. V. 1, 2002.

FREIREYSS. Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo/Itatiaia, 1982.

SAINT - HILAIRE. Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Tradução: Vivaldi Moreira, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Editora da USP, 1975.

MARTIUS, Carl Frederic Philipp e SPIX, Johann Baptista von - *Viagem pelo Brasil*. [1817 - 1820]. São Paulo/B. Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1981. v. 1.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino (org). *Os diários de Langsdorff*. vol. 1, Rio de Janeiro e Minas Gerais, 8 de maio a 17 de fevereiro de 1825. Trad. Márcia Nascimento Egg et al. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

FONTES PRIMÁRIAS DIGITALIZADAS

APM. Listas Nominativas organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica. 1819/1822; 1831/1832

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. 5 CDs. B. Horizonte: Fundação João Pinheiro/APM, 2005.

BLUTEAU, D. Rafael de. *Vocabulário Português e Latino*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. (Cd Room).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Otávio. Points de vie Étrangers: a trajetória de vida de Guido Thomas Marlière no Brasil (1808-1836). Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. Os Índios, a floresta, as ervas medicinais e a estratégia: memórias de uma Diretoria Militar Francesa nos Sertões indígenas de Minas Gerais. *Mneme -Revista de Humanidades*, Caicó (RN) v.7, nº 17, agost/set, 2005. Disponível em http://www.seol.com.br. Acesso em 05/05/2008

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras:* Mariana 1750–1850. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1994.

_____. Minas Gerais de 1750- 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *LPH: Revista de História*, Departamento de História da UFOP, Mariana, nº 5, 1995.

_____. *Homens ricos, homens bons:* Produção e hierarquização social em Minas Colonial*:* 1750-1822. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *História e Direito:* Sesmarias e Conflito de Terras entre Índios em Freguesias Extramuros do Rio de Janeiro (Século XVIII). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

ALVES, Romilda Oliveira. *Mulheres solteiras chefes de domicílio*: Mariana C. 1807 – C. 1822. Monografia de bacharelado. Mariana: UFOP, 2006.

AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, 1995, p. 145-151.

AMANTINO, Márcia. O Sertão Oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, nº 29, p. 79-97, 2003.

_____. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, nº 35, v. 22, 2006.

_____. O mundo das feras. *Os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime:* violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANDRADE, Francisco Eduardo. *A Enxada Complexa*: Roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1994.

_____. *Entre a Roça e o Engenho:* Roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Minas Gerais: Ed. UFV, 2008.

ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana*: 1820-1850. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira. *Anais do Museu Paulista,* São Paulo, v.12. p. 91-128. Jan/dez, 2004.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

_____. Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, p. 129-160, jan/dez. 2004.

AUGUSTO, Maria Isabel Teresa Creão. *Entre o ter e o querer*: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão – Pará (1808 – 1830). Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2007.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial. Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

_____. *História de Minas*, v. 1. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica:* demografia de Minas Gerais*, 1720-1888*. São Paulo: EDUSC, 2004.

BESSE, Jean - Marc. *Ver a terra*: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Estratégias matrimoniais entre a população de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos de População* 2004, Belo Horizonte. *Anais*...Belo Horizonte: ABEP, 2004, p. 1-14

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fábio Faria. A Colonização do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780 – 1836). *Revista do Departamento de História,* Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, p. 137 – 150, julho, 1998.

CARBONARI, Maria Rosa. *População, fronteira e família*: a região de Rio Cuarto no período colonial tardio. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001.

CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII e XIX*. Núcleo de História Econômica e Demográfica, UFOP, Série Estudos – 1, 1999a.

_____. *Estruturas Agrárias e Capitalismo*: contribuições para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata Mineira (séculos XVIII e XIX). Núcleo de História Econômica e Demográfica, UFOP, Série Estudos – 2, Mariana, 1999b.

_____. *Minas e Currais:* Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais, 1684 - 1807. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

_____. *Uma freguesia na fronteira de Minas Gerais*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1999c.

_____. Para além de Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira. In: *Seminário sobre Histórias Regionais de Minas Gerais*, 2006. Disponível em: http://www.mestradohistoria.ufjf.br/?area=conteudo&cnot=178. Acesso em 20/03/2008.

_____. A Capitania de Minas Gerais, (1674 – 1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. *História Econômica & História de Empresas,* v. 3, nº 2, 2000.

CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. *Os Sertões de Leste*. Achegas para a história da Zona da Mata. 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2001.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história:* lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes*: mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

CHAVES, Edneila Rodrigues Chaves. *O Sertão de Rio Pardo*: sociedade, cultura e justiça nas Minas oitocentistas. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

CHERQUER, Raquel Mendes Pinto. Negócios de Família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e de pessoas. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: ARANTES, Augusto et al (org.). *Colchas de retalhos:* estudos sobre a família no Brasil. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

COSTA, Emília da. *Da monarquia à república*: momentos decisivos. 8ª ed. São Paulo: Fundação Editora Unesp. 2007.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. Revisitando a sucessão matrilinear: povoamento colonial, elite agrária e família na primeira metade do século XIX. Campinas, São Paulo. *Estudos de História*, vol. 12, nº. 2. Franca, 2005, p. 39- 64.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. B. Horizonte: BDMG, 1997.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro do século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. In: *X Seminário sobre a economia mineira,* 2002*,* Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2002.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMOES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antônio de. História econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, nº 3, p. 493 - 524, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil***.** 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP, 1998.

DUARTE, Regina Horta. (org.). Conquista e civilização nas Minas oitocentista. In: DUARTE, R.H. *Teófilo Otoni*. Notícia sobre os selvagens do Mucuri. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005.

ESTEVES, Carlos Leandro. Fronteira aberta. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 226-229.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento.* Fortuna e Família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da família e demografia histórica. In: FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. Fortuna e Família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (org.). *Resgate*: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 63-97.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

FONSECA, Claúdia Damasceno. Funções hierárquicas e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais Funções. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, nº 29, p. 39-51, 2003.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa Aventura*: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1970-1830). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata.* 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FRANK, Zephyr. Padrões de riqueza no Sudeste do Brasil, 1815 – 1860. *História Econômica & Empresas.* (9). 2. 2006.

FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiaí (1818). In: COSTA, Iraci del Nero. (org.) *Brasil: história econômica e demográfica.* São Paulo: IPE/USP, 1986.

FREITAS, Maira de Oliveira. *Inventários Post-Mortem*: *retrato de uma sociedade*. Estratégia patrimonial, propriedade senhorial, posses de escravos na Comarca do Rio das Velhas (1780 - 1806). Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio*: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

GARCIA, Gabriela Bonassa. *O domínio da terra*: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-Grandense oitocentista. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

_____.Terra e trabalho: tensão e transformação no pampa rio-grandense. In*:* GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). *Campos em disputa:* História Agrária e Companhia. São Paulo: Annablume, 2007.

GIL, Fernando (Coord.). Enciclopédia Einaudi: região. vol. 8. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Imprensa Nacional, 1986.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos viajantes e a construção do espaço:* uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996. (Texto para discussão)

GODOY, Marcelo Magalhães. *Civilizações da cana-de-açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no novo mundo, séculos XVI a XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2007. (Texto para discussão; 304)

GONÇALVES, Andréa Lisly. Algumas Perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Termo de Mariana: história e documentação.* Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p.13 - 26.

_____. Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835. Relatório de pesquisa pós-doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais*: São João Del Rei (1831 – 1888). São Paulo: Annablume, 2002.

_____. Pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, 1730 - 1850. In: GUIMARÃES, Elione Silva & MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). *Campos em disputa: História Agrária e Companhia*. São Paulo: Annablume, 2007.

GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, nº 2, 1988.

_____. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais*. *Revista do Departamento de História*, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, nº 2, 1986.

GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom*, *1750 - 1925*. New York: Vintage Books, 1976.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras*: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JOSÉ, Oiliam. *Indígenas de Minas Gerais*: Aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial,1965.

_____. *Fatos e figuras de Visconde do Rio Branco*. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1956.

_____. Os Brancos matam a Obra de Marlière. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, v. 5. Belo Horizonte, 1975, p. 141-147.

JOSE, Oiliam. *Visconde do Rio Branco*: terra, povo, história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

KUZNESOF, Anne Elizabeth. Ilegitimidade, raça e laços de família no Brasil do século XIX: uma análise da informação dos censos e de batismos para São Paulo e Rio de Janeiro. In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. *Anais*... São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Considerações acerca do processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata Mineira (1780/1850). In: GUIMARÃES, Elione Silva & MOTTA, Márcia Maria Menendes (Orgs.). *Campos em disputa: História Agrária e Companhia*. São Paulo: Annablume, 2007.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação.* O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família:* caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista:* Minas Gerais século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Sociedade e cultura escravistas como obstáculo ao desenvolvimento econômico: notas sobre o Brasil oitocentista. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 23, nº 3, p. 445-476, Set./Dez, 1993.

LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Antônio Carlos Teixeira da. Região e história agrária. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, p. 17 - 26, 1995.

LINHARES, Maria Yeda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. Metodologia da História quantitativa: balanço e perspectiva. In: BOTELHO, Tarcísio R (org.). *História quantitativa e serial no Brasil:* um balanço. Goiânia: Anpuh- MG. 2001.

MAGALHÃES, Sônia Maria. *A mesa de Mariana*: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850). São Paulo: Annablume, 2004.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte/São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1980.

MACHADO, Janaína Marcon. *Família e herança na Zona da Mata Mineira*: a formação do povoado de Santa Rita do Turvo, 1813-1850. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara:* Terra e população: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2006**.**

MARQUES, Eliane Parreiras Marque. Dimensão material e patrimônio no Segundo Reinado: Bonfim/Minas Gerais. In*:* BOTELHO, Tarcísio R (org.). *História quantitativa e serial no Brasil:* um balanço. Goiânia: Anpuh- MG. 2001. p. 65-90.

MARTINEZ, Claúdia Eliane Parreiras Marques. *Cinzas do passado*. Riqueza e cultura material no vale do Paraopeba, 1840/1914. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006.

_____. *Riqueza e escravidão*: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume, 2007.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a Província: Comarcas, Termos, Distritos e População de Minas Gerais em 1833-35. In.: *V Seminário de Economia Mineira*, 1990, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1990, p. 13-29.

MARTINS, Maria do Carmo S; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da. População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências*.* In.: *X Seminário sobre a economia mineira,* 1996, Belo Horizonte. Anais.... Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1996.

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus*. Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII e XIX. Berlim: Wiss. Verl., 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico*: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MERCADANTE, Paulo. *Sertões do Leste. Estudo de uma região*: a Mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

METCALF, Alida Christine. A família e a Sociedade Rural Paulista: Santana de Parnaíba, (1750 – 1850). *Estudos econômicos*, São Paulo, nº 2, v. 20, p. 283-304, mai./ago., 1990.

_____. *Family and Frontier in Colonial Brazil*: Santana de Parnaíba, 158-1822. Berkeley: University of California Press, 1992.

_____. Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, p. 771 – 785, 1983. Número especial.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Terra, Nação e Tradições Inventadas (Uma outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850). In: MENDONÇA, Sônia; MOTTA, Márcia. (org). *Nação e poder:* as dimensões da história. Niterói: EDUFF, 1998.

_____. Feliciana e a Botica: Transmissão de patrimônio e legitimidade do direito à terra na região de Marica (Segunda metade do século XIX). In: LARA, Silvia Hunold; Joseli Maria Nunes Mendonça. *Direitos e justiças no Brasil*: ensaios de história social Campinas/São Paulo, Unicamp, 2006.

_____. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Sesmarias e o mito da primeira ocupação. *Justiça e História*, Porto Alegre, v. 4, nº7, 2004.

NAZZARI, Muriel. O *desaparecimento do dote*: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, 1600-1900. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Luis Henrique de. *Nas malhas da incerteza*: comportamento e estratégias camponesas na freguesia de Guarapiranga (1750 – 1820). Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF. 2006.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias*: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870. Bauru/Juiz de Fora: Edusc/ FUNALFA, 2005.

PAIVA, Clotilde Andrade; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço no século XIX mineiro: Algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. In: *VII Seminário sobre a economia mineira*, vol. 1. Diamantina: UFMG/CEDEPLAR, 1995.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrates: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: *X seminário sobre economia mineira*, 2002, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2002.

PAIVA, Clotilde A. *População e economia:* Minas Gerais do século XIX. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1996.

PAUL, Claval. *Geografia Cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

PIMENTA, Demerval José. Aspectos do povoamento do Leste mineiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, vol XIV, p. 369-392, 1970. p. 369 - 392.

PINTO, Francisco Eduardo. Inácio Correa Pamplona e as sesmarias dos confins da Comarca do Rio das Mortes. In: GUIMARÃES, Elione Silva & MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). *Campos em disputa: História Agrária e Companhia*. São Paulo: Annablume, 2007.

RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754 – 1838. In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. Anais... São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p. 154 – 163.

_____. Do Minho a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, nº 1, vol. 44, nº1, p. 132 – 153, jan./jun. 2008.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas dos Cataguases: Entradas e Bandeiras nos sertões do Eldorado. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, vol. 33, p. 186 – 202, 2005a.

_____. Entradas e bandeiras nas Minas dos Cataguases. Simpósio Temático: Guerras e Alianças na História dos Índios – Perspectivas Interdisciplinares. In: *XXIII Simpósio Nacional de História*, 2005, Londrina. Anais...Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: WWW.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos. Acesso em: 18/03/2009

REZENDE, Irene Nogueira. *O Paraíso e a Esperança.* Vida cotidiana na Zona da Mata de Minas Gerais.1889-1930. São Paulo: Humanitas, 2004.

REZENDE, Irene Nogueira. *Negócios e participação política*: fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841). Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2008.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais:* nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX; tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rococó, 2000.

RODRIGUES, Edmilson Martins. Arrendamento. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 40 - 43.

RONCAYOLO, Marcel. Região. In: ROMANO, Ruggiero (dir.*). Enciclopédia Einaudi*, vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

_____. Território. In: ROMANO, Ruggiero (dir*). Enciclopédia Einaudi*, vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

RUSSEL – WOOD, A. J. R. O Governo Local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, nº 109, v. 55, nº 109, p. 25-79, 1977.

SAMARA, Eni de Mesquita. Os agregados na região de Itu – 1780/1830. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo,1977.

_____.A Família e domicílio em sociedades escravistas (São Paulo no século XIX). In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. Anais... São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

_____. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 1989.

_____. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *Revista História,* v.12. São Paulo, 1993, p. 49 - 61.

SARA ORTELLI. Maria Aparecida de S. Lopes. Fronteiras Americanas: entre interações e conflitos, séculos XVIII e XX. *Estudos de História*, Franca, nº2, v.13, nº 2, p. 13-29, 2006.

SAUER, Carl O. A morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004, p. 12 -74.

SCHONOOR, Eduardo. Das casas de Morada às Casas de Vivenda. In: CASTRO, Hebe Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (org.). *Resgate*: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 31-62.

SILVA, Célia Nonata *da. Territórios de mando:* banditismo em Minas Gerais, século XVIII. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

SILVA, Flávio Marcus da. Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial.* São Paulo: T.A.Queiroz/Edusp, 1984.

_____. A saga dos sertanistas. *Revista Oceanos*, nº 40. Lisboa, 1999, p. 161-180.

SLENES, Robert W. A. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia Escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos,* vol. 18, nº. 3. São Paulo, Set./dez. 1988, p. 449-495.

_____. *Na senzala, uma flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUSA, Maria Aparecida de. *A conquista do sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas Provisórias de Existência. In: SOUZA, Laura de Mello e.(org.) *História da Vida Privada na América Portuguesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Sônia Maria de. Parentesco e relações familiares na sociedade camponesa. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). *Nomes e números*: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2006. p. 217-236.

_____. *Terra, família e solidariedade*: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870 – 1920). Bauru/São Paulo: EDUSC, 2007.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Revista Vária História,* Belo Horizonte, nº 21, p. 181-189, 2000.

_____. Comércio e fronteira em Minas Gerais Colonial. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos Oceânicos***.** Minas Gerais e as novas abordagens para uma história no Império Ultramarino. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. p. 181 - 182.

_____. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais. 1711-1725. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, nº 34, v. 17, p.165-181, 1997.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste*: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo